

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**SÃO SALVADORE SÃO VICENTE DA
VACARIÇA: O DOMÍNIO DE UM CENÓBIO
DE FRONTEIRA NO OCIDENTE
PENINSULAR (SÉCS. X-XII)**

PEDRO ANTÓNIO ALEXANDRE GONÇALVES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Orientado pelo Prof. Doutor Hermenegildo Fernandes e co-orientado pela
Prof.^a Doutora Hermínia Vasconcelos Vilar, especialmente elaborada para
a obtenção do grau de mestre em HISTÓRIA DO MEDITERRÂNEO
ISLÂMICO E MEDIEVAL, na modalidade de dissertação

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**São Salvador e São Vicente da Vacariça: o
Domínio de um Cenóbio de Fronteira no
Ocidente Peninsular (Sécs. X-XII)**

Volume I

Pedro António Alexandre Gonçalves, n.º 137 952

**Dissertação de Mestrado em História do Mediterrâneo
Islâmico e Medieval**

Dissertação de Mestrado elaborada sob a orientação do Prof. Doutor
Hermenegildo Fernandes e co-orientação da Prof.^a Doutora Hermínia
Vasconcelos Vilar

Lisboa

2020

A meus pais,
António e Maria da Conceição

Índice

Resumo.....	9
Abstract.....	11
Critérios usados para a transcrição do árabe.....	13
Abreviaturas.....	14
Abreviaturas de fontes consultadas.....	15
Índice de mapas.....	17
Índice de tabelas.....	17
Índice de gráficos.....	18
Apresentação e agradecimentos.....	19
0. Introdução.....	23
0.1. O Espaço – A geografia de um mosteiro.....	23
0.1.1. O relevo.....	24
0.1.2. A rede hidrográfica.....	27
0.1.3. O clima.....	30
0.1.4. O solo.....	31
0.1.5. A vegetação.....	32
0.2. O mosteiro.....	34
0.2.1. Os objectivos.....	34
0.2.2. Os limites cronológicos.....	35
0.2.3. Estado da Arte.....	36
0.3. A documentação e o Arquivo.....	42
0.3.1. O <i>Livro Preto</i> da Sé de Coimbra.....	43
0.3.2. Os documentos do Mosteiro da Vacariça.....	46
0.3.3. Crítica documental.....	52
1. As origens de um mosteiro.....	59
1.1. A conjuntura histórica.....	59
1.1.1. O ocidente peninsular entre finais do século X e inícios do XII.....	59
1.1.2. O monaquismo hispânico na “Idade Média Central”.....	70
1.2. Sobre a origem do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça....	83

2.	O domínio.....	93
2.1.	A formação do domínio.....	94
2.1.1.	As doações.....	94
2.1.2.	As compras-e-vendas.....	109
2.1.3.	As contendas judiciais.....	116
2.2.	A exploração do domínio.....	120
2.2.1.	Considerações sobre a exploração do domínio.....	120
2.2.2.	Os emprazamentos e outros contratos.....	136
2.2.3.	A evolução dominial.....	142
3.	Os mosteiros dependentes.....	146
3.1.	O Mosteiro de Leça.....	147
3.2.	O Mosteiro de Anta.....	153
3.3.	Os demais mosteiros seus dependentes.....	156
3.4.	Uma concepção federalista do conjunto.....	163
4.	Os protagonistas.....	173
4.1.	Os abades.....	173
4.2.	Os monges.....	180
4.2.1.	A organização monacal.....	180
4.3.	Os benfeitores.....	190
4.3.1.	As fases.....	190
4.3.2.	Os estratos sociais.....	196
4.4.	O mosteiro e as comunidades.....	197
5.	O Fim.....	211
5.1.	As mutações regionais.....	211
5.2.	A doação à Sé de Coimbra.....	214
5.3.	O pós-doação e desaparecimento.....	215
6.	Conclusão.....	221
	Fontes e bibliografia.....	225
	Fontes.....	225
	Fontes primárias	
	- Manuscritas.....	225
	- Impressas.....	225
	Fontes secundárias	

- Impressas.....	225
Bibliografia.....	226

Resumo

Esta dissertação incide sobre o Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça, numa abordagem que tem como ponto primordial o seu domínio, apontando-se ao estudo da gestão, controlo e obtenção de bens por parte de um cenóbio fronteiriço no Ocidente da Península Ibérica, mas, também, aos mais variados aspectos da experiência monástica neste ascetério ao longo da sua história (século XI), conhecida parcialmente por testemunhos que sobrevivem maioritariamente no cartulário *Livro Preto* da Sé de Coimbra. O pano de fundo do questionário lida com questões que vão da função das comunidades monásticas na fronteira entre o al-Andalus e a Hispânia cristã, até às mutações sofridas pelo monaquismo ibérico.

Com o auxílio de cartulários coevos, como o *Liber testamentorum* de Lorvão, o *Livro Santo* de Santa Cruz ou o cartulário *Baio-Ferrado* de Grijó, assim como de colecções documentais muito posteriores, como é o caso da *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*, entre outras, pretendemos elaborar uma análise sobre o território detido por esta instituição, submetido a limites cronológicos que, embora condicionados pela documentação, refletem o espectro de casos sobre bens identificados antes, durante e depois da presença vacariciense.

Além das fontes mencionadas, há que destacar alguma da bibliografia selecionada que será considerada sob a forma de exemplos modelares, mormente aquela que diz respeito a outras unidades monásticas hispânicas ou diversas vicissitudes sociais coevas, procurando incidir sobre questões como a gestão dominial, os processos de obtenção e aquisição de bens, os mosteiros que dele dependiam, as vivências internas e externas de um cenóbio e as relações sociais que o envolviam. Procurou-se, assim, na medida do possível, a sistematização da informação disponível e inserir a instituição num quadro mais amplo que era a sociedade de fronteira no Ocidente peninsular em torno da “Idade Média Central”, o que delimitava e condicionava as estratégias de construção de um domínio.

Desta forma, pretendemos que a presente monografia explique as mais diversas configurações que um mosteiro como São Salvador e São Vicente apresentaria, com o rigor possível, conscientes que se está perante uma cronologia de grandes transformações

para a região de Coimbra, assim como na Península Ibérica e na Europa medieval, desde as mutações nos preceitos religiosos às de carácter sócio-económico e político.

Palavras-Chave: Vacariça; Gestão do Domínio; Fronteira; Monaquismo; *Livro Preto*.

Abstract

This dissertation falls upon the Monastery of São Salvador e São Vicente da Vacariça, with an approach that has as the primal focus its dominion, mostly as when it comes to its management, holding and acquisition of properties by a frontier coenobium in the West of the Iberian Peninsula, but as well as the most various aspects of the monastic experience in this community over its history (restrained to the 11th century), partially known due to the testimonies that survived mostly as part of the cartulary *Livro Preto* (*Black Book*) of the cathedral of Coimbra. The setting of the study resorts to a questionnaire over the activity of the monastic communities amongst the frontier of al-Andalus and the christian *Hispania*, to the mutations experienced by the Iberian monachism.

With the support of coeval cartularies, as the *Liber testamentorum* of Lorvão, the *Livro Santo* of Santa Cruz monastery, the *Baio-Ferrado* of Grijó, and the posterior compilations of documents as *Portugaliae Monumenta Historica – Diplomata et Chartae*, among others, we aim to elaborate an analysis on the territory detained by that institution, under the chronological limits that, even though conditioned by the available documentation, reflect the range of situations on identified properties before, during and after Vacariça's dominion.

Moreover, regarding these mentioned sources, a selected mould bibliography was considered, chiefly that corresponds to other iberian monastic houses or several contemporary social vicissitudes, aiming to explore matters as the dominion's management, the methods of acquisition of properties and other goods, the coenobitic institutions that depended or were under this house control, its internal and external organization and the social bonds established within the regional context as well. Consequently, sought to systematise of the available data and insert the religious foundation in a broader picture that was the frontier's society in the peninsular West in the "High Middle Ages", considering these constraints to the establishment of a dominion.

Therefore, seeking that this monograph explores the various characteristics that a monastery as São Salvador e São Vicente would display from the matters of religion to political and socioeconomic issues, with the possible and feasible rigour, conscient that

such chronology constitutes a critical period of changes in the region, the Iberian Peninsula and Europe.

Keywords: Vacariça; Dominion's management; Frontier; Monachism; *Livro Preto*;

Critérios usados para a transcrição do árabe

Os presentes critérios estão de acordo com os da revista *Arabica. Revue d'Études Arabes*¹, como sugere Jean-Pierre Molenat².

Critérios de transcrição do árabe, segundo os da revista <i>Arabica</i>	
ا	‘ / ā
ب	b
ت	t
ث	<u>t</u>
ج	ǧ
ح	ḥ
خ	<u>ḥ</u>
د	d
ذ	<u>d</u>
ر	r
ز	z
س	s
ش	š
ص	ṣ
ض	ḍ
ط	ṭ
ظ	<u>z</u>
ع	‘
غ	ǧ
ف	f
ق	q
ك	k
ل	l
م	m
ن	n
ه	h
و	w / ū
ي	y / ī
ة	Sem transcrição

¹ Vide E. Lévi-Provençal (dir.), *Arabica. Revue d'Études Arabes*, Leiden, Brill.

² Vide Jean-Pierre Molenat, "Historiographie d'Al-Andalus. Un essai de mise au point", *Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, nova série, vol. 16/17 (n.º duplo), Lisboa, 2007, p. 16.

Abreviaturas

c.: concelho;

coord.: coordenação/coordenado;

dir.: direcção;

doc(s): documento(s);

ed(s): edição/editor(es);

fasc(s): fascículo(s);

fl(s): fólio(s);

Fr.: Frei;

i.e.: *id est*;

mç.: maço;

op. cit.: *opere citato*;

p(p): página(s);

P.^e: padre;

s.d.: *sine data*;

s.l.: *sine loco*;

s.n.: *sine nomine*;

T.: tomo;

Vol(s): volume(s).

Abreviaturas de fontes consultadas

AN/TT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo

APV – “Annales Portucalenses Veteres”, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal. Du VI^e au XII^e Siècle*, edição de Pierre David, Coimbra, Livraria Portugália Editora, Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1947.

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

BF – *Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e siècles). Introdução e notas de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.*

CCSP – *Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice Membranáceo existente na Biblioteca do Porto*, introdução por João Grave, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924.

CMR – *Cronica del Moro Rasis. Versión del ajbar muluk al-Andalus de Ahmad ibn Muhammad ibn Musà al-Razi, 889-955; romanizada para el rey Don Dionís de Portugal hacia 1300 por Mahomad, alarife, y Gil Pérez, clérigo de Don Perianes Porçel*, Edição crítica pluritextual por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés com a colaboração de Margarita Estarellas, Mercedes García Arsenal y Paloma Montero no Seminario Menéndez Pidal, Madrid, Editorial Gredos, 1975.

DC – *Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo Octavo post Christum Usque ad Quintumdecimum*, t. III – *Diplomata et Chartae*, vol. I, fascs. I-IV, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1868.

HS – *Textos*. Vol. XXX – *Historia Silense*, edição, crítica e Introdução por Justo Pérez de Urbel e Atilano Gonzalez Ruiz-Zorrilla, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Escuela de Estudios Medievales, 1959.

LP – *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Edição crítica, texto integral, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

LS – *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII*, Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação

Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

LT – Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008.

PMH – Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo Octavo post Christum Usque ad Quintumdecimum, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1868.

Índice de mapas

Mapa 1 – Topografia da região compreendida entre os rios Ave e Mondego

Mapa 2 – Mapa das doações ao Mosteiro da Vacariça

Mapa 3 – Mapa com a localização das compras-e-vendas do Mosteiro da Vacariça

Mapa 4 – Mapa diacrónico das possessões detidas pelo Mosteiro da Vacariça

Mapa 5 – Mapa das possessões do Mosteiro da Vacariça entre os rios Mondego e Vouga de acordo com o documento *LP* 73, datado de 1064

Mapa 6 – Mapa de emprazamentos e outros contratos do Mosteiro da Vacariça

Índice de tabelas

Tabela 1 – Documentos referentes ao domínio do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça

Tabela 2 – Número de doações efectuadas e respectivos bens por década ao Mosteiro da Vacariça

Tabela 3 – Tipologia de bens imóveis doados ao Mosteiro da Vacariça

Tabela 4 – Origem social dos doadores ao Mosteiro da Vacariça

Tabela 5 – Documentos referentes a compras-e-vendas

Tabela 6 – Distribuição cronológica das disputas judiciais envolvendo o Mosteiro da Vacariça

Tabela 7 – Natureza dos adversários do Mosteiro da Vacariça em disputas judiciais

Tabela 8 – Documentos referentes ao domínio dos Mosteiros de São Salvador de Leça

Tabela 9 – Abades do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Proporção entre doações e compras do Mosteiro da Vacariça

Gráfico 2 – Possessões do Mosteiro da Vacariça diacronicamente

Apresentação e agradecimentos

Quando entrei para o Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval em setembro de 2017, nada faria prever que acabaria por fazer a minha dissertação para a obtenção do grau sobre um mosteiro e a exploração do seu domínio, temática que nunca tinha despertado qualquer sugestão de interesse da minha parte. De facto, a minha predilecção residia nas minorias étnico-religiosas e na civilização islâmica – sobretudo numa vertente sócio-económica e de carácter maioritariamente urbano –, o que já remontava ao período da adolescência.

Todavia, apesar da intenção em trabalhar temáticas relacionadas com os judeus, a verdade é que fui redireccionado para o tema do comércio internacional em Portugal e a sua expansão a partir de meados do século XIII, coincidente com o reinado de Afonso III. Dada a previsível dimensão significativa e quicá demasiado ambiciosa para uma dissertação de mestrado, a inexequibilidade de tal projecto levou ao redobrar de um interesse que tinha vindo a surgir sobre um antigo cenóbio localizado na Vacariça, hoje no actual concelho de Mealhada. De facto, desde que fizera um curso de verão na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa sobre os moçárabes, em 2017, que tal nome se fixara na minha cabeça, sem motivar, contudo, uma aproximação, desconhecendo eu a sua real dimensão. Isto até que, ao fazer um trabalho para um dos seminários e, ao folhear ao *Livro Preto* da Sé de Coimbra, me deparei de novo com o mesmo e apercebi-me que, afinal, os testemunhos documentais eram muito mais generosos do que poderia ter imaginado.

Intrigado, fiz uma recolha com o objectivo de no futuro, eventualmente, poder retomar aquela temática, pois ainda estava completamente empenhado em desenvolver o dito projecto relacionado com a expansão comercial no reinado de Afonso III. A perspectiva tornou-se, todavia, realidade muito mais cedo do que esperaria, dado o abandono deste de forma abrupta no fim do mês de dezembro de 2017, a conselho do meu orientador, que, de seguida, me pedia para fazer algumas sondagens sobre aquele mosteiro do qual já lhe falara.

Foi desta forma, em janeiro de 2018, que comecei a trabalhar na dissertação que agora apresento.

Gostaria, então, de começar por agradecer aos meus pais, cujo apoio e interesse foi constante, nunca colocando obstáculos à minha paixão pela História, por eles despertada e fomentada, mesmo quando decidi que seria o meu objectivo realizar o respectivo curso, quando cursava na área de Ciências e Tecnologias no ensino secundário. Gostaria de individualizar em particular o papel do meu pai, António, que desde muito cedo (ainda em tempos de pré-escolar) me ajudou a cultivar o interesse pela disciplina – e por, entre outras, se ter disponibilizado ao máximo para se deslocar comigo à região da Bairrada, de modo a que pudesse ver *in loco* as terras sobre as quais me viria a debruçar –, uma faceta que também associo ao meu avô paterno – homem do campo, com poucos estudos e, durante uns tempos, emigrante –, recordações distantes que guardo com carinho na minha memória.

De seguida, gostaria de agradecer aos meus professores de História do secundário da escola Dr. José Afonso, no concelho do Seixal, que me acolheram nas suas turmas de 11.º e 12.º anos, mesmo não tendo a obrigação de o fazer, uma vez que somente assistia às aulas. Sem eles, dificilmente teria chegado até este ponto ou, pelo menos, num nível similar de preparação. Um agradecimento particular ao professor Ricardo Presumido, que sempre se demonstrou disponível para me auxiliar e orientar na entrada para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, nomeadamente na escolha dos professores, dada a sua experiência como aluno na mesma instituição alguns anos antes.

No âmbito universitário, gostaria de agradecer a todos os docentes que se cruzaram com o meu percurso. Destacaria, além do meu orientador, o prof. Doutor Sérgio Campos Matos, por me ter convidado a frequentar dois dos seus seminários de mestrado, assim como a prof. Doutora Manuela Santos Silva, responsável pelo seminário em História Medieval no último ano de licenciatura.

Agradeço aos professores de latim dos quatro semestres que frequentei como unidade curricular isolada entre 2017 e 2019, que logicamente se constituíram como essenciais para a elaboração de uma dissertação cujo objecto de estudo só é cognoscível através de testemunhos escritos na sua totalidade em língua latina. Mas, sobretudo, endereço os meus agradecimentos em forma redobrada ao meu professor de árabe durante três anos, Badr Hassanein, que sempre me mostrou interessado e disponível para contribuir, mormente no que compete à intersecção do meu projecto com a seu idioma.

Destaco igualmente os docentes dos quais tive oportunidade de ser discente no mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, como Maria Filomena Lopes Barros, Luís Filipe Oliveira, Susana Gómez Martínez e, ainda, sem contar com os orientadores, Cláudio Torres, que com as suas sugestivas questões, colocou à prova alguns temas da dissertação num encontro do mestrado.

Sublinho concomitantemente a contribuição da professora Adelaide Millán Costa, que, por virtude da Escola de Outono em 2018, promovida pelo Instituto de Estudos Medievais em Castelo de Vide, fez sugestões importantes quanto aos critérios da prosopografia e seu rigor, ajudando a enriquecê-la de forma expressiva.

Para a elaboração dos mapas originais apresentados, saliento a orientação que me foi providenciada por Manuel Fialho Silva, Doutor em História, que me apresentou e sugeriu os programas mais apropriados, assim como pelo fornecimento de algumas directrizes básicas para o manuseamento destes programas informáticos especializados.

Agradeço também aos meus colegas, tanto de licenciatura, de mestrado e investigadores do Centro de História – nomeadamente aqueles que outrora seguiram trilhos similares ao meu e, desta forma, me foram encaminhando e aconselhando sobre o grau e a concepção de uma dissertação –, e amigos, essenciais na caminhada académica e pessoal de um jovem que agora inicia a sua caminhada na investigação. A todos um muitíssimo obrigado!

Por último, mas de importância inexcusável, aos meus orientadores. Agradeço ao prof. Doutor Hermenegildo, docente em dois dos meus três anos de licenciatura, que me encaminhou para este mestrado e desde cedo, neste patamar, se disponibilizou para me orientar, ajudando na prospecção de um tema pertinente, exequível, assim como adequado às minhas ambições e gostos pessoais.

À minha co-orientadora, Hermínia Vasconcelos Vilar, agradeço do fundo do coração não só a orientação que disponibilizou nestes quase dois anos, mas, igualmente, pela simpatia, além das várias horas em que se disponibilizou para discutir comigo o tema da minha dissertação, mesmo antes de ter qualquer obrigação em fazê-lo. Deixou-me frequentar, igualmente, o seu seminário de mestrado “Igreja e Poder”, no qual não estava inscrito, dada a sua pertinência para o objecto que iria trabalhar, mesmo antes de assumir aquele papel de orientadora, o que só ocorreu meses mais tarde.

Por tudo isto, estou eternamente agradecido a ambos, esperando eu que tal relação de docentes-discente se prolongue no futuro e que dê origem a proveitosos frutos, naquilo que espero que seja o meu percurso académico vindouro.

0. Introdução

No dealbar do século XI, mais precisamente no dia 30 de novembro de 1002, era lavrado um diploma que corresponde ao primeiro testemunho conhecido do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça, no qual o diácono Sandino, um nome importante do monaquismo da região nas últimas décadas da centúria anterior, concede aqueles que são os primeiros bens conhecidos do cenóbio. Nos decénios que se seguem, muitas outras propriedades foram acrescentadas, tendo a sua expansão territorial constituído e provocado um dos importantes marcos do monaquismo naquele que é hoje território português, até que, por virtude das mutações sociais e religiosas, acaba por ser doado à diocese conimbricense por autoridades dentro do reino leonês em finais do mesmo século. Será, então, sobre esta instituição da qual somente os registos escritos subsistem que trataremos nas páginas que se seguem.

0.1. O Espaço - A geografia de um mosteiro

Para estudar o Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça e tudo que o envolve, nomeadamente a gestão de património e as relações com as instituições que de si dependem, é necessário considerarmos, dentro do que outrora foram os condados de Portucale e Coimbra, porção significativa de toda a área compreendida entre a parte jusante dos rios Ave e Mondego, que são, *grosso modo*, os limites Norte e Sul, respectivamente, do espaço a considerar.

Reconhecendo-se como o espaço condiciona a sua ocupação, considerando as suas características como o “relevo, o modelado e a natureza pedológica”³, não admira que um trabalho dedicado ao controlo e gestão de uma larga área por parte de uma instituição monástica comece pela geografia física, com a localização e caracterização de bens fundiários por ela detidos, inserindo-os num todo que é a paisagem e a sua evolução. Estas condicionantes vão, com tudo isto, actuar sobre as diversas fórmulas de distribuição de

³ Vide José Mattoso, “Introdução”, *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, 2.ª ed., Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010, p. 34.

poder, assim como sobre os correspondentes mecanismos de obtenção de rendimento⁴, o que, em suma, constitui a geografia humana.

É visível, como a localização da Vacariça sugere, um pendor para o espaço litoral, na faixa costeira que se estende para o interior em forma de planície entre uma a quatro dezenas de quilómetros – mais tarde, regiões essas designadas por Beira e Douro Litoral –, estreitando-se, tendencialmente, no sentido Sul-Norte. Estes territórios, conjugados por motivos práticos e operatórios para a concepção desta dissertação, correspondem a espaços com vicissitudes próprias, mas, porém, derivado do conjunto de características que possuem, podem ou não, dependendo dos autores, constituir um único campo de observação⁵. Contudo, poder-se-á argumentar que, tendo como base a congregação, “(...) interessa sobretudo aquela que permite uma relação com os fenómenos simultâneos, com todos os fenómenos possíveis, próximos ou distantes, quer dizer uma relação com o conjunto da conjuntura, estabelecendo-se depois de quais ou antes de quais outros;”⁶. É, então, sobre este espaço que de seguida nos debruçaremos.

0.1.1. O relevo

Tal como enunciado anteriormente, o relevo corresponde, como atributo das características geológicas, a um elemento vital da formulação da paisagem e, como consequência, da ocupação do espaço, pelas condicionantes e potencialidades oferecidas. Por virtude de a zona em questão se tratar de um território situado entre o mar e as formações montanhosas que se formam a leste no Centro e Norte português⁷, constitui-

⁴ Sobre as problemáticas relacionadas com a ocupação do espaço, a sua relação com os poderes, a obtenção de réditos e a evolução da paisagem, vide as teorizações de J.A. Garcia de Cortazar, nomeadamente na sua obra de síntese, vide J.A. Garcia de Cortazar, *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

⁵ “Sem pretender resolver uma questão que divide os geógrafos e políticos, (...), é, em todo o caso, claro que a designação de «Minho» só se pode compreender como uma abreviação do antigo e tradicional «Entre Douro e Minho», que, de facto, sempre cobriu a área delimitada pelos dois rios que lhe dão o nome e que, a leste, vai do litoral atlântico até ao Gerês e ao Marão. Com uma particularidade que não se deve esquecer: a sul o limite não era propriamente o leito do Douro, mas o fim da bacia do Douro; por isso o Entre Douro e Vouga está normalmente associado ao Entre Douro e Minho. O carácter expansivo do Porto (...) e a habitual relação espontânea entre ambas as margens da maioria dos rios são dois fenómenos que explicam suficientemente o prolongamento meridional do Entre Douro e Minho”, vide José Mattoso, “Minho”, *op. cit.*, p. 99.

⁶ Vide J.A. Garcia de Cortazar, *op. cit.*, p. 50.

⁷ Regiões mais montanhosas que a metade Sul do actual território português, como a altitudes médias muito díspares entre si, que vários autores frisam para demonstrar as diferentes realidades do país, como escreve José Mattoso “Enquanto que a Norte, a altitude média ronda os 400 metros e pode subir frequentemente aos 1200, no Sul a média anda pelos 250 metros e as altitudes máximas raramente ultrapassam os 500.”, vide José Mattoso, “Introdução”, *Identificação de um País. Oposição, Composição. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325*, 1ª edição, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015, p. 9.

se, tendencialmente, um espaço de baixa altitude sob a forma de planícies, ainda que com faldas, reentrâncias, vales e rios recortando-as, marcando uma transição gradual que insinua as proeminências das elevações e serras em qualquer das latitudes consideradas. Assim, de uma forma redutora, pode-se aproximar o universo que trabalharemos, consagrado por Orlando Ribeiro, no seu *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, como o “Norte atlântico”, de virtude “essencialmente oceânica”, contrastando com “(...) o bloco de regiões interiores do Nordeste, que as montanhas separam das influências marítimas; o baixo Mondego, a orla do maciço antigo e o sopé da Cordilheira Central, limitam-nas a ambas do resto do País, (...)”⁸.

Ao Douro e Minho Litoral caracterizou-os Orlando Ribeiro como um “anfiteatro voltado para o mar”⁹, na superfície de erosão portuense, como Hermann Lautensach a tinha definido¹⁰, encaixando com as montanhas do Alto Minho, de altitudes entre os 1300 e 1400 metros¹¹, a Norte e Nordeste (pertencentes ao Maciço Galaico-Duriense e, por sua vez, articulado com o sistema montanhoso da Cantábria e Astúrias) e as montanhas do Norte da Beira e do Douro, a Sul e Sudeste. Neste espaço emergirá o condado de Portucale, por virtude das grandes mutações territoriais e político-administrativas da segunda metade do século IX, mantendo-se relativamente estanque até ao século XI, concentrando-se nele parte considerável da nossa atenção, mais precisamente a Sul do supra-referido rio Ave.

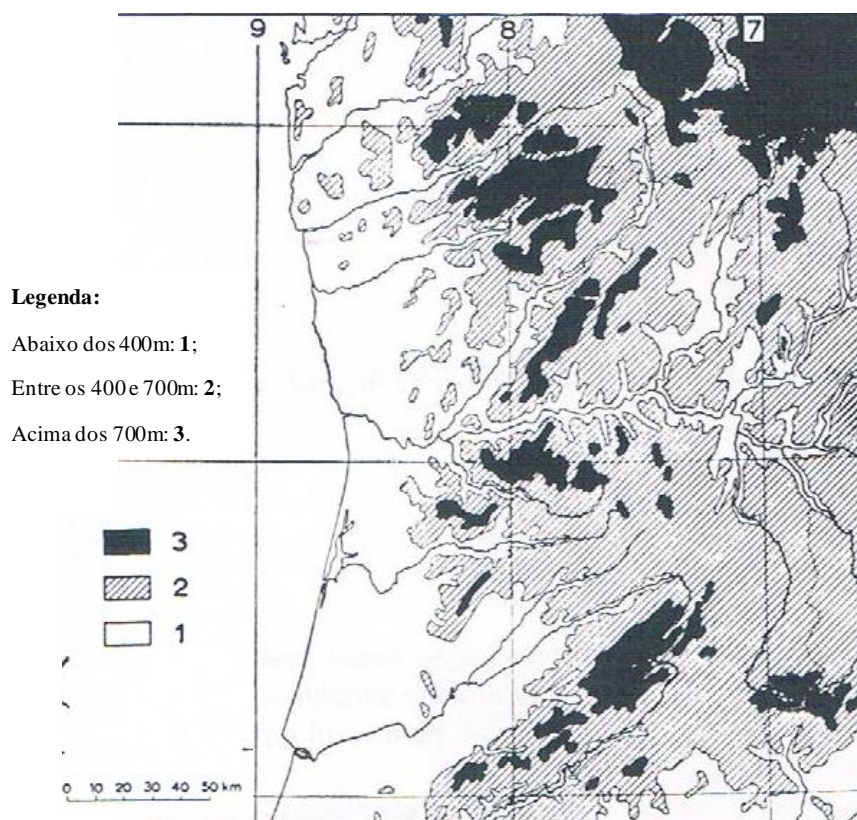
⁸ Vide Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas*, 7.^a edição revista e ampliada, Viseu, Livraria Sá da Costa Editora, 1998, p. 144.

⁹ Vide *idem, ibidem*, p. 145.

¹⁰ Vide Hermann Lautensach, “As características fundamentais da geomorfologia”, *Geografia de Portugal. Organização, comentários e actualização de Suzanne Daveau*, vol. I: *A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987, p. 138.

¹¹ Vide Nuno Pimentel, “As formas de relevo e a sua origem”, *Portugal. Perfil Geográfico*. Direcção de Raquel Soeiro de Brito, Lisboa, Editorial Estampa, 1997, p. 49.

Mapa 1 – Topografia da região compreendida entre os rios Ave e Mondego.



Fonte: Adaptado de Orlando Ribeiro, *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*. *Op. cit.*, p. 179.

Na metade Sul da área em análise, consideraremos, por sua vez, os vales dos rios Vouga e Mondego, sobretudo a partir da margem Norte deste. No sopé das montanhas do Centro, indiciando a formação do Sistema Central¹², no maciço Hespérico – granítico e xistento –, vê-se a zona de transição para as orlas ocidentais mesoceno-zóicas, de formação mais recente, sedimentárias, formadas por rochas calcárias, argilosas e areníticas¹³. Escreve Orlando Ribeiro que é “a Beira Litoral uma orla plana banhada de humidade e adjacente terras altas. A bacia do Mondego, largamente aberta aos ventos oceânicos é a porta por onde a influência deles chega mais longe.”¹⁴. É exactamente nestas condições que centraremos a nossa atenção nas páginas que se seguirão. É, por sinal, nas margens do rio Cértima e no vale correspondente, desenvolvido na sua maioria pelo Triásico¹⁵, que se encontra parte muito significativa do domínio vacaricense, no espaço

¹² Com as serras graníticas da Gralheira e Caramulo, juntas com a do Buçaco, com esta a ser constituída por arenitos e um afloramento de quartzitos que resistiu à erosão, vide Carlos Alberto Medeiros, *Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução*, 6.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2009, pp. 56-58.

¹³ Vide *idem*, *ibidem*, p. 39 e Nuno Pimentel, “As formas de relevo e a sua origem”, *op. cit.*, pp. 45-47.

¹⁴ Vide Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 145.

¹⁵ Vide Hermann Lautensach, “As características fundamentais da geomorfologia”, *op. cit.*, pp. 155-156.

compreendido entre o Mondego e Vouga (com aquele pequeno rio a ser constituinte da bacia deste), irradiando a sua influência a partir do sopé ocidental da serra do Buçaco, um pequeno acidente geológico com uma elevação acima dos 500 metros e denunciante do relevo mais irregular que se forma a leste e a Nordeste. Escreve Maria João Branco que é neste local que:

“Nota-se a mudança para uma paisagem mais plana e amena. É o ponto exacto da Bairrada em que o carácter de transição em que a domina no seu conjunto se evidencia de maneira mais clara. A norte, começa a área estruturada pela bacia hidrográfica do Vouga, a leste elevam-se o Buçaco e o Caramulo, a ocidente espalha-se o litoral que vai de Ovar à Figueira.”¹⁶.

Por sua vez, a fronteira ocidental, marítima, é também contínua, de certa forma, desde a foz do Lima ao Cabo Mondego, sendo o litoral dominado por uma costa baixa (inferior a 50 metros), de areal, onde a Ria de Aveiro se constitui o principal acidente, formando um delta interior para onde se encaminham um número muito significativo de rios de dimensão variável¹⁷.

0.1.2. A rede hidrográfica

Seguindo a tendência da clara maioria dos rios do Ocidente Peninsular, também as bacias hidrográficas relevantes ao nosso estudo cortam o território no sentido Nascente-Poente, “perpendiculares à Culminação Ibérica Principal”¹⁸ e desaguardo na “fachada atlântica”.

Na metade Norte do espaço que definimos como objecto de estudo, o domínio neste âmbito pertence, de forma indubitável, ao rio Douro, servindo como referência limítrofe, grande marca territorial e geográfica desde a Antiguidade. No entanto, por virtude da organização pensada, ainda que oscilante, julgamos que a associação das duas margens no mesmo conjunto territorial constitui uma melhor base de análise da realidade regional¹⁹, pela sua associação ao universo documental disponível para este trabalho, além de respeitar a bacia hidrográfica desenhada pela natureza “porque as margens direita e esquerda do rio pertencem sempre à mesma unidade morfo-estrutural”²⁰, que, “segundo

¹⁶ Vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra...op.cit.*, p. 296.

¹⁷ Vide Orlando Ribeiro, “O mare a costa”, *Geografia de Portugal...op.cit.*, pp. 77-78.

¹⁸ Vide Hermann Lautensach, “As características fundamentais da geomorfologia”, *op.cit.*, p. 467.

¹⁹ Ao invés de uma compartimentação zonal do espaço compreendido entre rios, como seria o Entre-Douro-e-Minho ou Entre-Mondego-e-Douro, entre outros.

²⁰ Vide *idem*, *ibidem*, p. 135.

as interpretações geomorfológicas actuais, vimos que desempenha relevante papel na conformação da topografia como modeladora de uma hierarquia de vertentes”²¹. No entanto, há ainda que referir o rio Leça, talvez o mais importante nesta circunscrição territorial para o nosso estudo – na medida em que se define, de forma clara, como um elemento importantíssimo na organização e estruturação do domínio do Mosteiro de Leça –, assim como o Ave, o limite Norte que propomos. No entanto, a sua morfologia face ao primeiro aqui mencionado é totalmente diferente, na medida em que o Douro corre quase toda a sua extensão no espaço português num canhão, enquanto aqueles veem parte significativa do seu percurso a baixa altitude num contexto de planície, além de uma inexistência de condições de navegabilidade para o Ave além de 2 quilómetros a jusante²², e uma provável inexistência de tal possibilidade para o Leça²³.

Mais a Sul, vê-se o que Orlando Ribeiro classificou de “acidente mais importante desta parte da costa”²⁴, constituindo um delta interior, que é a Ria de Aveiro. Com uma área superior a 1 km² (mais de metade sob água), é o resultado de uma baía aberta ao exterior que, com o tempo se foi assoreando – uma mutação muito acentuada para os últimos séculos –, sendo a Pateira de Fermentelos (para onde flui o Cértima), um resquício desse antigo estuário²⁵, o que contrasta com a realidade que nos confrontaríamos no século XI. Vários são os rios que nela desaguam, numa impressionante densidade fluvial num sentido radial, sendo o mais importante deles o Vouga. Como escreve aquele autor, “À roda da Ria, estende-se uma terra rasa, em que se insinuam canais e braços por onde sobe a maré com a múltipla riqueza oferecida pela água salgada.”²⁶, proporcionando a existência de marinhas e a extração de um rendimento significativo das mesmas desde há vários séculos²⁷.

Nos limites meridionais do nosso trabalho temos a bacia do Mondego, o único rio de carácter puramente “nacional” capaz de se comparar – ainda que não em comprimento –

²¹ Vide J.A. García de Cortázar, *op. cit.*, p. 61.

²² Vide Hermann Lautensach, “As características fundamentais da geomorfologia”, *op. cit.*, pp. 469-470. Contudo, poderemos admitir uma distância mais generosa para o século XI, consideradas as tendências de evolução do assoreamento em vias fluviais.

²³ Conhecermos, por outro lado, através de documentação coeva, que a foz do Leça compreendia um número importante de salinas, questões em que mais à frente nos debruçaremos no estudo do património possuído pelo Mosteiro da Vacariça e seus dependentes. Vide, *infra*, no capítulo dedicado às dependências, nas pp. 147-148.

²⁴ Vide Orlando Ribeiro, “O mare a costa”, *op. cit.*, p. 78.

²⁵ Vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra...op.cit.*, p. 301.

²⁶ Vide Orlando Ribeiro, “O mare a costa”, *op. cit.*, p. 78.

²⁷ Vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra...op.cit.*, p. 302.

com os vários rios internacionais que passam pelo actual território português²⁸. Aquele, por sinal, sofreu grandes mutações nos últimos séculos. O Baixo Mondego estava, também, sujeito aos fenómenos de aluvião nos meses mais chuvosos²⁹, que favorecia em muito a fertilidade da região, como se pode ler no testemunho do andaluz Ahmad al-Rāzī³⁰. A existência de um grande estuário também foi uma realidade, aproximando a cidade de Coimbra do mar, ficando-se a navegabilidade de embarcações marítimas, pelo século XII, a alguns quilómetros a jusante do centro urbano, até Montemor-o-Velho³¹. A própria existência da ilha da Murraceira, no Mondego³², pode sugerir um passado onde um grande estuário se constituía antes de desaguar no Mar Oceano.

A existência de cursos de água tende a reduzir no sentido Norte-Sul, notando-se um aumento da disponibilidade de água em espaços setentrionais, exponenciando, assim, a ocupação do território por parte do Homem a favor das zonas mais húmidas³³. Observa-se, assim, que os rios, para o espaço em questão, têm vicissitudes muito díspares, com diferenças significativas no caudal, na forma dos vales, dos perfis longitudinais, na extensão, na dimensão das respectivas bacias hidrográficas ou, ainda, a forma como o leito de cheia se dispõe, assim como a frequência de tal ocorrência. Independentemente disso, parecem existir, para a maioria destes, grandes variações de caudal num ciclo anual motivadas pelo clima³⁴, com uma grande amplitude nas diferenças entre as estações secas e húmidas³⁵, que abordaremos de seguida.

²⁸ Vide Raquel Soeiro de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, *Portugal...op. cit.*, p. 75.

²⁹ “(...), o Baixo Mondego é uma planície aluvial dotada de uma natural fertilidade, mas sujeita a inundações de ritmo irregular, que a transformam, de vez em quando, num enorme lago quase rectilíneo que vai desde a serra ao oceano. A planície fica, depois, coberta pelo «nateiro» aluvial que assegura a fertilidade dos chamados «Campos». (...)”, vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra...op.cit.*, p. 280.

³⁰ Vide *Cronica del Moro Rasis. Versión del ajbar muluk al-Andalus de Ahmad ibn Muhammad ibn Musà al-Razi*, 889-955; romanizada para el rey Don Dionís de Portugal hacia 1300 por Mahomad, alarife, y Gil Pérez, clérigo de Don Perianes Porçel, Edição crítica pluritextual por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés com a colaboração de Margarita Estarellas, Mercedes García Arsenal y Paloma Montero no Seminario Menéndez Pidal, Madrid, Editorial Gredos, 1975, pp. 84-86.

³¹ Vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra...op.cit.*, p. 282.

³² “Todos os estuários sofreram a mesma evolução. O Mondego tem, na ilha da Murraceira, uma espécie de delta interior, dividindo o rio em dois braços antes de se lançar no mar por uma barra assoreada, onde se construiu o porto da Figueira da Foz.”, vide Orlando Ribeiro, “O mar e a costa”, *op. cit.*, p. 78.

³³ Vide José Mattoso, “Introdução”, *Identificação de um País...op. cit.*, p. 8.

³⁴ Vide Carlos Alberto Medeiros, *op. cit.*, p. 100.

³⁵ Vide Suzanne Daveau, “Comentários e actualização”, *op. cit.*, vol. II, p. 492.

0.1.3. O clima

O clima regula, por virtude das precipitações, como refere José Angel García de Cortázar, o regime hidrológico e, com isso, toda a natureza é por ele condicionada³⁶. Assim, não admira que as zonas mais favorecidas por este fenómeno correspondam também às regiões atlânticas da Península Ibérica, ao invés das que possuem um clima de pendor mediterrânico, uma dicotomia muito explorada pelos geógrafos, nomeadamente por Orlando Ribeiro no seu *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico*.

Escreve Lautensach que “Todos os valores climáticos referentes à chuva e à humidade apresentam em Portugal um mínimo em julho e agosto.”³⁷, ainda que com o contraste significativo entre o Norte e Sul, assim como entre o Litoral e Interior³⁸. Como grafa Orlando Ribeiro, por sua vez, “[...], o oceano é o grande regulador da atmosfera.”³⁹, imprimindo, assim, estas diferenças crassas entre estas divisões territoriais. Portanto, vê-se que praticamente qualquer zona do litoral acima da foz Mondeguina recebe, quanto à precipitação, mais de 1000 mm anuais, nos mais de 100 dias por ano em que esta ocorre, correspondendo a valores acima da média de todo o território português para o período entre 1954-55 e 1971-72. No entanto, Suzanne Daveau classifica o baixo Mondego como, neste prisma, um espaço ainda meridional. O vale do Vouga, onde nos focamos, variou, para os ditos anos, entre os 1000 e os 1400 mm para as zonas de menor altitude, com aumento progressivo nos valores à medida que esta aumenta para a Terra de Santa Maria – no norte daquele vale – e significativo para as montanhas que encerram as planícies desta bacia hidrográfica, visível, sobretudo, nos meses mais secos do ano. Acima do rio Douro, por outro lado, vê-se, no litoral, uma continuidade face ao observado mais a Sul, ainda que os aumentos sejam mais acentuados e a uma cadência mais elevada à medida em que se aproxima das formações montanhosas do Minho⁴⁰. A nível térmico, a diferença é mais subtil nas regiões mais baixas⁴¹, com as temperaturas médias máximas e mínimas a serem moderadas para os meses mais quentes e frios, ocorrendo uma oposição face aos montes do interior que as limitam nos meses de Inverno, onde as descidas de temperatura são mais agressivas⁴², algo também visível pela insolação, nos mesmos moldes.

³⁶ Vide J.A. García de Cortázar, *op. cit.*, p. 62.

³⁷ Vide Hermann Lautensach, “As características climáticas”, *op. cit.*, vol. II, p. 343.

³⁸ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 357-360.

³⁹ Vide Orlando Ribeiro, *Portugal...op. cit.*, p. 101.

⁴⁰ Vide Suzanne Daveau, “Comentários e actualização”, *op. cit.*, vol. II, pp. 398-406.

⁴¹ Vide Raquel Soeiro de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, *op. cit.*, p. 75.

⁴² Vide Suzanne Daveau, “Comentários e actualização”, *op. cit.*, vol. II, pp. 422-450.

Em suma, vemos a área compreendida entre os rios Mondego e Vouga, da “barreira formada pela corda de serras do Minho ao Caramulo”⁴³, a destacar-se das demais zonas consideradas, de carácter Atlântico, acentuando o seu carácter de transição, notória, sobretudo, nos meses mais secos, embora com uma frequência significativa face aos demais territórios do actual território português de pendor mediterrânico. No entanto, há que ressaltar que os dados apresentados, por serem nossos contemporâneos, podem não corresponder à melhor representação do clima na região para o século XI, especialmente considerando as importantes mutações na dinâmica fluvial e na costa marítima, nomeadamente quanto ao rio Mondego e à Ria de Aveiro.

0.1.4. O solo

Quando se estuda temáticas relacionadas com a História Rural, reduzido à região ou lugar, nomeadamente povoamento, gestão e controlo de património de carácter fundiário, há que considerar as várias características do solo, especialmente dos seus atributos físicos (espessura, granulometria ou capacidade de retenção da água) e químicos (acidez ou basicidade), assim como a sua associação com o relevo⁴⁴ e a dependência do “tipo de clima e do ritmo do tempo”⁴⁵.

Como o espaço tratado é constituído sobretudo por planícies – e pequenos vales –, o solo é, aqui, mais espesso e passível de alterações químicas pela abundância de água, ao contrário das zonas de montanha, mais susceptíveis à erosão devido às suas vertentes. Nas bacias do Vouga e Mondego observa-se, por sinal, predominância de rochas sedimentares, como calcários – que no processo de erosão química, a dissolução, formam bolsadas de *terra rossa*, o que pode justificar nomes como Mamarrossa, no concelho de Oliveira do Bairro –, mas, também, argilas, margas e calcários menos puros⁴⁶, que dominam a região. Tal transpõe para a toponímia, sobretudo na área compreendida entre os rios supramencionados, seja regional, como Bairrada, como a nível local, sendo exemplos Barrô, Lamas do Vouga, Ventosa do Bairro ou Oliveira do Bairro, entre outros, e que alimentou, em períodos mais tardios à nossa cronologia, a indústria cerâmica⁴⁷.

⁴³ Vide Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 102.

⁴⁴ Vide J.A. García de Cortázar, *op. cit.*, pp. 64-65.

⁴⁵ Vide Raquel Soeiro de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, *op. cit.*, p. 63.

⁴⁶ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 63-64.

⁴⁷ Vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra... op.cit.*, p. 295.

No entanto, note-se que quanto mais para Sul, mesmo para a área balizada, os solos começam a tornar-se mais pobres, menos espessos e profundos, uma característica comum a parte muito significativa do que é hoje Portugal⁴⁸.

0.1.5. A vegetação

A cobertura vegetal está dependente, invariavelmente, de todos os parâmetros supra-referidos (particularmente temperatura e pluviosidade), a que se junta, não raras vezes, o papel do ser humano, com a plantação ou devastação do manto verde. No entanto, é de extrema relevância na paisagem, pelo papel definidor na formação do *habitat*, ainda que subordinada, e do espaço geográfico⁴⁹.

Escreve Orlando Ribeiro sobre a cobertura vegetal para o Noroeste português:

“À acção do oceano, que atenua o calor e a secura estivais e mantém chuvas abundantes, se deve que, através do Cantábrico, algumas espécies vegetais da Europa média alcancem o território português e aqui tenham o limite meridional da sua expansão. Estão neste caso as árvores de folha caduca que, no Norte de Portugal, formam os últimos povoamentos importantes.”⁵⁰.

Para as condições atlânticas existentes, o carvalho alvarinho, concentrado no Noroeste – ainda que sobretudo a partir do Vouga, não descendo além do Mondego –, é das espécies vegetais mais características, assim como o tojo, para o litoral ou, ainda, o pinheiro bravo, próprio dos areais de beira-mar, onde detém um papel muito específico por parte das populações, mas de um período incerto para a introdução neste espaço (muito provavelmente posterior ao século XI)⁵¹.

Quanto à área específica da Bairrada e para os montes limítrofes, há que notar a grande mutação da cobertura vegetal, na medida em que, hoje, o eucaliptal ocupa uma porção já muito assinalável, mas as videiras, por virtude da economia local, enchem uma boa parcela da planície. Já a luxuriante mata do Buçaco é uma criação dos monges Carmelitas

⁴⁸ Vide Raquel Soeiro de Brito e Henrique Souto, “O clima e as suas influências”, *op. cit.*, p. 64.

⁴⁹ “(...) Esta vegetação – dotada de amplitude ecológica definida, em virtude da qual, e dentro do que, para ela, serão valores limites de cada um dos diversos factores do meio, poderá desenvolver-se e até acomodar-se a condições locais de crescimento. Estas acomodações, todavia, manifestam simplesmente uma adaptação não hereditária, reversível, portanto, de cada indivíduo ao seu *habitat*. O comportamento, quanto a essa vegetação clímax, do conjunto da fauna e, em especial, do homem determinará, em derradeira instância, o destino histórico da mesma. Porém, neste caso, o espaço geológico inicial converteu-se já em espaço geográfico, que engloba em si mesmo os aspectos da natureza e os da História, estes acelerados desde que o homem faz nele a sua aparição.”, vide J.A. García de Cortázar, *op. cit.*, p. 65.

⁵⁰ Vide Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 102.

⁵¹ Vide *idem*, *ibidem*, p. 103.

Descalços no século XVII, quando ocuparam o monte com a construção de um convento na mesma centúria⁵².

Definiu-se, nas últimas páginas, a área a ser tratada no estudo do Mosteiro da Vacariça – e seus vários dependentes –, caracterizando o espaço onde irá florescer ao longo do século XI. Explorámos de forma breve a região compreendida entre os rios Ave e Mondego, na sua vertente litoral, onde aquele cenóbio e os demais que dele dependeram se ergueram. Em jeito de conclusão, localizaremos no espaço as mais variadas instituições dependentes desta “confederação” monástica, desde a casa-mãe aos que desta dependem.

Em torno do vale do Vouga, ver-se-ia o sistema composto pelos mosteiros da Vacariça, das Rocas e de Sever do Vouga, Trezói ou de Lauredo, que possivelmente constituiriam o modesto conjunto formado nos primeiros anos após a formação daquele. Estes estão, na sua quase totalidade, inseridos no início do dito complexo montanhoso que se começa a formar a Norte de Coimbra e a Este da região da Bairrada, nos sopés das montanhas ou nos vales por elas formados, em torno da via que conectava a cidade conimbricense ao espaço além-Douro. Antes desta marca limítrofe, o Mosteiro de Anta na Terra de Santa Maria, muito próximo ao mar, onde domina a planície. Por último, no espaço mais setentrional por nós abordado, igualmente em planície, junto à foz do Leça, observamos os mosteiros de Leça e Vermoim, assim como a igreja de Aldoar. Nesta área desenvolver-se-á parte muito significativa das possessões vacaricienses, sob domínio directo do primeiro destes, expandindo-se para partes diversas em torno dos rios Leça e Douro.

A variação geográfica, as mais variadas diferenças da disposição do património, a relação com as gentes de espaços notoriamente diferentes, a quem foram impressas fórmulas de organização e vivência no território divergentes, consagrado também pela geografia política que se foi impondo à região são, inegavelmente, vectores essenciais na definição do domínio e senhorio monástico, aos quais a instituição sobre a qual nos debruçamos não poderá dissociar-se nunca.

⁵² Vide Maria João Branco, “Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra...op.cit.*, p. 296 e António Augusto da Costa Simões, *Historia do Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Bussaco*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, pp. 15-20.

0.2. O mosteiro

0.2.1. Os objectivos

Definidos os limites espaciais e temporais, parece-nos imperativo determinar de seguida os objectivos do trabalho de investigação em questão, de modo a enquadrar definitivamente o nosso objecto de estudo. Pretende-se abranger, assim, nesta dissertação, as diversas questões que se prendem com a existência e sobrevivência de instituições monásticas peninsulares da Alta Idade Média e Central na fronteira com o Islão, pré-reforma gregoriana – *grosso modo*, o século XI – focando em particular o caso do Mosteiro da Vacariça, articulando-o com o território e com o quadro de relações sociais que daí adviriam.

Assim, nos mais variados prismas, considerando as premissas enunciadas, debruçamos-nos sobre: a gestão patrimonial do cenóbio; a aquisição dos bens, considerando sua vasta área de influência; as instituições dependentes; a associação com a nobreza ou outros membros da clerezia que mantinham uma relação de proximidade e benfeitoria com a instituição; a conjugação do carácter do monaquismo num *limes* político-administrativo e a herança de ideais monásticos mais setentrionais, assim como, ainda, a sua convivência com as comunidades que o rodeavam. Esta sua inserção num contexto regional particular que, por ser único e modelar por conta das suas vicissitudes, o levou a ser considerado, por alguns historiadores, como algo indisputável em estar-se perante um exemplo de cenobitismo “moçárabe”, um tema que se tornou, talvez, o grande destaque e motivação para as inúmeras referências historiográficas que o consideram.

Estes são os principais problemas sobre os quais procuraremos debruçar-nos, permitindo a criação de uma monografia que considere e condense os mais diversos factores da realidade conjuntural a que o mosteiro esteve sujeito, de modo a aprofundar o conhecimento histórico de parte dos condados de Portucale e Coimbra. No entanto, as características intrínsecas do tempo, espaço e sujeito desta investigação limitam, ou atrofiam, alguns dos pontos enunciados. Apesar de o silêncio constituir uma condição, por si só, *sine qua non*, quase indispensável, a verdade é que oculta, por outro lado, parte significativa da história do cenóbio. Desta forma, urge assumir que, apesar de uma vasta disposição de temáticas, em algumas destas pouco haverá a acrescentar ao que já foi feito ou, não menos comum, a exígua informação não permitirá mais que um conjunto de generalidades que pouco (ou mesmo nada) acrescentam. Assim, a representação que o leitor encontrará não será a desejada, mas a possível.

0.2.2. Os limites cronológicos

Embora o mosteiro que nos propomos estudar tenha só desenvolvido a acção ascética no século XI, com muitas indefinições para a centúria anterior e para a que se segue, uma instituição desta natureza requer, indubitavelmente, outro tipo de aproximação à sua cronologia – até pela crónica indefinição ou rarefação de testemunhos desta natureza para a Alta Idade Média. Além da conjuntura e das vicissitudes regionais patentes na documentação, o espaço onde se erigirá mais tarde é documentado anteriormente à sua existência, tanto como futuras dependências e benfeitores.

Assim, a observação não pode jamais corresponder e se limitar ao período que decorre entre as datas do primeiro (1002) e último documento ou até o seu fim como entidade livre e independente (1094). Não será de estranhar, então, que recuemos até à primeira metade do século X ou que avancemos até meados do século XII, tanto pela necessidade de recuperar elementos sobre propriedades antes, como depois de passarem ao seu domínio, tal como, pelos mesmos critérios, de enquadrar pessoas que com aquela se relacionavam. Outra abordagem não seria operatória e, porventura, deixaria de fora uma porção significativa de dados essenciais para a compreensão do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça.

Apesar de o volume de documentação ser considerável para um estudo desta natureza e por virtude da abordagem que acabámos de enunciar, multiplicando várias vezes o corpo documental principal, consideramos que só assim será possível a captação e compreensão do espaço, da instituição, da população e de todos os outros elementos do universo que o rodeia. Como tal, seria desonesto para com o leitor dizer que estamos perante um estudo que se centra no século XI pois é nossa convicção que, tal como o carácter geográfico, as suas características intrínsecas exigem a transposição desta delimitação cronológica.

Por sua vez, tentar-se-á enquadrar as diversas circunstâncias identificadas na história do mosteiro que transparecem na sua documentação, a momentos significativos cronologicamente de carácter político, militar, religioso ou social pois, inequivocamente, este é vítima do contexto que o rodeia, logo indissociável dos ritmos da expansão cristã, da confrontação entre os ditos “moçárabes” e “reformistas” na região que o envolve, assim como das mutações sociais e de ocupação do espaço verificáveis para a época.

0.2.3. Estado da Arte

Nas páginas anteriores já se podem ler algumas pistas e indícios das temáticas pelas quais o Mosteiro da Vacariça foi destacado pela historiografia. Contudo, apesar da propagada importância do mesmo, ao ponto de ser considerado, para a sua cronologia, como um dos mais importantes no que viria a ser território português, a verdade é que a quantidade dos trabalhos sobre este cenóbio é reduzida. A inexistência de qualquer vestígio físico da sua existência, mesmo que arqueológico, tal como a descontinuidade do seu funcionamento para além do início do século XII contribuiu, garantidamente, para o menor interesse da sociedade e consequente menor atenção historiográfica quando comparada, por exemplo, com o não longínquo Mosteiro de Lorvão.

O número e profundidade dos estudos elaborados depende de muitas variáveis, tais como a disponibilidade documental e as tendências da historiografia dominantes em cada época. Estando-se perante uma temática que diz respeito à História religiosa, de pendor dominial, há a considerar o grande aumento de produção historiográfica desde meados do século XX sobre domínios e senhorios religiosos, em particular nos últimos decénios da última e da presente centúria. Todavia, há que sublinhar que incidem maioritariamente sobre as cronologias mais tardias, pois com a exclusão das sedes diocesanas e do período pós-reforma beneditina, desde as Ordens Militares às Ordens Mendicantes⁵³, a quantidade de estudos incidindo sobre o património é diminuto – embora o interesse tenha seguido uma tendência ascendente nas últimas décadas. Poderemos, como tal, assumir que estas questões para o período destacado não seduziram os historiadores portugueses.

Contudo, reconhece-se que os meios para esse género de estudos não sejam os mais numerosos, mercê da ausência de formação de grandes abadias como aquelas que existem além-Pireneus, ou até mesmo comparáveis aos mais importantes ascetérios existentes noutros espaços da Península Ibérica, a verdade é que mesmo os melhores exemplares do monaquismo existentes antes da formação do reino de Portugal estão, no que diz respeito ao seu património, deficitariamente analisados⁵⁴.

⁵³ O número de trabalhos e autores é muito significativo, mas poderemos referir a importância da obra de Iria Gonçalves, mormente sobre o Mosteiro de Alcobaça, dos cónegos Avelino Jesus da Costa e José Marques sobre a Sé de Braga e a sua diocese, assim como Maria Alegria Marques, Maria Filomena Andrade, João Luís Fontes, Luís Miguel Rêpas ou Luís Carlos Amaral. Destaca-se, ainda, a obra compilatória de referência sobre instituições e respectivos testemunhos documentais elaborada sob a direcção de Bernardo de Vasconcelos e Sousa, vide Bernardo Vasconcelos e Sousa (dir.), *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

⁵⁴ Obras como a de José Mattoso sobre a Abadia de Pendorça ou a de Maria Helena da Cruz Coelho sobre o Mosteiro de Arouca, apesar de já terem algumas décadas, correspondem a algumas das raras excepções

De qualquer forma, sendo a Vacariça uma das fundações monásticas mais importantes para o Ocidente peninsular na cronologia apresentada, mesmo que os trabalhos especificamente em si focados sejam em números muito pouco expressivos, algo desactualizados e decorrentes de outros períodos da historiografia muito específicos – resultado do quadro acima descrito –⁵⁵, a verdade é que a sua documentação motivou o estudo ou a alusão dos mais variados aspectos que associar-lhe-iam como característicos ou marcantes. Vários autores fizeram-lhe alusão em diversas obras, fosse em questões relativas a matérias religiosas, como o actualismo e a relação com outras regras monásticas, às conexões desenvolvidas com as suas dependências, as relações com leigos, nomeadamente aqueles com os quais as estabelecia de forma mais profunda, fosse pela sua colocação no quadro das tensões políticas, sociais e religiosas coevas que ocorreram para o território em que se localizava – temáticas nas quais se destacam autores como C.J.

de monografias sobre um mosteiro nas condições enunciadas, apesar de o grosso das obras a que fazemos alusão avance para além da cronologia por nós indicada anteriormente, vide José Mattoso, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 11: *A Abadia de Pendurada. Das Origens a 1160*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002 e Maria Helena da Cruz Coelho, *O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1977.

⁵⁵ O Mosteiro da Vacariça motivou historiograficamente algumas linhas por parte de autores com motivações religiosas a partir do dealbar de seiscentos, estando entre estes Fr. Leão de São Tomás, na sua monumental *Benedictina Lusitana*, onde o mosteiro é apontado, tal como o título da obra indica, como mais um cenóbio beneditino e, também, fundado como dependência de Lervão, vide Fr. Leão de São Tomás, *Benedictina Lusitana*, notas críticas de José Mattoso, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974, t. I, pp. 348-350. Outros autores, como Bernardo de Brito, António Brandão, George Cardoso e Antonio de Yepes, também associaram a casa vacariçense à famosa instituição laurbanense, vide António Augusto da Costa Simões, *op. cit.*, p. 4. Em desacordo com aquele estava Frei António da Purificação, como se pode ler na sua *Chronica da Antiquissima Provincia de Portugal da Ordem dos Eremitas de S. Agostinho Bispo de Hipona & Principal doutor da Igreja*, apontando-o, por sua vez aos cônegos agostinhos e fazendo recuar a sua fundação até ao tempo de Paulo Orósio. Mais tarde, em meados do século XIX, outros trabalhos são publicados, estando entre estes os artigos de Miguel Ribeiro de Vasconcellos e do já mencionado António Augusto da Costa Simões, vide, respectivamente, *Notícia Histórica do Mosteiro da Vacariça doado à Sé de Coimbra em 1094 e da Serie Chronologica dos Bispos desta Cidade desde 1064 em que foi Tomada aos Mouros*, Lisboa, Typographia da Academia das Ciências de Lisboa, 1857 e *op. cit.*, pp. 3-14. Não se estranhe, como tal, os vários problemas que se observam, certamente relacionados e motivados pela historiografia sua contemporânea. É, também, coevo a estes autores António Carvalho Velho de Barbosa, autor da *Memoria Historica da Antiguidade do Mosteiro de Leça chamado do Balio. Da Ordem a que pertenceu, das diferentes alterações, que teve, dos primeiros povos, que por estes sítios habitaram*, Porto, Na Casa de Ignacio Corrêa, Editor e Livreiro, 1852. Este, embora se centre no Mosteiro de Leça, é também um importante estudo que diz respeito ao nosso cenóbio, por virtude das relações de dependência institucional que conectava estas duas casas. Um século posterior é o ensaio de Augusto Soares de Sousa Baptista, datado de 1954, com visões muito próprias sobre as origens do mosteiro sobre as quais nos debruçaremos mais à frente, vide Augusto Soares de Sousa Baptista, “Mosteiro da Vacariça”. Aveiro, Coimbra Editora, 1954. Separata do vol. XX do *Arquivo Distrital de Aveiro*. Contemporâneo a este é o verbete na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, correspondendo a uma entrada sobre a actual freguesia da Vacariça, no concelho da Mealhada, mas que dá significativa atenção à sua história e, por conseguinte, ao mosteiro, vide “Vacariça”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 33, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], pp. 652-657.

Bishko⁵⁶, José Mattoso⁵⁷, Leontina Ventura⁵⁸, Maria João Branco⁵⁹, Maria Teresa Nobre Veloso⁶⁰ e Maria Alegria Marques⁶¹, entre outros.

⁵⁶ Para a questão da regra é exemplo o artigo de Charles J. Bishko com uma reflexão sobre a Vacariça e o monaquismo pactual, que motivou um debate com José Mattoso, vide Charles J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of S. Salvador da Vacariça”, *Spanish and Portuguese Monastic History. 600-1300*, Londres, Variorum Reprints, 1984, pp. 139-154 e José Mattoso, “O Monaquismo tradicional em Portugal no século XII”, *Fragmentos de uma Composição Medieval*. 2ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 167-181.

⁵⁷ Quanto à sua inserção no monaquismo hispânico em trabalhos do supramencionado José Mattoso, destacam-se os artigos “Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, “O monaquismo ibérico e Cluny”, “A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica”, “A cultura monástica em Portugal (875-1200)”, vide idem, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002; idem, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; idem, *Fragmentos de uma Composição Medieval*. 2ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993. Pode-se ainda destacar a pequena nota histórica da sua autoria, quanto ao monacato pré-benedictino, na obra compiladora sobre as ordens religiosas em Portugal coordenada por Bernardo Vasconcelos e Sousa, vide José Mattoso, “Nota Histórica”, *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 29-31. Do mesmo autor para a vertente das relações com a nobreza, especialmente para alguns dos indivíduos em específico que irão desenvolver relações de extrema proximidade com o cenóbio vacariense, vide idem, *Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII*, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1985 e *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001. Note-se ainda, por virtude de uma sistematização do monaquismo hispânico a Sul do rio Douro, a referência ao nosso cenóbio, junto de outros, sobre as fundações mais meridionais do espaço cristão ocidental, na obra *Identificação de um País*, vide idem, *Identificação de um País...op. cit.*, pp. 208-209. Note-se, ainda, a importante síntese sobre o Ocidente peninsular na Alta Idade Média encontrada no primeiro volume da História de Portugal por si dirigida, vide idem, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. I – *Antes de Portugal*. Coordenação de José Mattoso, [s.l.], Círculo de Leitores, 1992, pp. 438-565.

⁵⁸ No quadrante sócio-económico, vide Leontina Ventura, “O cavaleiro João Gondesendes: sua trajectória político-social e económica (1083-1116)”, *Revista de História Económica e Social*, nº15, Lisboa, Janeiro-Junho, 1985, pp. 31-69; idem, “As Cortes ou a Instalação em Coimbra dos fideles de D. Sesnando”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Universidade do Porto, vol. III, 2006, pp. 37-52; idem, “Introdução”, *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII*, Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 9-44; idem, “O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes”, *Revista Portuguesa de História*. T. XXXVI: *Homenagem aos Professores Manuel Ferrand de Almeida e António de Oliveira*. Vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto de História Económica e Social, 2002-2003, pp. 89-114.

⁵⁹ Vide Maria João Branco, “Reis, condes, mosteiros e poderes: O Mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (secs. IX-XII)”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurabanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 27-80.

⁶⁰ Vide Maria Teresa Nobre Veloso, “Reconquista e fomento agrário na região da Bairrada (séculos IX-XII), segundo a documentação do Livro Preto da Sé de Coimbra: alguns aspectos”, *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, direcção de Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus. Coordenação de Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, pp. 667-672; idem, “A região de Cantanhede segundo os documentos do Livro Preto da Sé de Coimbra”, *Revista Portuguesa...op. cit.*, t. XXXV, Coimbra, 2001-2002, pp. 171-193; idem, “O culto de Santa Comba e o (re)povoamento do Vale do Dão (sécs. X-XI)”, *Revista Portuguesa...op. cit.*, t. XL, Coimbra, 2008-2009, pp. 251-271 e idem, “Sever do Vouga – Terra de cristãos em tempo de domínio muçulmano – segundo a documentação do Livro preto da Sé de Coimbra”, *Stvdium Dilectvm. Colectânea de Homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida pelo seu 50.º Aniversário de Actividade Científica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, pp. 333-339.

Obras como a tese doutoral do já sobejamente mencionado José Mattoso – intitulada *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocèse de Porto de l'An Mille à 1200*, que corresponde, assim como o título indica, ao monaquismo na diocese do Porto – acabam por ser extremamente importantes, como modelos de aproximação hermenêutica aos testemunhos e, não menos importante, por se tratar de uma obra de referência para uma zona geograficamente próxima. Para mais porque o nosso mosteiro ao deter vastos interesses e bens nesta região, torna-se, desta forma, um elemento também ele central na dita obra⁶².

Por virtude da proposta por nós apresentada e das limitações inerentes à cronologia estudada, a aproximação a outros casos hispânicos é absolutamente essencial, seja pela necessidade de colmatar falhas impossíveis de preencher com os testemunhos somente oriundos de São Salvador e São Vicente, seja pela pertinência da confrontação com outros cenóbios, de modo a ter-se uma visão comparativa que permita estimar eventuais legados, dimensões e impactos mútuos ou partilhados no espaço, desde de carácter local, regional ou, até, peninsular. Assim, a introdução de documentação vária de mosteiros como Lorvão (*LT*), Santa Cruz de Coimbra (*LS*) ou Grijó (*BF*) torna-se imperativa – além de parte presente no *LP* além da relacionada exclusivamente ou parcialmente com a Vacariça⁶³ –, mormente quando se considera a sua intersecção espacial ou institucional.

Esta intersecção também será efectuada com alguma profundidade com fundações galegas e castelhanas, mais notoriamente com os célebres São Salvador de Celanova e

⁶¹ Vide Maria Alegria Marques, “Evolução do monaquismo feminino, até ao séc. XIII, na região de Entre e Tejo”, *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 9-27.

⁶² Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocèse de Porto de l'An Mille à 1200*. Dissertação de doutoramento em Ciências Históricas, apresentada à Université de Louvain, Lovaina, 1968.

⁶³ Na sua esmagadora maioria presente no *LP* da Sé de Coimbra, um cartulário diocesano elaborado no fim do século XII e onde se encontra copiado parte significativa do espólio documental do Mosteiro da Vacariça. Entretanto, recentemente editado, foi utilizada para este trabalho a mais recente edição, dirigida por Manuel Augusto Rodrigues, que conta também com uma extensa introdução da sua autoria que incide sobre a conjuntura coeva à elaboração da documentação e do instrumento arquivístico em que foi compilada, vide Manuel Augusto Rodrigues, “Introdução”, *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Edição crítica, texto integral, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999, pp. XXV-CCXXVII. Veja-se, igualmente, o artigo de Maria do Rosário Morujão sobre o mesmo, “O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do cartulário”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 8, Coimbra, Palimage, 2008, pp. 7-43, enquadrado com uma tese de capital importância sobre a diocese, vide Maria do Rosário Morujão, *A Sé de Coimbra. A Instituição e a Chancelaria (1080-1318)*, Lousã, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010. Os perigos desta documentação, todavia, são sublinhados pelo célebre artigo de Gérard Pradalié, no qual consegue demonstrar a interferência posterior na mesma, derivado das tensões sociais vividas na região de Coimbra na passagem do século XI ao XII e a forma como se refletiu na falsificação de vários diplomas, vide Gérard Pradalié, “Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbra au début du XIIe siècle”, *Mélanges de la Casa de Velásquez*, 10, 1974, pp. 77-97.

San Millán de la Cogolla. Aquele, galego – a que juntamos outros da mesma região⁶⁴ – e, para a cronologia indicada, relativamente distante da fronteira e das suas especificidades, assim como este, no *limes* oriental do espaço subordinado à autoridade leonesa (embora dentro do condado de Castela), contrapondo longitudinalmente face à Vacariça, agregando em si um património muito significativo e rico, tornando-se numa das maiores instituições monásticas da Península com alguma margem⁶⁵.

Intitulada de *El Dominio del Monasterio de San Millán de Cogolla (siglos X a XIII). Introducción a la Historia Rural de Castilla Altomedieval*, esta obra esquemática e modelar de José Ángel García de Cortázar constitui-se, para nós, como um guia do qual, além de informação própria e particular a este cenóbio, muitas vertentes sobre a gestão dominial de uma instituição religiosa peninsular se retiram e adoptam, auxiliando na composição de muitos outros casos. É, assim, das mais importantes monografias sobre o estudo do património monástico medieval e da sua imposição no território peninsular jamais elaboradas. Apesar de ser complexa a calibração destes mosteiros de maior dimensão – logicamente que requiere a devida contextualização e justificação pelo empreendimento de tal abordagem – com as abadias de pequena e média dimensão, por esta mesma razão – como classificariámos o mosteiro aqui tratado neste estudo num contexto ibérico –, pois a documentação é muito menor, tal como a sua forma e alcance

⁶⁴ Na região imediatamente a Norte do actual espaço português, a Galiza, as instituições religiosas regulares de maior dimensão – certamente incomparáveis com as suas coevas congéneres meridionais – terão aliciado um maior número de estudiosos a debruçarem-se sobre os seus espólios documentais. Intitulada de *El Monacato Benedictino y la Sociedad de la Galicia Medieval (Siglos X al XIII)*, a tese doutoral de José Miguel Andrade Cernadas vai nesse sentido, sistematizando os domínios e conjugando-os com os processos de beneditinização – e posterior evolução – de algumas maiores casas nesta região (Samos, Celanova, Antequares e Pinario), vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *El Monacato Benedictino y la Sociedad de la Galicia Medieval (Siglos X al XIII)*. Publicações do Seminario de Estudos Galegos, A Coruña, Edicios do Castro, 1997. Cingindo-se àquela fundação dinamizada por São Rosendo e que mais impacto teve no Noroeste peninsular nos séculos centrais da Idade Média, há também que destacar o significativo espólio documental, pois a instituição monástica tem, em forma de comparação face às congéneres meridionais, nada menos que 504 documentos anteriores à viragem para o século XII, vide idem (ed.), “Introducción”, *O Tombo de Celanova. Estudio Introductorio, Edición e Índices (ss. IX-XII)*, Santiago de Compostela, Consello de Cultura Galega, 1995, p. XX. Quanto ao Mosteiro de São Julião de Samos há que destacar, além de Andrade Cernadas, Maximino Arias Cuenllas, que muito publicou sobre esta abadia localizada junto ao célebre Caminho de Santiago. Entre as suas publicações encontra-se a monografia *Historia del Monasterio de San Julián de Samos*, assim como importantes artigos sobre a mesma unidade. Anterior a estas publicações, poder-se-á destacar P. Arias com a *Historia del Real Monasterio de Samos*, publicada em 1950.

⁶⁵ Vide José Ángel García de Cortázar, *El Dominio del Monasterio de San Millán de Cogolla: siglos X a XIII (siglos X a XIII). Introducción a la Historia Rural de Castilla Altomedieval*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1969. Mesmo que não tenhamos recorrido a este trabalho em particular, não poderemos deixar de destacar o correspondente para a casa de Sahagún, vide José María Mínguez Fernández, *El Dominio del Monasterio de Sahagún en el Siglo X. Paisajes Agrarios, Producción y Expansión Económica*, Salamanca, Ediciones Universidad de Salamanca, 1980.

na implantação no território e criação de um domínio, a verdade é que estes não podem ser desconsiderados pois, evidentemente, continuariam a servir como modelo e inspiração a instituições mais modestas.

Desta forma, naquela obra, são sublinhados traços como a formação do domínio, através de compras, doações ou emprazamentos, com uma atenta análise do grupo social dos benfeitores, o tipo de aquisições, a gestão e exploração do património enquadrando a paisagem envolvente, assim como as mutações do mesmo, entre outros aspectos da mais extrema relevância no estudo de uma instituição como estas.

Retornando ao Ocidente peninsular e à instituição que nos comprometemos a estudar, há que destacar, de elaboração recente, já no presente século, os trabalhos de Mário de Gouveia, com a elaboração de um abaciológico, na sequência de vários estudos do autor sobre religiosidade, cultura e sociedade para o período da Alta Idade Média e Central na região (entre as quais uma tese envolvendo o mosteiro laurbanense)⁶⁶, e de Gonçalo Matos Ramos que, na sua dissertação de mestrado sobre liminaridade no Entre-Douro-e-Tejo, lhe deu particular atenção, junto de outras casas monásticas como São Mamede de Lorvão, assim como a dependência vacariciense em Leça⁶⁷.

⁶⁶ Vide Mário de Gouveia, “Abaciológico do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 12, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 55-78; idem, “As Mãos na Cultura Letrada das Sociedades de Fronteira da Alta Idade Média Hispânica: Expressões Diplomáticas de Funcionalidade e Ritualidade”, *O Corpo e o Gesto...op. cit.*, pp. 139-156; idem, “Hermenegildo Guterres e a presúria de Coimbra (séc. IX-X)”, *Olhares sobre a História...op. cit.*, pp. 279-292; idem, “Inventário de referências a livros litúrgicos na documentação asturiano-leonesa relativa ao Entre-Minho-e-Mondego (sé. IX-XI)”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, t. XXXI – *Vivências Religiosas Femininas Medievais*, Lisboa, Janeiro-Junho de 2015, pp. 167-196; idem, “O essencial sobre a analítica monástica portugalense (séc. XI-XII)”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, t. XXV – *A Expansão do Religioso: Dinâmicas, Idealizações e Expectativas (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, Janeiro-Junho de 2012, pp. 183-226 e idem, “Os Moçárabes de Coimbra na frente de resistência à Monarquia Leonesa (séc. XI-XII)”, *Xarajīb. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes*, n.º 7, Silves, 2009, pp. 35-48, entre outros. Quanto à dissertação de mestrado, intitula-se *O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense. Os Anais do Lorvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII)*, Dissertação de Mestrado em História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

⁶⁷ Vide Gonçalo Matos Ramos, *Paradigmas de Liminaridade no Entre-Douro-e-Tejo: Um Interface Arqueológico de Poderes (987-1131)*. Dissertação de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa, 2014. Exemplar policopiado e, ainda, um artigo na sequência desta intitulado, idem, “Horizontes mentais demarcatórios - análise terminológica aos corpora dos Mosteiros de S. Mamede de Lorvão e de S. Vicente da Vacariça (1002-1116)”, *Incipit 3. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*. Coord. de Diogo Faria e Filipa Lopes, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, pp. 23-35.

Apresentámos, desta forma, parte significativa dos estudos que se constituem de máxima relevância para este empreendimento, com as aproximações a São Salvador e São Vicente a constituírem-se, na sua maioria, como abordagens restritas, com a quase totalidade a incidir, indubitavelmente, às mutações e tensões visíveis neste período sob várias formulações temáticas e matizes, nomeadamente com o choque e convívio do mundo fronteiro entre cristãos e muçulmanos, numa região que se constituiu como tal durante várias centúrias. Assim, converteu-se em espaço de excelência para o desenvolvimento de um sincretismo cultural e, também, choque, derivado das influências externas, de qualquer um dos lados.

0.3. A documentação e o Arquivo

Quando, em 1094, os condes Raimundo e Urraca doaram à Sé de Coimbra e seu bispo Crescónio o Mosteiro da Vacariça⁶⁸, com ele terá transitado, certamente, o seu arquivo se, de facto, existiu de uma forma organizada e consciente. O processo de transferência deste terá decorrido quando passou a depender directamente da diocese, logo em 1094 – ainda que a importância deste património não seja explícita como na doação do Mosteiro de Lorvão em 1109⁶⁹ – ou, possivelmente, com o fim da comunidade organizada alguns anos mais tarde⁷⁰.

Como tal, a documentação está – se bem que não a original –, na sua esmagadora maioria⁷¹, presente no cartulário denominado por *Livro Preto (LP)* da Sé de Coimbra.

⁶⁸ “(...), facimus cartam testamenti, ecclesie Sancte Marie supradicte sedis episcopalis, de cenobio Vocaricie quod est situm prope ipsam Colimbriam, subtus monte Buzaco. Damus ipsum supradictum cenobium, cum suis cunctis adjectionibus que ad illum pertinet, tam ecclesiasticis quam laicalibus, in cunctis terris et locis, ad subventionem beneficii et adjutorium episcoporum et clericorum, (...), in supradicta sede ecclesie Sancte Marie habitantium, (...)”, vide *LP*, n.º 82, p. 132.

⁶⁹ “(...) Damus supradictum cenobium, cum suis adjectionibus cunctis que ad illud pertinent, tam ecclesiaria quam laicalia, terras, villas, culta et inculta, et omnia que scripta sunt in testamentis ejusdem cenobii predicti, ad sustentationem beneficii et adjutorium episcoporum et clericorum (...)”, vide *LP*, n.º 59, p. 99. Como se pode observar nesta e na nota anterior, as passagens citadas são bastante semelhantes, sendo, no entanto, a informação sobre os escritos exclusiva à carta de doação laurbanense. No entanto, a nosso ver, não implica que, neste ponto, tenha sido diferente a acção ocorrida 15 anos antes, ainda que, por virtude da situação complexa vivida em Coimbra em inícios do século XII, as medidas possam ter sido diferentes.

⁷⁰ Não se sabe ao certo quando, mas o cenóbio persiste ainda no dealbar do século XII, ainda que sob a égide da Sé de Coimbra e respondendo perante o seu bispo, como demonstra a documentação do posterior ao ano de 1094, como veremos mais à frente no presente trabalho.

⁷¹ Todos os testemunhos documentais que sobreviveram estão presentes no cartulário, ainda que uma minoria de exemplares coevos tenha também sobreexistido por outra via, tanto com origem no mosteiro da Vacariça como do resto da “federação” monástica que gravitava em seu tomo, sendo estes os AN/TT,

Este instrumento foi composto durante o governo do bispo Miguel Salomão (1162-1176)⁷², certamente influenciado pela cultura e tendências de organização do arquivo de uma instituição religiosa da Europa ocidental à época⁷³, assim como pelas vicissitudes da diocese que dirigia.

Como fontes auxiliares, há que destacar os produtos notariais dos mosteiros de Lorvão, Grijó e Santa Cruz de Coimbra, nomeadamente na forma dos seus cartulários, *Liber Testamentorum* (LT), *Baio-Ferrado* (BF) e *Livro Santo* (LS), respectivamente. A sua importância para o nosso objecto é devida à sua sobreposição territorial, às referências das mesmas pessoas (de condição social diversa), além de, pelo seu carácter cronológico, permitir ter uma visão de tempo-longo de determinadas zonas específicas, tanto antes da existência da nossa instituição, como posteriormente à sua dissolução e, assim, possibilitar um conhecimento mais profundo sobre o espaço sobre o qual outrora se impôs o domínio e as dependências de São Salvador e São Vicente.

Debrucemo-nos, então, sobre aquele primeiro cartulário nas páginas que se seguem.

0.3.1. O *Livro Preto* da Sé de Coimbra

A autora Constance B. Bouchard apresenta os cartulários como “(...): they were novel, even revolutionary when they were first put together in the eleventh through thirteenth centuries, and represented a new way of organizing and thinking about both a monastery’s past and its possessions. (...)”, acrescentando que não existem cartulários franceses antes do ano 1000 e que a maior densidade na produção não arranca antes da década de 1120⁷⁴. Em Inglaterra, a constituição de um *scriptorium* organizado dentro da esfera religiosa apareceu no seguimento de mudanças primeiramente efectuadas na Coroa⁷⁵, como refere M.T. Clanchy na sua obra *From Memory to Written Record*. Assim, os cartulários são, também, resultado deste processo longo de mutação das mentalidades envolvendo a escrita, sendo o primeiro conjunto conhecido para as ilhas britânicas datado de meados

Cabido da Sé de Coimbra, Docs. Particulares, mç.1, n.ºs 7, 10, 11, 29, 34, 38, 42 e 57, correspondendo, respectivamente, aos números 72, 147, 118, 361, 160, 41, 149 e 119 no LP.

⁷² Sobre este bispo, vide Maria do Rosário Morujão, *op. cit.*, pp. 107-112.

⁷³ Vide M.T. Clanchy, “Introduction”, *From Memory to Written Record. England 1066-1307*, 3ª edição, Nova Deli, Wiley-Blackwell, 2013, p. 5.

⁷⁴ Vide Constance B. Bouchard, “Monastic Cartularies: Organizing Eternity”, *Charters, Cartulaires and Archives. The Preservation and Transmission of Documents in the Medieval West*, edição de Adam Kosto e Anders Winroth, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, pp. 22-23.

⁷⁵ Vide M.T. Clanchy, *op. cit.*, p. 58.

do século XI, pouco antes de os normandos reclamarem o trono inglês e estimularem a relação com a escrita neste espaço, procurando, também, as instituições nativas justificarem aos novos governantes as suas possessões e privilégios⁷⁶. Na Península Ibérica, por sua vez, nos reinos mais ocidentais (i.e. Castela, Leão, Galiza e, mais tarde, Portugal), o cartulário identificado como sendo mais prematuro é o *Becerro Gótico de Cardeña*, que terá sido composto em torno de 1086⁷⁷, enquanto no espaço que viria a ser o reino português, o primeiro terá sido o *Liber testamentorum* de Lorvão⁷⁸, datado para pouco depois de 1116, o ano da sua restauração por parte da Sé de Coimbra.

Para a Sé conimbricense da segunda metade do século XII a composição, uma forma de registo secundário⁷⁹, surgia num período de rivalidade com os cónegos regantes de Santa Cruz – ainda que não fosse tão intensa como nas décadas anteriores –, das disputas territoriais com a homóloga do Porto e o fim da tutela sobre as dioceses de Viseu e Lamego, restauradas em 1147, como aponta Maria do Rosário Morujão⁸⁰.

É, então, nesse sentido que, para o bispado mondeguintino, o reconhecimento de todo o património adquirido pela Sé de Coimbra, nomeadamente nos cerca de cem anos que mediavam entre a sua restauração e a sua elaboração, era da mais extrema capitalidade. Um tombo que servisse, do ponto de vista interno (pois pouco uso jurídico teria), para: uma gestão arquivística mais prática e operatória dos documentos relativos aos vastos bens⁸¹; o registo dos privilégios e direitos; a transcrição de muitos originais em letra visigótica – cada vez mais difíceis de interpretar – para a letra carolina, no momento a letra dominante⁸²; a actualização da toponímia e antroponímia, assim como a correcção de eventuais erros detectados; por razões de segurança (pois era mais fácil de transportar e de, assim, garantir a integridade das cartas)⁸³ ou até a criação de uma narrativa com recurso ao espólio dos “arquivos”, preservando assim a memória da instituição.

⁷⁶ Vide idem, *ibidem*, pp. 103-104.

⁷⁷ Vide Marta Herero de la Fuente e José Antonio Fernández Flórez, “El «Liber Testamentorum» de Lorvão y sus tipos documentales, en el contexto de los cartularios de los reinos hispánicos occidentales”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis...op. cit.*, p. 245.

⁷⁸ Vide Maria do Rosário Morujão, “O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do cartulário”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 8, 2008, pp. 7-8.

⁷⁹ Pois corresponde a compilações de documentos, não desempenhando, assim, a sua função original, vide M.T. Clanchy, *op. cit.*, p. 86.

⁸⁰ Vide Maria do Rosário Morujão, “O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do cartulário”, *Revista de História...op. cit.*, pp. 7-11.

⁸¹ Vide Constance B. Bouchard, “Monastic Cartularies: Organizing Eternity”, *op. cit.*, pp. 27 e 29.

⁸² Vide Maria do Rosário Morujão, “O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do cartulário”, *Revista de História...op. cit.*, pp. 9-11.

⁸³ Vide M.T. Clanchy, *op. cit.*, p. 103.

Tal, inclusive, poderia levar a forjar documentos⁸⁴, fosse pequenas porções, fosse a “invenção” de um destes na sua totalidade, embora, quanto a este território, como já foi sobejamente discutido pelos mais variados autores, o período mais crítico terá ocorrido no dealbar do século XII, devido ao confronto entre os ditos “moçárabes” e “reformistas”⁸⁵. No entanto, no nosso entender, esta época mais conturbada já se apresentaria numa forma algo difusa aos olhos dos clérigos da segunda metade do século XII, mais precisamente na transição do terceiro para o quarto quartel desta centúria e, essa mesma situação, explicaria a inclusão acrítica de documentos comprovadamente falsos no instrumento que elaboravam.

Todavia, aos olhos da Sé de Coimbra da segunda metade do século XII era imperativa a afirmação, num momento de disputa de territórios com a congénere portuense, mantendo bem presente na memória da congregação, da posse de bens nas regiões mais setentrionais, adquiridos, inicialmente, na sua grande maioria, por via do Mosteiro da Vacariça. Após a doação deste cenóbio à diocese, foram-se complementando os bens herdados com aquisições diversas, com particular intensidade até ao fim da primeira década de undecentos, podendo a restauração do bispado do Porto ter motivado o fim deste processo, com o conflito emergente. Assim, todo o espaço entre os rios Vouga e Douro mereceu uma atenção prioritária no *Livro Preto*, juntando-se, ainda, algumas propriedades a Norte deste rio, também adquiridas via congregação vacariciense que, tendo em consideração a querela, poderá significar a tentativa de promover uma memória de antiguidade e domínio perante aquela Sé que era, naquela época, a sua principal concorrente.

Como tal, não é de admirar a inclusão de diversos documentos de carácter decisivo, entre as quais bulas papais, que favorecem e dão razão aos bispos de Coimbra sobre os homólogos do Porto. Ignoram, por outro lado, outras com o efeito oposto, nomeadamente a bula *Egregias quondam*, de Pascoal II, de 1115 que garantia para a Sé do Porto uma fronteira meridional localizada a sul do rio Douro, mais precisamente no rio Antuã, apesar de não ter tido um carácter vinculativo, na medida em que foi pouco depois revertida por

⁸⁴ Há que, no entanto, contextualizar estas atitudes dos seus autores, na medida em que estes, por virtude do seu papel de serviço de Deus, acreditavam que a sua acção, cujo objectivo único era engrandecer Deus e sua Igreja, era legítima e que correspondia a uma forma de, com os meios existentes à época, assegurar, através do poder da escrita, a capacidade do poder religioso competir com os demais, estabelecendo assim a verdade ou, pelo menos, como deveria ter ocorrido, vide *idem*, *op. cit.*, pp. 148-151.

⁸⁵ Vide Gérard Pradalié, “Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XII^e siècle”, *op. cit.*, pp. 77-97.

intervenção directa, em Roma, junto do papa, do bispo Gonçalo Pais de Paiva de Coimbra. Nos anos que se seguiram, várias outras decisões foram tomadas e quase de forma imediata diferidas em favor de outras, tanto por virtude da realização de concílios como o de Burgos ou de Sahagún, que impuseram e reverteram resoluções, ora pela mudança de pontífices máximos que mudavam as resoluções dos seus antecessores. No entanto, a fronteira entre as duas dioceses parece ter estabilizado no rio Douro, com base no acordo de 1122 (*LP* 600)⁸⁶, até finais da segunda metade do século XII, quando a diocese do Porto ocupa e consegue a confirmação da posse dos territórios entre os rios Douro e o Antuã, já em meados do século XIII⁸⁷.

Esta fronteira definitiva, desejada pela diocese do Porto desde a restauração do bispado em 1112, concedia-lhe, assim, a Terra de Santa Maria. E, desta forma, parte muito significativa do património herdado do Mosteiro da Vacariça em tempos do episcopado de Crescónio ficaria sufragâneo ao bispo portuense, compreendendo-se 42 documentos nesta categoria (quase 50% da documentação de origem vacariciense), a que se juntam outros, certamente com a mesma proveniência, mas dizendo respeito a acções de terceiros lavradas e guardadas nesta instituição (ou nas suas dependências), cujo património possa vir a ter estado entre os demais, conquanto sem qualquer indicação posterior quanto à sua incorporação – esta acumulação permitiria aos monges uma reconstituição dos proprietários de vários espaços que detinham no momento.

Todo este património documental será, então, uma clara mais-valia na construção da memória da sede diocesana, das suas possessões, da diocese enquanto território que lhe correspondia e de instituições que de si dependiam ou que, em determinado ponto da sua história, estiveram nesta categoria – assim, sem grande oposição, conseguiam implementar, para um vasto território, toda uma operabilidade de interconexão sub-regional que, na prática, só os próprios cónegos e demais clérigos da Sé poderiam interpretar, fosse no tempo-longo, fosse em toda a extensão da diocese ou além-fronteiras.

0.3.2. Os documentos do Mosteiro da Vacariça

Assim, os documentos da “federação” da Vacariça foram, logicamente, tidos como elementos-chave na elaboração do cartulário, tanto pelo seu número muito significativo,

⁸⁶ Vide *LP*, n.º 600, pp. 808-809.

⁸⁷ Vide Maria do Rosário Morujão, *op. cit.*, pp. 55-60.

com oitenta e cinco a dizerem respeito estritamente a esta instituição monástica e seus dependentes num total de 663 no instrumento. No entanto, além do número enunciado, há que considerar aqueles que, muito certamente, faziam parte do espólio documental da “coligação”, mas que, por razões várias, desde a posse posterior desse património físico mencionado, à elaboração das cartas em nome de outrem, acabaram por se conservar entre os demais⁸⁸.

As provas documentais vacaricienses e dos espaços sobre os quais o mosteiro tinha influência, por sinal, estão relativamente bem delimitadas dentro do pequeno arquivo que era o cartulário – apesar de alguns casos de dispersão fora destes fólios mais ou menos bem demarcados. Assim, três blocos de dimensão variável de documentação parecem formar-se neste instrumento⁸⁹:

a) O primeiro – com dois interregnos consideráveis pelo meio, contudo –, entre os documentos 72 (fls. 35v.-36) e 212 (fls. 107-107v.), corresponde à maior porção e, apesar de muitos “intrusos”, representa, claramente, a maior parte do espólio notarial herdado da “federação” cenobítica liderada pelo mosteiro dedicado a São Vicente e São Salvador transcrita para esta ferramenta arquivística, como a própria dimensão sugere. Poder-se-á considerar que este grupo que está inserido entre estes fólios se articula com o que imediatamente lhe antecede, pois vê-se várias cartas relacionadas com outros mosteiros ou instituições religiosas da diocese⁹⁰, nomeadamente Lorvão e Arouca, uma de membros do clero⁹¹ e concessões da família condal que, mais tarde, se converterá em real⁹². O conjunto por nós definido, tal como os demais, não é, contudo, completamente consistente

⁸⁸ O que não é inédito, mas, bem pelo contrário, expectável, dadas as condições sócio-económicas da época. O mosteiro de Celanova, na Galiza, por exemplo, possui entre a sua coleção documental cerca de 50 documentos anteriores à fundação do mesmo, mas, independentemente disso, todos esses, pela sua inclusão, correspondem a informação adicional sobre propriedades que passarão, no futuro, ao seu controlo, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios... op. cit.*, p. 72.

⁸⁹ As excepções correspondem aos instrumentos LP 41, 53, 255 e 334, vide LP, n.ºs 41, 53, 255 e 334, pp. 71-72, 89-90, 388 e 481, respectivamente.

⁹⁰ Entre os fls. 28-35v., podemos ler os documentos LP 59, 61, 62, 68 e 71 relativos ao Mosteiro de Lorvão, onde se incluem a doação deste por D. Henrique e D. Teresa à Sé de Coimbra (LP 59), o seu restauro pelo bispo Gonçalo Pais de Paiva ou os juramentos de obediência ao bispo por parte de dois novos abades, Salvado e Pedro, nos documentos não-datados LP 62 e 71 mas que, por virtude de serem do tempo do governo episcopal de D. Bernardo, ambos se situam garantidamente entre 1128 e 1146. O LP 70, por sua vez, diz respeito a uma concessão vitalícia à abadessa Toda Viegas de alguns bens na zona de Arouca e, ainda, uma carta (LP 66) correspondendo a um acordo entre um Paio Cristóvão e sua mulher com a confraria do Sepulcro, vide LP, n.ºs 59, 61, 62, 66, 68, 70 e 71, pp. 99-100, 105-107, 112-113, 114-115 e 118.

⁹¹ Dentro desta categoria insere-se a vasta doação do presbítero João da Sé de Coimbra, à mesma instituição, vide LP, n.º 69, pp. 116-117.

⁹² Além das dádivas dadas por D. Henrique e D. Teresa à sede episcopal, que supra-referimos, juntam-se a estas as doações dos reis Afonso I e Sancho I, inclusive com a concessão ou criação de coutos, como se confere em LP 60, 63, 64 e 67, vide LP, n.ºs 59, 60, 63, 64 e 67, pp. 99-100, 102-104, 108-111 e 113-114.

no seu conteúdo, enquadrando um número muito significativo de “intrusos”. Não será, por isso, de estranhar a presença de exemplares relativos à diocese, a Lervão, ao poder político, entre outros, não ligados à casa destacada. Começa por introduzir dois dos principais documentos que visam a instituição, um correspondendo a uma doação de uma *uilla* pelo conde Froila Gonçalves e outro a uma notícia, em forma de uma pequena *pancarte*, com a listagem dos bens possuídos entre os rios Mondego e Vouga (LP 72 e 73). Entre o fl. 40 e os dez que o seguem, nota-se um aumento da frequência destes testemunhos por se tratar, porventura, de uma concentração de textos relativos à zona da actual Bairrada – sugerido pelos instrumentos de diferente origem –, onde a abadia detinha parte muito significativa do seu domínio, até que se chega a um conjunto dominado pelo denominador comum que é a localização nas proximidades do rio Vouga. Tal como o anterior, também são frequentes os testemunhos vacariçenses, com a tendência de aparecerem, à medida que os fólhos se vão desenrolando, cada vez mais manifestações documentais a Norte, enquadrando com mais frequência a marca territorial que é o rio Douro. É deste modo que existe uma transição, explícita a partir do fl. 65, para a intersecção com o Mosteiro de Leça, nomeadamente os testemunhos que são comuns às várias casas da dita “federação”, estando entre eles os famosos pactos, sobre os quais nos debruçaremos *infra*. É nesta amálgama documental, cujo grosso do espaço representado se insere entre o Vouga e Ave, que se permanecerá até à marca que são as cartas de couto de Afonso Henriques de diversas *uillae* na zona da Bairrada à diocese coimbrã (LP 158 e 159). Após dois documentos na sequência daqueles, dá-se o grande interregno supramencionado de mais de vinte instrumentos (8 fólhos) cuja relação com a Vacariça não é identificável, em que a excepção é a carta n.º 174 (fls. 90v.-91)⁹³, onde a norma é a total identificação com o espaço da diocese conimbricense, contrariando a tendência anterior – e também posterior – e, na sua maioria, relativos a meados do século XII. A partir desta interrupção na sequência, vê-se a continuidade em 14 fólhos de cartas (fl. 94v.-107v.) coincidentes com a parte Norte do senhorio do mosteiro aqui em estudo, não da casa-mãe, mas de algumas das suas dependências (Leça, Anta e Vermoim), da nobreza que dominava a área e que se relacionou com São Salvador e São Vicente, assim como herdutores que viviam na órbita destes e daqueles. Encerrado o grupo, segue-lhe, todavia, a partir do fólho 107v., para além de dois documentos referentes à zona de Cantanhede e outro em torno de Condeixa-a-Nova, quase duas dezenas de instrumentos

⁹³ Vide LP, n.º 174, pp. 279-280.

– particularmente compras de propriedades em localizações dispersas – relativos a João Gosendes (e sua mulher)⁹⁴, também benfeitor de São Salvador e São Vicente por virtude de uma doação a uma dependência deste;

b) O segundo grupo, por sua vez, apresenta-se entre os documentos *LP* 353 (fls. 151-151v.) a 372 (fl. 157v.). Estes são tendencialmente ladeados por doações e testamentos de leigos à diocese, em localizações várias, na sua maioria já no século XII, onde a coerência da organização do cartulário, a existir, se centrará na tipologia documental. Por sinal, entre os *LP* 353 e 359 não se encontram outros documentos que digam respeito ao Mosteiro da Vacariça e seus dependentes, mas as cartas do bispo Nausto de Coimbra de finais do século IX ao início do século X (uma delas depois daquele último documento)⁹⁵, assim como dois testamentos à Sé de Coimbra por parte de outros tantos clérigos de meados do século XII (*LP* 357 e 358), insinuando uma disposição menos cuidada e consistente. Já no fim deste aglomerado por nós delimitado há a inclusão de um outro testamento de um religioso e outro de um leigo destinados ambos à catedral, não datados, e, no caso do último, também a outras instituições e indivíduos (*LP* 370 e 371). Todavia, com uma muito menor dimensão que o anterior, este conjunto tem uma clara consistência na sua vertente espacial, apesar de tal só se verificar somente quanto aos instrumentos que dizem respeito à fundação vacariçense e suas dependências. Exceptuando um, todos correspondem a património a Norte do rio Vouga⁹⁶. E destes, por sua vez, a maioria concentra-se a Norte do Douro, mais concretamente em torno da área controlada pelo mosteiro de São Salvador de Leça e pela família que o detinha⁹⁷;

c) Complementa-se com o terceiro grupo, por nós delimitado entre os testemunhos 511 (fl. 197) e 530 (fls. 204-204v.). Este compreende documentos relativos à área correspondente à diocese do Porto, desde um imediatamente a Sul do rio Douro, espaço disputado com a Sé conimbricense, aos restantes que incidem na Amaia, nomeadamente quanto às *uillae* de Leça (*LP* 520), Real⁹⁸, Custóias⁹⁹, Gondivai (*LP* 519), Aldoar (*LP*

⁹⁴ Vide *LP*, n.º 216 e 218-235, pp. 333-334 e 337-366.

⁹⁵ Vide *LP*, n.ºs 354, 355, 356 e 360, pp. 506-509 e 512-513.

⁹⁶ A exceção corresponde a uma doação ao mosteiro da Vacariça de uma *uilla* perto da cidade de Coimbra, outros bens para São Salvador de Coimbra e obras santas, vide *LP*, n.º 372, p. 526.

⁹⁷ Somente os documentos *LP* 359 e 367 não se enquadram nestes parâmetros, pois correspondem a propriedades em Sever do Vouga e em Anta (c. Espinho), respectivamente, vide *LP*, n.ºs 353, 359-369, pp. 504-505 e 511-523,

⁹⁸ Vide *LP*, n.ºs 511, 513 e 516, pp. 686-687, 688-689 e 692, respectivamente.

⁹⁹ Vide *LP*, n.ºs 518, 523, 527, 528, 529 e 530, pp. 694-695, 700-702, 705-706, 707, 708 e 709, respectivamente.

526), Pinheiro (LP 520 e 525) e Sevilhães¹⁰⁰. As cinco primeiras localizam-se no actual concelho de Matosinhos, a última encontra-se em Gondomar, enquanto a restante na Maia. Estes exemplares terão, garantidamente, integrado o espólio documental da Sé conimbricense por via do Mosteiro da Vacariça e este, por sua vez, pelo ascetério de Leça, denunciado pela presença de algumas cartas que o têm como destino ou que, por questões de proximidade e dependência, em instrumentos notariais envolvendo leigos das duas partes, certamente aí foram lavrados e conservados¹⁰¹. Envolvendo-o, encontramos cópias sem aparente ordem organizativa, excepto, talvez, o elevado número de compras efectuadas por João Gosendes antecedendo este grupo¹⁰², mas cuja relação com este não descortinamos e, seguindo, documentos vários envolvendo a Sé um pouco por toda a diocese – e mais além –, desde cartas de compra-e-venda, cartas de testamento e escambos.

Curiosamente, quanto ao Mosteiro de Lorvão, encontramos um número muito mais reduzido de documentação no cartulário diocesano, apesar de a sua documentação ter sido doada, junto com o cenóbio, à Sé de Coimbra pelos condes Henrique e Teresa. Nenhum, no entanto, corresponde ao período entre 1109 e 1116, ou seja, o intervalo temporal em que o mosteiro esteve directamente sob jurisdição diocesana¹⁰³. Pressupõe-se, assim, que a documentação terá voltado a Lorvão com a sua restauração, constituindo esse evento, talvez, a grande motivação para a constituição de um cartulário¹⁰⁴, o já mencionado *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis*, acabando, as respectivas cartas, por não figurar no arquivo diocesano, significando a sua exclusão daquele cartório.

Voltando aos exemplares vacaricienses, notamos uma disposição espacial claramente bem definida. A esmagadora maioria dos documentos diz respeito a vários focos nas áreas do Entre-Mondego-e-Vouga, onde o próprio se situava, no Entre-Vouga-e-Douro e no Entre-Douro-e-Ave, se considerarmos as suas dependências. Fora destas três áreas

¹⁰⁰ Vide LP, n.º 515, 517 e 524, pp. 691, 693-694 e 702, respectivamente.

¹⁰¹ Vide LP, n.ºs 511, 513 e 527, pp. 686-687, 688-689 e 505-706, respectivamente.

¹⁰² A clara maioria das cartas existentes ao longos dos fólios 181 a 196 (mais de quatro dezenas) têm rico cavaleiro da região de Coimbra como protagonista, na transição do século XI ao XII, sobretudo na forma de compras a pequenos proprietários, que, por inexistência de descendência, transitarão por testamento à sede episcopal, vide LP, n.ºs 456, 458-460, 462-472, 474-476, 480-494 e 496-508, pp. 619, 621-639, 640-643 e 647-683.

¹⁰³ São, na sua maioria, correspondentes ao século X e ao século XII, tanto antes da doação condal, como depois da restituição, correspondendo, num total de 15, juntando-se a estes uma bula de Pascoal II sobre assuntos diversos relacionados com a diocese de Coimbra, agradecendo ao conde Henrique a doação do mosteiro à Sé conimbricense.

¹⁰⁴ Vide Maria João Branco, “Reis, Condes, Mosteiros e Poderes: O Mosteiro de Lorvão no Contexto Político do Reino de Leão (Secs. IX-XII)”, *op. cit.*, pp. 29-30.

mencionadas, os testemunhos da influência deste cenóbio são muito mais reduzidos, embora detenha bens em Soure, a sul do Mondego.

Um exemplo da dispersão territorial da “federação” é o caso do Mosteiro de Leça, certamente o mais sonante dos dependentes, nas margens do rio de mesmo nome e, como tal, bem no coração da diocese portuense. Desde a doação da sua patrona, Unisco Mendes, junto com o filho, Osoredó Trutesendes, à Vacariça no ano de 1021, que este cenóbio esteve sob obediência do mosteiro situado na Mealhada, acompanhando-o mesmo na doação à Sé de Coimbra, como demonstra uma carta de 1095 onde se lê a autorização do bispo de Coimbra, Crescónio, a uma doação em testamento do presbítero Gonçalo Aarão, de uma herdade em Recarei (c. Matosinhos), ao Mosteiro de Leça (*LP* 149), correspondendo exactamente ao mesmo processo de autorização existente face à casa-mãe¹⁰⁵, demonstrando-se, assim, o carácter obediente da instituição, como também faz menção o supracitado António Velho de Barbosa na sua *Memoria Historica da Antiguidade do Mosteiro de Leça*¹⁰⁶.

Quanto à passagem por doação de D. Teresa deste espaço à Ordem do Hospital, algumas décadas mais tarde, a sua explicação é mais difícil, uma vez que, de modo a se verificar, teria sido necessário que património da Sé de Coimbra tivesse passado, independentemente da forma de obtenção, à auto-proclamada rainha. A explicação deste fenómeno é, assim, algo complexo e os autores que escreveram sobre ele ainda não foram capazes de dar uma hipótese que encaixe com a sequência conhecida dos acontecimentos. Na sua dissertação de mestrado, Gonçalo Matos Ramos escreve que a doação da Vacariça à Sé de Coimbra pelos condes da Galiza deverá ter constituído o momento de separação das duas instituições¹⁰⁷. Todavia, a documentação existente desmente esta hipótese por: a) todos os bens do Mosteiro da Vacariça terem sido doados a Crescónio, bispo daquela sede, como já fizemos menção anteriormente, e, como tal, a sua inclusão era de natureza obrigatória; b) os instrumentos notariais deste cenóbio também transitaram ao arquivo coimbrão, nomeadamente aqueles cuja relação com a casa-mãe vacariçense é inexistente; e c) o documento 149 do *LP* demonstra o carácter sufragâneo de São Salvador de Leça à diocese conimbricense e ao seu bispo de forma inequívoca, como se lê na seguinte

¹⁰⁵ Visível, por exemplo, nos documentos n.º 77 (1098) e 174 (1095), durante o episcopado de Crescónio, vide *LP*, n.ºs 77 e 174, pp. 124-125 e 279-280, respectivamente.

¹⁰⁶ Vide António Carvalho Velho de Barbosa, *op. cit.*, pp. 25-26.

¹⁰⁷ Vide Gonçalo Matos Ramos, *Paradigmas de Liminaridade ...op. cit.*, vol. I, pp. 119-120.

passagem, “(...) sub consensu domni Cresconii (...)”, a que se somam as subscrições de outros clérigos coimbrões (*LP* 149).

Em suma, vimos, nestas últimas páginas, alguns aspectos pelos quais a Sé de Coimbra teria, quase cem anos depois da consagração da doação do Mosteiro da Vacariça e seus bens, um interesse especial em incluir, além da simples prova de posse dos mesmos, determinados documentos deste cenóbio. A grande quantidade destes originários do espaço disputado com a Sé do Porto, além dos que se localizavam no território que por direito pertenciam a esta última, poderá ser um indicador da operabilidade que esta documentação teria na segunda metade do século XII. Por outro lado, a menor existência de testemunhos documentais lavrados por mãos laurbanenses, em contraste com os de origem vacariciense, indica, garantidamente, o total domínio sobre o espólio da Vacariça por parte dos prelados da Sé, o que teria sido, décadas antes, certamente, uma importante vitória sobre as tendências “regionalistas” no que foi o condado de Coimbra.

0.3.3. Crítica documental

Como já foi supramencionado, a documentação em questão é sensível na sua vertente da autenticidade, situação transversal a uma porção muito significativa do espólio documental da Idade Média central. A questão da querela ocorrida entre os ditos “moçárabes” e “reformistas”, explorada intensivamente por vários autores, mais notavelmente Gérard Pradalié¹⁰⁸, corresponde apenas a um momento específico que motivou esta situação em grande escala, agudizada pelo fervor dos seus autores.

Todavia, no decorrer do normal funcionamento do mosteiro, seria expectável, por natureza, a torção da realidade, de modo a torná-la mais adequada à instituição que serviam¹⁰⁹, favorecendo-a. Assim, não será de estranhar as dificuldades apresentadas pela crítica interna, a única possível quando nos é apresentada em forma de cartulário, numa porção significativa das cartas, das mais variadas cronologias, formas ou origem.

¹⁰⁸ Vide Gérard Pradalié, “Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XIIe siècle”, *op. cit.*, pp. 77-97.

¹⁰⁹ “The same preoccupation with posterity led to the forgery or alteration of documents. If a monastic house required a writing to support its title to some property in a lawsuit, an appropriate charter would be created. A historian today will say that such a charter is a forgery, as indeed it is, but its makers probably felt that it had been written just like their other charters and chronicles to justify the ways of God to men. As God and the patron saint wished the particular monastic house to flourish, they also wished to provide the means to fight the world with the world’s weapons.”, vide M.T. Clanchy, *op. cit.*, p. 150.

Independentemente disso, há que olhar para estas evidências de uma forma hermenêutica, procurando-se ler as entrelinhas e o omissso. Tudo isto esconde uma motivação, seja prática, mais mundana – desde a posse de propriedades, gestão do território, direitos de “padroado”, relações com laicos, querelas judiciais, etc. – ou ideológica – questões relacionadas com as regras monásticas, ritos, religiosidade, prerrogativas, entre outros.

A localização periférica do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça em relação a Coimbra, por um lado, dificulta-nos, em muito, a tarefa. A menor organização do espaço em questão, certamente motivada pela instabilidade territorial para parte significativa do século XI e pelo povoamento coevo mais recente, produzia, por sua vez, uma menor densidade populacional, de paróquias, de instituições monásticas, assim como a inexistência de uma nobreza abundante ou de uma superioridade social inequívoca – o que facilitava a mobilidade social¹¹⁰. Tudo isto leva a uma maior dificuldade na interpretação e identificação de incongruências no seu todo que é o universo documental identificado. Se para São Paio e São Mamede de Lorvão, com o instrumento de relevo que o *Liber testamentorum* é para o século X, a tarefa fica mais facilitada, devido às mais variadas doações régias ou da alta nobreza em que as incompatibilizações ou erros são mais susceptíveis a uma identificação, dada a informação existente em outras fontes que com as quais se pode confrontar¹¹¹. Tal situação não tem paralelo para aquele cenóbio. Por exemplo, não existe qualquer intervenção significativa ou determinante de um membro da família real no mosteiro (e com isto excluimos as subscrições) até à sua doação feita pelos condes Raimundo e Urraca ao bispo Crescónio de Coimbra e, quanto à nobreza, exceptuando as primeiras décadas, também não encontramos grande profundidade neste parâmetro, considerando o ambiente e alcance muito local destes.

Vejamos, então, exemplos de autenticidade dúbia ou que refletem processos férteis em situações deste carácter, nomeadamente do foro judicial. Começemos pela doação dos mosteiros de Leça e de Vermoim por parte de Unisco Mendes e seu filho, Osoredo Trutesendes, ao ascetério vacariçense. Estes senhores começam por dotar de forma muito significativa aqueles dois cenóbios, como se pode ver no documento *LP* 147 e *DC* 222¹¹².

¹¹⁰ Vide José Mattoso, *Identificação de um País...op. cit.*, pp. 116, 252 e 401-403.

¹¹¹ Apesar de ser um tópico que se recuperará mais tarde, importa referir tal situação parece transversal a vários ascetérios do Ocidente peninsular, nomeadamente na Galiza, com o que parece ser o maior envolvimento dos monarcas leoneses com os mosteiros no século X face ao XI, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios...op. cit.*, pp. 55 e 76-77.

¹¹² Vide *DC*, n.º CCXXII, pp. 135-137 e *LP*, n.º 147, pp. 226-235.

Este documento, na verdade, foi datado pelos editores da *PMH* como sendo de 1013, seguindo a sugestão de João Pedro Ribeiro¹¹³, embora expressando a sua dúvida, contrastando com o ano de 1021 do documento 142 do *LP* (*DC* 248), onde se lê genericamente a mesma doação, mas com um menor número de bens associados. O facto de referirem Tudeíldo como abade em ambos os documentos – em 1013 o seu antecessor era vivo e há diversos documentos posteriores que o provam, sendo tido como dado adquirido que a sua ascensão ao trono abacial se dá em 1018 –, assim como a presença do rei Bermudo III, soberano a partir de 1028, levam-nos a crer que o primeiro está mal datado e que, possivelmente, teve a data manipulada de modo a consagrar uma antiguidade. A diferença do conteúdo, embora com semelhanças, e a inexistência de testemunhas, confirmantes e notários em comum, demonstram, a nosso ver, que são documentos manifestamente diferentes, ainda que umbilicalmente ligados. O autor José Mattoso dissecou esta data, não aceitando a datação presente no documento, na medida em que existe o dito problema da sobreposição dos abades e a impossibilidade de conjugar com a confirmação do monarca, Bermudo. Avança, então, com a janela cronológica a balizar-se entre o início do seu reinado, em 1028, e o fim, em 1037. Escreve que tal pode ter ocorrido com a passagem deste pela região por virtude da batalha de Cesar. Assim sendo, este documento seria uma confirmação do n.º 142 do *LP* que teria sido maquilhado de modo a parecer anterior e legitimar a situação do mosteiro nessa mesma época¹¹⁴. A existência dos documentos *LP* 115 e 140 confirmam esta hipótese, por virtude de uma contenda judicial sobre a posse daqueles mosteiros, pois lê-se:

“Et quando pervenit ipse Osoredó ad transitum, per conjurationem ad matrem suam mandavit ut dedisset ipsum testamentum et ipsas scripturas et ipsos monasterios in manu de ipso abbate, (...). Et post mortem ipsius regis [Afonso V de Leão] et ipsa comitissa [Toda de Portucale], surrexit filius ipsius regis gloriosissimi, Vermudus princeps et, in ejus presentia, perexit ipsa domna [Unisco Mendes] cum ipso testamento et cum suas firmitates; et cum ipse abbas confirmavit ipse rex suos judices et duces et ex tota palatio; et post ejus confirmationem, obtinuit eam ipse abbas, juri quieto, ipsos monasterios cum suis abjectionibus. (...)”¹¹⁵.

Assim, percebe-se que à doação inicial, ainda em tempos do governo de Afonso V e de Toda de Portucale neste condado, se acrescentou uma confirmação, anos mais tarde,

¹¹³ Vide João Pedro Ribeiro, *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, 2.ª edição, tomo IV, parte I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1867, p. 145.

¹¹⁴ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 13-14.

¹¹⁵ Vide *LP*, n.ºs 115 e 140, pp. 176-178 e 217-218, respectivamente.

do novo rei Bermudo III e de parte da sua cúria, onde se actualizou os bens possuídos por Leça e, por esta via, pela Vacariça.

Outros, como o LP 91, possuem erros de datação, porventura grosseiros. Este documento em específico apresenta, para o ano de 1020, como líder da Vacariça o abade André, quando se sabe que, pelo menos de desde 1016 governaram o cenóbio outros dois abades, Emiliano, primeiro e, depois, Tudeíldo, a partir do ano de 1018, como veremos *infra*, quando a atenção estiver totalmente focada nos abades.

Como já foi vagamente mencionado em algumas das páginas anteriores – e que será novamente recuperado no decorrer deste estudo –, o condado e a diocese conimbricense foram um autêntico campo de batalha ideológico sobre as mutações exigidas pelos poderes laicos e eclesiásticos, que procuravam a substituição do rito autóctone, dito hispânico, isidoriano ou moçárabe, pelo romano, num processo que envolvia também a Santa Sé, que se encontravam num momento de definição, reconstrução e expansão dos seus poderes, e Cluny. A oposição, que fez de Coimbra um caso paradigmático, foi feroz em determinados períodos, o que, claro, motivou a manipulação sistemática, tanto de um lado como do outro – de uma banda o bispo e opondo-se-lhe o cabido –, não deixando de lado o espólio documental vacaricense.

Assim, não será de espantar que apareça, para uma das maiores instituições religiosas da região, uma doação do grande símbolo regional e da resistência, Sesnando Davides. Esta carta (LP 101), todavia, apresenta-se cheia de problemas, em conjunto com um significativo número das demais, como detectou o já mencionado Gérard Pradalié. O instrumento notarial em questão, que tratava de uma doação ao Mosteiro da Vacariça da *uilla* de Horta, perto de Anadia, continha um preâmbulo histórico de dimensão significativa exaltando aquele, à semelhança de muitos outros, também considerados falsos¹¹⁶. No entanto, a maior incongruência centra-se no facto de num outro testemunho documental, o LP 73, uma listagem de propriedades da abadia entre os rios Mondego e Vouga, esta unidade de território já aparecer como propriedade desse cenóbio, na íntegra¹¹⁷. Ora, se a *uilla* já era propriedade do mosteiro antes do ano de 1064/456, não poderia ter sido doada ao mesmo por Sesnando Davides vinte e dois anos mais tarde, a menos que, *de facto*, tenha ocorrido apreensões a possessões deste ascetério no processo

¹¹⁶ Vide Gérard Pradalié, “Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XII^e siècle”, *op. cit.*, p. 86.

¹¹⁷ Como se é na passagem: “(...), villa Orta, ad integrum; (...)”, vide LP, n.º 73, p. 121.

de reocupação cristã da cidade de Coimbra e alguns termos, como de facto o documento menciona, mas que não deixa de levantar dúvidas, pois, em princípio, este espaço já seria dominado por poderes setentrionais. Por outro lado, poderemos assumir que a própria listagem de bens *LP 73* pode ter sido, muito possivelmente, retocada mais tarde, de modo a desqualificar outra documentação.

O autor supramencionado refere que, para este caso, “Retenons de ce faux qu’au contraire des precedents il semble servir non plus les intérêts du chapitre mais ceux de la cathédrale, puisqu’en 1094 à la demande de l’évêque Cresconius, le comte Raymond donna Vacariça et tous ses biens à la cathédrale (*DC 813*) [*LP 82*].”¹¹⁸. Esta passagem é bastante relevante, pois a sugestão do uso de documentação de um mosteiro considerado “moçárabe” (por parte de vários autores) pode ter sido objecto de uma estratégia que ia ao encontro da punição desta mesma tradição. Presumindo-se que, para os anos da querela, entre o fim e o início, respectivamente, das primeira e segunda décadas do século XII, o cenóbio vacariciense ainda existia, admite-se que este, como propriedade da Sé, se comportava como um aliado desta, uma questão que retomaremos mais tarde. Ou, por outro lado, talvez até mais provável, que, para esta cronologia, já se encontra o espólio documental da instituição monástica na posse da catedral conimbricense, como sugerimos anteriormente. Independentemente do autor da deturpação, parece-nos indiscutível o carácter não legítimo do instrumento apresentado.

Outro dos aspectos mais relevantes dos testemunhos documentais oriundos do Mosteiro da Vacariça é o número generoso, em termos proporcionais, de documentos referentes a contendas judiciais, nomeadamente contra outras instituições monásticas. Como já se fez menção neste estudo, as falsificações constituíam, na procura de beneficiar a sua casa, uma característica comum que, por virtude da apresentação de uma prova física, colocava aquela mais próxima de obter um resultado favorável numa contenda judicial¹¹⁹, especialmente se do outro lado estivesse um privado, nomeadamente leigo, sem os mesmos meios, fosse na elaboração de uma carta numa época em que a oralidade era a norma, fosse na conservação ou na reprodução legítima de instrumentos existentes.

¹¹⁸ Vide Gérard Pradalié, “Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbra au début du XI^e siècle”, *op. cit.*, p. 86.

¹¹⁹ Vide J.M. Andrade Cemandas, *Galicia Medieval. Estudios...op. cit.*, p. 155 e Reyna Pastor de Togneri, *Resistencia y Luchas Campesinas en la Época del Crecimiento y Consolidación de la Formación Feudal. Castilla y León, Siglos X-XIII*, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1980, pp. 34, 55 e 67.

Como tal, há que encarar os mais variados documentos originários deste contexto com cautela, pois a probabilidade de existir deturpações conscientes e premeditadas é mais significativa, podendo corresponder a uma porção bem significativa de um todo¹²⁰. Apesar de, no entanto, não serem autênticos, há que se considerar a destreza com que eram elaboradas estas desvirtuações, sobretudo em meios mais eruditos e diferenciados, na medida em que possuíam, não raras vezes, os dados e uma formulação que as faziam passar, sem quaisquer dificuldades, por autênticas, tanto por inspiração em documentação previamente existente, como por um conhecimento detalhado da situação sobre a qual se debruçavam. Desta forma, permitir-se-ia uma contrafação verosímil e mais adaptada à realidade existente, o que até lhe poderia trazer vantagens face a um exemplar autêntico, mas que causasse estranheza à autoridade¹²¹. Como tal, um monge de um mosteiro medieval teria preocupações assimétricas quanto à historicidade do documento. A desconsideração pelo passado, quando este não era considerado adequado, contrasta com a procura de transmitir uma narrativa enaltecadora do presente para a posterioridade¹²².

Entre o espólio documental considerado com estas características, encontramos dez cartas¹²³ – onze, na verdade, mas com uma repetição – que dizem directamente respeito ao nosso cenóbio, acrescentando-se outra referente a Leça (LP 210). Entre aqueles, vemos disputas contra o Mosteiro de Lorvão¹²⁴, abades¹²⁵, ricos-homens¹²⁶, infanções¹²⁷, cavaleiros-vilãos¹²⁸, entre outros, chegando até, num caso específico, a justificar intervenção do Imperador de Toda a Hispânia, Afonso VI¹²⁹. No entanto, destacaremos as duas contendidas com o Mosteiro de Lorvão que, por virtude da natureza histórica das duas fundações, apesar das dúvidas que poderão suscitar – nomeadamente na questão da sobreposição de propriedades –, consideramos que seria melhor abordar o tema partindo da conjuntura histórica do Ocidente peninsular e, sobretudo, do surgimento da abadia

¹²⁰ “(…). Recent research may ultimately lead to the conclusion that in England in the century after the Norman Conquest forgery of charters was the rule rather than the exception.”, vide M.T. Clanchy, *op. cit.*, p. 319.

¹²¹ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 319-320.

¹²² Vide *idem*, *ibidem*, p. 148.

¹²³ Vide LP, n.ºs 53, 75, 83, 89, 108, 115, 119, 133, 140, 353 e 363, pp. 89-90, 122, 134-135, 142-143, 165-166, 176-178, 181-182, 204-205, 217-218, 504-505 e 515-516, respectivamente.

¹²⁴ Vide LP, n.ºs 89 e 119, pp. 142-142 e 181-182.

¹²⁵ Vide LP, n.º 353, pp. 504-505.

¹²⁶ Vide LP, n.º 363, pp. 515-516.

¹²⁷ Vide LP, n.ºs 108, 115/140 e 133, pp. 165-166, 176-178/217-218 e 204-205, respectivamente.

¹²⁸ Vide LP, n.ºs 53 e 75, pp. 89-90 e 122.

¹²⁹ Vide LP, n.º 133, pp. 204-205.

vacariciense, temáticas sobre as quais nos debruçaremos no capítulo que se desenrola nas páginas que se seguem.

Em suma, vê-se que, para os tempos coevos apresentados, a autenticidade da documentação terá sempre, por necessidade, de ser rigorosamente testada, dada a natureza do período e das instituições envolvidas. Ela, ou a sua falta, pode aliás ser em si um indício de movimentações políticas e do jogo dos poderes. A escrita era uma fórmula fundamental na construção de uma comunidade sólida e esta estava em crescendo, não só pelo necessário papel como auxiliar do culto, mas, sobretudo, na aplicação de uma política de gestão dominial, que sustentava todo o processo pelo qual a casa monástica subsistia.

1. As origens de um mosteiro

1.1. A conjuntura histórica

1.1.1. O ocidente peninsular entre finais do século X e inícios do XII

Reinando Afonso III das Astúrias, dá-se a ocupação dos territórios da foz do Douro e Mondego, onde os presores, os sobejamente conhecidos Vímara Peres e Hermenegildo Guterres¹³⁰, estabelecem os condados de Portucale e Coimbra, respectivamente – como resultado de uma política expansionista promovida por aquele rei que visava a ocupação de espaços mais meridionais pelos seus *fideles* ao longo da segunda metade do século IX e dealbar do X. Ultrapassava-se, desta forma, o vale do Douro que, numa visão mais abrangente da península, parece ter servido como referência nestes empreendimentos militares e de povoamento durante o reinado daquele rei.

Nas centúrias que se seguem à presúria, assistir-se-á à solidificação destas estruturas dentro da esfera cristã e do poder asturiano-leonês, com uma relativa aproximação ao espaço mais ocidental por parte de determinados monarcas¹³¹. Esta “ocidentalização” do reino leonês em meados do século X contrasta com a aproximação ao poder de Navarra, reino hegemónico e mais aberto às influências trans-pirenaicas, na centúria seguinte, especialmente a partir do fim da dinastia asturiana e o início da dinastia navarra Jiménez, com Fernando I, *o Magno*¹³².

O território, já delimitado de forma breve na Introdução, estabiliza-se no século X, compreendendo a Norte uma porção significativa do condado de Portucale, liderado pelos descendentes de Vímara Peres, e não desceria muito a sul do Mondego no seu limite mais meridional, controlado pelos sucessores de Hermenegildo Guterres. Para o espaço coimbrão, que destacaremos aqui de forma mais veemente, os testemunhos no *LT*

¹³⁰ Sobre estes vassallos de Afonso III das Astúrias, vide, respectivamente, Torquato de Sousa Soares, *Vímara Peres Restaurador da Cidade do Portucale (Porto) e Fundador da Terra Portucale*, Porto, Edições Marânus, 1952, separata do “*Boletim Cultural*” da *Câmara Municipal do Porto*, vol. XV, fascs. 1-2 e Mário de Gouveia, “Hermenegildo Guterres e a presúria de Coimbra (séc. IX-X)”, *op. cit.*, pp. 279-292, além de Emilio Sáez, *Los Ascendientes de San Rosendo. Notas para el Estudio de la Monarquía Astur-leonesa durante los Siglos IX y X*, [s.l.], Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, [s.d.], Separata de *Hispania. Revista Española de Historia*, n.º XXX.

¹³¹ Visível na sua acção político-administrativa ou na política matrimonial, sendo vários os monarcas que desposam dentro das famílias condaís portucale e conimbricense, vide Maria João Branco, “Reis, condes, mosteiros e poderes: O Mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (secs. IX-XII)”, *op. cit.*, pp. 52-54.

¹³² Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, pp. 540-541.

indiciam aquilo que parece ser a organização e povoamento de uma parcela do dito espaço ao longo de parte significativa do século X¹³³, desempenhando um grande papel nisto mesmo o conde, alguma nobreza que lhe parece dependente e o Mosteiro de Lorvão, tendencialmente associado aos anteriores¹³⁴. A estes junta-se ainda um centro urbano, Coimbra, a antiga Aeminium, que, neste período, já seria suficientemente diferenciado no seu desenvolvimento para desempenhar o papel de grande centro organizador de toda esta área condal, se bem que estivesse localizada no *limes* sul e, por isso mesmo, sujeita a maior vulnerabilidade estratégica e militar, mas, ao mesmo tempo, convertendo-se numa plataforma de contacto atractiva entre ambas as esferas, a cristã e a islâmica.

Repartindo estes condados parte significativa do Noroeste peninsular, parecem ter desenvolvido alguma rivalidade, sobretudo durante o período em que eram governados pelos condes Gonçalo Mendes de Portucale (filho de Hermenegildo Gonçalves e Mumadona Dias) e Gonçalo Moniz de Coimbra, coincidindo esta com as disputas sobre o trono leonês ocorridas após a morte de Ramiro II – quando se sucedem quatro reis (um deles duas vezes) em quinze anos¹³⁵. A instabilidade política, por sua vez, promovia jogos políticos complexos, além de uma tentativa cada vez maior, por parte destes poderes periféricos de Leão, em aumentarem o seu grau de autonomia (o condado de Castela era o exemplo paradigmático disto mesmo), colidindo, não raras vezes, com o seu monarca, nomeadamente quando tomavam partido por outro candidato ao trono. O mencionado Gonçalo Moniz vai mesmo, ao que tudo indica, rebelar-se contra Sancho I e descendo

¹³³ “(...) a implantação e consolidação de uma nobreza condal com ligações muito próximas à realeza asturiana e depois leonesa, que em determinados momentos até foi responsável pela trasladação de centros de poder mais para a esfera geográfica do condado conimbricense, como aconteceu com Ramiro II, começa a desenhar a sua área de influência não apenas a nível geográfico, mas sobretudo a nível das redes de parentesco e poder que uma economia do dom como aquela que nesta época necessariamente tinha de se estabelecer para atingir os objectivos a que estes homens se tinham proposto, era uma realidade.”, vide Maria João Branco, “Reis, condes, mosteiros e poderes: O Mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (secs. IX-XII)”, *op. cit.*, p. 49.

¹³⁴ “A riqueza que o mosteiro vinha acumulando desde o início do século X, aumenta consideravelmente nos últimos decénios do mesmo século: em seu benefício vemos toda a nobreza que senhoreava nos distritos do Sul, despojar-se em massa da sua enorme fortuna imobiliária”, vide Ruy de Azevedo, “O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *Arquivo Histórico de Portugal*. Direcção de José da Cunha Saraiva e António Machado de Faria, vol. I, fasc. 1, Lisboa, 1932, p. 207.

¹³⁵ O rei Ramiro II morre em 951 e é sucedido pelo seu filho Ordonho III (apoiado por Gonçalo Mendes) que vê o seu irmão Sancho rebelar-se (com apoio de Gonçalo Moniz). Aquele morre cinco anos depois, sucedendo-lhe o irmão. Não sendo um nome consensual, alguns nobres (entre os quais Gonçalo Mendes) irão eleger Ordonho IV que, de facto, lhe toma o trono. No entanto, pouco mais tarde Sancho volta a recuperá-lo, mantendo-o até à sua morte, em 966, sucedendo-lhe o seu filho menor Ramiro III, vide Justo Pérez de Urbel e Ricardo del Arco y Garay, “Los reyes leoneses”, *Historia de España*. Dirigida por Ramón Menéndez Pidal, tomo VI – *España Cristiana. Comienzo de la Reconquista (711-1037)*. Introdução de Ramón Menéndez Pidal, 4ª Edição, Madrid, Espasa-Calpe, 1982, pp. 109-193 e José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 17.

este a Coimbra – sendo prova disso as confirmações que faz em documentos do Mosteiro de Lorvão¹³⁶ –, aquele, ao que parece, envenená-lo-á com uma maçã que lhe teria oferecido¹³⁷.

Senhor da região de Coimbra durante parte significativa da segunda metade do século X¹³⁸, este conde – assim como o seu rival – corresponde a um exemplo paradigmático de um *magnate* típico do reino leonês da mesma centúria, seja pelo papel desempenhado na sua tenência, como pelas aparições pontuais na cúria régia, como demonstra Justiniano Rodríguez¹³⁹, exigidas, certamente, pelo carácter instável do poder do rei, assim como pela necessidade de fazer valer as suas credenciais e prerrogativas. No entanto, também assumia, em termos políticos, uma tal autonomia ao ponto de o levar a enviar, ao que parece, uma “embaixada” à corte califal omíada de Córdoba de al-Ḥakam II (الحكم). Aquele autor afirma que o conde enviou, a partir de Astorga, no ano de 971(360/361), um séquito que levava notícias sobre incursões normandas que tinham entrado pelo Douro¹⁴⁰. Já, quanto a este assunto, José Mattoso é mais cauteloso, afirmando que não se sabe se era o conde de Coimbra ou de Portucale, uma vez que têm os dois o nome de Gonçalo¹⁴¹. Independentemente disto, tal é demonstrativo da ineficiência do poder leonês, à época de Ramiro III (966-984), que permitia a estes *magnates* agirem com bastante liberdade em matérias que, *a priori*, seriam da sua inteira responsabilidade.

Além das dissensões internas, que enfraqueciam o poder e a posição leonesa, a instabilidade era também exponenciada por factores externos. As ofensivas cordovesas no tempo do governo de al-Mansūr (المنصور), a partir de finais do reinado do rei Ramiro III, assim como as pontuais incursões normandas – como o episódio descrito supra demonstra –, que assolavam a costa atlântica peninsular¹⁴², nomeadamente na Galiza, contribuíram significativamente para o agravar da situação crítica já existente.

¹³⁶ Vide *LT*, n.º 5, pp. 598-600.

¹³⁷ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 538 e *HS*, p. 170.

¹³⁸ Para esta figura, existe um pequeno estudo de Justiniano Rodríguez que lhe é inteiramente dedicado, vide Justiniano Rodríguez, “Gonzalo Muñoz, «dux de terra portucale»”, *Actas das II Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*. 1ª Edição, vol. 1, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 111-121.

¹³⁹ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 116-117.

¹⁴⁰ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 117-118.

¹⁴¹ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 538.

¹⁴² Vide *idem*, *ibidem*.

Não se sabe as circunstâncias da sua morte, ainda que Maria João Branco avance a hipótese de ter falecido entre 982 e 984, defendendo a causa do futuro rei Bermudo II¹⁴³. A sua sucessão no condado parece ter prosseguido em Múnio Gonçalves, seu filho, mas este terá permanecido pouco tempo à frente dos destinos desta tenência, desconhecendo-se o seu destino após 988¹⁴⁴, coincidindo com a reocupação islâmica da região. Quem lhe sucede terá sido o seu irmão Froila Gonçalves que, durante o seu governo, tomará uma posição pragmática face ao poderio das tropas amíridas, como veremos *infra*.

O território conimbricense cairá – entre outros espaços em mãos cristãs – para as hostes islâmicas em 987 (376/377), pela mão do *ḥāḡib* (حاجب) al-Manṣūr, que, *de facto*, era o líder do califado de Córdoba em nome do califa Hišām II (هشام). A sua política bélica ofensiva – apesar da sua formação jurídico-administrativa¹⁴⁵ – teve bastante impacto no ocidente, pois retomou alguns territórios para o Islão (o caso de Coimbra) e colocou a ferro e fogo outros espaços da cristandade política hispânica (como o centro ou a marca hispânica)¹⁴⁶. Estas ofensivas permitiam, ainda, além do valor económico que se obteria, a diminuição do poderio inimigo, impondo-lhes perdas significativas e um clima de instabilidade, assim como a recuperação de alguns territórios se existisse condições para tal¹⁴⁷.

¹⁴³ O último documento sobrevivente onde se confirma a sua presença data de 981, mas este nobre “(...) aparentemente terá morrido, (...), quando os representantes dos condados portugalense e conimbricense lutavam de novo, agora para defender a causa de Bermudo II, entre 982 e 984, nos finais deste agitado período.”, vide Maria João Branco, “Reis, condes, mosteiros e poderes: O Mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (secs. IX-XII)”, *op. cit.*, p. 54.

¹⁴⁴ Com base na coincidência, não será de todo impossível que tenha morrido (ou fugido ou afastado) pouco depois (o último documento com o seu nome data de 988), eventualmente como consequência de alguma resistência à ocupação islâmica, ainda que não passe de uma hipótese baseada numa coincidência. Contudo, o diploma mencionado com o ano de 988 que corresponde a uma sua doação ao Mosteiro de Lorvão – sendo legítimo em todas as suas características – poderá, efectivamente, ser o resultado de uma incapacidade em se manter presente no território e, dessa forma, legar parte do seu património a uma instituição do qual a sua família era muito próxima, como era este, comum em situações similares e, inclusive, para o cenóbio em questão nesta mesma década, derivado da indefinição e instabilidade vivida, vide Ruy de Azevedo, “O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *op. cit.*, p. 207.

¹⁴⁵ Vide Philippe Sénac, *Al-Mansur. Le Fléau de l'an Mil*, Paris, Perrin, 2006, pp. 104-105.

¹⁴⁶ “Il ne s’agissait plus de défendre les territoires menacés mais d’attaquer l’adversaire. Comme le relève Pedro Chalmeta, les campagnes musulmanes n’avaient été auparavant que des ripostes à des initiatives chrétiennes. Dorénavant, les raids amírides ne furent plus des ripostes, mais des attaques difficilement prévisibles, confuites avec une dureté sans précédent et à l’échelle de toute la péninsule.”, vide *idem*, *ibidem*, p. 107.

¹⁴⁷ “Le contrôle de villes comme Zamora ne fut que provisoire, et l’objectif était de soumettre les chrétiens à un tribut, qu’il s’agisse des souverains de León, des comtes de Castille, des rois de Pampelune ou des comtes catalans.”, constituindo uma excepção a região de Coimbra que “fut repeuplée par des populations mozárabes et des *muwallads* en 987.”, vide *idem*, *ibidem*, p. 110, sem que, no entanto, alterasse por completo as estruturas existentes, embora, logicamente, possessões territoriais, privilégios e prerrogativas possam ter sofrido mutações pontuais, nomeadamente por demonstrações de lealdade e fidelidade e substituição de elites que não acatassem a nova ordem, vide Cyrille Aillet, “El Monasterio de Lorvão y los

Constitui-se, assim, nesta ocupação da região que durou quase oito décadas, “(...) un tipo de protectorado islâmico, en una zona compuesta por un verdadeiro mosaico de micro-poderes cristianos, bastante inestables y flujos según el contexto político.”¹⁴⁸. Ao concretizar alianças com os senhores locais, permitindo a estes últimos a manutenção de algumas prerrogativas da tenência que já detinham dentro da cadeia de poderes do reino asturo-leonês, permitiu ao poder central islâmico associar a área em questão ao seu domínio, porventura garantido de uma forma superficial. Uma das claras evidências desta estratégia foi a grande operação de razia levada a cabo pelo *hāḡib* que chegou até Santiago de Compostela, em 997/387, e na qual participaram vários nobres cristãos.

Entre estes estava Froila Gonçalves, cuja acção é indissociável da casa vacariciense. Filho do já amplamente mencionado Gonçalo Moniz e, na sequência de seu pai e, muito provavelmente, seu irmão, dominou uma parcela muito significativa do antigo condado coimbrão. Com uma ascensão coincidente, praticamente, com o avanço islâmico na região, pode isto significar a sua maior abertura face ao poder externo e que, por essa mesma razão, lhe tenha aberto a possibilidade de estabelecer um território clientelar do califado cordovês¹⁴⁹. Seria, desta forma, assim como o seu provável irmão Veila, um caudilho de fronteira, como o apresenta o amplamente citado José Mattoso, que, numa visão pragmática, perante o balanço corrente das forças, se associaria aos poderes

Confines de la Beira (Siglos IX-XII). Apuntes sobre la Memoria Histórica de un Espacio de Contacto”, *Studia Historica. Historia Medieval*, n.º 27, 2009, p. 80. Já M. Rúben García Alvaréz, por outro lado, apoiando-se num trabalho de C. Lévi-Provençal na sequência de uma passagem da *Chronica Gothorum*, refere que Coimbra terá ficado deserta sete anos, vide Lévi-Provençal *apud* M. Rúben García Alvaréz, “Las diócesis galaico-portuguesas y la política de Almanzor”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, p. 52. Contudo, na nossa opinião, tal situação é altamente improvável, tendo a mesma apreciação o autor Jorge de Alarcão, vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego*. Coordenação de António Marques de Faria, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Ministério da Cultura, 2004, p. 27.

¹⁴⁸ Vide Cyrille Aillet, “El Monasterio de Lorvão y los Confines de la Beira (Siglos IX-XII). Apuntes sobre la Memoria Histórica de un Espacio de Contacto”, *op. cit.*, p. 73.

¹⁴⁹ Escreve Cyrille Aillet que “Fruela Gonçalves es un personaje bien conocido en este período. El dominio islámico le permitió reforzar su poder, basado en el señorío de la fortaleza de Montemor-o-Velho, ubicada en la desembocadura del Mondego en una posición estratégica para la defensa de Coimbra. No solo conservó sus prerrogativas, sino que, gracias al exilio de una parte de la nobleza gallega y su alianza com el gobierno islámico, consiguió apoderarse de las posesiones de los Soares y de otras tierras hasta la tierra de Santa María, mas allá del río Vauga y del monasterio de San Andrés de Sever.”, vide *idem*, *ibidem*, p. 83. O autor A. de Almeida Fernandes sugere uma substituição pela força entre os irmãos, o que, não sendo inverosímil, pode perfeitamente, na nossa óptica, por outro lado, ter ocorrido depois de uma derrota de Múnio Gonçalves face ao poder externo, o outro tenha enveredado por uma política mais realista, submetendo-se a ele, vide A. de Almeida Fernandes, *Portugal no Período Vimaranesense (868-1128)*, Guimarães, Companhia Editora do Minho, 1973, separata da *Revista de Guimarães*, pp. 129-130.

políticos que, nesse momento, conseguiam imprimir uma maior pujança em torno do território que controlava¹⁵⁰.

Como tal, a sua participação em expedições predatórias amíridas não seria mais do que uma associação de um “vassalo” ao seu suserano. Escreveu ‘ibn Iḍārī (ابن عذارى) que, no ano de 997/387, na campanha dirigida por al-Manṣūr a Santiago de Compostela, se juntaram às forças califais em Viseu um “grande número de condes que reconheciam a sua autoridade” e que, por sua vez, após terem sido bem-sucedidos na ofensiva, fizeram a divisão do saque entre os chefes cristãos e muçulmanos¹⁵¹.

Esta campanha terá sido precedida por um fossado de Veila Gonçalves, possivelmente também filho de Gonçalo Moniz¹⁵², numa incursão a Norte do Douro, como expõe Ruy de Azevedo, de modo a neutralizar as fortalezas que pudessem ser uma ameaça à progressão das forças que adviriam do *al-‘Andalus* (الأندلس) para a grande expedição ao Noroeste peninsular. Segundo este autor, aquele nobre (com funções análogas a Froila Gonçalves mais a Norte na Terra de Santa Maria) teria, assim, procurado anular as forças do conde de Portucale, Mendo Gonçalves, e seus dependentes. O responsável pela defesa do castelo da Maia, que deveria ser uma das principais defesas da região – aquele autor escreve a “única fortaleza de alguma importância” –, terá renunciado à lealdade ao chefe portugalense e entrado em conluio com Veila, mas, ao que tudo indica, este terá, mais tarde se reconciliado com o poder portugalense, se bem que não se sabe bem quando tal terá ocorrido¹⁵³.

¹⁵⁰ Vide José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 23.

¹⁵¹ Como se pode ler nas passagens que seguem: “Al-Manṣūr dirigea contre cette ville l’expédition estivale qui quitta Cordoue le samedi 23 djumada II 387 [3 juil. 997] et qui était sa quarante-huitième campagne. El entra d’abord dans la ville de Coria, puis quando il fut arrivé dans la capitale de la Galice [Viseu], il fut rejoint par un grand nombre de comtes qui reconnaissaient son autorité, et qui se présentèrent avec leurs guerriers et en grande pompe, pour se joindre aux musulmans et ensuite engager les hostilités de leur côté.” e que, após o saque a Santiago de Compostela, se fez, em Lamego, “La distribution des vêtements qu’il fit dans cette campagne, tant aux princes chrétiens qu’aux musulmans qui s’étaient distingués, consista en 2285 pièces de soies diverses brondées, 21 vêtements de laine marine, deux vêtements ‘anbarī, onze de soie brodée d’or, quinze murayyazat [...], sept tapis de brocart, deux pièces de brocart rūmi, et des fourrures de fenec.”, vide ‘ibn Iḍārī, *al-Bayān al-Muḡrib apud* Philippe Sénac, *op. cit.*, pp. 123-125.

¹⁵² Ou que até poderá corresponder à mesma pessoa que Froila Gonçalves, vide José Mattoso, “As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, p. 94 e Ruy de Azevedo, “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16”, *Revista Portuguesa de História*. T. XIV – Homenagem ao Professor Paulo Merêa. Vol. III, Coimbra, Oficinas Atlântida Editora, 1973, pp. 81-82.

¹⁵³ Vide idem, *ibidem*, pp. 82-84 e José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 33. É possível que o próprio conde Gonçalo Mendes tenha morrido neste processo, como sugere José Mattoso, tendo-lhe sucedido à frente do condado de Portucale o seu filho Mendo Gonçalves, vide idem, *ibidem*, pp. 32-33

Com estas ofensivas anteriormente descritas, a fronteira meridional do reino cristão recuou até ao vale do Douro, significando isto que o espaço mais setentrional da área por nós delimitada passou a corresponder, desta forma, a uma zona de fronteira, o que tinha deixado de ser uma realidade há mais de um século e por um período muito curto¹⁵⁴. Como consequência, aumentou a vulnerabilidade do condado de Portucale face à perspectiva de ofensivas recorrentes por parte dos poderes localizados a Sul ou, como se verificou um pouco por toda a Europa ocidental, ameaças por via marítima de povos originários do Norte da Europa, ou de espaços por eles ocupados como, para esta cronologia, a Normandia. Assim, não será de estranhar que a densidade de elementos da nobreza em clara ascensão exercendo uma posição militar e administrativa sob a autoridade do conde portucalense – fosse por usurpação, aproveitando o vazio de real poder do *magnate* na área em questão, ou por concessão – se multiplique nestas latitudes¹⁵⁵. Isto, pois, ao longo destes primeiros séculos desde a presúria, a nobreza complexificou-se, nomeadamente com a repartição dos condados por dependentes dos seus condes, dividindo-se, assim, o território em tenências, com os *potestates* e infanções a deterem um nível intermédio do poder num contexto regional. O tempo iria permitir, fosse pela conjuntura que indiciava uma tendência de autonomização, fosse pela concessão de privilégios, a sua solidificação social, com evidências claras a partir da décima primeira centúria em prejuízo da posição dos próprios *magnates* que, ao longo do século anterior, os tinham promovido¹⁵⁶. Assim, na documentação, vê-se a prevalência

¹⁵⁴ Já Ruy de Azevedo interpreta, a partir de dois documentos coevos – os documentos do AUC, mç. 194, fls. 197r/v e LP 134 –, que a ocupação islâmica e de seus vassalos cristãos também terá ocorrido entre os rios Douro e Ave durante um breve período como resultado da depredação ocorrida no processo da campanha que terminará nos confins da Galiza, nomeadamente em Santiago de Compostela e A Corunha, vide Ruy de Azevedo, “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16”, *op. cit.*, pp. 80-81. Ou seja, este rio terá constituído, para este autor, o limite setentrional do espaço controlado pelos poderes islâmicos, ainda que tal decorresse, muito provavelmente, na sequência dos demais territórios apesados no Nordeste peninsular, de forma indirecta.

¹⁵⁵ Escreve José Mattoso que “a distribuição das propriedades das cinco famílias mencionadas no Livro Velho [de Linhagens] leva a pôr a hipótese de elas terem obtido a riqueza fundiária a partir das suas posições na periferia dos territórios governados pelo conde de Portucale. Por outras palavras, pergunta-se se não seriam justamente vassalos que os condes dotaram de préstimos fronteiriços, para assegurar a defesa do território. Sendo assim, o seu poder teria uma origem predominantemente militar, e os meios bélicos de que mostram dispor durante o segundo quartel do século XI não seria m inteiramente criados por eles, derivariam dos que lhes tinham sido confiados outrora pelos condes.” e “esta distribuição fez-me admitir a hipótese de pelo menos uma parte dos antigos infanções portucalenses, sobretudo os senhores da Maia e de Riba Douro, terem conseguido fortalecer a sua posição em virtude de poderes militares a eles atribuídos pelos próprios condes de Portucale ou então usurpados no princípio do século XI. Esses poderes concedidos ou usurpados destinar-se-iam a defender a região contra os ataques muçulmanos, mas permitiram-lhes adquirir poderes senhoriais sobre a população autóctone.”, vide José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 82 e *Identificação de um País...op. cit.*, pp. 133-134, respectivamente

¹⁵⁶ Vide idem, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, pp. 499-502 e Salvador de Moxó, *Repoblacion y Sociedad en la España Cristiana Medieval*. Madrid, Ediciones Rialp,

cada vez maior destes indivíduos, sugerindo a mutação estrutural na sociedade e no desempenho do poder.

No primeiro quartel do século XI, já depois da morte de al- al-Manşūr (1002/392) e a posterior instabilidade no Califado de Córdoba que, anos mais tarde, levarão à sua dissolução e a formação, em seu lugar, de pequenos reinos taifa, vê-se já algumas tentativas de retoma do Entre-Mondego-e-Douro para o reino de Leão. Um exemplo disso mesmo é, antes de 1018, a ofensiva do conde Mendo Luz contra as posições do supramencionado Froila Gonçalves, que mantinha a sua autonomia e outrora fora vassalo do *ḥāḡib* cordovês. Este ataque bem-sucedido deverá ter retomado o domínio nortenho sobre toda a faixa litoral do condado de Coimbra, como se depreende pela obtenção da parte significativa do vale do Vouga – de ocupação anterior, pois a Terra de Santa Maria já por ele seria dominada, assim como Lafões¹⁵⁷ – pela conquista do seu castelo em Montemor-o-Velho, a principal posição e sede do poder daquele¹⁵⁸, que controlava a entrada no rio Mondego e a aproximação à urbe conimbricense. No entanto, as cidades do interior, como Viseu, Lamego ou Coimbra permanecerão associadas aos poderes islâmicos, embora, muito provavelmente, tal não se manifestasse de forma directa, mas por protectorados que os reconheciam e lhes prestavam fidelidade¹⁵⁹.

De qualquer forma, uma nova incursão islâmica em meados da terceira década do século XI – possivelmente a mesma que aparece registada nos testemunhos documentais da dinastia abádida (بنو عباد), que governou a taifa de Sevilha, em 1026/417)¹⁶⁰ – coloca a

1979, pp. 146-150. Uma boa síntese sobre esta questão para estas latitudes trata-se de uma obra do mesmo autor, vide José Mattoso, *Ricos-homens... op. cit.*, pp. 37-114.

¹⁵⁷ Vide A. de Almeida Fernandes, *op. cit.*, pp. 143-144 e 161.

¹⁵⁸ Como é descrito no documento LP 134, da maior importância para este trabalho e que o recuperaremos posteriormente, “(...) Modo vero habuit Deus misericordiam, et tornavit ipsam terram in manus de []; et sedente Froila Gundesalvi in Monte Maiore, non placuit Deo ista, sed sed supervaliavit eum Menendus Lucidi, et cedavit illum foras de illo monasterio et de ipsa civitate simul, et de tota ipsa terra, et presit omnem suum ganatum, (...)”, vide LP, n.º 134, p. 206. Tal acção deu-se provavelmente em 1017, dadas as informações dadas no DC 549, um inventário dos bens possuídos por Paio Gonçalves, cujo pai a partir dessa data ficou responsável por este castelo.

¹⁵⁹ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal... op. cit.*, p. 541.

¹⁶⁰ Como se pode ler na obra *magna* de Francisco Javier Simonet, que se baseou nesses testemunhos para escrever a seguinte passagem: “Durante el siglo XI hay muchas noticias de los mozárabes que habitaban en las comarcas occidentales de nuestra Península. Por los años de 1020 Abulcásim Mohámmed ben Abbad, fundador de la dinastía Abbadita de Sevilla, habiendo hecho una expedición al Norte de la Lusitania, conquistó dos castillos, situados el uno frente del outro, sobre dos rocas separadas por un barranco y llamados por lo mismo *Alajudn* (los Dos Hermanos), hoy Alafoens, cerca de Viseo. Estos castillos estaban habitados por cristianos mozárabes, entre los cuales había muchos que hablaban árábigo y que pretendían descender del Rey Chabala ben Alaiham, de los Gassanitas de Siria, que fué cristiano. Pero la verdad era que descendían de los antiguos cristianos españoles que se hallaban en aquel territorio cuando la invasión, y que decían haber hecho un tratado com Muza. Pero quando la conquista de Mohammed ben Abbad no consta si aquellos habitantes estaban sometidos aún al dominio musulmán ó si eran vasallos del Rey de

ferro e fogo a região compreendida entre os rios Mondego e Douro, nomeadamente na Terra de Lafões, voltando a remeter as forças cristãs para Norte¹⁶¹. Esta acção imprimirá, certamente, uma grande alteração na disposição e solução monástica existente no nosso mosteiro face à realidade imediatamente anterior, ganhando as suas dependências uma maior relevância dentro do conjunto, pela incerteza vivida nas cercanias da casa-mãe, como veremos *infra*. Certamente como resposta, o rei Afonso V de Leão fez uma ofensiva no ocidente do seu reino, acabando por morrer numa tentativa de conquista da cidade de Viseu, em 1028¹⁶². Alguns anos mais tarde, por volta de 1035/425, é a vez de o seu filho, Bermudo III, fazer nova incursão, desta vez à Terra de Santa Maria, onde se defronta com um chefe mouro na batalha de Cesar¹⁶³, um episódio já mencionado pela passagem do rei no Ocidente e o seu envolvimento no diploma que consagra a doação de Unisco Mendes ao cenóbio vacariciense¹⁶⁴.

Antes disso, segundo os *Annales Portucalenses Veteres*, já um infanção da família da Maia chamado Gonçalo Trastemires tinha, em 1034, recuperado Montemor-o-Velho de forma definitiva para os cristãos¹⁶⁵. Muito provavelmente permanecerá, esta fortaleza, como o primeiro reduto de defesa cristão face à oposição que inclinar-se-ia para os poderes meridionais até que se desse a conquista definitiva da cidade de Coimbra¹⁶⁶,

León, y al tomare estas plazas, Ibn Abbad, que no trataba de conservarlas en su senorio, alistó en su hueste, de grado ó por fuerza, á trescientos de sus defensores, que según parece eran gente aguerida.”, vide Francisco Javier Simonet, *Historia de los Mozárabes de España. Deducida de los Mejores y Más Auténticos Testemonios de los Escritores Christianos y Arabes*, Amesterdão, Oriental Press, 1967, p. 654.

¹⁶¹ Vide José Mattoso, *Ricos-homens... op. cit.*, pp. 32-33

¹⁶² Vide HS, pp. 176-177.

¹⁶³ Vide APV, p. 296. Note-se, no entanto, o erro na datação do episódio pois, em 1045 Bermudo III já tinha falecido e era rei Fernando I.

¹⁶⁴ Vide, na introdução, as pp. 50-52.

¹⁶⁵ Vide APV, p. 295.

¹⁶⁶ De facto, são alguns os documentos (LP 110, 130/132, 136 e 341, entre outros), nomeadamente com origem no cenóbio vacariciense (os três primeiros), que identificam o *territorium* de Montemor. Isto poderá decorrer de, na nossa óptica de, por virtude da cidade de Coimbra não se encontrar em mãos cristãs, aquela fortaleza se ter convertido no centro de organização do território recuperado, à qual as populações e instituições da área envolvente, na qual se inseria a *uilla* da Vacariça (onde se localizava o mosteiro) apelariam. Note-se que, dos quatro, somente o último diploma mencionado está fora da janela de trinta anos que vai desde a conquista definitiva desta praça, em 1034, até à vitória de Fernando I de Leão exactamente três décadas mais tarde. Datado de maio de 1092, por sua vez, este refere-se a um testamento feito a uma igreja nas cercanias da mesma fortaleza, situação que não se verifica nos restantes exemplos, pois a área abrangida constitui, pelo contexto sugerido pela inclusão daquela *uilla*, ao espaço situado entre os rios Mondego e Vouga, vide LP, n.º 110, 130/132, 136 e 341, pp. 168-169, 198-200/202-204, 208-210 e 490-491, respectivamente. Esta ideia também é seguida por Jorge de Alarcão, vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego*. Coordenação de António Marques de Faria, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Ministério da Cultura, 2004, pp. 29-30. Na sua dissertação de mestrado, Gonçalo Matos Ramos tem interpretação similar, ainda que a exponha com algumas imprecisões, vide Gonçalo Matos Ramos, *op. cit.*, vol. I, p. 135. No entanto, também por virtude da sua polissemia e consequente uso indiferenciado – tal a quantidade de referências neste sentido em outros espaços para a mesma cronologia –, temos de reconhecer que, como

assim como de outros meios urbanos, mencionados supra, no reinado de Fernando I *Magno*, cerca de três décadas mais tarde.

No entanto, chegava pouco depois o fim da dinastia das Astúrias, sucedendo-lhe uma dinastia navarra encabeçada por Fernando, conde de Castela e esposo da irmã do anterior rei, Bermudo III, derrotado e morto por aquele na batalha de Tamarón no ano de 1037¹⁶⁷. Contudo, após anos de instabilidade, a letargia parece ocupar o ocidente, permitindo a consolidação interna, pois, a nível externo, a formação das taifas muçulmanas no Sul reduziram, de forma drástica, o potencial militar dentro do *al-‘Andalus*, agora maioritariamente direcionado internamente ou contra outros pequenos reinos islâmicos na sua vizinhança¹⁶⁸. Desta forma, pela primeira vez, a conjuntura política e militar permitiu o ascendente em matérias da guerra dos cristãos sobre os muçulmanos na Península Ibérica e a obtenção de rendimentos através das páreas pagas por estes a aqueles¹⁶⁹.

Como consequência da mudança de paradigma com o novo governante e na sequência dos sintomas anteriores, as estruturas sociais da nobreza vão, paulatinamente, sofrendo uma mutação. Também se estendendo aos aspectos sócio-económicos, desde o aumento demográfico e a escassez de recursos para sustentar a crescente população¹⁷⁰, a instabilidade motivava diferentes abordagens às estruturas do poder além do seu carácter político-militar. Entre estas, aquilo que parece ser o estabelecimento de uma ligação directa entre o rei e os infanções, enquanto *tenentes* de uma terra, colocava em causa as funções dos *magnates*, que tinham dominado a política regional nos séculos que lhes

escrevem Paulo Merêa e Amorim Girão, “(...) o «território», unidade regional ou tradicional, podia servir de base aos quadros administrativos, mas não autoriza a afirmar que os distritos administrativos e judiciários assentassem necessária e sistematicamente sobre determinado «território», e muito menos que o Estado leonês estivesse regularmente distribuído em *territoria* para efeitos de administração local.”, vide Paulo Merêa e Amorim Girão, “Territórios portugueses no século XI”, *Revista Portuguesa de História*, t. II, Coimbra, 1943, p. 263. Vide, ainda, a obra de André Evangelista Marques, *Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico*. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2012.

¹⁶⁷ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 541.

¹⁶⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 557. Veja-se o caso da taifa de Badajoz, que constituía, em grande parte, o que poderemos designar por Marca Inferior, quando as disputas entre aspirantes ao trono levaram a um enfraquecimento muito acentuado do reino, o que invariavelmente beneficiou o reino leonês, pois parte muito significativa deste localizava-se imediatamente a Norte, vide Maria José Viguera Molins, *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebíes. Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Ediciones Mapfre, 1992, p. 49.

¹⁶⁹ Vide Maria Jesús Viguera Molins, *Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebíes. Al-Andalus del XI al XIII*, Madrid, Ediciones Mapfre, 1992, pp. 14-15.

¹⁷⁰ Vide José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 86.

antecederam, tornando-as obsoletas¹⁷¹. Desta forma, os mecanismos de explanação do poder emanados a partir do poder central circunscrevem-se a áreas menores e a uma nobreza de camada dita intermédia, menos poderosa e de contacto mais próximo à realidade do espaço onde se insere.

Desta forma, o conde portugalense vê a sua autoridade diminuída e excluída desta cadeia de poder. Culminando na batalha de Pedroso em 1071¹⁷², a revolta de Nuno Mendes de Portucale contra o rei Garcia II da Galiza é, certamente, o resultado de uma tentativa desesperada contra uma mutação estrutural que colidia grandemente contra as prerrogativas que considerava suas. Com a morte daquele nesta contenda, dá-se o término da linhagem que dominara o condado nos duzentos anos anteriores¹⁷³.

Na segunda metade do século XI, sendo rei Fernando I, assistiu-se a uma aproximação ao mosteiro borgonhês de Cluny¹⁷⁴, uma ligação que se fortaleceu com o seu filho e sucessor na totalidade dos seus domínios, Afonso VI de Leão e Castela. Foi, também, contemporâneo desta relação privilegiada o estabelecimento de relações com a Santa Sé. Esta abertura à Europa trans-pirenaica, particularmente visível a nível cultural e religioso, potenciará as reformas na vivência religiosa que ocorrerão ao longo das décadas seguintes, cujo momento-chave e mais paradigmático da mutação será o Concílio de Burgos no ano de 1080. Todavia, sobre estes aspectos debruçar-nos-emos mais à frente, pelo seu inegável carácter religioso, encaixando melhor, garantidamente, no sub-capítulo que se segue.

Antes da divisão do reino de Leão entre os filhos de Fernando I em 1065, para que lhe sucedessem, e ainda reinando este, vê-se uma intensa actividade expansionista no Noroeste da Península, que arrebatará para o reino de Leão, por ordem cronológica, entre outras povoações e fortalezas, as cidades de Lamego e Viseu, culminando com a conquista definitiva de Coimbra em 1064/456¹⁷⁵. Nesta irá governar, em representação do monarca, o “moçárabe” Sesnando Davides, outrora ao serviço do rei da taifa de

¹⁷¹ Vide *idem, ibidem*, pp. 33-34.

¹⁷² Vide APV, p. 298.

¹⁷³ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 560.

¹⁷⁴ Vide Charles J. Bishko, “Fernando I and the Origins of the Leonese-castilian alliance with Cluny”, *Studies in Medieval Spanish Frontier History*, Londres, Various Reprints, 1980, pp. 1-136.

¹⁷⁵ Vide APV, pp. 296-297. Sobre as intervenções deste monarca no Ocidente peninsular, vide Pilar Blanco Lozano, “La intervención de Fernando I en la zona galaico-portuguesa”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. I – O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 335-356.

Sevilha, até à sua morte em 1092, exceptuando um curto hiato de tempo quando exerceu o mesmo papel na recém-conquistada cidade de Toledo, arrebatada por Afonso VI no ano de 1085/478, mas que de seguida abandonou. Apesar de exercer os seus poderes onde outrora governara o conde de Coimbra, de ter casado com a filha do último conde de Portucale, Loba Nunes, a verdade é que nunca procurará assumir esse papel para estas latitudes¹⁷⁶.

De qualquer forma, a sua preocupação pelo território que lhe fora atribuído dominou as últimas décadas da sua vida, nomeadamente na sobejamente conhecida e explorada resistência à reforma eclesiástica e sublinhando a singularidade conimbricense. Mais tarde, como consequência, tornar-se-á problemática com a já amplamente mencionada querela entre “hispanicos tradicionalistas” e “reformistas”, em finais do século XI e o dealbar do seguinte, enquadrando desde a sucessão do bispo Paterno, disputada entre Martinho Simões e Crescónio de Tui, ao exílio de Martinho Moniz, genro de Sesnando, as revoltas na cidade de Coimbra contra os poderes eclesiásticos e leigos, cada vez mais dominado por estrangeiros – como o clérigo Maurício Burdino ou os condes borgonheses Raimundo e Henrique –, e o “esmagamento” do “partido tradicionalista” pelos partidários reformistas pela segunda década de undecentos, ainda com concessões várias a aqueles¹⁷⁷.

Vejamos agora o monaquismo hispânico neste período por nós considerado, no meio em que floresceu o Mosteiro da Vacariça, desde as tendências autóctones até ao processo de adopção de influências externas de forma totalizadora.

1.1.2. O monaquismo hispânico na “Idade Média Central”

Os mosteiros surgiram a partir de inícios do século IV d.C. na sequência dos chamados *Padres do Deserto* no Oriente do então vigente Império Romano – com um dos mais célebres a ser a figura de Santo Antão. Foi, então, no Alto Egipto, uma das regiões mais remotas da metade nascente desta formação política que, pela mão de Pacómio, se associa à presença de uma regra monástica¹⁷⁸. Esta visão ascética rapidamente se espalha pelo

¹⁷⁶ Vide José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 34.

¹⁷⁷ Vide Maria de Lurdes Rosa, “A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes e Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”, *História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*. Coordenação de Ana Maria C.M. Jorge e Ana Maria S.A. Rodrigues, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 433-440.

¹⁷⁸ Vide Samuel Rubenson, “Asceticism and monasticism, I: Eastern”, *The Cambridge History of Christianity*. Edição de Augustine Casiday e Frederick W. Norris, vol. II – *Constantine to c. 600*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014, pp. 646-650.

mundo mediterrânico, nomeadamente na sua porção ocidental, onde despontou com a orientação de nomes como João Cassiano ou, mais tarde, São Bento de Núrsia, com este a ser considerado o pai do monaquismo ocidental. É, então, neste contexto de expansão pelo Mediterrâneo, num período de fragmentação do Império do Ocidente – enquadrando as influências germânicas – que estas tendências entram na Hispânia e influenciam os próprios padres hispânicos (como Santo Isidoro, São Leandro ou São Frutuoso) a abraçarem estas disposições e formularem as suas próprias regras.

Estas corresponderão aos preceitos com maior projecção na Península Ibérica na Antiguidade Tardia e Alta Idade Média¹⁷⁹, até que, em forja desde a segunda metade do século XI, a beneditinização erradicou aquelas, ainda que a regra composta por São Bento de Núrsia fosse conhecida pelos monges ibéricos, como veremos de seguida. Entretanto, vejamos algumas das características-chave das normas enunciadas e a sua conjugação com a sociedade hispana.

A *Regra de Santo Isidoro (Regula Isidori)*¹⁸⁰ data do século VII d.C., quando este era bispo de Sevilha¹⁸¹. Como veremos, o espírito legislador dos bispos face aos mosteiros era, para estas cronologias, muito acentuado, estando o monaquismo directamente associado a estes eclesiásticos. A mesma vem na sequência de uma outra regra, a do seu irmão, São Leandro, *De institutione uirginum et contemptu mundi*, destinado ao monaquismo feminino. Escreve Antonio Linage Conde – num artigo comparativo entre as várias regras hispânicas e a *Regula Monachorum* – que o rigorismo da regra (mas ao mesmo tempo “macia”), a vivência comunitária, a sua organização interna, a definição do espaço, papel social e atenção aos bens materiais, entre outras características, teria nas antigas influências pacomianas a mais copiosa fonte do bispo hispalense¹⁸². Vê-se, no entanto, aquilo que nos parecem ser as influências de uma envolvência mais refinada como seria a Bética e a cidade de Hispalis, em contraste com as regras que

¹⁷⁹ Ainda que algo desactualizada, corresponde a uma síntese completa do monaquismo na Península Ibérica sob um ponto de vista diacrónico o artigo de Maur Cocheril, “Le monachisme hispanique des origines au XII^e siècle”, *Études sur le Monachisme en Espagne et au Portugal*. Roma, Société d’Éditions «Les Belles Lettres», Livraria Bertrand, 1966, pp. 13-156.

¹⁸⁰ Vide Julio Campos Ruiz e Ismael Roca Melia (ed.), “Regla de San Isidoro”, *Santos Padres Españoles. Reglas Monásticas de la España Visigoda, Los Tres Libros de las «Sentencias»*, Introduções, versão e notas de Julio Campos Ruiz e Ismael Roca Melia, Madrid, Editorial Católica, 1971, pp. 90-125.

¹⁸¹ Vide Justo Pérez de Urbel, *Los Monjes Españoles en la Edad Media*, 2^a Edição, Madrid, Ediciones Ancla, 1945, pp. 232-254 e Maur Cocheril, “Le monachisme hispanique des origines au XII^e siècle”, *op. cit.*, pp. 41-43.

¹⁸² Vide A. Linage Conde, “En torno de la *Regula Monachorum* y sus Relaciones com otras Reglas Monásticas”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 148-151.

desenvolveremos mais adiante, nascidas em ambientes menos diferenciados como era o Norte e o Noroeste da Península Ibérica.

Numa obra intitulada de *Santos Padres Españoles*, uma edição compilada das regras de São Leandro, Santo Isidoro e São Frutuoso, na introdução, de autoria dos editores à norma aqui tratada, lê-se que “(…). Según se expresa el legislador, se propone en esta suya escoger unas cuantas normas de las reglas de los Padres antiguos y exponérselas en lenguaje sencillo para que tengan un orden de vida que mantenga las promesas de su profesión. Se trata de una acomodación de las reglas de Pacomio, Casiano, Augustín, para los que no se sienten con fuerzas para la austeridad y perfección de éstas. (...)”. Supõe-se, assim, um monaquismo pré-existente sem uma observância fixa nas latitudes da província eclesiástica onde exercia a primazia e na qual pretendia uniformizar de uma forma eclética e adaptada¹⁸³, eventualmente para uma maior agregação em torno da mesma pela base do compromisso.

Também do século VII d.C., depois da passagem no século anterior de São Martinho de Dume pela sede bracarense, influenciada pelos velhos padres tradicionais que carregavam uma forte virtude ascética, surge, pela mão de São Frutuoso, a Regra com o seu nome ou *Regula Monachorum*¹⁸⁴, além da sua associação à *Regula Communis*, típica do Norte e Noroeste da península. A rudeza e preferência pelas zonas ermas, que para estas latitudes correspondiam sobretudo ao bosque (em associação ao deserto), são marcas claras dessa concepção da vivência religiosa.

Ao contrário da maioria dos autores¹⁸⁵, que associam o monaquismo frutuosiano e respectiva regra à antiga Galécia, Justo Pérez de Urbel divergiu e escreveu que a sua origem se situa na região natal do santo, El Bierzo (em Leão)¹⁸⁶, no limite Este da província eclesiástica que veio a liderar.

Isto implicaria uma grande diferença nas dinâmicas que mais tarde viriam a verificar-se durante o processo da “Reconquista” (envolvendo nomes como São Rosendo), como

¹⁸³ Vide Julio Campos Ruiz e Ismael Roca Melia (ed.), “Introducción a la «Regla de San Isidoro»”, *op. cit.*, p. 82.

¹⁸⁴ Vide idem, *ibidem*, pp. 137-162.

¹⁸⁵ Vide C.J. Bishko, “Episcopus sub regula or Episcopi sub regula? St. Fructuosus and the monasticized episcopate in the peninsular West”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 63-64.

¹⁸⁶ Vide Justo Pérez de Urbel, “Carácter y supervivencia del Pacto de San Frutuoso”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXII, tomo II, n.ºs 51-54 (63-66), Janeiro-Dezembro de 1968, pp. 231-234.

o anterior processo do “despovoamento” e de migrações para o Norte peninsular. Ao invés de uma influência tradicionalmente galega nos futuros espaços de Leão e Castela, pela mão de políticas repovoadoras das posições setentrionais do rei Afonso I das Astúrias – e até anteriormente em momentos anteriores à invasão islâmica –, por exemplo, teria ocorrido exactamente o contrário¹⁸⁷. Uma “frutuonização” da Galiza desde o Norte central após as grandes presúrias que teriam lugar a partir do século IX d.C. e que seria compatível com a maior quantidade de testemunhos para este último espaço face à área galega. Diz mesmo que “(...) No hay indicio ninguno de que el gran fundador de monasterios y padre de monjes hubiera unificado la observancia monacal en las tierras de su jurisdicción imponiendo en ellas la legislación de Bierzo. (...)”¹⁸⁸. Vê-se, assim, uma disparidade das opiniões sobre uma questão tão complexa como esta, de resposta nada fácil e que requer um grande conhecimento da documentação existente para a exposição de uma hipótese verosímil, unindo os diversos pontos em cronologias espaçadas no tempo que carecem de conexão e consistência documental.

Também associada a uma tradição frutuosiã está a *Regula Communis*, cuja compreensão da relevância para o monaquismo hispânico, sobretudo ocidental, é essencial, pela marca na sociedade, assim como pela relação com as outras regras e na evolução para a beneditinização já no século XI.

A *Regula Communis*¹⁸⁹ é, pela sua estrutura e suposta longevidade, uma das mais relevantes regras hispânicas. Foi tradicionalmente atribuída a São Frutuoso, mas, entretanto, reconhecida como demasiado redutora esta concessão da “paternidade”, uma vez que se admite a sua influência, mas dentro de um contexto mais diversificado e complexo, envolvendo outros abades e possíveis discípulos. Escreve Linage Conde que “(...) en la RM [*Regula Monachorum*] haya encarnado la obra constructiva del Bracarense como monje fundador y abad. Y lo que de él haya en la RC [*Regula Communis*] sea su aportación práctica y realista, al monacato vivo de su época, desde fuera y en los tiempos de su episcopado”¹⁹⁰. Como se pode observar pela afirmação que acabamos de citar, a “regra comum” implica uma aproximação prática e realista à

¹⁸⁷ No entanto, José Mattoso apelida estes desentendimentos de “(...) pequenas nuances e rectificações nem sempre aceites por especialistas.”, vide José Mattoso, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiã em Portugal durante a Reconquista”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 11.

¹⁸⁸ Vide Justo Pérez de Urbel, “Carácter y supervivencia del Pacto de San Fructuoso”, *op. cit.*, p. 234.

¹⁸⁹ Vide Julio Campos Ruiz e Ismael Roca Melia (ed.), “Regla Comum”, *op. cit.*, pp. 172-209.

¹⁹⁰ Vide A. Linage Conde, “En torno de la *Regula Monachorum* y sus Relaciones con otras Reglas Monásticas”, *op. cit.*, p. 135.

sociedade galaica em meados do século VII d.C., levando à origem do famoso pactualismo que marcará o monaquismo hispânico. Destaca-se o acordo entre o abade e os monges, o dito “pacto”, para o funcionamento do cenóbio e concedendo a hipótese de os religiosos puderem denunciar um abade que considerem abusivo e atente contra as suas liberdades.

A sua subsistência é um dos ponto-chave do monaquismo da “reconquista”, do avanço cristão pela presúria e conquista que se faz em direcção ao Sul islâmico. O período mais paradigmático desta sobrevivência corresponde, sem qualquer dúvida, ao governo do abade-bispo São Rosendo – à boa maneira gótica do século VI e VII –, na actual província de Ourense, ao longo de parte significativa do século X, com a fundação do poderosíssimo Mosteiro de São Salvador de Celanova. Como tal, não é de admirar o interesse que suscita a diversos autores na compreensão deste longo processo, com a necessidade do estudo da mesma regra para o melhor conhecimento das instituições dos séculos IX a XI d.C. e a sua recuperação da observação de preceitos regulares autóctones, mas antigos¹⁹¹.

Como aconteceria mesmo no período hispano-godo, onde o sincretismo entre diversas regras era uma realidade – como já supra-referido quanto às influências externas na elaboração de orientações de normas nativas –, o mesmo acontece após o surgimento das normas hispânicas e a invasão islâmica, sendo ainda visíveis até ao processo que vai levar à beneditinização em larga escala dos territórios cristãos, que se começa a imprimir progressivamente a partir de meados do século XI.

É, então, neste contexto que prolifera a chamada *Regula mixta* que, como o nome indica, corresponde à ideia da inexistência de uma observância fixa, mas antes um manancial de directrizes regulares das quais o abade poderia escolher para inspiração (ou adaptações consoante vicissitudes regionais, entre outros aspectos a considerar)¹⁹². Tais

¹⁹¹ Vide idem, *Las Orígenes del Monacato Benedictino en la Península Ibérica*, 3 volumes, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.ºs 9, 10 e 11, León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973, vol. I, vol. I, pp. 291-342; Justo Pérez de Urbel, “Carácter y supervivencia del Pacto de San Fructuoso”, *op. cit.*, pp. 226-242; idem, *Los Monjes Españoles... op. cit.*, pp. 433-450; idem, “Vida y caminos del Pacto de San Fructuoso”, *Revista Portuguesa de História*, t. VII, Coimbra, 1963, pp. 377-397; Amâncio Isla Frez, *La Sociedad Gallega en la Alta Edad Media*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992, pp. 17-48; José Mattoso, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 11-20 e idem, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, *ibidem*, pp. 20-35.

¹⁹² Vide idem, “O monaquismo ibérico e Cluny”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 35 e idem, “A introdução da Regra de São Rosendo na Península Ibérica”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 45.

escolhas seriam suportadas com a existência do *codex regularum*, isto é, o “código das regras” que, *grosso modo*, correspondia a uma compilação de normas e preceitos legisladores da vida monacal. A sua larga existência é documentada em mosteiros de espaços muito diversificados na Península, indicando que a sua operacionalidade era total. Vários são os autores que estudaram esta questão da circulação dos manuscritos, sendo exemplos disso mesmo José Mattoso ou Díaz y Díaz¹⁹³.

Como se pode ver, esta fórmula monástica teria mesmo um peso significativo, não desprezável, e que reunia, considerando a história política e cultural da península para a Alta Idade Média, as condições estruturais indicadas para o seu florescimento, nomeadamente com a desagregação das estruturas durante longos períodos para várias latitudes dentro da Hispânia.

Já aqui, ao longo das diversas considerações tecidas, se apresentaram algumas das questões envolvendo a transição para uma cronologia mais avançada, nomeadamente quanto à persistência ou a “migração” das regras de tradição e carácter frutuosiano, como são as *Regula Monachorum* e a *Regula Communis*, fazendo-se menção a duas hipóteses apresentadas por académicos de prestígio para as áreas em discussão.

Independentemente das teses sobre o pioneirismo regional, para as quais pouco poderemos contribuir e que não dizem respeito à temática que nos motiva, não parece existir grandes dúvidas que existiu uma reestruturação da sociedade, incluindo a organização monástica, com o processo de “povoamento” e presúria de zonas mais meridionais vindo do Norte, fosse ainda no período do reino das Astúrias, fosse no já mais complexo e vasto reino de Leão. Assim, não surpreende que a procura do estabelecimento de unidades mais organizadas partisse da iniciativa das elites nortenhas, fosse uma elite guerreira, fosse religiosa, muito influenciada pelo fenómeno da migração moçárabe (muitos deles clérigos) desde meados do século IX d.C.¹⁹⁴.

¹⁹³ Vide idem, “Condições económicas e sociais da circulação de códices na Península Ibérica”, *Coloquio sobre Circulación de Codices y Escritos entre Europa y la Península en los Siglos VIII-XIII. Actas*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1988, pp. 135-155 e “A cultura monástica em Portugal (875-1200)”, *op. cit.*, pp. 209-232; M.C. Díaz y Díaz, “Codices y fragmentos de codices”, *Memoria Ecclesiae III. Iglesia y Cultura en las Edades Media y Moderna. Santoral Hispano-mozarabe en España*, Actas del Congreso celebrado en Burgos (27 al 29 de julio de 1990), edición dirigida y preparada por Augustín Hervia Ballina, Oviedo, Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, Casa de la Iglesia, 1992, pp. 31-44.

¹⁹⁴ “Os moçárabes fundaram as suas comunidades monásticas no Norte, foram reforçar o clero leonês, asturiano, galego ou castelhano, penetraram na corte régia astur-leonesa, inspiraram muitos escritos cristãos, trouxeram livros, cultivaram as suas tradições em meio nortenho. Foram os principais

Advêm, então, deste período e com estes protagonistas, a maioria das grandes instituições monásticas que serão a chave para o processo da estruturação social e económica do espaço, do desenvolvimento dos meios culturais ou, em parte, da ocidentalização da Península e sua consequente abertura ao resto da Europa que se regia por condições similares.

Entre aqueles protagonistas estava São Rosendo¹⁹⁵. Da família dos presores e condes de Coimbra, este homem foi a figura religiosa mais importante do Noroeste peninsular do século X d.C. e um dos maiores promotores e protectores do monaquismo na região, sendo, além de bispo, o fundador e abade do Mosteiro de São Salvador de Celanova – um abade-bispo tal como a tradição regional pré-invasão¹⁹⁶ –, que foi a grande unidade monástica da Galiza para esta cronologia. Além deste cenóbio e seus dependentes, a sua influência propagou-se um pouco por todo o território ocidental do reino de Leão, conhecendo-se a sua acção, para latitudes mais meridionais, em outras fundações como a de Guimarães ou Lervão. Associa-se a esta personalidade uma sequência à tradição frutuosiense, todavia reformada e adaptada aos novos tempos, não obstante que tais apontamentos sejam somente de carácter especulativo com base em alguns elementos não necessariamente vinculativos, como as reuniões sinodais de abades, a federação e visões partilhadas quanto aos mosteiros dúplices ou *traditio*¹⁹⁷. Combateu o estabelecimento de mosteiros familiares e a secularização do património monástico, garantido pela privatização e patronato, mas apoiou a *tuitio* de instituições femininas¹⁹⁸. Por outro lado,

preservadores do código visigótico e dos seus princípios legislativos, das colecções de actas de concílios, de textos isidorianos. Inspiraram na corte astur-leonesa a ideia de ela ser a herdeira legítima da corte visigótica, prepararam a adopção da Regra de S. Bento por comunidades que mais tarde entraram em contacto com Cluny, cultivaram o latim e a liturgia solene de tradição hispânica (...).

Assim, pode-se dizer sem receio que as emigrações de moçárabes para norte prepararam as sínteses culturais que depois se fizeram em contactos de massa, com as emigrações de clérigos e cavaleiros do Norte em sentido contrário”, vide José Mattoso, “Os Moçárabes”, *Fragmentos...op. cit.*, pp. 23-24. Já Ann Christys escreve que “The majority of foundation or refoundation charters from these monasteries [que aparecem associados ao processo que expansão cristã do reino das Astúrias e, depois, Leão] do not mention any men from al-Andalus, and their signatories may have been Asturian. It is likely that those clerics who came north to join them would have been attracted by the carrot of newly-endowed monasteries rather than driven by the stick of persecution. They would have been educated men, capable of participating in the cultural life of the christian kingdoms, including the writing of hagiography.”, vide Ann Christys, *Christians in al-Andalus. 711-1000*, Nova Iorque, Routledge, 2002, p. 94.

¹⁹⁵ Sobre São Rosendo, ver a obra de Emilio Sáez, *op. cit.*

¹⁹⁶ Vide Amancio de Isla Frez, *op. cit.*, pp. 82-84.

¹⁹⁷ Vide José Mattoso, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 28-29 e idem, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 12-18.

¹⁹⁸ Vide José Mattoso, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 29-32. Vide ainda sobre os mosteiros familiares e a relação com o ascetismo no feminino José Orlandis, “Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media” e “Los

diferencia-se pela constituição de grandes abadias ao invés da rudeza requerida na tradição frutuosiense ou pela solenização da liturgia, como aponta Mattoso num artigo notável que trata de São Rosendo e as correntes monásticas no seu tempo¹⁹⁹, onde também procura indicar alguns elementos beneditinos na sua prática ascética.

No entanto, não se conhecem exemplos de pactos directamente associados ao santo celanovense, ainda que indícios de pactualismo tenham perdurado na documentação deste cenóbio, como foi o caso do exemplar do Mosteiro de Santa Eulália²⁰⁰. Também seu coetâneo, a sugestão de um pacto em Guimarães²⁰¹, com o qual tinha relações próximas. Todavia, segundo Bishko, apenas quatro subsistiram no Ocidente peninsular (i.e. da região galaico-portuguesa), um deles do universo vacariense – o sobejamente conhecido “pacto de Tudeíldo” –²⁰², resultados algo desoladores para um espaço que se assumiu como vital na formulação e propagação desta Regra²⁰³, uma posição, contudo, que o próprio ajusta mais tarde²⁰⁴.

monasterios dúplices españoles en la Alta Edad Media”, *Estudios sobre Instituciones Monásticas Medievales*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1971, pp. 127-164 e 167-202, respectivamente.

¹⁹⁹ Vide José Mattoso, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 32. Vide também J.M. Andrade Cernadas, *Los Modelos Monásticos en Galicia hasta el Siglo XI*, [s.l.], 2005, separata de *Archivo Ibero-Americano*, n.º LXV/252, pp. 606-609.

²⁰⁰ Vide José Mattoso, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 22.

²⁰¹ Vide *idem*, *ibidem*, p. 23 e *idem*, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 13.

²⁰² Vide Charles Julien Bishko, “Gallegan pactual monasticism in the repopulation of Castile” *Spanish and Portuguese...op. cit.*, pp. 516-517 e *idem*, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *Spanish and Portuguese...op. cit.*, p. 141. Para outras regiões da Península, como El Bierzo sob a orientação análoga de São Genádio de Astorga, vide José Orlandis, “Las congregaciones monasticas en la tradición suevo-gótica”, *Estudios...op. cit.*, pp. 117-123.

²⁰³ A própria natureza da tradição pactualista é um tópico incerto, explorada por Charles J. Bishko. Escreve este que “In specifically historico-cenobitic terms, however, the key question is how to characterize the Portuguese monastic movement of the 8th-11th centuries within the remarkable (and hotly debatable) peninsular pattern of archaic but unmistakably orthodox tradition dominant in Asturias, Leon, eastern Spain from Pamplona to Barcelona, and al-Andalus, alongside varying forms of institutionalized pactualism found in comital Castile, the Rioja Alta and parts of the Atlantic West.”, vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 139. Na sequência da exposição de Fr. Justo Pérez de Urbel sobre as origens do monaquismo frutuosiense noutro espaço, Bishko também se debruçará sobre a questão da continuidade do monaquismo pactual fora do Ocidente da Península, nomeadamente no território castelhano, nomeadamente nos artigos “Gallegan pactual monasticism in the repopulation of Castile” e “The pactual tradition in Hispanic Monasticism”, vide C.J. Bishko, “Gallegan pactual monasticism in the repopulation of Castile” e “The pactual tradition in Hispanic Monasticism”, *Spanish and Portuguese...op. cit.*, pp. 513-536 e 1-43, respectivamente.

²⁰⁴ “It is nevertheless erroneous, as I have now come to see, for although no new texts of pacta have come to light from this area in the last thirty years (so far as I am aware), it has grown increasingly manifest to me that the diplomas of the monastic houses of Galicia in the 9th and 10th centuries contain not a few references to pacta now lost or still awaiting rescue from the archives. (...). Thus the thesis which I sponsored in 1951 is to be rejected – the pactual tradition was as firmly rooted in Galicia and northern Portugal above the Douro as it was in primitive Castile.”, vide *idem*, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 153.

Em suma, a persistência de alguns elementos, como tentaram provar alguns autores, será, então, indicador de que o monaquismo típico do Noroeste peninsular, apesar da notória desagregação dos poderes e povoamento a que o território esteve sujeito durante mais de um século, conseguiu encontrar o seu caminho, mesmo que “reformado” ou “readaptado” de acordo com as novas condições²⁰⁵. José Mattoso ressalva, inclusive, de uma provável não premeditação no estabelecimento ou restauro das tradições galaicas pré-invasão islâmica, fora das grandes abadias, mas antes a permanência de uma influência difusa das mesmas que ainda pairava sobre o território e as suas gentes, nomeadamente nos pequenos cenóbios familiares ou da população local servidos por um número reduzido de clérigos, com uma observância muito relaxada²⁰⁶. Estas condições, por sinal, parecem compreender a generalidade do monaquismo hispânico até que se verifique a disseminação da Regra de São Bento pelo que é hoje território português, já muito tardiamente, indiciando tanto algum apego à tradição, em alguns casos, assim como – e sobretudo – o carácter periférico da região.

As primeiras influências beneditinas no ocidente peninsular segundo a historiografia tradicional (e que se prolongaram até ao século XIX) remontavam ao século VI d.C., ainda durante o período de vida do autor da Regra, São Bento de Núrsia. Uma dessas obras é a clássica *Benedictina Lusitana* de Fr. Leão de São Tomás, publicada originalmente no século XVII (1644)²⁰⁷, citada múltiplas vezes por outros autores posteriormente.

Ignorando estas contribuições, cujo conteúdo está longe de se considerar operatório à luz da historiografia actual, será necessário recorrer a produção de carácter mais refinado elaborado a partir de meados do século XX, quando a produção de trabalhos científicos em História religiosa se disseminou.

Para este aspecto da beneditinização da Península tem-se, talvez, no monumental trabalho de Antonio Linage Conde, mais precisamente na sua tese *Las Orígenes del Monacato Benedictino en la Península Ibérica*²⁰⁸, o principal trabalho sobre o tema. O

²⁰⁵ Diz Antonio Linage Conde “que la tradición monástica visigótica que, no sólo sobrevive a la invasión muslim, sino que después de ella adquiere una renovada vitalidad y gana una mayor extensión, es unicamente la pactual. Y sólo en ella es posible encontrar una particularidad local capaz de oponerse a la uniformidad de la nueva observância beneditina.”, vide A. Linage Conde, *Las Orígenes...op. cit.*, p. 336.

²⁰⁶ Vide José Mattoso, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiano em Portugal durante a Reconquista”, *op. cit.*, pp. 18-19.

²⁰⁷ Vide Frei Leão de São Tomás, *op. cit.*, 1974.

²⁰⁸ Vide A. Linage Conde, *Las Orígenes...op. cit.*

primeiro volume diz respeito ao monacato pré-beneditino, o segundo à beneditinização da Península e o terceiro corresponde ao conjunto documental estudado. Permite, assim, uma visão diacrónica de longa duração do fenómeno regular, desde o período hispano-godo-romano até ao século XII.

Derivado dos estudos que tinha já efectuado num contexto regional (diocese do Porto), José Mattoso elaborou um pequeno artigo, publicado na *Bracara Augusta* em 1976, que diz respeito à introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica²⁰⁹. Os ideais beneditinos não eram, certamente, alheios ao monaquismo hispânico, numa forma absoluta, estando documentadas influências várias que remontam a muito antes da total adopção da regra beneditina, já na segunda metade do século XI²¹⁰. A marca hispânica constituiu, certamente, com a influência carolíngia, o primeiro pólo sólido de enraizamento e, a partir daí, deverá ter seguido um sentido Este-Oeste, coincidindo com o crescente poder político que se começa a formar a partir de Navarra e vale do Ebro e, também, a envolvimento cultural que se formava em torno do Caminho de Santiago²¹¹.

O culminar de todo este processo de consciencialização ocorre com a convocatória de Fernando I – um monarca da dinastia navarra que tomou posse do reino asturiano-leonês – do Concílio de Coyanza, quando efectivamente se dá o passo definitivo para a beneditinização do reino.

No ano de 1055 reuniu-se este concílio com o objectivo de, entre outros assuntos, regularizar o monaquismo hispânico, decidindo-se, então, que as regras que serviriam de base a esta reforma seriam a Regra de Santo Isidoro e a Regra de São Bento²¹². O rei leonês promoveu, assim, uma “confrontação” entre o tradicionalismo autóctone e a reforma europeizante, o que, à primeira vista, parece paradoxal²¹³. A reflexão disto

²⁰⁹ Vide José Mattoso, “A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 45-55.

²¹⁰ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 48-49.

²¹¹ “La règle bénédictine entre en Espagne par la *Marche Hispanique*, le nord de la Catalogne et de l’Aragon, et par la Navarre. Elle gagne ensuite la Castille et le Léon, mais ne pénètre pas, ou très peu, en Galice, justement à cause de l’existence d’un monachisme autochtone fortement attaché à ses traditions. Cluny emprunte le même chemin. Cluny est un ensemble de monastères bénédictins groupés en confédération autour de l’abbaye bourguignonne portant ce nom. Cet Ordre a ses coutumes, sa manière propre d’interpréter la règle de saint Benoît, et surtout une hiérarchie fortement centralisée. Pendant le XI^e, il parvient à imposer sa règle et ses observances aux abbayes bénédictines déjà existantes. Profitant de cette magnifique voie de pénétration qu’est de Chemin de Santiago, et de l’aide inconditionnelle qu’apportent ses abbés, surtout saint Hugues, à la Reconquête, il pénètre enfin en Galice. (...)”, vide Maur Cocheril, “Le monachisme hispanique des origines au XII^e siècle”, *op. cit.*, pp. 30-31.

²¹² “(...) adimpleant ordinem Sancti Isidori uel Sancti Benedicti;”, vide *LP*, n.º 567, p. 755.

²¹³ Vide A. Linage Conde, *Las Orígenes...op. cit.*, vol. II, p. 920.

mesmo na prática foi, ao que tudo indica, a catalisação da adopção desta, pois quanto àquela não se conhece qualquer mosteiro que a tenha recuperado ou mantido. Parece, assim, ter criado condições para o estabelecimento de uma regra única²¹⁴.

Dos testemunhos documentais deste acontecimento existem duas versões dos decretos conciliares. Presentes no *Livro Preto* da Sé de Coimbra e no *Liber testamentorum* da Sé de Oviedo (*Livro Gótico*), estas foram estudadas de forma minuciosa por Alfonso García-Gallo naquela que será considerada a obra de referência para este concílio, de seu nome *El Concilio de Coyanza*, publicado no *Anuario de Historia del Derecho Español*²¹⁵.

Ainda que numa visão regional, restringindo-se a uma diocese, mas também servindo de modelo a um território mais vasto pelas suas interconexões, destaca-se o meritoso trabalho de José Mattoso, o sobejamente conhecido *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocèse de Porto de l'An Mille à 1200*. O estudo minucioso do monaquismo na diocese do Porto entre os anos 1000 e 1200 é, então, além da extrema operabilidade para a presente monografia – dadas as interconexões que ocorrem entre o nosso mosteiro e as suas dependências nessa mesma zona –, um grande instrumento para o conhecimento das vicissitudes regionais do espaço tratado e inserido dentro de uma cristandade, tanto ibérica como ocidental.

Este autor localiza os primeiros indícios de aproximação aos ideais de Coyanza, sem contar com a versão do decreto conciliar que veio para Portugal, em Pendorada – estudado mais a fundo na *A Abadia de Pendorada. Das Origens a 1160* – na sua carta de fundação em 1059²¹⁶. Contudo, evidências da beneditinização só se encontram a partir da década de 1080. Escreve, o mesmo autor, que “Aucune citation explicite ou implicite de la règle de Saint Benoît n’est faite avant 1086.”²¹⁷, que já não corresponderia necessariamente a uma influência conciliar que se tinha propagado três décadas antes, mas à entrada em cena da acção cluniacense. Os mosteiros de maior dimensão e, como tal, tendencialmente mais rigoristas, teriam a tendência de adoptar mais celeremente a regra beneditina,

²¹⁴ Vide idem, *ibidem*, pp. 920-921.

²¹⁵ Vide Alfonso García-Gallo, “El Concilio de Coyanza”, *Anuario de Historia del Derecho Español*. 1.^a série, tomo XX, n.º 1, Madrid, 1950, pp. 275-633.

²¹⁶ Vide José Mattoso, “O monaquismo ibérico e Cluny”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 38.

²¹⁷ Vide idem, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 120.

enquanto os mais tradicionais (e de menor dimensão), propensos a um menor rigor, tenderiam a manter alguns preceitos antigos por mais tempo, como observa Mattoso²¹⁸.

Já para latitudes mais setentrionais, naquele que foi o território que veio a dar origem à Galiza moderna, a tese de José Miguel Andrade Cernadas é um bom exemplo de um estudo sobre o monaquismo beneditino, a sua penetração e consolidação no extremo ocidental do reino Asturiano-leonês – junto com uma análise económico-social do espaço –, perante a adopção e associação à Ordem de Cluny, com o estudo minimamente detalhado daqueles que eram os mosteiros mais representativos do monacato galaico que sofreram essa transição, como os mosteiros de Celanova, Samos, Pinario ou Antealtares, e respectivos domínios²¹⁹. Como diz este autor em conclusão,

“La completa benedictinización del monacato galego fue un proceso tardío y complejo que, en ningún caso, puede darse por finalizado antes de mediados del siglo XII. Es cierto que desde el reinado de Fernando I de León la tendencia general en el Noroeste es la de acercarse paulatinamente al modelo nursiano, pero eso no impide que la mayor parte de los grandes monasterios tradicionales sigan afincados en sus esquemas organizativos deudores del mundo “visigótico”, mientras que las pequeñas casas se mantienen muy estrechamente vinculadas con algunos de los grandes grupos aristocráticos que, a su vez, se muestran muy reacios a permitir un cambio organizativo en esos monasterios que los prive de su control.”²²⁰.

Como foi supramencionado, a entrada em cena da Ordem de Cluny coincide, praticamente, segundo a opinião de estudiosos, com o processo tardio de beneditinização do extremo ocidente peninsular, mais precisamente nos condados de Portucale e Coimbra. Tal situação advirá tanto do carácter periférico do espaço, como de vicissitudes variáveis presentes na adopção de influências estrangeiras, pois a aceitação de elementos culturais considerados forasteiros, ao invés da manutenção de tradicionalismos, seria mal vista por alguns, tais as mudanças de mentalidade requeridas para a aceitação de aspectos diferenciadores²²¹.

Desta forma, não admira que a primeira associação segura à ordem, junto de uma filiação à abadia borgonhesa, só se tenha verificado já na transição para o século XII²²²,

²¹⁸ Vide idem, “A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – op. cit., pp. 53-54.

²¹⁹ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – op. cit..

²²⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 237.

²²¹ Vide José Mattoso, “A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – op. cit., pp. 53-54.

²²² No ano de 1100, o Mosteiro de Rates é doado a La-Charité-sur-Loire, vide idem, “O monaquismo ibérico e Cluny”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – op. cit., p. 42. Um pouco mais tarde, em 1102, é a vez

algumas décadas mais tarde da associação à reforma monástica cluniacense dos cenóbios de Santo Isidro de las Dueñas ou de Sahagún, em 1073 e 1078²²³, respectivamente.

Este processo, verificável, sobretudo, no reinado do Imperador da Hispânia, Afonso VI, rei de Leão e Castela, englobando resistências, é contemporâneo também da adopção do rito romano e do abandono do hispânico, que foi ratificado com o Concílio de Burgos em 1080, motivando, este último acontecimento, em alguns espaços, uma clara oposição que se manifestou das mais variadas formas, ainda que defendido e suportado pela maioria dos constituintes das estruturas eclesiásticas superiores²²⁴.

Quanto à percepção desta mutação, poderemos dizer que se está perante algo muito subjectivo, tal o foco nos detalhes inconclusivos ou pela ausência de indicadores claros na grande maioria dos casos. Um exemplo disso mesmo é a linguagem, pois, apesar de constituir um elemento revelador das flutuações entre as observâncias dentro de uma unidade monasterial²²⁵, é necessário ressaltar a extrema rudeza destas instituições e a forma acrítica com que os monges apreenderiam ou copiariam certas expressões que se disseminavam no seu meio. Como tal, parece-nos necessário o manuseamento das fontes com extrema cautela.

Contrapondo com este processo de beneditinização e de adopção da Ordem cluniacense vê-se, nos primeiros anos do segundo quartel do século XII, a aproximação à “regra” agostiniana, inspirada nos ensinamentos do célebre santo e bispo de Hipona. O sucesso desta foi bastante significativo no preenchimento do vazio que a regra beneditina ainda não tinha conseguido ocupar, nomeadamente entre os grupos resistentes a esta e

de a igreja de Santa Justa de Coimbra ser oferecida a uma instituição francesa, vide idem, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 126.

²²³ Vide idem, “O monaquismo ibérico e Cluny” e “A introdução da Regra de São Bento na Península Ibérica”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 41-42 e 50, respectivamente.

²²⁴ “Pero, al margen de estas menciones puntuales de la observancia benedictina, un cambio fundamental se está operando en la situación político-eclesiástica de Galicia que es ahora abiertamente procluniacense. El reinado de Alfonso VI, sobre cuya vinculación con Cluny no hace falta abundar, el gobierno de Raimundo de Borgoña y, finalmente, el período corto, pero quizá definitivo, del episcopado del cluniacense Dalmacio en la cátedra iriense durante los años 1094 y 1095, así lo confirman”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 42.

²²⁵ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 127. Uma das formas mais simples para a verificação da ordem adoptada por determinado mosteiro é a designação dada ao seu superior. Com a entrada dos monges cluniacenses, a nomenclatura de “abade” desaparece de alguns cenóbios e é substituída pela de “prior”. Verifica-se tal ocorrência em números significativos tanto em cenóbios da diocese do Porto, como na de Coimbra, vide idem, *ibidem*, pp. 123-126. Sobre o cargo e a sua semântica, ver o artigo de Andrade Cernadas, vide J.M. Andrade Cernadas, *Aproximación a la figura del preposito monástico en el monacato galego medieval: siglos X al XI*, [s.l.], 1995, separata de *Estudios Mindonienses*, n.º 11.

que procuravam outras soluções monásticas mais maleáveis à realidade por eles vivida²²⁶. Assim, não será de admirar o rápido sucesso daquela desde o estabelecimento do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, cuja associação à facção “tradicionalista” da cidade mondeguna foi bastante explorado, nomeadamente pela relação complicada e complexa que se desenvolveu entre esta e as estruturas eclesiásticas superiores da diocese²²⁷.

1.2. Sobre a origem do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça

Etimologicamente, a *uilla* de Vacariça foi regularmente associada à grande densidade de gado bovino naquela área²²⁸. Poder-se-ia ainda tentar relacionar o nome com a denominação latina do rio Vouga, Vacca ou Vacua, visível na *Geografia* de Estrabão²²⁹, mas o provável carácter tardio da localidade não favorecerá esta hipótese. Escreve Jorge de Alarcão que, para a região de Coimbra, a julgar pelos topónimos, o número de povoações terá sido muito reduzido desde a Antiguidade até à primeira dominação islâmica, significando que este povoamento seria coevo à ocupação dos cristãos nos séculos IX e X, com a fixação de populações vindas do Norte e do Sul²³⁰. Contudo, segundo o mesmo autor, não será de excluir a hipótese de o cenóbio vacariense ter sido instalado no local de uma antiga *uilla* romana²³¹.

Como já fizemos menção anteriormente, a fundação do Mosteiro da Vacariça fora colocada por muitos autores de maior antiguidade em períodos pré-conquista islâmica,

²²⁶ Vide José Mattoso, “Cluny, crúzios e cistercienses na formação de Portugal” e “A nobreza medieval portuguesa – as correntes monásticas dos séculos XI e XII”, *Portugal Medieval...op. cit.*, pp. 110-114 e 210-213, respectivamente.

²²⁷ Vide Maria do Rosário Morujão, *op. cit.*, p. 77 e Armando Martins, *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, pp. 170-186.

²²⁸ Vide “Vacariça”, *Grande Enciclopédia...op. cit.*, p. 652 e António Augusto da Costa Simões, *op. cit.*, p. 3.

²²⁹ “(...) Los más conocidos de los ríos después del Tajo son el Munda, que permite una corta navegación hacia el interior, y el Vacua, con unas condiciones parecidas; (...)”, vide Estrabão, *Geografía de Iberia*, tradução, notas e comentários de Gonzalo Cruz Andreotti, Narco V. García Quintela e Javier Gómez Espelosín, Madrid, Alianza Editorial, 2012, p. 211. Frei Bernardo de Brito cita-o na sua obra de referência, acrescentando que era muito abundante em recursos, nomeadamente píceos, vide Frei Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, introdução de A. da Silva Rego e notas de A.A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves (partes 1 e 2), notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos (parte 3), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, parte I, fl. 117v..

²³⁰ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, pp. 21-22 e 50. “(...) Quanto a Vacariça, temos, certamente, o sufixo *-itia*, que habitualmente se juntava a adjetivos para designar qualidades. A ser assim, a palavra decompõe-se em *Vacaris + itia*, no sentido de boa pastagem para gado *vacum*.”, vide *idem, ibidem*, p. 52.

²³¹ Vide *idem, ibidem*, p. 49.

inclusive ainda no período da Antiguidade Tardia. Estes historiadores e cronistas recuavam as origens da casa monástica aos tempos de Paulo Orósio, São Bento de Núrsia ou Lucêncio, bispo de Coimbra, apontando-o às regras de Santo Agostinho ou São Bento²³². Considerando a inverosimilhança destas hipóteses, inclusive pelos dados supramencionados, não as aprofundaremos mais, mas prosseguiremos antes para outras mais favorecidas pelos vestígios documentais disponíveis.

Voltemos, então, novamente, a nossa atenção para a região conimbricense nas últimas décadas do século X. Era este território dominado pelos condes de Coimbra, como já aludimos tantas vezes, em nome dos monarcas leoneses. Foi, igualmente, referido o papel do Mosteiro de São Mamede e São Paio de Lorvão, cujo domínio de dimensões e riqueza muito significativa, além de uma relação de proximidade com as elites locais e até supra-regionais (nomeadamente a cúria régia), o converteriam na grande casa monástica do condado. Todavia, as ofensivas islâmicas e a sua permanência no território, com maior ou menor profundidade ou de forma directa ou indirecta, certamente feriu definitivamente os interesses da instituição, considerando a cadência da documentação pré e pós-restabelecimento da potência meridional.

No entanto, como já frisámos²³³, uma porção significativa do território ficou nas mãos de Froila Gonçalves como vassalo do *ḥāǧib* e, por sua vez, tal como os seus irmãos e antepassados, também beneficiou de forma significativa um cenóbio na região. Só que, ao invés de, como estes, doar aos monges lorvanenses, acabaria antes por legar parcelas das suas possessões a um outro grande mosteiro regional, o da Vacariça, que, ao que tudo indica, estava nesse momento a surgir de uma forma pujante e que vai contar com a protecção do conde – sendo ele, quiçá, um dos grandes responsáveis pelo seu estabelecimento, com dotações feitas pouco depois da provável fundação, que se situa entre os finais do século X e inícios do XI²³⁴. A partir daí, nota-se uma crescente

²³² Vide António Augusto da Costa Simões, *op. cit.*, pp. 3-4 e 7-8.

²³³ Vide pp. 60-63.

²³⁴ “(...) O mosteiro da Vacariça nascido em seu tempo ou pouco antes, foi o seu centro religioso, como o de Lorvão fora o de seu pai. (...)”, vide Augusto Soares de Sousa Baptista, *O Mosteiro de Sever*, Aveiro, Coimbra Editora, 1953, separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIX, p. 11. Vide, ainda, idem, *Mosteiro da Vacariça...op. cit.*, p. 7 e Maria Teresa Nobre Veloso, “Sever do Vouga – Terra de cristãos em tempo de domínio muçulmano – segundo a documentação do *Livro preto* da Sé de Coimbra”, *op. cit.*, p. 337. Esta transição tão significativa é possível que tenha sido premeditada, pois a sua posição divergiu completamente das obrigações dos seus antepassados (dado o colaboracionismo com os poderes islâmicos), o que complicaria as relações com aquela casa. Por outro lado, talvez até mais provável, por possivelmente só ter sob sua jurisdição parte do antigo condado – que teria como o seu centro político-militar a fortaleza de Montemor –, o Mosteiro de Lorvão teria ficado fora do seu alcance jurisdicional, por virtude da sua maior proximidade face ao núcleo urbano conimbricense que, por sinal, parecia estar submetido a uma

monocefalia na influência monástica, na medida em que o tal período de maior pujança vacariciense corresponde, por sua vez, a uma inversão do poder e preponderância do seu homólogo de Lorvão.

A actividade predatória de Froila Gonçalves sobre possessões alheias²³⁵, nomeadamente de outros nobres de importante estirpe, que, mais tarde, aparecem em mãos dos monges do cenóbio localizado no sopé do Buçaco não pode ser ignorado, que concomitantemente também se processa com o que parece ser a sobreposição de bens de outras instituições, nomeadamente a abadia penacovense. Poderá ser esta a origem das disputas judiciais sobre bens que ocorrem décadas mais tarde²³⁶, governando no condado Sesnando Davides? Analisemos esta evolução sincronicamente entre as duas instituições, cuja relação pode, segundo alguns autores, ser muito mais profunda que duas casas monásticas na mesma região e que, por essa mesma razão, acabariam por competir entre si.

Esta ligação poderia advir de uma possível dependência da Vacariça a Lorvão numa fase inicial, mas que, pelas mais variadas razões, ter-se-ia libertado dessas obrigações. Dada como factual pelos autores beneditinos modernos, a hipótese seria posteriormente considerada com base em pequenos indícios presentes em testemunhos documentais dos dois mosteiros²³⁷. Entre estes, os dois documentos presentes no *Liber testamentorum* laurbanense envolvendo o presbítero Martinho Homeir – o primeiro em conjunto com os seus primos, Martinho e ‘Adayzūn (أديزون) –, com a doação de uma igreja de invocação a São Vicente (e todos os seus bens) a Lorvão, que outrora pertencera ao seu tio, o também presbítero, Vicente²³⁸. Segundo esses, então, esta igreja com a mesma invocação que, ao evoluir, teria dado a origem a um mosteiro nas últimas décadas do século X e granjeado uma ascensão significativa no dealbar da centúria seguinte²³⁹. Identificada por alguns

outra forma de governo, sob a autoridade de um governador muçulmano e respondendo directamente a Córdova, como o *LT* 71 sugere. Desta forma, a promoção de um outro ascetério seria uma alternativa para a sustentação do seu poder, despiando colateralmente o ascetério laurbanense de influência, o que parece ser a norma para grande parte do século XI.

²³⁵ Como veremos mais à frente neste capítulo, pp. 88-89.

²³⁶ Vide *LP*, n.ºs 89 e 119, pp. 142-143 e 181-182, respectivamente.

²³⁷ Ideia essa já expressa na obra de Fr. Leão de São Tomás, vide Miguel Ribeiro de Vasconcellos, *op. cit.*, pp. 2-3. Por virtude das relações de *defensio* entre Lorvão e os condes conimbricenses, aquele terá fundado um ascetério na Vacariça de modo a ficarem mais próximos de Montemor-o-Velho, vide Augusto Soares de Sousa Baptista, “Mosteiro da Vacariça”, *op. cit.*, pp. 6-7, como já aludimos.

²³⁸ Vide *LT*, n.º 16, pp. 617-619.

²³⁹ Vide Augusto Soares de Sousa Baptista, “Mosteiro da Vacariça”, *op. cit.*, pp. 6-7 e Maria Alegria Marques e Alice Godinho Rodrigues, *Concelho da Mealhada. Terras de Verde e de Ouro*, Paredes, Reviver Editora, Câmara Municipal da Mealhada, 2002, p. 30.

como possível local onde nasceria posteriormente a povoação da Mealhada²⁴⁰, a Vila Verde foi igualmente doada pelo mesmo indivíduo à mesma instituição dois anos mais tarde, em 974, junto ao rio Vacariça²⁴¹. Porém, não é essa a opinião de Jorge de Alarcão, que não considera seguro esta identificação da *uilla* em questão com a actual sede concelhia, embora admitindo a possibilidade. Como uma hipótese alternativa, este autor sugere o lugar de Reconco, a Este da Mealhada e somente a algumas centenas de metros a poente da Vacariça²⁴².

Deixando de parte a igreja cujo orago é São Vicente, teremos de considerar um outro templo doado a Lorvão no mesmo documento que aquela. Localizada na *uilla* de *Frexeneda*, de localização incerta – Alarcão sugere o topónimo Cadoiço, a Nordeste da Mealhada²⁴³ –, invocando São Martinho, aquela é doada junto com todos os seus vastos bens, incluindo ornamentos e materiais litúrgicos como cálices, cruzes, livros eclesiásticos e espirituais, além dos seus *uillares*²⁴⁴. Não se identificará, contudo, com a *uilla* de nome similar, *Freixenede*, que aquele autor crê corresponder à actual povoação de Sernadelo²⁴⁵, um dos locais descritos como possessão vacariciense, que este cenóbio possuiria na íntegra, no tal documento em forma de inventário, onde mencionam os bens que possuem entre os rios Mondego e Vouga, no ano de 1064. Nesta se localizaria também uma igreja, dedicada a Santa Eulália, também propriedade do dito mosteiro (*LP* 73).

Não poderemos deixar de notar a grande concentração de bens lorvanenses num espaço que viria a constituir o coração do domínio da abadia da Vacariça, o que, logicamente, tais manifestações de posse deixam muitas interrogações. Contudo, esses bens aqui incrustados deverão ter permanecido durante mais de um século nas mãos dos monges de Lorvão, na medida em que aparecem novamente entre os bens que o bispo Gonçalo Pais de Paiva decide entregar de novo a Lorvão em 1116, de modo a restaurar esta casa que lhe havia sido doada sete anos antes (*LP* 61). Estes dados não deixam de ser curiosos e sugestivos, sem corresponderem, provavelmente, no entanto, a uma prova de sobreposição de bens ou que a Vacariça tenha surgido a partir de uma destas igrejas. A

²⁴⁰ Vide Ruy de Azevedo, “O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *op. cit.*, p. 215; Maria Alegria Marques e Alice Godinho Rodrigues, *op. cit.*, p. 24.

²⁴¹ Vide *LT*, n.º 21, pp. 626-627.

²⁴² Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, pp. 51-52.

²⁴³ Vide *idem*, *op. cit.*, p. 52.

²⁴⁴ Vide *LT*, n.º 16, p. 618.

²⁴⁵ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 52.

estruturação do povoamento, privilegiando a ocupação de locais estrategicamente colocados, nomeadamente junto a rios ou vias importantes, que de facto se verifica²⁴⁶, assim o favorecia.

Claramente mais paradigmático e com uma sustentação mais profunda é o exemplo da *uilla* de Recardães, nas proximidades de Águeda, em particular pela diversificada disponibilidade documental. No total, são 13 documentos – nove no *LP* e quatro no *LT* – onde esta unidade é mencionada em relação aos dois mosteiros, sobretudo entre o fim do século X e inícios do seguinte. No ano de 981, ocorre a sua primeira referência, quando a terça parte desta *uilla* foi doada por Fernando Sandines ao Mosteiro de Lorvão, fazendo o mesmo o seu irmão Soeiro Sandines, em 982, por morrer sem descendentes – doação testamentária que parece ser complementada com um inventário exaustivo das propriedades que detinha na mesma unidade até ao mais ínfimo detalhe, onde classifica a tipologia, os limites e a dimensão da propriedade, entre outros elementos, ou *uici* como Antolino e Ventosa²⁴⁷ – ou, igualmente, o caso de Godestee – provavelmente, o religioso que aparecerá como responsável pelo mosteiro privado desta família em Sever do Vouga, que o deterá com o diácono Sandino, seu irmão e indivíduo próximo de Froila Gonçalves, como veremos adiante –, que doou três leiras na dita *uilla* a este cenóbio, também em 981²⁴⁸.

Esta coexistência não implica que tenha existido uma dotação laurbanense ao cenóbio vacaricense com o objectivo que se formasse uma comunidade monástica sua dependente e explicasse uma “sobreposição” de bens, pois são vários os documentos que apontam que este tenha adquirido a particulares, além de ao próprio Mosteiro de Lorvão, através de compras e doações de património diversificado, desde bens fundiários a igrejas²⁴⁹. As próprias disputas judiciais entre Lorvão e Vacariça sobre Recardães, nomeadamente sobre os direitos da igreja de São Miguel e passais de terreno na mesma *uilla* (*LP* 119), levam-nos a colocar diversas questões e a considerar a real relação entre estes dois cenóbios. A eterna questão da manipulação documental e a forma como este os adquiriu

²⁴⁶ Nas suas proximidades encontrava-se a estrada romana que conectava Coimbra a Cale, que enquadraria uma antiga *mutatio* nesta zona, vide Vasco Gil Mantas, *As Vias Romanas da Lusitânia*, Mérida, Artes Gráficas Rejas, 2012, pp. 194-198.

²⁴⁷ Vide *LT*, n.º 30, pp. 637-639.

²⁴⁸ Vide *LT*, n.ºs 26, 27, 30 e 28, pp. 631-632, 632-634, 637-639 e 634-635, respectivamente.

²⁴⁹ Exemplo disso mesmo são as vendas de propriedades em Recardães por parte de Fronili, Ermesenda, presbítero Salãma (que dou a igreja de São Miguel, por si edificada) e Recemundo ao Mosteiro da Vacariça, vide *LP*, n.ºs 120, 122, 123, 124 e 130/132, pp. 183, 186, 187-188, 188-189 e 130/132, respectivamente.

assim o exige, pois não existe registo escrito sobre a forma de obtenção da totalidade das propriedades²⁵⁰. Não obstante, é testemunho disso mesmo o documento não datado presente no *LP* no qual quatro monges confirmam a posse dessas propriedades e direitos, ou seja, que a Vacariça tinha adquirido por compra e não por doação em testamento de Lorvão parte dos bens supramencionados, contrariando as declarações dos clérigos do cenóbio penacovense (*LP* 89). No entanto, as questões judiciais deixaremos para mais à frente neste trabalho.

Outro dos elementos considerados, é a referência aos monges do homólogo de Lorvão pelo abade Tudeíldo, o líder da “federação” da Vacariça, num documento de 1045 identificado como um pacto, em que se lê “Et si venerit de fratribus de Laurbano ad habitandum, habeant vobiscum regulam, sicut lex canonica docet.” (*LP* 137/148). Significará tal pedido do abade que a comunidade penacovense passaria por provações e que, como tal, seria uma possibilidade recorrer ao auxílio dos frades vacaricienses? É, a nosso ver, uma hipótese forte, dado que estes ainda se encontrariam sobre o domínio islâmico. No entanto, houve quem alegasse que tal indicação seria um sinal de que a relação outrora umbilical e fraternal entre as duas instituições ainda não tinha sido completamente desfeita²⁵¹.

Considerando estas alegações, poder-se-ia especular sobre como uma instituição se pode aparentemente independentizar de outra sem que isso deixe quaisquer vestígios concretos da relação entre as mesmas na documentação referente às duas fundações, sobretudo quando as relações em determinados períodos não foram as melhores ao ponto de disputarem acerrimamente bens entre si. Já aqui nos referimos às dificuldades na fiabilidade e autenticidade da documentação, mas, por outro lado, sobrevivendo diplomas com origem nas duas partes, cremos ser uma questão pertinente, especialmente considerando o papel de exaltação do *Liber testamentorum* face à memória histórica laurbanense ou do prestígio que adviria de uma assunção de autoridade e superioridade face a um competidor directo em vários planos.

Para isto, notemos as condições a que esteve sujeito o cenóbio de Lorvão e as consequências da ofensiva islâmica no fim da década de oitenta do século X. Pelo menos,

²⁵⁰ Questão que não se coloca com os direitos da igreja, pois tal como argumentado no dito conflito, os monges vacaricienses teriam herdado os mesmos por doação em testamento do presbítero Salãma em 1018, aparecendo novamente entre os bens legados por Recemundo Maureles, vide *LP*, 1999, n.ºs 123 e 130/132, pp. 187-188 e 199/203.

²⁵¹ Vide Miguel Ribeiro de Vasconcellos, *op. cit.*, 1857, p. 2.

a nível da integridade da casa-mãe, este não parece sofrer qualquer dano no momento da conquista, na medida em que o seu *scriptorium* parece continuar com a produção documental sem indícios imediatos de interrupção²⁵², algo que só se notou a médio-longo prazo. Tal parece-nos importante de frisar, pois, noutros locais da península, vários cenóbios sofreram as consequências da fúria das forças califais, sendo um caso paradigmático disso mesmo, por virtude da sua significativa dimensão, o Mosteiro de San Millán de la Cogolla, que foi saqueado e incendiado naquela que foi a última expedição de al-Manşūr, em 1002/392, o ano da sua morte²⁵³. Isto é, na nossa óptica, importantíssimo, na medida em que a sua actividade, para o período considerado, não parece, em momento algum, interromper-se e, desta forma, ter justificado outros meios para a sua sobrevivência, como uma eventual transladação para uma dependência.

Desde a investida amírida e a formação de um potentado sob domínio islâmico na região de Coimbra, o Mosteiro de Lorvão tem, no *Liber testamentorum*, até 1018, somente oito documentos²⁵⁴. E desde este ano até 1051 não existe qualquer vestígio documental no dito cartulário²⁵⁵. Quanto ao Mosteiro da Vacariça, desde 1002 (data do seu primeiro documento conhecido) até 1018, vê-se no *Livro Preto* nove documentos²⁵⁶ – Lorvão, entre Novembro de 1002 e 1018 terá três – e no segundo período estabelecido, para o qual o seu congénere não tem qualquer peça documental, a Vacariça tem o seu período mais fértil, com mais de vinte documentos aos quais se juntam mais alguns dos cenóbios que lhe eram dependentes²⁵⁷.

Estes dados não podem, como já aludimos, ter um aspecto vinculativo e definitivo da realidade – mesmo que corresponda a um exercício interessante –, uma vez que a transmissão da memória, pela documentação, obedece a estratégias completamente diferentes. Provavelmente coincidindo com um período a favor da Vacariça num quadro

²⁵² Vide *LT*, n.ºs 31(1002), 37(998), 39(985-998), 42(992) e 52(988), pp. 639-640, 651-655, 658-659 e 672-673.

²⁵³ Vide Philippe Sénac, *op. cit.*, p. 131.

²⁵⁴ Vide *LT*, n.º 9(1016), 10(1016-1017), 15(1018(?)), 31(1002), 37(998), 39(985-998), 42(992) e 52(988), pp. 606-609, 616-617, 639-640, 651-655, 658-659 e 672-673.

²⁵⁵ Vide *LT*, n.º 38, pp. 653-654.

²⁵⁶ Vide *LP*, n.ºs 72(1006), 118(1014), 120(1018), 123(1018), 124(1016), 126(1002), 135(1005) e 161(1018), pp. 119-120, 180-181, 183, 187-189, 191-193, 207-208 e 261-262.

²⁵⁷ Vide *LP*, n.ºs 72(1006), 84(1043), 86(1047), 91(1020), 93(1036), 118(1014), 120(1018), 121(1019), 122(1019), 123(1018), 124(1016), 126(1002), 127(1041), 128(1023), 129(1018), 130(1047), 132(1047), 134(1019), 135(1005), 137(1045), 140(1040), 141(1046), 142(1021), 143(s.d.), 144(1023), 145(1034), 146(1036), 147(1027-1037), 148(1045), 150(1045), 152(1044), 153(1045), 161(1018) e 359(1025), pp. 119-120, 135-138, 144-147, 180-189, 191-200, 202-208, 210-213, 217-238, 241-242, 244-246, 261-262 e 511-512.

regional, o que parece ser um de menor fulgor para Lorrvão pode, contudo, não ser mais do que uma estratégia memorialística por parte dos monges deste que elaboraram o cartulário em inícios do século XII, pouco depois da sua restauração em 1116 – e após sete anos de interregno, por virtude da doação de Henrique de Borgonha à Sé de Coimbra²⁵⁸ –, embora isso seja manifestamente duvidoso, pelo menos de forma expressiva.

De qualquer forma, a total supremacia numérica de documentos do século X face ao XI no instrumento indicia isso mesmo, pois os monges laurbanenses do século XII considerariam o primeiro, certamente, como o “século de ouro” do cenóbio²⁵⁹. Entre os motivos, as suas relações com a realeza, com a nobreza condal e a diversidade das doações, que seriam, então, muito mais valorizadas que um século XI que considerariam obscuro e de menor fulgor, pela quase inexistência de sinais de persistência da instituição ou o seu ofuscamento pela congénere vacariçense, que não deverá ser dado como garantido.

Ainda que tenhamos um conhecimento diminuto, a natureza política do espaço onde estavam inseridos os dois ascetérios não poderá ser ignorado de maneira alguma. Cremos ter a necessidade de o fazer, uma vez que, a nosso ver, a dissemelhança entre ambos se revela evidente. Enquanto um permaneceu sobre o domínio de um cristão dependente dos poderes muçulmanos – e por um período reduzido –, o outro parece ter permanecido sobre o poder directo destes, como transparece através de alguns elementos²⁶⁰. Esta situação será certamente determinante no “desempenho” das ditas casas monásticas, nomeadamente nos processos de gestão de bens e de obtenção de riqueza, como resultado de um provável maior rigorismo das autoridades islâmicas e pela proximidade a um meio urbano significativo onde estas teriam uma presença forte. Desta forma, apesar da

²⁵⁸ É em torno desta data que se assume que o dito cartulário possa ter sido elaborado, vide Maria João Branco, “Reis, condes, mosteiros e poderes: O Mosteiro de Lorrvão no contexto político do reino de Leão (secs. IX-XII)”, *op. cit.*, pp. 29-30.

²⁵⁹ “A conjugação dos elementos presentes no *LT*, com o que sabemos das relações deste mosteiro com os poderes, régio, condal, nobre e eclesiástico, na mesma área de influência, parece lançar alguma luz sobre as motivações para a elaboração de tão extraordinário instrumento assim como sobre os anseios, esperanças e medos dos homens de Lorrvão que nesta fase se movimentavam na Coimbra dos anos 20 do século XII, esses herdeiros de uma tradição hispânica e moçárabe que estavam prestes a desaparecer, para dar lugar ao clero e rito reformistas, que se implantariam sem possibilidade de retrocesso.”, vide *idem*, *op. cit.*, p. 35. O cartulário detém, então, 86 documentos, com 3 a não serem datados, 1 que poderá ser tanto do IX como X, 58 do século X – dos quais 5 são doações régias (Ramiro II, Ordonho II, Bermudo II e Sancho I) –, 10 do século XI e 6 dos primeiros anos do século XII (mais 8 da segunda metade, não incluídos pois dizem respeito a outra fase do cartulário), vide *idem*, *ibidem*, pp. 36-37.

²⁶⁰ Veja-se a menção a um oficial muçulmano em Coimbra, Farhūn ‘ibn ‘Abd-Allah (فرهون ابن عبد الله), muito provavelmente o qā’id (قائد) da mesma cidade, que respondia perante al-Manṣūr, vide *LT*, n.º 71, pp. 702.

liberdade religiosa em território islâmico para monoteístas, as limitações eram várias para os cristãos, que iam desde a proibição de tocar os sinos, de ostentar a cruz nas igrejas e mosteiros, de fazer procissões e outras cerimónias fora do espaço destas, além da impossibilidade de se erigir novos templos ou reconstruir os arruinados²⁶¹. Desta forma, não admira que o Mosteiro da Vacariça se convertesse numa instituição mais atractiva na região face ao seu homólogo lorvanense, pois a natureza da submissão ao poder islâmico da sua área de implantação era, presumivelmente, muito diferente e mais relaxada ou por se encontrar, mais tarde, indubitavelmente, em território cristão muito antes de 1064.

Retomemos, então, a questão da predação nobiliária e o possível benefício do Mosteiro da Vacariça destas acções. Como já foi repetidamente mencionado, é no ano de 1002 que se tem por confirmado o funcionamento do cenóbio vacaricense, com um documento da doação do já mencionado diácono Sandino no qual concede o Mosteiro de São Paio de Rocas, de sua fundação, em Sever do Vouga, com os respectivos bens e ainda a *uilla* de Penso, no actual concelho de São Pedro do Sul (*LP* 126). Consta neste diploma a confirmação do descendente dos condes de Coimbra e, quiçá, com a do próprio abade Benjamim de Lorvão, ainda que este seja dado como morto anos antes pelo cronicão dos abades laurbanenses²⁶². Somente três anos mais tarde, dá-se a doação do Mosteiro de Santo André de Sever do Vouga a Froila Gonçalves por parte do diácono, em forma de profiliação (*LP* 135), tendo aquele, por sua vez, o concedido à Vacariça²⁶³.

Demonstra-se com isto, desde já, que a primeira grande adição de património conhecida para esta casa monástica foram bens algo longínquos da sua área de implantação. No entanto, estes processos são muito mais complexos que o sugerido por esta documentação, pois, com base em outros testemunhos, percebemos que estas transacções foram muito controversas, pois os bens teriam sido usurpados, tanto pela acção do diácono, que foi além das suas prerrogativas²⁶⁴, como de Froila Gonçalves, que tomou o Mosteiro de Santo André de Sever a outra família nobre – a de Fernando

²⁶¹ Vide Joaquim Chorão Lavajo, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História Religiosa de Portugal...op. cit.*, pp. 96-97.

²⁶² Vide *LT*, p. 591.

²⁶³ Este seria concedido mais tarde pelo conde ao monges vacaricienses, como se lê no seu testamento executado pela sua prima Toda Forjaz: “Habeant et possideant ipsas villas prenomatas que fuerunt de ipso congermano nostro, domno Froilani, propter remedium anime sue, sicut michi commendavit, unde mercedem copiosam ante Dominum ille accipiat, tam villas nominatas monasterium de Sever, cum cunctis ajunctionibus et prestationibus suis quod ibidem deservierunt in vita de Godesteo presbítero, et de Sindino diácono; (...)”, vide *LP*, n.ºs 129/161, pp. 197/261.

²⁶⁴ Vide *LP*, n.ºs 134 e 139, pp. 205-206 e 215-216 e, igualmente, Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 28.

Sandines e irmão, logo próximos de Lorvão – e os doou, mais tarde, a outra instituição, como aprofundaremos adiante.

Estas situações demonstram, como tal, que o período conturbado na viragem do século X para o XI permitira que bens transitassem de mãos sob formas menos claras, algo de que o cenóbio vacariciense, em algumas ocasiões, parece ter tomado partido através destes benfeitores, o que, por sua vez, poderá responder a eventuais sobreposições de bens.

Como acima escrevemos, um dos aspectos mais interessantes na comparação entre estes dois cenóbios é a sua produção documental e a forma como a mesma chegou à posterioridade. Para Lorvão, existe o já sobejamente explanado *LT* que, como cartulário que é, permite a junção de uma quantidade significativa de documentação e a sua conservação. Tal permite associar a uma ideologia, identidade ou motivação para tal acção. Para a Vacariça, por outro lado, não existe nada similar dentro da própria instituição. Apesar de os documentos estarem em quantidade significativa no *LP*, a verdade é que este foi uma organização externa ao cenóbio vacaricense, o que significa, nada mais, que a sua ordenação e selecção esteve dependente e ao encargo de uma instituição secular – uma colectânea a que o mosteiro dedicado a São Salvador e São Vicente é apenas uma de muitas partes –, além de elaborada quase cem anos após o seu desaparecimento como entidade autónoma. Assim, as comparações não são objectivas mas, de qualquer forma, podem servir para extrair algumas ideias sobre duas instituições quase vizinhas e suas divergências ou semelhanças.

Em suma, procurou-se fazer uma exposição de ideias sobre as origens deste mosteiro, na qual consideramos que uma breve comparação entre este e o outro grande cenóbio da região nos inícios do século XI, de modo a reflectir sobre a natureza da origem de um deles, se torna bastante útil. Se um vem de um século X que parece ser de bastante pujança e uma existência tímida durante a associação ao poder islâmico no seguinte, o outro parece aproveitar a situação adversa em que surge para florescer, ganhar dimensão e tornar-se num grande centro organizador do território. Eventualmente, até, com este último a preencher algum do vazio deixado pelo primeiro, se é que, por outro lado, o seu surgimento e posterior enriquecimento ou favorecimento pelas elites regionais não constituiu uma das grandes causas da inibida expressão laurbanense.

2. O domínio

Para além do carácter ascético no qual se demarca uma instituição como um mosteiro, é no seu domínio que se consigna o cerne de toda a sua existência. Sem este, tudo o resto é impossível e, por sua vez, quanto mais generosa for a dimensão do mesmo ou dos seus réditos, maiores serão as condições para que se estabeleça como um cenóbio influente e pujante, não descurando vicissitudes próprias.

Assim, no presente capítulo, debruçar-nos-emos sobre a formação, consolidação, exploração e dispersão territorial do domínio vacariciense, conjugando com os respectivos ritmos de expansão. Através da documentação disponível, pretendemos, ainda que com as limitações já sobejamente explicitadas, aproximar-nos ao cognoscível que desta emana.

Desta forma, começaremos com as doações, a mais copiosa fonte de obtenção de bens, analisando a sua disposição cronológica, as origens sociais dos benfeitores, as suas motivações, a sua natureza e os tipos de propriedade doados. De seguida, as compras-e-vendas, que se desdobrarão de forma similar ao ponto anterior. A defesa do seu património é outro elemento a considerar, clarificado com os exemplares sobreviventes de disputas judiciais, embora, para este último ponto, exista, garantidamente, uma visão parcial determinada pela conservação selectiva dos documentos. Desdobraremos, contudo, os mais variados bens, ainda que no mesmo documento, quando tal estratégia se tornar pertinente. Consideradas as questões relacionadas com a formação e defesa de um domínio, explorar-se-á os aspectos estruturais de exploração do mesmo, além da forma como as mais diferentes propriedades e demais bens se articulariam entre si.

Antes disso, contudo, olhemos para a tabela geral apresentada abaixo que apresenta os documentos especialmente considerados para o estudo do domínio vacariciense, excluindo os que, por sua vez, dizem respeito somente aos seus dependentes.

Tabela 1 - Documentos referentes ao domínio do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça.

Tabela 1		
Quartel	N. ^{os} documentos ²⁶⁵	Percentagem (%)
]1000-1025]	14	27,4%
]1025-1050]	12	23,5%
]1050-1075]	5	9,8%
]1075-1100]	14(15)	27,4% (29,4%)
]1100-1125]	1(2)	2% (3,9%)
[s.d.]	4	7,8%
Total:	51	≈100%

2.1. A formação do domínio

2.1.1. As doações

O enriquecimento patrimonial imóvel de uma instituição religiosa poderia ocorrer de três formas diferentes, que são as doações, as compras e, por último, as permutas²⁶⁶. Como foi acima descrito, as primeiras foram a mais generosa fonte do património constituinte do domínio vacariense. São pouco mais de metade da documentação por este produzida ou que a si se dirigia, constituída por este grupo documental por nós isolado, da qual o mosteiro obteve, ao longo do século XI, cerca de uma centena de bens entre propriedades fundiárias ou direitos sobre outras instituições religiosas. Vejamos então uma tabela que compreende o número de documentos enquadrados com esta tipologia de diploma e, por sua vez, os bens incluídos nestes, permitindo avaliar a sua real dimensão enquanto contributo quantitativo para o enriquecimento da instituição favorecida.

Tabela 2 - Número de doações efectuadas e respectivos bens por década ao Mosteiro da Vacariça.

Tabela 2				
Década	N.º documentos	Percentagem (%)	N.º bens doados ²⁶⁷	Percentagem (%)
]1000-1010]	2	7,7%	3	3%
]1010-1020]	6	23,1%	18	17,8%
]1020-1030]	1	3,8%	22	21,8%
]1030-1040]	2 ²⁶⁸	7,7%	3	3%
]1040-1050]	6	23,1%	32	31,7%

²⁶⁵ Devido a janela de possibilidade de a datação do documento abranger dois períodos, colocou-se o número possível de documentos em ambos, com o número entre parênteses a constituir o limite máximo e o outro o mínimo.

²⁶⁶ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 52.

²⁶⁷ Para esta contagem, consideramos todos os bens presentes nos documentos, de forma indiscriminada, pois, apesar de existirem algumas propriedades ou unidades repetidas (cinco), isto acontece por virtude de doações internas à “federação” ou reafirmação do domínio dos mesmos por outros autores.

²⁶⁸ Sobre as razões pelas quais é provável que a doação de Unisco seja de 1035, vide pp. 50-52. Embora existam reticências na atribuição de uma datação a este documento, pelas razões listadas tomámos a década de 30 como a mais provável para a elaboração da carta.

]1050-1060]	4	15,4%	17	16,8%
]1060-1070]	0	0%	0	0%
]1070-1080]	1	3,8%	2	2%
]1080-1090]	3	11,5%	3	3%
]1090-1100]	1	3,8%	1	1%
Total	26	≈100%	101	≈100%

Vê-se, assim, que, comparando este gráfico com o primeiro apresentado no início do presente capítulo, mais de metade dos documentos referentes ao Mosteiro da Vacariça na primeira metade do século XI são doações (17 de 26). Por sua vez, nas décadas que se seguem até ao dealbar de Undecentos, esta forma de obtenção de património cinge-se a nove de um total de 19 ou 20 testemunhos documentais. Juntam-se aos dois grupos os quatro documentos não datados, mas que, por virtude da crítica interna, poderemos alocar dois documentos a cada um daqueles, ainda que nenhum destes constitua uma doação. Conclui-se, igualmente, que quase 2/3 (65,4%) destas ocorrem na primeira metade do século XI, a única centúria em que tal análise é operatória, dado o obscurantismo sobre os destinos do cenóbio anteriormente e posteriormente aos anos 1000 e 1100, respectivamente. Se acrescentarmos aos dois primeiros quartéis a década que se lhe segue, observamos, então, que para as últimas quatro décadas de funcionamento garantido, somente quatro doações foram efectuadas e, por sinal, quantitativamente bem menos generosas nos bens legados.

As décadas mais prolíferas na obtenção de bens por esta via foram, desta forma, as de 1010 e 1040, cuja percentagem individual ultrapassa os 20% da reunião de documentação considerada. Isto poderá ser explicado, para aquele decénio, pelo crescimento célere da instituição nos seus primeiros anos, atraindo a atenção das populações que habitavam na região envolvente ao rio Cértima, após ter sido protegido por um senhor poderoso de uma ascendência tão importante, como era o caso de Froila Gonçalves, e alcançado um prestígio com o qual os outros pequenos cenóbios da região não poderiam competir.

Por sua vez, a partir da década de 60 do século XI, esta tipologia de diplomas torna-se uma minoria, tal como as demais formas de aquisição. O abrandamento ou estagnação na obtenção de bens por esta via na segunda metade poderá significar o fim de uma política activa de promoção da instituição junto às populações. Esta ocorria, não raras vezes, para as formações eclesiásticas coevas, sob a forma de “imposição”, não sendo as doações mais que uma capitulação dos detentores de alódios à pressão que lhes era exercida por

aqueles²⁶⁹. Estas influências eram certamente bastante persuasivas, dado o papel que detinham na esfera do poder espiritual. Assim, talvez a constituição de um domínio significativo ao longo das décadas anteriores tenha justificado uma menor necessidade de enveredar por esta via, dada a consolidação do domínio e o consequente aumento de diplomas direccionados à gestão e protecção do que possuem e não necessariamente à sua multiplicação, como veremos mais à frente nesta dissertação. Eventualmente, poder-se-á especular sobre influências exógenas que contribuíram para a diminuição de benefícios, fossem de carácter sócio-político ou ao aumento de “competição directa” quanto à atracção das populações com o ressurgimento da diocese, que, como se pode calcular, foi abundantemente dotada por leigos e eclesiásticos nas primeiras décadas após a sua restauração²⁷⁰.

Destas, a maioria insere-se no grupo de “índole espiritual”²⁷¹, na medida em que a mesma era motivada, alegadamente, pela salvação das almas dos ascendentes e dos próprios autores jurídicos²⁷². O uso do advérbio não é, de todo, inocente. Como escreve J.M. Andrade Cernadas, não será inverosímil que as razões fossem muito mais profundas e com motivações bem mais terrenas do que o sugerido²⁷³, mas cuja especulação é, por si só, problemática.

As doações em testamento correspondem, por sua vez, a uma forma de restrição da mesma, como expõe J.A. Garcia de Cortázar²⁷⁴. Estas *donationes post obitum* e *donationes reservato usufructus* constituem a maioria dos documentos por nós isolados

²⁶⁹ Vide *idem, ibidem*, p. 52.

²⁷⁰ Subsistiram no LP 18 testamentos e 133 doações feitas a favor da sede episcopal, vide Manuel Augusto Rodrigues, “Introdução”, *op. cit.*, p. CLXXXVI.

²⁷¹ Como aclara J.A. Garcia de Cortázar, quanto às motivações das doações, “Podemos agruparlos en tres conjuntos: los de índole más espiritual, que reunirían el de perdón de los pecados propios o de los antecesores, la salvación de la propia alma o la de los antepasados del donante, la acción de gracias por algún beneficio – victoria militar, salida de enfermedad, regreso feliz de viaje –; los de índole material o interesado como podría ser la donación motivada por el deseo de procurarse una especie de seguro de invalidez, de vejez; y un tipo intermedio, en que podríamos incluir las oblações de infantes, la elección de sepultura, algunas de las propias vocaciones monásticas: estas manifestaciones suponen una contraprestación, a medias material y espiritual, por parte del monasterio respecto a la persona o personas que realizan la donación. Es evidente que los tipos segundo y tercero son los que pueden tener un alcance económico y, sobre todo, social más profundo.”, vide J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio... op. cit.*, p. 54.

²⁷² Entre outros, vide LP, n.ºs 72, 84, 91, 101, 123, 124 e 130/132, pp. 119, 135-137, 144-145, 156-157, 187-189, 198-200/202-204, respectivamente.

²⁷³ “La mayor parte de los documentos de donación incluyen cláusulas explicativas del tipo *pro remedio anime mee*, haciendo alusión en muchos casos a la consecución de bienes celestiales a través de la entrega de bienes terrenos. Es probable que detrás de esta aspiración religiosa o espiritual, pueda esconderse una realidad material que contribuya a explicar la donación, aunque en la mayoría de los casos esto solo se pueda intuir. En la inmensa mayoría de los casos, por tanto, hemos de calificar las donaciones como piadosas. (...)”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 56.

²⁷⁴ Vide J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio... op. cit.*, pp. 58-60.

neste sub-capítulo e consagram-se como uma forma de garantir que benfeitores permanecem com o usufruto vitalício de pelo menos parte dos bens doados, como aponta o mesmo autor na sequência de estudos de García de Valdeavellano²⁷⁵, especialmente porque vários doavam tudo o que possuíam (ou parte muito significativa) e precisavam desses mesmos bens para subsistir²⁷⁶. Já outros, por sua vez, impunham reservas às doações, considerando eventuais descendentes que pudessem vir a nascer, entretanto, no seio de casais sem descendência²⁷⁷, ou filhos que retornassem do cativeiro islâmico, algo não incomum em sociedades de fronteira como a que neste momento tratamos e documentado para outros cenóbios da federação vacariense²⁷⁸.

De qualquer forma, estes garantiam que ao falecerem, através de fórmulas estabelecidas lavradas no diploma, nem os seus familiares e qualquer outro indivíduo (independentemente da sua relevância social e hierárquica) possam ter hipóteses de reclamar as possessões que estes cederam²⁷⁹. Assim, não será um lugar estranho verificar a grande difusão da referência a estas situações na *sanctio*, em passagens como, entre outras, “Et qui, ergo, quod superius resonat irrumpere temptaverit, filius, nepos, fratribus notris vel pro genie nostre, in primis, sedeat excommunicatus et a corpore et sanguine Domini Nostri Jhesu Christi sit reus, et cum Juda traditore habeat participium, in eterne dampnationis pena; (...)” (LP 124). Noutros casos, nem estas ameaças demovem os pretensos herdeiros, que denunciam a doação e dão origem a processos judiciais (LP 115/140), por vezes algo complexos. Pode-se dar ainda o caso de ocorrerem, de facto, doações ilegais, como alguém deixar em testamento a uma instituição bens usurpados,

²⁷⁵ Esta ocorrência advirá da tradição jurídica germânica, que consagrava 1/5 dos bens doados como “cuota libre de disposición”, vide García de Valdeavellano apud idem, *El Dominio... op. cit.*, pp. 60-61.

²⁷⁶ O que não ocorre, por exemplo, com Natália e a sua filha Palmela, que clarificam a sua posição, doando em testamento todos os seus bens presentes, deixando expresso no documento de doação a vontade destas que os monges vacarienses “Habeant et possideant eam, tam in vita nostra quam post obitum nostrum”, vide LP, n.º 93/146, pp. 146-147/225-226.

²⁷⁷ Lê-se numa doação em testamento de Goda Soares, esposa de D. Paio, que “Et si migravero de hoc mundo et leisar filium de utero meo super terra, deserviat ad partem monasterii tertia de meas hereditates que desursum sonat; et illas duas partes objurque illas meus filius, si habuero; et si filium de utero meo non leislar super terram, post obitum meum, deserviant totas meas hereditates quas jam supra nominavimus, post parte cisterio Vaccariza et de abbate et monachis et fratribus qui ibidem perseverantes fuerint, in vita monastica.”, vide LP, n.º 136, p. 209.

²⁷⁸ Como é caso do testamento de Dom Truitino ao Mosteiro de Leça, que previa que metade das herdades doadas revertissem para um ou dois filhos caso estes regressassem do cativeiro em terras islâmicas, vide LP, n.º 198, pp. 312-313.

²⁷⁹ No documento n.º 123 do LP, a doação em testamento do presbítero Salâma é rematada com uma *sanctio* com um alcance bastante abrangente quanto aos potenciais visados, onde se lê: “Et si aliquis, ex progenie nostra vel de extraneis, hunc meum testamentum auferre aut commutare voluerit in alia parte, tam laica persona potentis quam presbiter, aut episcopus, aut diaconus, quisque fuerit, excommunicatus permaneat et ab Ecclesia Catholica separatus et cum Juda traditore habeat participium, in eterna dampnatione; (...)”, vide LP, n.º 123, pp. 187-188.

que levam a um imbróglio com os proprietários *de iure* dos mesmos, como aconteceu com o Mosteiro de Santo André de Sever do Vouga²⁸⁰, um episódio sobre o qual já brevemente nos debruçamos e que explanaremos mais detalhadamente *infra*.

Outras exigências ou solicitações às instituições religiosas por parte dos benfeitores como contrapartidas são os benefícios na eleição de sepultura²⁸¹, tendencialmente muito procurado para estas cronologias, mas que não parece ter tido, por sinal, grande prevalência entre os testemunhos escritos de doações beneficiando o mosteiro dedicado a São Salvador e São Vicente²⁸².

Encontra-se, ainda, entre as doações, modalidades como o *benefactum*, que corresponde, *grosso modo*, à concessão, em pleno direito, como co-participação, da totalidade dos bens pessoais a outro, normalmente ao cônjuge, não raras vezes em casos de ausência de descendência e, desta forma, evitando a dispersão de bens. Porém, alastrou-se o modelo de transmissão de propriedade, começando a abranger também doações que visavam a Igreja, como escreve Amancio Isla Frez: “(…). La Iglesia pudo favorecer esta disposición, puesto que hacía posible que una serie de bienes le fueran donados, sin que los consaguíneos pudieran alegar derechos sobre los mismos”²⁸³. Na nossa documentação manifesta-se em doações – *cartulam testamenti semel benefacti* – de Truitino Hlaf, uma primeira dirigida à dependência de Leça, no ano de 1039, e outra posterior, em 1055, onde já inclui a casa-mãe, as duas incidindo sobre os seus bens nas *uillae* de Real e Gondivai, no actual concelho de Matosinhos²⁸⁴.

Como termo de comparação, ao verificarmos as doações efectuadas a outros mosteiros hispânicos ao longo do mesmo século, vê-se que cenóbios galegos como o Mosteiro de Samos foi agraciado com 90 doações, o de Celanova em 116, o de Pinário em 15 ou São

²⁸⁰ Veja-se o conjunto de documentos que dizem directamente respeito a este pequeno mosteiro, sobretudo por, ao articularem-se entre si, conseguirem oferecer pistas importantes sobre a sua evolução e mudança de proprietários ao longo de mais de meio século, dado o seu carácter descritivo, vide LP, n.ºs 129/161, 134, 135 e 139, pp. 196-197/261-262, 205-208 e 215-216.

²⁸¹ Vide J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio... op. cit.*, pp. 56-58. Vide, igualmente, José Orlandis, “Sobre la elección de sepultura en la España medieval”, *Anuario de Historia del Derecho Español*. 1.ª série, tomo XX, n.º 1, Madrid, 1950, pp. 5-49.

²⁸² Será somente o caso do presbítero Salāma, vide LP, n.º 123, p. 187. Todavia, José Orlandis sublinha a relação quase “umbilical” entre os benefícios despendidos e a concessão deste direito por parte da instituição, podendo aquela decisão corresponder, na prática, à requisição deste, vide José Orlandis, “Sobre la elección de sepultura en la España medieval”, *op. cit.*, p. 8.

²⁸³ Sobre o *benefactum*, vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 224-228.

²⁸⁴ Vide LP, n.ºs 114/154 e 198, pp. 175/248 e 312.

Paio de Antealtares com 11²⁸⁵. Estando estes num território já algo distante da fronteira, comparemos os números apresentados com os do Mosteiro de San Millán de la Cogolla, também no *limes* do reino de Leão, mas no vale do Alto Ebro, e localizado num condado que alcançou grandes graus de autonomia até alcançar o estatuto de reino na segunda metade do século XI, o de Castela – embora tenhamos de estar conscientes das diferenças de escala e das vicissitudes próprias de cada um destes respectivos espaços. Na obra de José Ángel García de Cortázar dedicada ao estudo do domínio deste mesmo mosteiro vê-se o impressionante número de 450 doações a esta instituição ao longo da mesma centúria²⁸⁶. Desta forma, poderemos considerar os números apresentados por São Salvador e São Vicente como algo parcos em comparação com algumas das principais instituições monásticas do reino de Leão em torno da Idade Média Central.

Vejamos agora a denominação das propriedades doadas ao Mosteiro da Vacariça, sob a forma de tabela.

Tabela 3 – Tipologia de bens imóveis doados ao Mosteiro da Vacariça.

	Tabela 3				
	[1000-1025]	[1025-1050]	[1050-1075]	[1075-1100]	Total:
Villa	19 (18,8%)	3 (3%)	3 (3%)	2 (2%)	27 (26,7%)
Herdade	14 (13,9%)	8 (7,9%)	5 (5%)	1 (1%)	28 (27,7%)
Mosteiro	2 (2%)	5 (5%)	2 (2%)	-----	9 (8,9%)
Igreja	3 (3%)	3 (3%)	-----	1 (1%)	7 (6,9%)
Outro	4 (4%)	8 (7,9%)	3 (3%)	2 (2%)	17 (16,8%)
Indeterminado	1 (1%)	8 (7,9%)	4 (4%)	-----	13 (12,9%)
Total:	43 (42,7%)	35 (34,7%)	17 (17%)	6 (6%)	101 (≈100%)

Nesta tabela apresentam-se as doações divididas pela sua tipologia, desde *uillae*, herdades, igrejas ou mosteiros, e a outros, que optámos por não individualizar, pelo seu reduzido peso ou falta de representatividade para além de um ou dois quartéis, mas que inclui vinhas, vilares, casas, várzeas, leiras, salinas ou até um campo e um horto (*ager* e *ortale*, respectivamente²⁸⁷). Por sua vez, como indeterminados, considerámos todos os bens doados cuja natureza não era classificada, o que corresponde ao que não raras vezes se lê nos documentos como “quantum in meas cartas resonat” ou “quantum in meas cartas

²⁸⁵ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicie Medieval. Estudios*. N.º 3 – op. cit., pp. 52, 73-74, 93, 101, respectivamente.

²⁸⁶ Vide J.A. García de Cortázar, *El Dominio ... op. cit.*, p. 52.

²⁸⁷ Vide LP, n.ºs 86, p. 138.

continent” após mencionar a unidade onde detinha os bens que doava ao cenóbio (LP 130/132), ou simplesmente quando não aparecer qualquer qualitativo a determiná-lo. Note-se que, para as dotações acima explanadas apenas se encontram bens fundiários, excluindo desta forma bens móveis e semoventes, como material litúrgico (livros, cruzes ou cálices), entre outros, e animais, respectivamente.

Em consideração pela cronologia dos bens doados, se atentarmos aos números do total, vê-se que existe uma clara tendência de descida de quartel para quartel ao longo do século XI, patente sobretudo para a segunda metade da mesma centúria. Os primeiros 25 anos concentram quase metade das propriedades e, em conjunto com os seguintes, 77,4% dos bens na sua totalidade. Tal é resultado dos testamentos extremamente generosos deixados a este cenóbio, sobretudo por membros da nobreza nas primeiras duas décadas desde o primeiro testemunho da sua existência como instituição monástica.

Ao contrário de outros mosteiros de dimensões significativas no Ocidente hispânico, como Celanova ou Samos, o Mosteiro da Vacariça não possui as *uillae* como a unidade mais frequentemente doada, mesmo que se constitua como quase metade dos bens no primeiro quartel do século XI, o seu período mais fértil, como *supra* mencionámos. Todavia, para os 75 anos que se seguem é notório o menor peso, chegando até a ser inferior a 10% dos bens para este bloco temporal, com nenhum dos quarteis a aproximar-se remotamente da realidade outrora existente. A mesma tendência também se verifica para os outros cenóbios por nós mencionados²⁸⁸, onde vemos igualmente a diminuição da representatividade desta unidade organizacional nas cartas que beneficiavam com doações a instituição monástica.

As *uillae* correspondem, *grosso modo* – e não pretendendo, de maneira alguma, fazer aqui qualquer aproximação a um estudo da *uilla* –, a unidades de organização territorial que, durante muito tempo, mereceu um uso terminológico quase indiscriminado, que ia desde as grandes unidades de produção unitárias na sequência da disposição territorial romana²⁸⁹, às *uillae*-aldeia que correspondiam a várias parcelas de exploração familiar

²⁸⁸ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 58 e 80.

²⁸⁹ Escreve Alberto Sampaio que “(...) No mesmo sentido persistiu aqui a palavra enquanto durou o sistema agrícola-económico romano. Todos os documentos dos tempos da restauração asturiana não escrevem outra, quando nomeiam uma propriedade rústica na sua totalidade, trocada, vendida ou doada; e poucas vezes falta na mesma transmissão de fracções, para mostrar a localização delas: como um eco longínquo encontramos-a ainda empregada no século XIII.”, vide Alberto Sampaio, *Estudos Históricos e Económicos*. Vol. I: *As Vilas do Norte de Portugal*. Prefácio de Maria José Trindade, Lisboa, Editorial Vega, “Documenta histórica”, 1979, p. 39.

enquadradas num conjunto que as abrangia ou, até, aglomerações populacionais que, ao desenvolverem-se, tornar-se-iam, certamente, em aldeias minimamente estruturadas a partir dos séculos da dita Idade Média Central²⁹⁰. Sobre esta questão, escreve Andrade Cernadas que a primeira situação é a menos considerada na actual historiografia, pois “(...) en donde detrás de una descripción documental típica de una gran *villa*, no hay, en realidad, más que una tenencia familiar aldeana. Ha de tenerse en cuenta, por otra parte, que esa descripción diplomática que hace alusión a tantos elementos diversos que componen la *villa*, y que puede llevar a engaño, circunscritos claramente al marco de la aldea como, por ejemplo, los casales.”²⁹¹. Contudo, há que considerar que as diferentes disposições do espaço, a cronologia, as suas características intrínsecas e o seu grau de diferenciação, cujos matizes são, efectivamente, determinantes na forma como o *habitat* se apresenta. Como tal, não admira que estudos mais recentes tenham repensado as características que lhe foram atribuídas, nomeadamente quanto às dimensões expectáveis, à sua organização interna e conexão com as demais que a envolviam, como explana sucintamente André Evangelista Marques, por via de uma reunião de bibliografia actualizada, na sua dissertação doutoral sobre o espaço bracarense²⁹².

A notoriedade regional do mosteiro terá justificado, certamente, as doações de grande magnitude, envolvendo estas maiores espaços organizacionais locais, atraindo os habitantes da área envolvente e “convidando-os” a exercerem estas prerrogativas de disposição de património, como as *uillae* em forma de comunidade aldeã, que será o caso do LP 91, em que 3 casais e outras duas pessoas, entre as quais um presbítero, doam colectivamente em testamento ao cenóbio vacariciense as suas *uillae* de Levira e Lázaro, em Anadia e Águeda, respectivamente, em memória dos próprios e seus ascendentes até aos avós (LP 91). Com ascendência comum, significava que, muito provavelmente, este grupo aparentado possuía os bens transmitidos por via desses antepassados, outrora como unidades, mas naquele presente momento já como fragmentos destas. Essas *uillae* fraccionadas, garantidamente, em herdades individuais cujo conjunto completava as duas grandes unidades de organização espacial²⁹³, como expressa o próprio documento, ao

²⁹⁰ Vide J. Á. García de Cortázar, *Historia Rural...op. cit.*, pp. 126-127.

²⁹¹ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 60.

²⁹² Vide André Evangelista Marques, *op. cit.*, pp. 412-424.

²⁹³ Não será, de todo, invulgar, como se vê em latitudes mais setentrionais, em que se documenta a subsistência de comunidades familiares, como se lê para a Galiza na obra de Amancio Isla Frez, “(...) podremos concluir que grupos de personas, a menudo emparentados, poseían de un modo colectivo algunos bienes – entre ellos habría que destacar las iglesias y también los molinos y pesqueiras –”, vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 217-220 e 224. Todavia, como escreve Reyna Pastor, “Esta forma de posesión familiar

serem postas à disposição, poderão corresponder a uma eventual colocação do grupo na dependência e protecção do mosteiro como *homines de benefactoria* até à morte²⁹⁴, altura em que a totalidade do domínio útil das terras doadas passaria à instituição monástica.

Por sua vez, as herdades correspondem à tipologia de propriedades mais representadas na documentação vacariciense. Com um exemplo tão claro de polissemia como é a herdade, parece-nos desapropriado, dada a natureza do presente trabalho, enveredar pelos sinuosos caminhos de definição para além do essencial, que corresponderá a um direito de posse ou exploração plena de determinado bem ou direito²⁹⁵. Ao contrário das *uillae*, que dominam claramente nas primeiras duas décadas e meia, a sua representatividade é muito menos acentuada, dispersando-se temporalmente, mas detendo igualmente o seu máximo em termos proporcionais no primeiro quartel, quando as herdades ascendem a mais de 30% dos bens doados (14 de 43). Contudo, tal como a outra unidade mencionada, a menor quantidade nas últimas décadas também se faz notar, contrastando com as tendências avassaladoras de crescimento verificáveis nos cenóbios galegos com os quais temos comparado²⁹⁶.

Esta diferença na proporção da tipologia de bens pode corresponder, efectivamente, a mutações e a uma constante evolução na paisagem da região. Note-se que, com o crescimento demográfico acentuado que se deve ter feito sentir para estas regiões meridionais do reino de Leão entre os séculos X e XI, as diferentes propriedades nas *uillae*, outrora de presumíveis significativas dimensões, dada a proximidade ao período da presúria de finais do século IX, devem ter-se multiplicado em número, tornando-se mais modestas espacialmente, o que reconduziria a noção de *uilla* para um espaço muito mais restrito. Isto adviria do sistema cognático, que favorecia a distribuição de bens pelos mais variados descendentes, ao invés de beneficiar somente um, como o agnático, por via da primogenitura masculina²⁹⁷. Por sua vez, esta fragmentação parece ser acompanhada de uma coeva redução da área das circunscrições, cada vez mais numerosas e de alcance mais reduzido, ainda que bem definidas, o que leva a uma transposição para a

de la tierra coexiste con la de posesión comunal de ciertos bienes y resulta a veces muy difícil marcar los límites entre una y otra o fijar una cronología.”, vide Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, p. 47.

²⁹⁴ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 499.

²⁹⁵ Vide André Evangelista Marques, *op. cit.*, p. 545.

²⁹⁶ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 58 e 80.

²⁹⁷ Vide *idem ibidem*, pp. 60-61.

documentação cada vez mais precisa na identificação de possessões fundiárias e outros bens²⁹⁸.

Note-se, ainda, a prevalência de doações de instituições religiosas ou dos seus direitos, que, no total, correspondem a quase 16%. Isto demonstra que tantos laicos como religiosos confiavam os seus bens ou direitos de carácter espiritual ao Mosteiro de São Salvador e São Vicente, resultado da sua maior dimensão face aos bens doados, assim como um prestígio ascético que convenceria os benfeitores que esta abadia seria a mais apropriada. As demais propriedades correspondem a quase 30%, mas que, pelas razões previamente enunciadas, como a diversidade entre elas, não vamos desenvolver individualmente.

Vejamos agora um dos aspectos mais importantes na avaliação da relação entre uma instituição ascética e o Homem que com ele se relaciona e o dota de bens. Antes disto, convém definir os critérios com que faremos a distinção social dos indivíduos. Olhando para as obras previamente mencionadas e que têm servido de modelo, sobre os domínios de mosteiros galegos e San Millán de la Cogolla, vê-se que os seus autores consideraram fórmulas bastante diferentes entre si. Enquanto Garcia de Cortázar definiu três grupos – entre realeza (onde inclui os condes de Castela), nobreza e proprietários livres –, Andrade Cernadas acrescenta os membros do clero como grupo à parte dos demais, como se lê na seguinte passagem:

“Hemos distinguido cuatro grupos sociales básicos entre los donantes. Por una parte, los reyes o las personas de la familia real; en segundo término, los aristócratas. Aquí debemos aclarar que, ante la dificultad que puede suponer reconocer a un noble en la documentación, hemos contabilizado como tal a aquellas personas que se citan en los documentos con un título condal, a aquellas cuyo nombre va precedido del tratamiento de don o doña y, finalmente, en aquellos casos en que se hace referencia a la progenie familiar. En tercer lugar, a las personas de condición religiosa, bien que entendido que esta clasificación es bastante imprecisa. En ella, no sólo contabilizamos a aquellas personas sobre cuya condición religiosa no hay duda – abades, presbíteros, monjes – sino también a aquellas otras que, aun siendo seglares, están vinculadas a una casa monástica bajo las más diversas situaciones jurídico-espirituales: es decir, las *Deo votae*, *ancilla Dei*, *famula Christi*, los *confesi*, *quasi confesus*, *famulus Dei*, etc, que abundan en nuestra documentación. Finalmente, los otros, aquellas personas sin una categoría especial, que deberíamos asimilar con los pequeños propietarios libres.”²⁹⁹.

²⁹⁸ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 247.

²⁹⁹ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 54.

Esta divisão em quatro grupos parece-nos mais adequada, apesar de não se constituir operatória para o nosso caso, pois não existe qualquer doação régia a favorecer São Salvador e São Vicente. Isto não considerando Froila Gonçalves, descendente dos Condes de Coimbra, que para nós seria uma concepção forçada, na sequência da disposição aplicada pelo autor do estudo do mosteiro riojano, dada a anacronia entre aquele e estes, pois no período em que ele deteve protagonismo, não era uma prerrogativa a que pudesse almejar, dada a conjuntura sócio-política, que o próprio ajudou de forma capital a definir, e a sua situação em particular. Contudo, optámos por não seguir as condições aplicáveis ao grupo do clero. A contabilização de pessoas cuja situação não é a mais clara parece-nos problemática, como as “(...) *Deo votae, ancilla Dei, famula Christi, los confesi, quasi confesus, famulus Dei*, etc, (...)” a que se refere o historiador galego, sobretudo quando estas aparecem, não raramente, com outros epítetos ou qualificativos de tratamento que as colocariam noutro grupo. Desta forma, achamos que, por virtude de, também, nenhuma constituir uma ordem hierárquica na igreja, fosse em ordens maiores, fosse das menores, tal será ajustado à realidade documental por nós apresentada – os tais 27 documentos. Desta forma, privilegiaremos os demais grupos caso as mesmas pessoas se apresentem nos (e noutros) documentos de outra forma. Vejamos, então, a tabela com estes dados.

Tabela 4 – Origem social dos doadores ao Mosteiro da Vacariça.

Tabela 4				
	Nobreza	Clero	Pequenos/livres proprietários	Total:
]1000-1025]	10 (16,9%)	4 (6,8%)	7 (11,9%)	21 (35,6%)
]1025-1050]	5 (8,5%)	9 (15,3%)	3 (5,1%)	17 (28,8%)
]1050-1075]	2 (3,4%)	4 (6,8%)	-----	6 (10,2%)
]1075-1100]	1 (1,7%)	1 (1,7%)	13 (22%)	15 (25,4%)
Total:	18 (30,5%)	18 (30,5%)	23 (39%)	59 (≈100%)

Vê-se, talvez surpreendentemente, um grande equilíbrio, tanto no número de doadores, assim como nos grupos sociais a que eles pertenciam, por cada quartel do século XI³⁰⁰. A excepção são os anos compreendidos entre 1050 e 1075, quando não existiu qualquer

³⁰⁰ Todavia ao considerar-se qualitativamente e quantitativamente os bens doados – e não o número de doações – ver-se-ia um domínio avassalador por parte dos identificados como nobreza, agudizando diferenças que na tabela apresentada não são tão claras.

pequeno ou livre proprietário a beneficiar o mosteiro, além do número reduzido de doadores no total face aos demais períodos isolados.

Nota-se, igualmente, uma grande diferença entre as doações de pessoas com origem nobre entre as primeiras décadas do século XI – sobretudo as primeiras duas – e as que se seguem, talvez demonstrando que a relação de proximidade entre a instituição monástica e estes é muito mais densa para estas cronologias, o que corresponderá à ideia de um cenóbio livre, com uma relação muito mais neutral e independente face a este grupo social, nomeadamente perante uma ou outra família com quem poderia ter desenvolvido relações de dependência e protecção. O facto de este ter surgido com um forte incentivo nobre, ao que tudo indica, talvez justifique que cerca de metade das doações para as primeiras duas décadas de existência tenham origem, *grosso modo*, a partir deste grupo. Isto enquadrar-se-ia com a relação primordial com um destes indivíduos, o supramencionado Froila Gonçalves e as presumíveis mudanças que se deram na região posteriormente à sua morte. Por outro lado, tem-se, igualmente, a tendência de alguns membros da nobreza e do clero começarem a dotar casas monásticas com os próprios bens e direitos de carácter religioso, sugerindo a paulatina mudança nas estratégias de gestão tal como nas mentalidades³⁰¹, em que a reestruturação interna da igreja e, por conseguinte, da religiosidade tenha contribuído para ditar os ritmos pelos quais se desenrolaram estas acções de dotação.

Por sua vez, os demais autores que transmitiram bens à instituição, além dos membros do clero e nobreza (ainda que esta corresponda, para o período estudado, a um grupo muito heterogéneo, em mutação e de contornos não muito claros³⁰²), os designados herdeiros livres – eventualmente alguns como parte de um grupo de proprietários que a acumulação de bens lhes permitiu garantir uma influência regional significativa –, que lhe deixaram parte das suas possessões alodiais. Note-se, contudo, que ainda que a tabela apresentada sugira uma ideia de proximidade entre estes e a casa vacariciense, a verdade

³⁰¹ Como se vê para latitudes mais setentrionais, como é o caso da Galiza e suas dinâmicas de transmissão de propriedade, vide J.M. Andrade Cernadas, *ibidem*, p. 56. Em meados do século, esta evolução do enquadramento é consignada por normas conciliares em Coyanza, onde ficou determinado a adopção de uma política de condenação dos leigos que possuíssem bens imóveis de carácter religioso, como veremos mais à frente, no quarto capítulo, p. 190, nota 530.

³⁰² Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 129-130. Por exemplo, em relação ao material por nós trabalhado, podemos destacar a presença desde *magnates*, como condes ou descendentes destes, ao que parecem ser pequenos membros de uma nobreza local, possivelmente infâncias ou simplesmente gente de fronteira, favorecida por esta e, como consequência, enriquecida, para uma altura e espaço de grande mobilidade social devido às suas vicissitudes sócio-políticas, já exploradas supra.

é que os valores são altamente inflacionados pela presença de dois documentos, em que vários autores jurídicos – cinco num e seis noutro –, todos da mesma família (mãe e filhos) ou com ela de alguma forma relacionados³⁰³, legam alguns bens em Vila Cova (Pampilhosa, c. Mealhada), tanto à Vacariça como à igreja de São Salvador de Coimbra, sua dependente, nomeadamente uma ermida em São Martinho de Palhais, obtida por via dos seus antepassados³⁰⁴, com os respectivos bens, em 1095, e, cinco anos antes, da herdade por eles possuída no mesmo espaço, provavelmente como bens sobrepostos, ainda que as confrontações não coincidam na sua totalidade (*LP* 174 e 255). Desta forma, o mesmo grupo detém a clara maioria dos autores jurídicos datados do último quartel do século XI.

Nota, ainda, para o *LP* 101, já mencionado pela possibilidade de não se tratar de um documento autêntico, mas que atribui ao sobejamente conhecido alvazil Sesnando Davides a dotação do cenóbio dedicado a São Vicente com a *uilla* de Horta³⁰⁵. Desta forma, o único autor jurídico atribuído à nobreza para esta cronologia não passa, muito

³⁰³ Talvez, quanto a estes, um exemplo de profiliação, um processo que consistia na introdução de um herdeiro, como adopção, que não era da família, de modo a transmitir determinados bens, vide Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, pp. 60-61; idem, “Sur l’articulation des formations económico-sociales: communautés villageoises et seigneuries au nord de la Péninsule ibérique (X^e-XIII^e)”, *Structures Féodales et Féodalisme dans l’Occident Méditerranéen (X^e-XIII^e siècles). Bilan et Perspectives de Recherches. Colloque International organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et l’École Française de Rome*, Roma, École Française de Rome, 1980, pp. 212-214 e Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 233-234. Constitui concretamente um exemplo de profiliação a doação do Mosteiro de Santo André de Sever do Vouga por parte do diácono Sandino a Froila Gonçalves, como se lê na passagem “cartulam donationis seu in perfiliationis”, ficando este herdeiro daquele no que compete à posse desta instituição, vide *LP*, n.º 135, p. 207.

³⁰⁴ Que deveriam ascender ao período da primeira presença leonesa da região, vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 28.

³⁰⁵ Embora com todos os problemas que lhe podem apontar, a verdade é que a conquista de Coimbra terá servido, segundo o documento *LP* 101, também para empreender potenciais abusos do cônsul e dos seus barões, vassallos e *fideles*. Estes teriam tomado várias *uillae* para as povoar e edificar, incluindo propriedades do Mosteiro da Vacariça, como teria sido o caso de uma daquelas unidades designada por Horta – “Et in ipsis temporibus, adprehendivit ille dux domnus Sisnandus villam quam vocitant Orta.” –, que mais de duas décadas depois seria devolvida à precedência, para remédio dos seus pecados e “(...) pro tolerantia fratrum vel sororum qui vitam sanctam perseveraverint, (...)”, vide *LP*, n.º 101, pp. 156-157. O receio ou a evidência da ocorrência de tais episódios poderia ter sido, então, efectivamente, a verdadeira razão da elaboração da listagem de bens *LP* 73, de modo a assegurar a memória da posse de bens legitimamente detidos por parte do cenóbio, na possibilidade de serem apreendidos pelas forças régias e do novo *tenens* do antigo condado, vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 54. Contudo, não nos parece que fosse muito provável que se tomasse por presúria terras que, ao que tudo indica com base em testemunhos coevos – não existindo indícios em contrário –, prestavam vassalagem ao rei de Leão, um abuso que, a ocorrer, certamente não seria rectificado mais de duas décadas depois. De qualquer forma, a confirmar-se aquela informação, parece-nos muito claro que seria altamente improvável uma relação de proximidade entre a instituição e o poderoso senhor, pelo menos enquanto o alvazil tivesse em sua posse tal bem. Já H. da Gama Barros interpreta esta sobreposição como uma doação inicial, feita em 1064, mas somente lavrada por escrito mais de duas décadas mais tarde, vide H. de Gama Barros, *Historia da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV por Henrique da Gama Barros*. 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, tomo IV, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1945, p. 221.

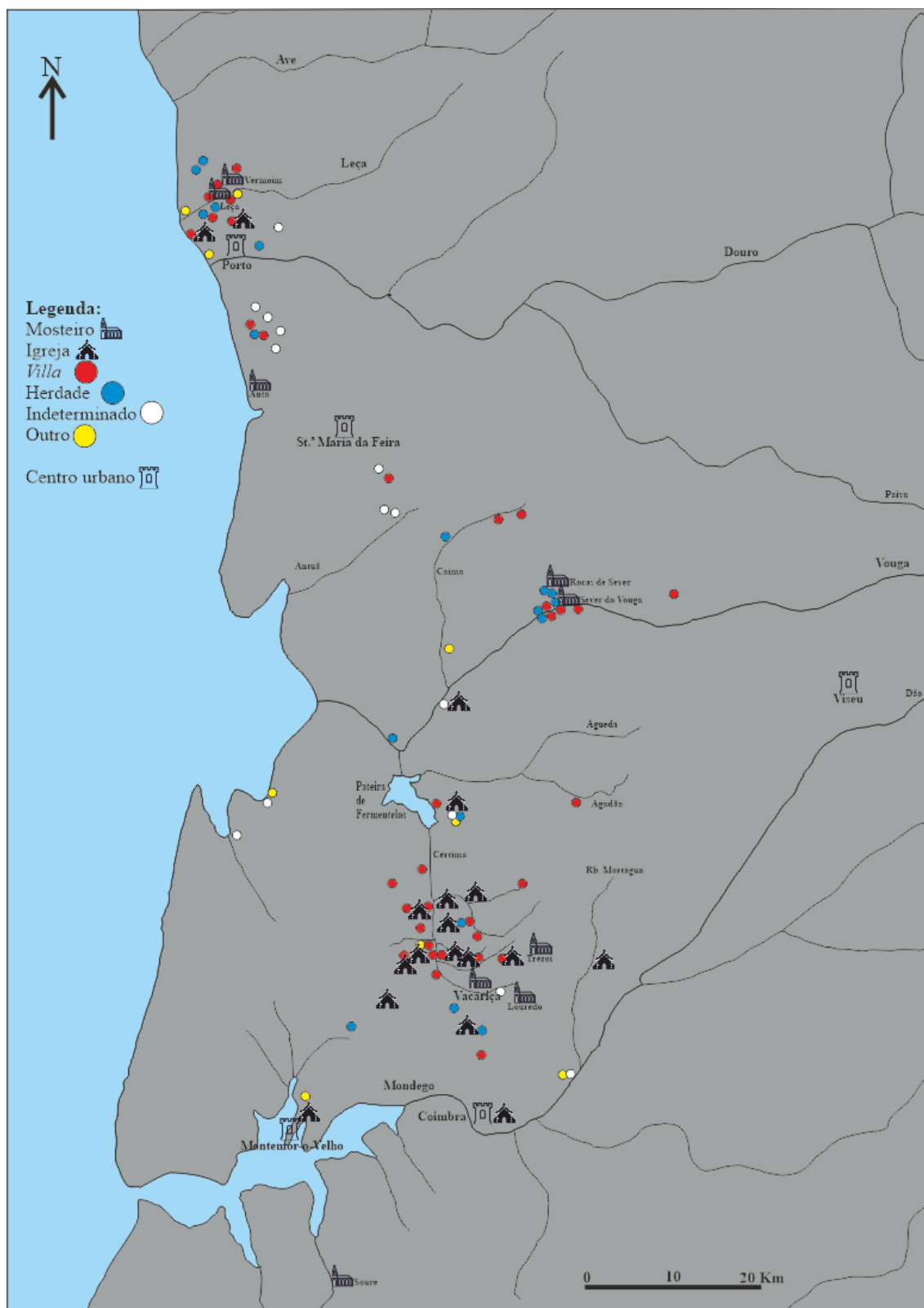
possivelmente, de uma transposição da realidade documental existente, mas cuja crítica interna eliminaria, reduzindo minimamente o peso da nobreza em geral e a também relevante inexistência de qualquer ligação profunda (ou até relevante, perante um quadro geral) entre o topo da sociedade local e a abadia estudada, por via das doações em finais da centúria, o que pode levar ao questionamento de certas ideias geralmente atribuídas a esta casa.

As relações sociais entre estes indivíduos e o mosteiro serão desenvolvidas mais à frente, no capítulo dedicado às pessoas que gravitavam, nas mais variadas nuances, em torno do cenóbio vacariciense. Como tal, parece-nos infrutífero uma análise social profunda da condição dos grupos, no geral, e dos indivíduos, no particular, neste estágio do presente trabalho, embora a conexão de aquelas com estas páginas seja absolutamente imperativa.

Não podemos deixar de frisar, como remate no que compete à transmissão de bens ao presente mosteiro em forma de doações, que a esmagadora maioria das mesmas ocorre na primeira metade de do século XI, mais precisamente entre a segunda e quinta décadas da mesma centúria, com particular prevalência das *uillae* e herdades na tipologia, detidas na sua maioria por elementos que alocámos ao grupo social da nobreza e ao clero. Estas características enunciadas adviriam das políticas promovidas e relações desenvolvidas pelo cenóbio, que procurava nos primeiros anos da sua existência uma afirmação, que parece, com base nos testemunhos aqui considerados, ter motivado elementos dos vários sectores sociais, tanto nas proximidades desta casa, como em localizações mais distantes.

Vejamos, nas páginas que se seguem, após um mapa das possessões vacaricienses a encerrar este sub-capítulo, os processos de compra-e-venda de São Salvador e São Vicente, um método de obtenção de património encontrado em menor número nos vestígios documentais deste.

Mapa 2 – Mapa das doações ao Mosteiro da Vacariça



2.1.2. As compras-e-vendas

As compras são, como já fizemos menção, uma outra forma de uma instituição monástica se engrandecer patrimonialmente, ainda que com menor alcance. Ao contrário das doações, estas reflectem os interesses territoriais e expansionistas do cenóbio, algo que, por sua vez, não é necessariamente claro com aquelas³⁰⁶. Enquanto que para uma compra se assume uma disponibilidade e procura prévia de ambas as partes na transacção de património, é muito mais complicado fazer-se essa assumpção para um bem legado, pois é possível assumir-se que não existiu uma procura activa por parte do receptor em acrescentá-lo ao conjunto de bens que dispunha, para vários dos casos – isto apesar das conhecidas pressões que levariam muitos indivíduos a desfazerem-se em forma testamentária (entre outras) do seu património a favor de casas monásticas, cuja implantação na região poderia constituir, por si só, um elemento indutor a estas soluções. Todavia há que mencionar, face aquele, que potenciais vendedores poderiam procurar activamente compradores, pelas mais variadas razões, mas os interesses da comunidade sobrepor-se-iam inegavelmente em situações deste carácter, dada a obrigatoriedade de ter de dispor recursos de uma forma consciente e estratégica.

Como escrevemos há poucas linhas, as compras-e-vendas do mosteiro aqui em estudo estão muito menos representadas que as doações na documentação elencada pela diocese conimbricense, o que corresponderá, também, ao que seria verificado ao conjunto diplomático lavrado naquela instituição. Esta mesma tendência também se confirma nas demais casas mencionadas anteriormente como base de comparação³⁰⁷. Desta forma, há que esperar uma menor profundidade no estudo do tema deste sub-capítulo face ao anterior.

São passíveis de se classificar como cartas de compra-e-venda cinco diplomas, um dos quais não está datado (LP 143). Contudo, através da crítica interna, pelas personagens envolvidas e pela área transaccionada, conseguimos localizar o mesmo na primeira metade do século XI, porventura entre a terceira e a quarta década da mesma centúria³⁰⁸.

³⁰⁶ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 63.

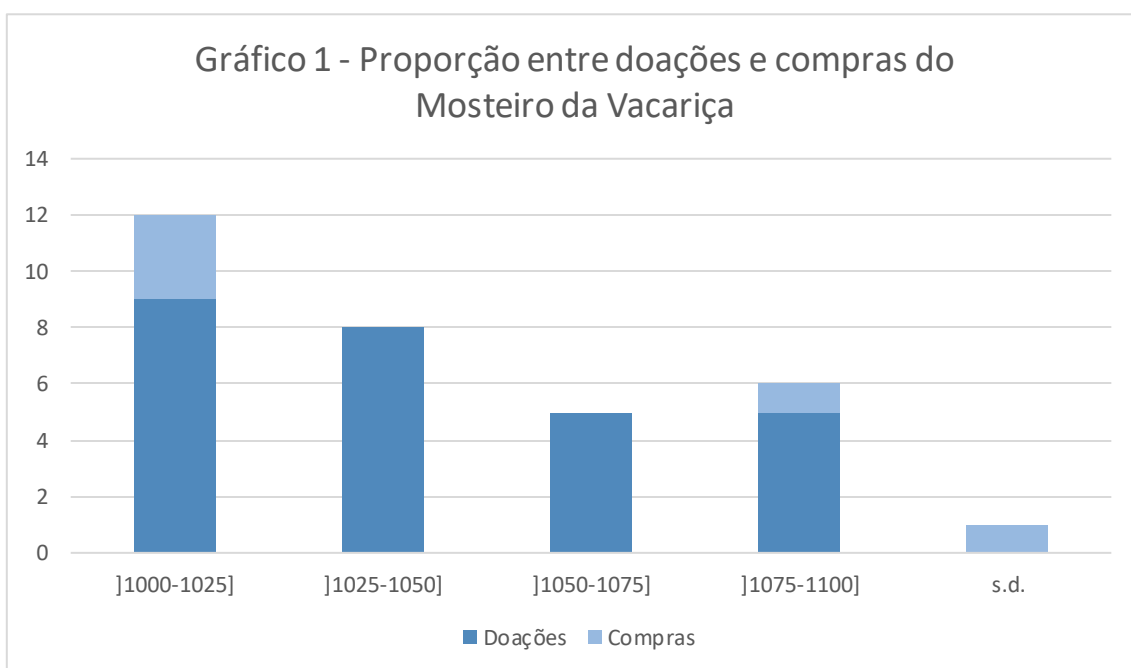
³⁰⁷ Subsistem 74 cartas de compra-e-venda da parte do mosteiro de San Millán de la Cogolla, 18 de Samos e 94 de São Salvador de Celanova, vide J.A. Garcia de Cortázar, *El Domínio... op. cit.*, p. 68 e J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 63 e 81, respectivamente.

³⁰⁸ De facto, este documento não datado é uma das doações de Citelo 'ibn al-Azāt e de sua mulher Ermegodo ao abade Tudeíldo. A sua forma muito sintética de apresentação pode não ser mais que uma reprodução incompleta, intencionalmente ou não, de outra carta de compra-e-venda, dada a sobreposição de propriedades, ou uma reafirmação de um anterior (LP 144), com adição de bens naquela *uilla* de Quintã em específico, justificando outro documento independente. Num outro documento, também não datado, fazem -

Desta forma, todos, exceptuando um, correspondem a documentos que se podem atribuir presumivelmente ao espaço de uma década, a partir do ano de 1018. O outro exemplar, talvez surpreendentemente, considerando as dinâmicas a que o mosteiro esteve sujeito, é uma compra datada de 1099³⁰⁹, um dos últimos testemunhos da sua existência, além de ter sido adquirido uma herdade em Aldoar, a Norte do rio Douro, quando todos os demais casos se circunscrevem à bacia do rio Vouga.

Tabela 5 – Documentos referentes a compras-e-vendas.

Tabela 5	
Ano	N.º Documentos
1018	2
1023	1
1099	1
s.d.	1



Assim, é claro que existe uma concentração das compras num curto período³¹⁰, com dois documentos a estarem presumivelmente associados. Além destes, outros dois com a

se as demarcações das herdades compradas a aqueles nas mesmas *uillae* onde se localizavam, no actual concelho de Sever do Vouga, vide *LP*, n.ºs 109, 143 e 144, pp. 166-167 e 222-223.

³⁰⁹ O abade Salomão da Vacariça comprou a Odório Ediles a herdade de 30 passais deste em Aldoar por quatro moios para liquidar uma dívida, vide *LP*, 1999, n.º 125, p. 190.

³¹⁰ Coincidente com um dos períodos mais férteis no número de doações, em finais da segunda década do século XI e inícios da seguinte, como se pode ver na tabela das páginas 91-92, quando parece existir um grande impulso para a expansão do domínio do mosteiro e da sua influência que também se reflete nas compras. Assim, enquadrando os dois dados através do gráfico existente na presente página, vê-se que a

mesma datação (1018) também subsistiram, relacionados igualmente por se tratar de uma mesma família, embora com os autores jurídicos a não coincidirem na sua totalidade. Num destes, o *LP* 120, Fronili e seus filhos Ermesenda e Cid vendem ao mosteiro da Vacariça metade da herdade que detêm na *uilla* de Recardães por herança do pai destes, Sagado, *per suos vicos et terminos antiquos*. Em troca, receberam 80 soldos de prata que, por sua vez, eram destinados ao pagamento que estes tinham em dívida para com o mosteiro (*LP* 120). Igual é o processo no outro documento (*LP* 122), anterior a aquele³¹¹, onde Ermesenda e filhas (Goda e Ilduara) vendem ao abade e monges do cenóbio vacariçense igualmente metade da herdade que aquela detém com o seu irmão, o supramencionado Cid, também conhecido como Guterre, por 50 soldos de prata, que serviria para suprir uma outra dívida, desta vez o que parece ser devido a um grupo de judeus pela libertação de cativo de elementos da família, tendo eles desempenhado, muito possivelmente, o papel de alfaqueques, como se pode ler na passagem “*Et accepimus de vobis proinde L.^a solidos argenti quos miserunt in nostra captivitate, ad illos judeos.*” (*LP* 122).

Neste duo apresentado, em ambos podemos ver que a venda ocorre por necessidade de se saldar dívidas que, no seu conjunto, ascendem a 130 soldos de prata. Apesar de situações muito díspares, qualquer um destes poderá ser enquadrado com as dinâmicas entre particulares e instituições religiosas, que poderia tender para uma eventual venda “forçada”. Estas ocorreriam por virtude de um aproveitamento do mosteiro na concessão de crédito a proprietários, pelas áreas onde tinham interesse em se expandir, enquanto estes passavam por dificuldades do mais diverso foro³¹² – que podiam ir desde a falta de recursos para a subsistência, como outras necessidades, nomeadamente a mencionada necessidade de efectuar um resgate³¹³ – e, desta forma, conseguir obter bens a preços

compras são sempre uma minoria clara, compondo no máximo 25% dos documentos numa disposição em quartéis. Isto ocorre no quartel entre os anos 1000 e 1025, com nove doações (o máximo) e 3 compras (igualmente o máximo).

³¹¹ Isto porque o mesmo é dirigido ao abade Emiliano da Vacariça, que se presume que terá morrido em janeiro de 1018, pois a sua última referência segura data de 13 de janeiro do mesmo ano e a 30 do mesmo mês já tinha sido substituído pelo abade Tudeíldo, vide *LP*, n.ºs 123 e 129/161, pp. 187-188 e 196-197/261-262. Desta forma, o documento *LP* 122 a ser efectivamente do ano apresentado (1018), só será possível ser deste primeiro mês, enquanto que o *LP* 120, posterior por ser dirigido ao abade Tudeíldo poderá ter sido elaborado entre janeiro e dezembro desse mesmo ano, vide *LP*, n.ºs 120 e 122, pp. 183 e 186.

³¹² Vide J.A. García de Cortázar, *El Domínio... op. cit.*, p. 71 e J.M. Andrade Cernadas, *Galicja Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 64-65 e 82-84.

³¹³ Esse parece ser o caso de Citelo ‘ibn al-Azāt e sua mulher Ermegodo Manualdes, que vendem a Gonçalo Galindes, um nobre da região, uma herdade localizada na *uilla* de Sever do Vouga por 300 soldos, como compensação por este ter resgatado os filhos daqueles do cativo islâmico por troca com um mouro de Seia, como se lê na seguinte passagem: “*Et damus vobis ipsas villas pro eo quod sacastes nostros filios de*

favoráveis quando, quase inevitavelmente, estes não conseguissem corresponder a essas exigências e tivessem de ceder. A estes empréstimos se dava o nome de *renovo*³¹⁴. Assim, por outra via, a instituição completava o aumento do seu património, no âmbito daquilo que poderemos classificar como senhoralização da economia e sociedade³¹⁵, cada vez mais premente ao longo dos séculos XI e XII.

Por sua vez, a existência de fórmulas como “bonis pacis voluntate et spontanea nostra voluntate” ou “prompta mente et propria nostra voluntate”, sublinhando o livre-arbítrio dos autores jurídicos da venda, pode significar exactamente o contrário, neste caso a sua falta de opções.

Quanto à tipologia ou terminologia de bens vendidos, vê-se que todos eles se classificam como herdades, num total de seis. Não obstante que dois deles possam corresponder aos mesmos bens, como já fizemos menção anteriormente, a verdade é que, para este conjunto, a totalidade insere-se num mesmo conjunto tipológico. Ao serem vendidas herdades, que são de dimensões e características variadas, em porções significativas, significará que, ao que tudo indica, os vendedores estavam dispostos a abdicarem ou colocarem à disposição do mosteiro uma parte importante ou a totalidade dos seus próprios bens para suprirem as suas mais imediatas necessidades, demonstrando a falta de soluções alternativas que permitissem a conservação do seu património.

Chegamos, então, às considerações sobre a posição social dos autores da venda. Os critérios de classificação já foram definidos em páginas anteriores³¹⁶, mas, para estes casos em específico, as características que se reflectem na documentação não nos parecem

cativo et dedistis pro illis unum maurum de Sena, in CCC solidos, quia nobis et vobis bene complacuit et de precio apud vos nichil remansit in debito; (...)”, vide *LP*, n.º 128, pp. 195-196. Curiosamente, no mesmo ano, quase dois meses mais tarde, os mesmos vendedores fazem outra venda, neste caso ao Mosteiro da Vacariça, onde transacionam herdades em Sever do Vouga e Quintã pelo mesmo preço, valor que estava igualmente em dívida. Creio que definitivamente nos poderemos interrogar se não existe qualquer relação entre os dois documentos, no que diz respeito ao processo de resgate dos filhos, vide *LP*, n.º 144, pp. 222-223.

³¹⁴ Veja-se o que escreve J.M. Andrade Cernadas sobre este, muito comum no mosteiro celanovense, como se lê na seguinte passagem: “(...) la documentación de Celanova registra bastante muestras de la utilización de préstamos conocidos como renovos; unos préstamos que al no poder ser devueltos deberán ser amortizados a través de donaciones y, fundamentalmente, de ventas más o menos forzadas. La incidencia de esta práctica en las ventas a Celanova parece bastante notable. De las ventas de las que podemos conocer un motivo concreto que las explique, el 59% se deben a la satisfacción de renovos impagados. Unos préstamos concedidos, en ocasiones, en situaciones de extrema necesidad del campesinado. (...)”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 82-83. Vide igualmente Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 216 e, de forma mais aprofundada, enquadrando com o seu desenvolvimento e as suas mutações (como as penhoras), Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, pp. 62-73.

³¹⁵ Vide J.A. García de Cortázar, *El Dominio ...op. cit.*, p. 71.

³¹⁶ Vide pp. 100-101.

de tal forma clara e absoluta que possa determinar indubitavelmente o grupo onde estes mais se enquadrariam. Por se tratar de uma região e sociedade fronteiriça, ainda em processo de povoamento, de estruturação da paisagem e território recente, existe uma clara fluidez no quadrante social. A inexistência de formas reverenciais de tratamento, como “Dom” ou “Dona”, mais claras sobre o estatuto do indivíduo, mas a presença de um *cognomen* – como Cid, que toma o nome de Guterre (LP 120 e 122) – ou a escalação de um ou outro ascendente, como a norma não deixa de deixar interrogações, por virtude dos critérios enunciados e, ao mesmo tempo, de menor fiabilidade ou enquadramento, pois não poderão ser definitivos. Citelo ‘ibn al-‘Azāt exibe, por sua vez, o nome do seu progenitor por via do *nasab*, de acordo com a nomenclatura do nome árabe. Já a sua esposa Ermegodo não se apresenta com o patronímico, a forma genérica para o grosso da população, mas antes a aludir directamente ao nome do seu pai – *prolis Manioi* (também sob a forma de Manualdo) –³¹⁷, característica usualmente associada às camadas mais altas ou diferenciadas da população. Por estas mesmas razões, cremos que a sua classificação seria especulativa e, dada a pouca projecção desta forma de obtenção de património, algo desnecessária.

Todavia, já em finais do século XI, a carta de compra-e-venda correspondente a uma aquisição a Odório Ediles por parte do abade Salomão parece ser da autoria de alguém de classificaríamos, sem grandes margens para dúvidas, como um pequeno proprietário, dado o que parece ser uma venda de uma propriedade algo modesta – somente 30 passais de terra – por uns módicos quatro moios de algo não explicitado (LP 125).

Na sequência deste caso, debrucemo-nos sobre as formas de pagamento acordadas entre São Salvador e São Vicente e os privados que lhe cediam os bens em questão. Dos cinco documentos em questão, somente quatro mencionam o valor e o género pelo qual se deu a transacção. Destas, três são em moeda e uma em géneros. Todas aquelas estão na mesma unidade, o soldo (de prata), enquanto esta está em moios, que tem dimensão variável, em capacidade ou em peso – que não podemos precisar pois não existe qualquer indicação na carta de que produto se trata, como supra mencionámos no parágrafo anterior. Percebe-se, desta forma, que todos estão de acordo com as mensurações-padrão da época.

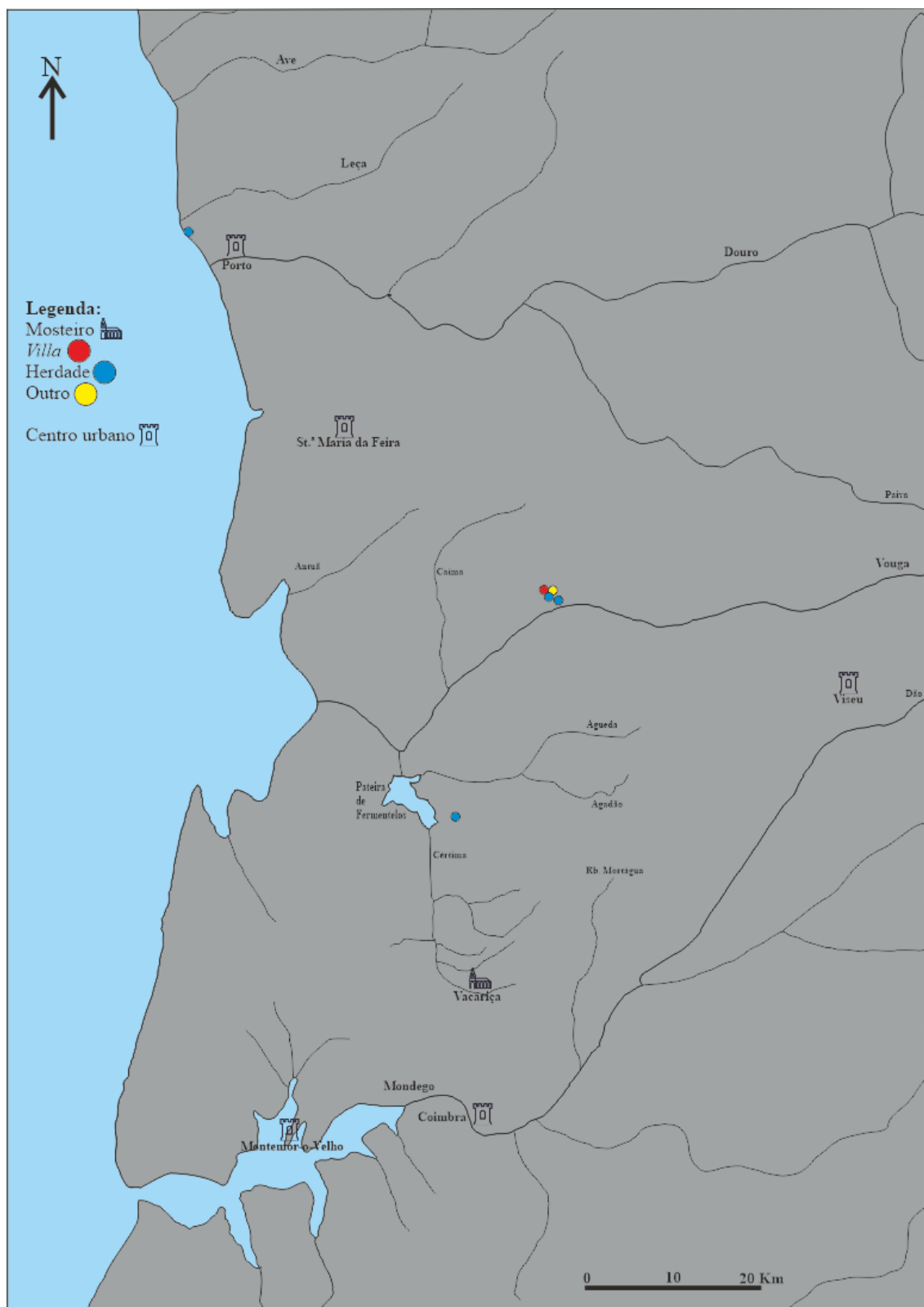
³¹⁷ Vide LP, n.ºs 109, 143 e 144, pp. 166-167 e 222-223.

Enquanto que para outros cenóbios se podem tecer comentários sobre a disposição mensal das vendas, a pequena quantidade de cartas com este fim torna isto impossível. Temos, então, quatro documentos datados com o ano, dois dos quais somente dois incluem o dia e mês. Um dos restantes dá para inferir o mês, mas não o dia, por confrontação com outra documentação. Desta forma, podemos atribuir um documento a Janeiro, um a Março e outro a Setembro. Dos dois restantes não conseguimos aferir o mês da venda, sendo que um é o exemplar não-datado. Este exercício para outras instituições manifesta a tendência de uma maior incidência de vendas nos meses do Inverno e da Primavera, pressupondo-se que, para os proprietários menos abonados, tal seria uma forma de tentar ultrapassar períodos de escassez ou de esgotamentos das reservas³¹⁸.

Vejamos agora as contendas judiciais, como uma forma de fixação das propriedades inseridas no seu domínio.

³¹⁸ No caso de São Salvador de Celanova, quase três quartos das vendas (73%) são realizados entre os meses de Dezembro e Abril, ao passo que para Samos a tendência é mais modesta, pois a partir de Agosto até Novembro também existe uma quantidade significativa de aquisições, provavelmente devido às vindimas que pequenos proprietários não teriam capacidades de processar, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 83 e 64. Por sua vez, em San Millán de la Cogolla, os documentos são muito mais parcos em informações, o que significa que são uma minoria aqueles em que se pode aferir a época do ano em que se procedeu a venda, vide J.A. García de Cortázar, *El Dominio ...op. cit.*, p. 72.

Mapa 3 – Mapa com a localização das compras-e-vendas do Mosteiro da Vacariça



2.1.3. As contendas judiciais

Assim como o procedimento que tratámos imediatamente antes, as contendas judiciais são claramente minoritárias entre a documentação sobrevivente do cenóbio vacariçense. Embora não corresponda a uma forma directa de obtenção de bens, a verdade é que estas disputas estão umbilicalmente ligadas ao processo de senhoriação e de formação de um domínio e, com base nos testemunhos documentais existentes, poderemos considerar sete cartas (ignorando as análogas para as dependências) como documentação relativa a estes processos que envolvem, pelas mais variadas razões, a casa monástica aqui estudada. Note-se que, dada a natureza da conservação documental, dificilmente se verá a conservação de pleitos cujo resultado não favorece a própria casa, logo estar-se-á sempre perante resultados inquinados perante a realidade. Todavia, há que reconhecer que, por virtude das características da sociedade, do domínio e da conservação da escrita, os insucessos seriam sempre, certamente, uma minoria³¹⁹.

Localizando estas no tempo, vê-se que a esmagadora maioria (seis em sete) remonta aos últimos anos do século XI ou nos inícios do seguinte, quando a abadia já se encontrava (ou estava em vias de ser) submetida ao bispo de Coimbra, por virtude da doação dos condes Raimundo e Urraca da Galiza. Segue-se, então, uma pequena tabela para sistematizar esta informação.

Tabela 6 – Distribuição cronológica das disputas judiciais envolvendo o Mosteiro da Vacariça.

Tabela 6							
Ano(s)							
	1040	1082	[1087-1091]	[1095-1109]	1099	[1112-1128] ³²⁰	s.d.
N.º Documentos	1	1	1	1	1	1	1

³¹⁹ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 240. Vide ainda, supra, o que foi escrito nas páginas 32-33 e 36 da introdução.

³²⁰ Os editores desta edição do *LP* da Sé de Coimbra chegaram ao intervalo entre 1112 e 1128 devido, muito provavelmente, à identificação da infanta Teresa de Leão sem qualquer menção ao cônjuge Henrique de Borgonha, falecido em 1112, o que pressupõe o estado de viuvez. O outro limite a 1128 ocorre do fim do governo de Teresa e a sua substituição pelo filho, assim como por considerar que o bispo conimbricense Gonçalo Pais de Paiva ainda vive – como se vê na tábuca sinóptico-cronológica presente no fim do volume. Todavia, este e o prior Martinho Simões, presentes nas subscrições ao documento, morreram ambos em 1127, a 17/04/1127 e a 01/06/1127, respectivamente, como se lê na obra de Maria do Rosário Morujão, o que nos obriga a antecipar esta janela cronológica um ano. Poder-se-á, ainda, considerar que o uso da forma de tratamento “infanta” por parte de Teresa de Leão e Portucale torna muito mais provável que este pleito tenha ocorrido entre os anos de 1112 e 1117 – quando esta toma o título de rainha –, vide *LP*, n.º 83, pp. 134-135 e 1211; Maria do Rosário Morujão, *op. cit.*, pp. 81 e 213 e José Mattoso, “Dois séculos de vicissitudes políticas”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 49.

Ao contrário do que seria talvez expectável, sem considerar os documentos em questão, o grosso das disputas ocorre numa fase já bastante menos activa da instituição no que compete à aquisição de bens, tanto que, num deles, uma das partes litigantes já não é o próprio mosteiro, mas sim a diocese que daquele era proprietária e que coloca as condições em nome daquele³²¹. Os bens disputados são, para essas situações, posses que já deveriam estar mais que enquadrados perante o domínio senhorial da casa monástica, pois a sua incorporação neste já tinha ocorrido, por vezes, há largas décadas, segundo outros testemunhos documentais.

Desta forma, a única excepção nesta cronologia acaba por ser a que ocorreu em 1040, quando parentes da grande benfeitora do cenóbio vacariciense para as décadas de 20 e 30 do século XI reclamaram bens que Dona Unisco Mendes tinha doado ao abade e aos monges do Mosteiro da Vacariça. Após o seu óbito, aqueles tinham ocupado o Mosteiro de Vermoim (c. Maia), que se encontrava entre as propriedades legadas por esta a estes, o que, por sua vez, tinha motivado uma reunião conciliar com carácter deliberativo que contou com a participação de vários juízes e a presença do conde de Portucale, Mendo Nunes, tal como a sua mãe, a condessa Ilduara Mendes. Entre aqueles estava Dona Pala, que reclamava ter recebido o dito mosteiro do abade vacariciense, Tudeíldo, tomando voz por ela Toderedo Fromarigues. Perante estas alegações, o abade apresentou os testamentos que comprovavam a sua versão, sendo tidos como verdadeiros pelas autoridades aí reunidas³²².

³²¹ Neste documento, lê-se sobre uma alteração entre o bispo de Coimbra, Gonçalo Pais de Paiva, e três paroquianos de seus nomes Alvito Alvites, Pedro Alvites e Nuno Pais, que reclamavam a posse de parte da *uilla* Ventosa, outrora doada por João Justes e mulher ao Mosteiro da Vacariça e à sede diocesana. Comprovada a posse destas, aqueles rogaram ao dito prelado e seus cónegos que lhes cedessem durante a sua vida as ditas porções de terra, comprometendo-se a pagar a dízima sobre tudo o que produziam à Sé e, também, com a garantia que, após a morte destes, os bens em questão reverteriam tanto para a diocese como para o mosteiro vacariciense, sem qualquer perspectiva de transmitirem em herança, como se observa na passagem “Post mortem, autem, uniuscujusque, revertatur predictae sedi et jam dicto cenobio, nullo herede succedente, scilicet, pars uniuscujusque; (...)”, vide *LP*, n.º 83, pp. 134-135. Contudo, ficam algumas questões por fazer sobre este, pois a *uilla* Ventosa é descrita como detida na totalidade pelos monges vacaricienses na listagem de bens de 1064, vide *LP*, n.º 73, p. 121.

³²² “(...) Post obitum de ipsa domna Unisco, surrexerunt omnes propinquiore sui et inquietaverunt inde monasterium Vermudi et pervenerunt inde in concilio ante judices Menendo Vimariz, Pelagium Sesnandiz, Suarium Gaindiz, in presentia comite et genetrisis sue, domna Eldora; et in ejus presentia causatus fui Odorio Froilaz, in voce ipsius jam sepe dicti, pro ipso monasterio, contra Toderedo Fromariguis, qui vocem obtinuit de domna Palla, que ipso monasterio obtinebat de manu Tudeildus abba, et previderunt bene ipsos judices et ipse prefatus et ipse dux qui ipsum comitatum imperabat, ut sacasse ipse abbas suos testamentos et suas hereditates et perquisissent veritatem: et cujus veritas fuisset levasset ipsos testamentos et ipsas hereditates; et quando perexquisierunt veritatem, invenerunt sicut superius taxatum est, et octurgavit et confirmavit ipsos judices ipse prefatus et ipse dux ipsos testamentos et ipsos monasterios ad ipsum abbatem, cujus veritas erat. (...)”, vide *LP*, n.ºs 115/140, pp. 177/218.

Dos sete documentos aqui destacados, há que realçar a natureza dos seus contendores, fossem estas instituições, nomeadamente outras casas monásticas, ou particulares, cuja origem social pode ser diversa, mas que, para os testemunhos destacados, somente leigos nobres e homens livres ou pequenos proprietários parecem pelejar judicialmente com este cenóbio. Sistematizemos, então, os dados.

Tabela 7 – Natureza dos adversários do Mosteiro da Vacariça em disputas judiciais.

Tabela 7				
Tipo de Contendor	Instituições	Nobres/elites locais	Homens livres	Total
N.º Contendores	2	7	3	12

Como se pode observar na tabela, as disputas com privados constituem uma clara maioria nos envolvidos nas confrontações judiciais, tanto por parte de nobres, como os casos de Paio Soares, alcaide em voz de Henrique de Borgonha, que litigara a posse de uma herdade em Arazede com o abade Salomão da Vacariça³²³, ou de D. Cipriano³²⁴, como oficiais detentores de cargos públicos, como o caso do saião João Justes (*LP* 53), que reclamava que uma herdade em Monsarros detida pelo mosteiro era, na verdade, reguenga e que este não teria direitos sobre ela. Sobre esta, reuniu-se uma assembleia deliberativa presidida pelo alvazil Sesnando Davides e com a presença de “multorum filii bene natorum” onde o ascetério se fez representar por cinco pessoas, entre quais o abade Alvito e quatro presbíteros, que juraram sobre a legitimidade da posse daquela, que faziam recuar às doações de Lovegildo³²⁵ e, provavelmente, do abade Flório da Vacariça, em inícios e meados desse século. Tais argumentos teriam sido de tal forma convincentes que Sesnando lhes deliberou uma sentença favorável, confirmando a posse da herdade disputada. Quanto aos homens livres, cremos que se enquadrarão entre estes

³²³ Defendendo este que a instituição a tinha recebido do alvazil Sesnando Davides, que por sua vez já tinha deixado a *uilla* na íntegra à sua filha em 1087, vide *LP*, n.º 19/78 e 108, pp. 39/126 e 165-166.

³²⁴ Este documento não corresponde à mesma tipologia de documentação que temos vindo a trabalhar até agora, pois trata-se de uma missiva de Afonso VI para o conde Henrique de Borgonha, onde aquele diz que existia uma querela entre a Sé de Coimbra e um Dom Cipriano pela *uilla* de Gulpilhares, pois aquela dizia que lhe pertencia por via do Mosteiro da Vacariça e este dizia que o Imperador da Hispânia tinha-lhe concedido a unidade. Por sua vez, o monarca diz que, apesar de o dizerem, ele não se lembra de alguma vez ter concedido tal bem ao dito Dom Cipriano – “Et dicunt michi quia ego dedi illam ad domnum Ciprianum sed non venit michi in mente.” –, mas se era propriedade, *de facto*, do mosteiro, então não autorizaria a concessão. Porém, deixa a decisão nas mãos do seu genro, vide *LP*, n.º 133, pp. 204-205.

³²⁵ De facto, uma listagem de bens entre os rios Mondego e Vouga elaborada por este mosteiro no ano de 1064 menciona estes bens obtidos por via deste, como se pode ler na passagem: “(…); villa de Muzarros, cum sua ecclesia, que fuit de abbate Lovegildo, ab integro, per suis terminis; (…).”, vide *LP*, n.º 73, p. 121.

Alvito Alvites, Pedro Alvites e Nuno Pais, embora este episódio tenha decorrido já no século XII e com um envolvimento primordial do bispo e da sua catedral (LP 83).

Quanto às instituições, vemos que ambas são referentes ao Mosteiro de São Mamede e São Paio de Lorvão, quando estava à frente da sua comunidade o abade, e depois prior, Eusébio³²⁶. Garantidamente que os dois documentos correspondem a um mesmo processo de dimensões significativas, mas em fases e perspectivas diferentes do mesmo. Um diz respeito aos testemunhos que monges vacariçenses fizeram, garantindo que a sua instituição tinha adquirido por compra e não por doação determinados bens ao cenóbio laurbanense, além que a igreja de São Miguel de Recardães tinha sido doada várias décadas antes, em 1018 (LP 123), por um presbítero chamado Salāma (سلامة), situação ao qual já aludimos no primeiro ponto deste capítulo, não tendo, desta forma, os monges de Lorvão qualquer direito sobre ela (LP 89). Com os resultados das deliberações das autoridades da região – como Sesnando Davides, o juiz de Coimbra Paio Cartemires e outros detentores de cargos públicos –, encontramos o documento LP 119, cujo conteúdo é muito mais completo que o anterior e se debruçava sobre a disputa em torno da posse da igreja de São Miguel de Recardães e seus bens, junto com 119 passais na mesma *uilla* e casais no mesmo espaço, reivindicando-se ainda a posse de várias outras unidades com as dimensões expressas (16x16, 14x14 e 23x23 passais), mas dos quais não existiam sinais de garantida veracidade, pois os mesmos foram destruídos pela passagem e posse dos poderes islâmicos na zona (LP 119), demonstrando a desorganização do *habitat* que as incursões inimigas poderiam significar para as comunidades de fronteira, não raras vezes aproveitado por outros para as ocuparem³²⁷.

Mais que os preciosismos das discussões judiciais, há que destacar a confrontação entre instituições monásticas, e neste caso as maiores da região, com vicissitudes diversas que ditaram sortes distintas, ainda que a essência das mesmas, da sua vivência religiosa e usufruto patrimonial seja, indubitavelmente, equivalente, sujeitas à realidade da fronteira e do que tal acarreta. O facto de ambas estarem na mesma condição institucional valoriza as disputas, pois, como já frisámos anteriormente, os pleitos com leigos não eram propriamente os mais equitativos, dado o claro domínio da escrita que estas casas

³²⁶ O período tardio do processo face à ocorrência das transacções decorrerá da letargia a que o mosteiro laurbanense terá estado sujeito ao longo de parte significativa do século XI, podendo-se interpretar os afrontamentos entre este e a Vacariça como, talvez, uma tentativa daquele se impor, num ressurgimento que terá continuidade para o século XII e justificará um novo período de bastante fulgor, sob a égide do dito prior Eusébio.

³²⁷ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 241.

detinham face à quase totalidade daqueles, o que não se verifica, logicamente, neste episódio, onde as condições seriam presumivelmente similares para ambas as partes no que compete a esta vertente. A doação do cenóbio vacariçense por parte dos poderes seculares à Sé de Coimbra para sua disposição, não muito depois da restauração desta, certamente que nos poupou a um significativo manancial documental de confrontação entre dois colossos dominiais na região – além dos equivalentes por parte dos dependentes.

Num outro prisma destes processos, note-se que todas as decisões dos documentos considerados são tomadas pelas autoridades leigas e públicas, independente do seu lugar na hierarquia – como vimos, a resolução poderia passar desde os poderes locais, e daí não sair, ou chegar até ao próprio monarca –, o que significa a sua submissão do cenóbio aos poderes locais, de carácter público, e não por via das autoridades religiosas, como veremos mais à frente na relação de São Salvador e São Vicente com o território que o envolve e respectivas comunidades.

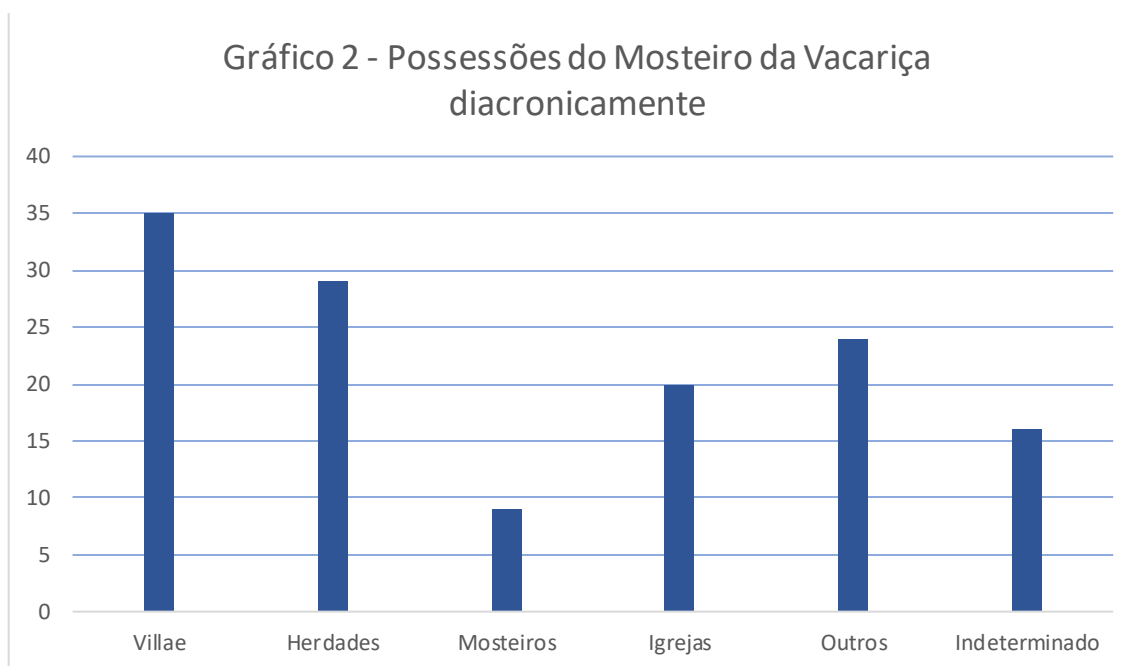
Termina-se, assim, desta forma, a aproximação aos mais variados processos pelos quais a instituição monástica engrandeceu o seu património ou, por outro lado, o confirmou.

2.2. A exploração do domínio

2.2.1. Considerações sobre a exploração do domínio

Entramos agora a um campo a que já não corresponde necessariamente os processos de formação e delimitação de um domínio, desde as aquisições, as compras-e-vendas, as permutas (para as quais não existe qualquer exemplar vacariçense) ou, ainda, com um carácter diferente das enunciadas anteriormente, os processos e conflitos judiciais, que, pelas razões enumeradas e por estratégias definidas na organização interna do trabalho, nos pareceu apropriado enquadrá-las num mesmo grupo. Mas, por outro lado, considerando todas estas informações e outras, que, por não se terem enquadrado, ficaram de fora dos sub-capítulos anteriores, procuraremos fazer a conexão, nos seus mais diversos matizes – e conscientes nas limitações de base que a parca documentação disponível nos inflige –, entre os diversos bens que a instituição possuía, a relação destes com o meio, os ritmos de expansão, a intersecção destas unidades com as dependências do cenóbio e, claro, a sua exploração, fosse directa ou indirecta.

Uma das bases iniciais para estas considerações é a projecção do domínio como um todo, de modo a permitir fazer, a partir deste passo, uma desconstrução do mesmo de acordo com as suas próprias características, desde à exploração, à conjugação desta com o espaço e respectivas vertentes sócio-políticas. Desta forma, tudo o que está sob a gestão directa de São Salvador e São Vicente, ou sob a de dependentes, que com este acordaram determinados contratos, e outras instituições monásticas da mesma “federação”³²⁸, terá de constituir um grupo fundamental da nossa observação. Sistematizemos, então, diacronicamente, o senhorio à sua disposição através da tipologia de bens imóveis apresentada na documentação.



Tal como sugerido pela maior forma de incorporação de património no domínio, as doações, tanto as *uillae* como as herdades são as mais comuns formas de património imóvel que o mosteiro enquadrará entre as suas possessões, constituindo, no seu conjunto, quase de metade das possessões isoladas ($\approx 48,1\%$).

Depois destas, as igrejas, que dá, somando aos mosteiros, quase três dezenas de bens imóveis de carácter religioso (29), correspondendo, em parte muito significativa, para a

³²⁸ A realidade pode ser, de certa forma, tão diversa, que nos pareceu mais operatório a distinção entre São Salvador e São Vicente e os demais principais cenóbios do conjunto que se veio a reunir debaixo da orientação da casa-mãe vacariense. O critério considerado relaciona-se com a distinção feita nos acordos entre o abade Tudeíldo e as demais congregações, onde se destacou os mosteiros da Vacariça, Leça e Anta, como veremos *infra* nos capítulos dedicados aos mosteiros dependentes e às pessoas que os compunham. Desta forma, foram tidos em conta as casas dependentes como parte das possessões da abadia da actual Mealhada, mas não o património adscrito às mesmas, que constituía o seu domínio.

totalidade dos direitos dos mesmos. Todavia, exceptuando alguns destes, a maioria não se sabe ao certo como é que se deu a sua inscrição entre as possessões do mosteiro, pois treze das vinte igrejas aparecem numa simples listagem de bens entre os rios Vouga e Mondego de 1064 (LP 73), sem qualquer contexto ou grandes pistas adicionais. Apenas uma diz que foi, outrora, propriedade de um abade Gaudio³²⁹, mas também falha na inexistência de conexões com a restante documentação que permitisse uma mínima reconstituição de um eventual processo de adscrição. Somente as igrejas de São Martinho de Aldoar ou São Miguel de Recardães oferecem uma continuidade satisfatória na documentação, desde a tomada de posse – ou até antes – a momentos posteriores³³⁰. Outras, como São Salvador de Coimbra, não se conhece a forma de inclusão, mas, por virtude da generosidade de alguns, é possível ter várias referências posteriores, inclusive de outras fontes e por relações com outras instituições, como é o caso de um escambo com o Mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade em data incerta – mas, certamente, vários anos depois da Vacariça ter deixado de alojar uma comunidade monástica –, como se pode ler no *Livro Santo*, o cartulário crúzio³³¹. Por sua vez, mesmo que de menos dimensão, os mosteiros representam, parece-nos, um conjunto de bens cuja reflexão documental não tem qualquer comparação com as anteriores, nomeadamente quanto à sua gestão, nos mais variados campos. Exemplos dessa mesma situação são as entregas dos mosteiros de Trezói ou Rocas de Sever do Vouga, as doações dos de Santo André do Sever do Vouga e do de Soure³³², além da relação mantida entre a Vacariça e os seus dependentes de Anta e, sobretudo, Leça (LP 160). Será, então, sobre este património, visível *infra* no mapa, que iremos trabalhar.

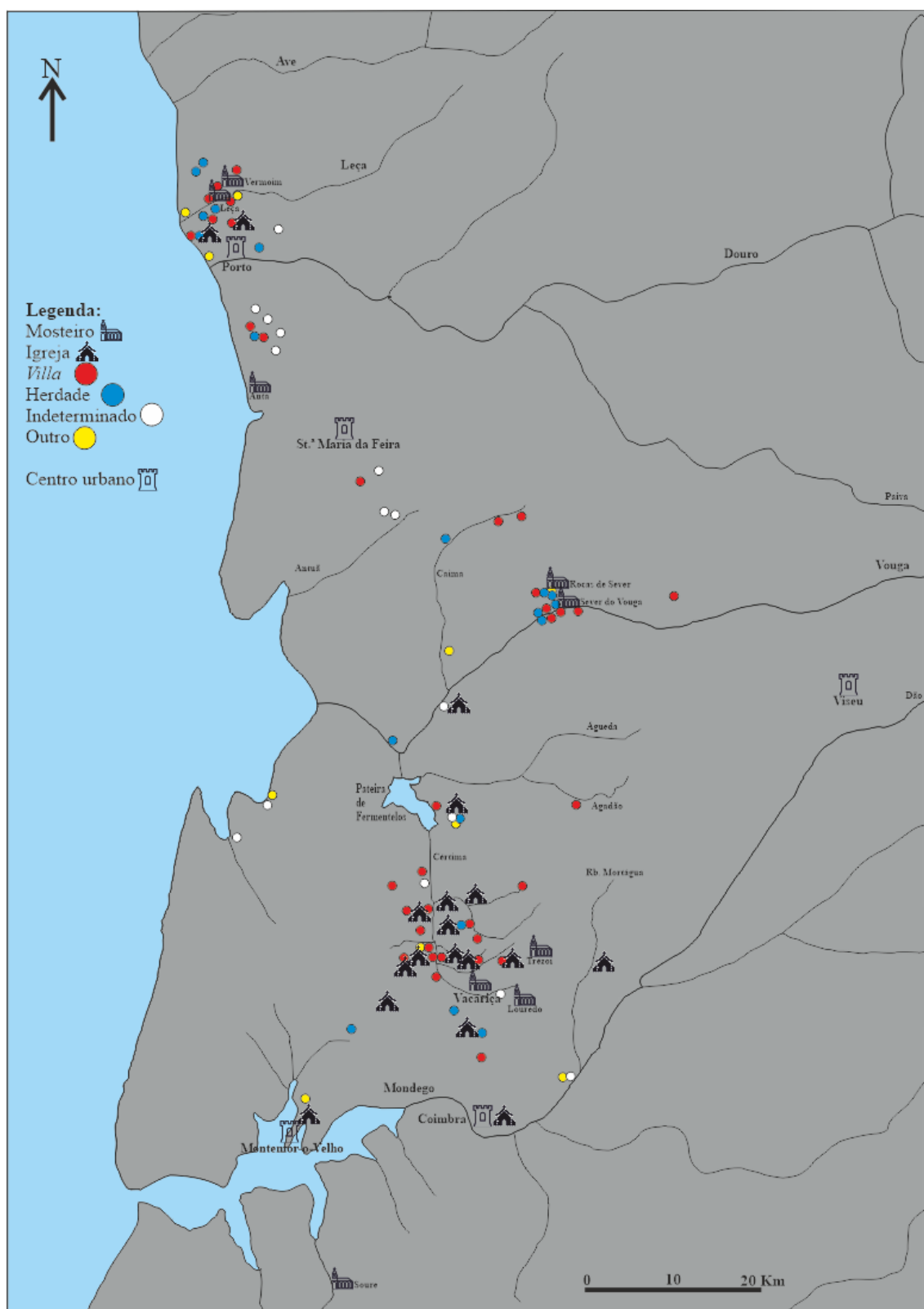
³²⁹ A Igreja de São Pedro de Tamengos, vide LP, n.º 73, p. 121.

³³⁰ Para São Martinho de Aldoar, vide LP, n.ºs 142(1021), 147([1027-1037]), 152(1044), 363(1041) e 526(944), pp. 220-221, 226-231, 244, 515-516 e 704-705. Para São Miguel de Recardães, vide LP, n.ºs 89(s.d.), 119([1087-1091]), 123(1018) e 130/132(1047), pp. 142-143, 181-182, 187-188 e 198-200/202-204.

³³¹ Vide LS, n.º 124, pp. 266-267. Os outros documentos, todos posteriores a 1064, são os LP 41, 174, 175 e 372, vide LP, n.ºs 41, 174, 175 e 372, pp. 71-72, 279-281 e 526.

³³² Vide LP, n.ºs 77, 145, 134 e 84, pp. 124-125, 224, 205-206 e 135-137, respectivamente

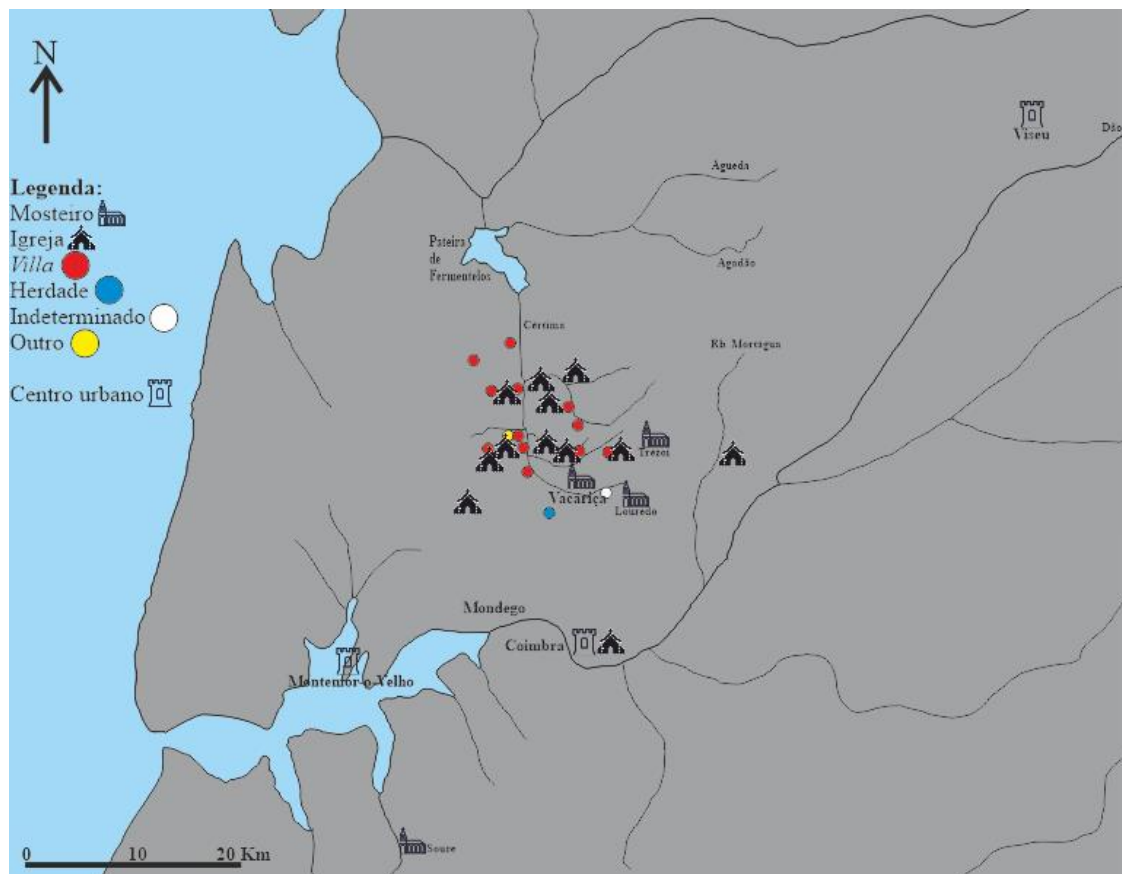
Mapa 4 – Mapa diacrónico das possessões detidas pelo Mosteiro da Vacariça



Tanto em número como na sua tipologia, os escassos testemunhos escritos não favorecem uma aproximação cognoscível à realidade da casa dedicada a São Salvador e

São Vicente. Desta forma, somente considerando o quadro maior desenhado com base nos vestígios documentais de muitas outras instituições, conjugando-se com a colocação de pequenas achegas referentes às vicissitudes próprias de cada. Só assim se poderá sequer pensar numa possível representação, mais ou menos fiel, para as realidades anteriores ao século XII e XIII nas nossas latitudes, dadas as condições a que o território estava sujeito³³³.

Mapa 5 – Mapa das possessões do Mosteiro da Vacariça entre os rios Mondego e Vouga de acordo com documento LP 73, datado de 1064



De um ponto de vista geográfico, não podemos deixar de notar a relação, para o Entre-Mondego-e-Vouga, entre os bens fundiários detidos pelo mosteiro e os cursos de água, assim como as vias viárias, nomeadamente a antiga estrada romana, no troço que ligava a cidade de Coimbra a Cale, conhecida também por “estrada mourisca” na documentação

³³³ Como escreve José Mattoso para o Norte de Portugal – a Sul do Douro deveria ser ainda menos indiferenciado neste ponto –, “Antes do fim do século XI, os senhorios monásticos parecem raros. Podem-se apenas documentar apenas os do mosteiro de Guimarães e os domínios pertencentes à diocese de Santiago de Compostela. (...)”, vide José Mattoso, “Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, p. 201.

coeva do período que aqui tratamos³³⁴, importantíssima na circulação de gentes, bens móveis e propagação cultural. Desta forma, para esta delimitação territorial, verificamos que o rio Cértima constitui, em conjunto com um maior aglomerado na envolvente mais imediata (no que actualmente é o concelho da Mealhada), indubitavelmente um eixo da expansão e da actividade económica das instituições monásticas, que logicamente adviria da disposição no espaço do *habitat* e estruturas de ordenamento, que em alguns casos recuava à Antiguidade Tardia³³⁵. Olhando para os mapas disponibilizados por Ruy de Azevedo e Maria Alegria Marques³³⁶, onde dispõem a distribuição do património do Mosteiro de Lorvão (ou locais referidos no seu cartulário), vê-se, igualmente, de forma clara, uma disposição quase coincidente, *grosso modo*, para a mesma área, quando se dava o povoamento e a organização espacial por virtude da integração no reino Astur-leonês, e o existente no século XI dominado pela Vacariça.

Assim, pela ausência de outras referências a outras unidades e povoações, apercebemo-nos que a expansão vacariciense ocorre claramente limitada a um restrito número de *uillae*, concentrada em torno do supramencionado curso de água. Como tal, o povoamento seria, certamente, muito reduzido, estando, muito provavelmente, parte significativa de toda a área localizada a ocidente deste rio por arrotear e povoar, algo que só ocorrerá, com base nas menções documentais, ao longo do século XI, sobretudo na segunda metade e, desta vez, associada à definitiva ocupação da região a Norte do Mondego, em 1064/456 – nos actuais concelhos de Cantanhede, Vagos ou Mira. Logicamente, a justificação passará pelas características da paisagem e do que esta poderia providenciar como *habitat*. Não será de estranhar que as presúrias a partir de finais do século IX tenham-se focado em preencher inicialmente os espaços mais férteis, de povoamento antigo e com populações pré-existentes que poderiam enquadrar-se nas estruturas de poder³³⁷, com os grandes senhores leigos e eclesiásticos (estes institucionais) a dominarem as circunscrições territoriais³³⁸, exercendo o poder público³³⁹. Neste caso, a elevada densidade de cursos de água, seria uma garantia mínima de actividades

³³⁴ Vide Aristides de Amorim Girão, *Bacia do Vouga. Estudo Geográfico*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922, p. 120. E cuja provável coincidência com o actual mapa de itinerários principais para o tráfego rodoviário não deixa de ser curiosa.

³³⁵ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, pp. 137-138.

³³⁶ Para o século X, vide Ruy de Azevedo, “O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *op. cit.*, p. 205 e, para o período entre 1086 e 1204, Maria Alegria Marques, “As primeiras freiras de Lorvão”, *Estudos sobre a Ordem de Cister...op. cit.*, p. 180.

³³⁷ Vide José Mattoso, “1096-1325”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 203.

³³⁸ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 243.

³³⁹ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 499.

económicas e o respectivo rendimento, sobretudo quando os terrenos barrentos da área seriam um obstáculo para muitas culturas³⁴⁰.

Junto com o rio Cértima, a densa disposição “radial” na bacia do Vouga dos cursos de água (sobretudo a Este daquele), com as variações de direcção e recortes permitiam o contacto com um elevado número de terrenos – como, de Sul para Norte, a Ribeira da Raposeira (um pouco a Sul do mosteiro), a Ribeira da Vacariça (que passa nesta mesma localidade), a Ria da Serra (descendo a Serra do Buçaco a algumas centenas de metros da Vacariça), o rio da Ponte, junto a Ventosa do Bairro, detida na íntegra pela abadia segundo o *LP* 73, ou o Rio da Serra (passando por Monsarros, Vila Nova de Monsarros e Anadia). Ainda que os afluentes do Cértima sejam de pequenas dimensões, estes supra-enunciados permitem um fácil acesso a recursos hídricos. Um pouco mais a Norte, junto a Oliveira do Bairro, formar-se-ia um pequeno leito de cheia daquele rio antes de desaguar na Pateira de Fermentelos, que teria dimensões muito mais significativas face à actualidade. Com efeito, ao que tudo indica, conectar-se-ia directamente com parte do que mais tarde se constituiria como a Ria de Aveiro, o que permitiria uma circulação muito mais facilitada nestes espaços tão importantes para os monges vacaricienses, assim como acesso a outro tipo de alimentação ou força motriz para os moinhos. É precisamente aqui que rios de maior caudal que os anteriores, como o Águeda ou até o Vouga convergem, vindos das terras altas em torno desta bacia hidrográfica, como desenvolvemos na introdução geográfica³⁴¹, onde se encontram importantes propriedades detidas por São Salvador e São Vicente como Recardães, Espinhel ou Morangal³⁴².

Fora deste espaço, destaca-se, mais a Norte, a zona de Sever do Vouga, um pólo patrimonial constituído, sobretudo, graças à obtenção dos bens fundiários dos mosteiros de Rocas e Santo André de Sever do Vouga, assim como outros de bens espalhados pela Terra de Santa Maria. Todavia, debruçar-nos-emos mais a fundo sobre o primeiro espaço enunciado.

³⁴⁰ Por virtude das características do solo na região existiu uma prevalência da vinha neste espaço – veja-se as páginas dedicadas às características geográficas na introdução a este trabalho –, sobretudo a partir do século XI, vide Maria Teresa Nobre Veloso, “Reconquista e fomento agrário na região da Bairrada (séculos IX-XII), segundo a documentação do *Livro Preto* da Sé de Coimbra: alguns aspectos”, *op. cit.*, p. 670.

³⁴¹ Vide pp. 24-25.

³⁴² Vide *LP*, n.ºs 73, 89, 118, 119, 123, 124, 130/132 e 129/161, pp. 121, 142-143, 180-182, 187-189, 198-200/202-204, com o primeiro corresponder a Morangal, os seis documentos seguintes a Recardães e o último a Espinhel.

Com esta extrema dispersão dos domínios monásticos, dadas estas características e a presumível inexistência de um poder senhorial consagrado pelo cenóbio, a fraca capacidade de os controlar reflecte-se, efectivamente, numa extrema necessidade de auxílio dos poderes públicos “laicos” a estas instituições, como transparece pela documentação, nomeadamente para sancionar os infractores de acordos entre os mosteiros e outros privados (nas *sanctiones*), o que parece também ser uma realidade para o cenóbio vacariense³⁴³. O facto de o nosso mosteiro ter tido uma existência curta e numa localização periférica constituirá, certamente, a razão pela qual nunca experienciou o estágio de concessão de cartas de couto³⁴⁴, pois estas imunidades são, para as regiões “portuguesas”, claramente mais comuns para meados de undecentos, sendo raras antes de 1120³⁴⁵.

Independentemente disto, a junção das punições das duas esferas (a espiritual e a temporal) estão constantemente presentes, na procura da protecção do domínio contra outros, fossem leigos ou eclesiásticos, fossem poderosos ou de um escalão social mais modesto, ocorrendo o mesmo face às infidelidades políticas, no outro lado do espectro, de acordo com as tradições hispânicas³⁴⁶. Desta forma, além da compensação à instituição prejudicada pela *calumnia*, com o pagamento do dobro, triplo, quádruplo ou até o sétuplo dos bens envolvidos por parte do infractor³⁴⁷ – que logicamente se reflectia no aumento de património³⁴⁸ –, assim como, claro, a punição espiritual, em forma de excomunhão e

³⁴³ Vide José Mattoso, “Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, p. 202 e idem, *Identificação de um País...op. cit.*, p. 681. Veja-se alguns exemplares documentais, entre outros, *LP*, n.ºs 53, 88, 91, 93/146, 108, 110, 127, 129/161, 130/132, 135, 136, 141, 144, 174, pp. 89-90, 141-142, 144-145, 146-147/225-226, 165-166, 168-169, 193-195, 196-197/261-162, 198-200/202-204, 207-208, 208-210, 219, 222-223 e 279-280, respectivamente.

³⁴⁴ Ainda que exista uma menção, na resolução de um processo judicial, onde se lê que o infractor deverá pagar quinhentos soldos “ad couto”, vide *LP*, n.º 53, p. 90. Todavia, esta referência em particular deverá aludir às “disposições legais” aplicadas, como a aplicação de multa, vide Joan Corominas, “Coto”, *Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana*, 3.ª edição, Madrid, Editorial Gredos, 1994, p. 176; idem e José A. Pascual, *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, Madrid, Editorial Gredos, 1980, pp. 226-227.

³⁴⁵ Vide José Mattoso, “Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, pp. 202-203 e idem, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 501.

³⁴⁶ “Los condes estaban unidos a los reyes por unos lazos de fidelidad que tenían una fuerte carga religiosa, de modo que su ruptura suponía tanto sanciones civiles como religiosas. La legislación visigoda castigaba la infidelidad con penas que iban desde las físicas y la confiscación de bienes, que pasaban in *regia postestate*, hasta la de excomunión. Estas confiscaciones afectarían a todos los bienes sin distinción. (...)”, vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 166.

³⁴⁷ Vide *LP*, n.ºs 53, 88, 91, 93/146, 108, 110, 127, 129/161, 130/132, 135, 136, 141, 144 e 174, pp. 90, 142, 144, 147/226, 166, 169, 194-195, 197/261, 199-200/203-204, 208, 210, 219, 223 e 279-280.

³⁴⁸ Caso de João Justes, que pagou o dobro da herdade em questão ao mosteiro pelo processo que lhes moveu, vide *LP*, n.º 53, p. 90.

a maldição³⁴⁹. Há também que destacar o envolvimento dos poderes públicos – desde o rei, conde, *tenens*, saião, maiorino ou juiz –, como supra-referido, que colectavam nestes processos a multa e o *iudicatum*, como as próprias cartas previam, usualmente em moeda³⁵⁰.

O grosso da exploração do domínio deveria ocorrer sobretudo indirectamente, com recurso a camponeses com algum grau de dependência, provavelmente sendo originalmente homens-livres herdeiros que se viram submetidos, por via da expansão senhorial, a esta realidade³⁵¹, como rendeiros. Tal não impede a existência de alguns vestígios dos *serui*, que se observam com alguma regularidade ao longo do século X, para os mais variados mosteiros que já mencionámos anteriormente – embora em declínio até rejuvenescer com os cativos muçulmanos mais tarde³⁵² –, incluindo o vizinho cenóbio lorvanense³⁵³, trabalhando na reserva ou noutros papéis³⁵⁴. Todavia, há que sublinhar que os testemunhos documentais para a abadia aqui estudada são muito poucos e assentam muito nas referências indirectas que pontualmente vão aparecendo noutras cartas³⁵⁵. Na mesma situação encontram-se as potenciais referências à exploração das reservas

³⁴⁹ Vide José Mattoso, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 501; idem, “Sanctio (875-1100)”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, pp. 240-241 e, para o nosso mosteiro, *LP*, n.ºs 53, 88, 91, 100, 108, 110, 127, 129/161, 130/132, 136, 141 e 174, pp. 90, 142, 144, 147/226, 166, 169, 194-195, 197/261, 199-200/203-204, 210, 219 e 280, entre outros.

³⁵⁰ O mesmo João Justes supra-referido teve de pagar dois talentos de ouro ao alvazil Sesnando no mesmo processo, vide *LP*, n.ºs 53, pp. 90. Sobre a inclusão na *sanctio*, vide José Mattoso, “Sanctio (875-1100)”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 249; H. de Gama Barros, *op. cit.*, t. II e VI, pp. 221 e 220-229, respectivamente, assim como os documentos enumerados na nota 347 da página anterior.

³⁵¹ Vide Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, pp. 56-60. Para o nosso mosteiro vê-se, no documento *LP* 119, num dos tais processos judiciais, que o mosteiro possuía na *uilla* de Recardães *loca* e casaís para habitar – “suos casales nominatos ad habitandum” –, “sicut eos comparaverant et adquisierant sui antecessores, qui fuerant priores ipsius cenobii.”, vide *LP*, n.º 119, p. 182. Um século antes, num inventário (a que já fizemos referência) de propriedades que Soeiro Sandines possuía na mesma *uilla*, vê-se o quão retalhada esta estava, com uma grande quantidade e diversidade de bens, desde *senras*, leiras, *agri* e, sobretudo, casaís, todos eles atribuídos a pessoas diferentes, que os explorariam, vide *LT*, n.º 30, pp. 637-641.

³⁵² Vide José Mattoso, *Identificação de um País...op. cit.*, pp. 288-289.

³⁵³ Por exemplo, já no século XI, para a região envolvente ao Mosteiro de São Salvadore de Leça – e, como tal, relacionada com o cenóbio vacariense –, vê-se que as filhas de Fernando Sandines – nomeadamente a nora do sobejamente mencionado Froila Gonçalves – ainda possuem *serui* ou estão, em meados da mesma centúria, a libertá-los, assim como Unisco Mendes, grande benfeitora de São Salvadore São Vicente, que liberta três filhas de Crescónio, um seu dependente, vide *LP*, n.ºs 196, 198, 201, 203, 362/511, 513 e 522, pp. 309, 313, 316, 319, 514/686, 688-689 e 699-700, respectivamente.

³⁵⁴ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 241.

³⁵⁵ Vide idem, *ibidem* pp. 236-237. Para os mosteiros galegos, vê-se que “Comprobamos, portanto, la gran escasez de prestaciones en trabajo documentadas y, consecuentemente, concluimos que esta opción de acercamiento a la explotación directa es ineficaz. (...). En los siglos X-XI parece poder rastrearse la existencia de determinados espacios que son explotados por grupos de siervos sobre los que luego abundaremos, bajo la dirección de un oficial monástico. Desde mediados del siglo XI, sin embargo, las fuentes documentales no nos permiten asseverar que se mantenga esta práctica, más que en muy contados casos. Ello que nos conduce a pensar que la explotación directa en esta segunda etapa, en caso de haberse dado, debió de tener poca importancia.”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 111.

monásticas, progressivamente cada vez mais em desuso para dar lugar às prestações em trabalho, ainda que a sua maior regularidade se localize já no século XIII³⁵⁶.

Além de uma presunção em relação à própria *uilla* onde se localizava e outros espaços envolventes³⁵⁷, um dos poucos elementos que sugerem a exploração directa por parte do mosteiro é a menção da transmissão de uma quintã enquadrada com a doação da *uilla* de Vila Nova de Monsarros por Froila Gonçalves em 1006 (*LP* 72)³⁵⁸ – “ipsa villa, cum sua quintana” –, a cerca de 3,5 km da sede. Ora, apesar de interrogações, nomeadamente de carácter cronológico em questões relacionadas com a sua origem ou as motivações que a desencadearam, esta “(...)”, significa o centro do domínio habitado pelo senhor.”, agregando, portanto, casa e uma porção de terra na sua envolvente como unidade íntegra e indissociáveis entre si³⁵⁹. Tendo passado na sua totalidade por doação ao cenóbio, será expectável que a sua exploração decorresse nas mesmas condições que teria durante o período que esteve sob a posse de senhores leigos, que, neste caso, eram da família condal coimbrã.

Quanto às prestações na reserva, as corveias “(...) laissent très peut de traces dans les documents précédant de la fin du XI^e, se généralisent pendant le XII^e, lorsque les domaines nobles et ecclésiastiques prennent l’aspect de seigneuries (honoraires)”. Desta forma, com uma terminologia pouco clara e uma inexistência de documentos que cubram esta situação, “Il est à peu près impossible de fixer la proportion exacte entre la réserve et les tenures, aussi bien dans les domaines laïcs que dans les monastères. (...)”, o que poderá até colocar em causa a existência de tal obrigação, pelo menos de forma sistematizada, no território actualmente português para a nossa cronologia³⁶⁰.

Os censos e outras exações devidas deveriam ser recebidos por funcionários ao serviço do mosteiro, como os *vicarii*, mordomos ou meirinhos, como se percebe sobretudo por outras instituições – todavia de maiores dimensões³⁶¹ –, ainda que as referências documentais mais comuns sejam sobretudo dos seus homólogos leigos, os encarregados de poderes públicos. Para a Vacariça, regista-se uma referência, na

³⁵⁶ Vide José Mattoso, *Identificação de um País...op. cit.*, p. 289.

³⁵⁷ Confirmada com a menção em colonos para os inícios do século XII, em bulas papais, como veremos mais à frente, vide *LP*, n.ºs 592/621, 593 e 594, pp. 796/834, 798 e 801.

³⁵⁸ Embora rara, a relação é visível para outros mosteiros, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 247-248.

³⁵⁹ Vide idem, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 78.

³⁶⁰ Vide idem, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 245-246 e 262.

³⁶¹ Para o caso de Celanova, vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 237.

confirmação de um acordo entre a Vacariça e a sua dependência de Leça, estando este funcionário ao serviço do primeiro, remetendo-lhes as rendas devidas colectadas no domínio do segundo, que se fixaria, neste caso, em metade dos rendimentos³⁶². Em latitudes mais setentrionais, na Galiza, os censos do século X apontam para uma generalização de $\frac{1}{4}$ do cereal e $\frac{1}{2}$ da vinha, enquanto “Los documentos del siglo XI nos muestran una tendencia a consolidarse los censos de la mitad de la cosecha tanto del cereal como de la vid. Teniendo en cuenta que poseemos un mayor número de documentos de este tipo, son muy pocos los que establecen entregas distintas a la especificada. (...)”³⁶³.

Sobre a realidade material do espaço e sua organização, as fontes escritas constituem-se como o elemento-chave na sua reconstituição³⁶⁴. Como fórmula diplomática muito comum a este período, são efectuadas nos documentos descrições genéricas e formulares das áreas destacadas, *per suos vicos terminos antiquos*, com menções a pomares, outras árvores, *terras ruptas vel irruptas*, vinhas, montes, moinhos, água (correntes ou não), entre outros. Contudo, poderia ficar a dúvida, para determinado bem fundiário, de facto, se tal se verifica ou se não estamos presentes perante uma fórmula usada, no seu grosso, indiscriminadamente, não reproduzindo fielmente as características existentes no local. Escreve André Evangelista Marques que:

“Mesmo se alguns estudos apontam para uma certa artificialidade, no plano lexical, dos componentes formulares dos textos notariais da Alta Idade Média, o que implica um esvaziamento do sentido jurídico original de algumas palavras, importa sublinhar que estes componentes formulares não foram objecto de uma transmissão cristalizada, tradicionalmente invocada para justificar uma quase absoluta perda de referencialidade, mas estiveram também sujeitos à normal evolução linguística. Os copistas não se limitaram a copiá-los mecanicamente de formulários antigos mas terão antes procurado adequá-los, no plano semântico e pragmático, às realidades que as fórmulas permitiam descrever – como acontece, uma vez mais, com as enumerações estereotipadas”³⁶⁵.

³⁶² Vide LP, n.º 160, p. 259 e José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 236.

³⁶³ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 236-237.

³⁶⁴ Vide André Evangelista Marques, *op. cit.*, p. 242.

³⁶⁵ “(...) não só as fórmulas herdadas da tradição notarial tardo-antiga foram evoluindo e modificando-se com o andar do tempo, como surgiram ao longo da Alta Idade Média (e sobretudo a partir do século XII, com a recuperação do direito romano) novos elementos no quadro das velhas fórmulas, tendentes a precisar o sentido das realidades assim descritas; e muito particularmente o conteúdo de uma multiplicidade de direitos sobre a terra que através delas os notários procuravam descrever de forma o mais abrangente possível.”, vide idem, *op. cit.*, pp. 359-366. Todavia, na obra de Andrade Cernadas por nós amplamente citada lê-se que “Es bien cierto que la documentación plenomedieval, especialmente la de los siglos XI y XII, presenta un claro automatismo en sus fórmulas diplomáticas, que puede hacer pensar en la inviabilidad de aprovechar esas tópicas menciones documentales en donde se recogen las partes que forman la dedicación agrícola de las tierras y, por tanto, sobre sus cultivos. Pero, precisamente, el carácter diplomático de estas matizaciones documentales nos pueden hacer dudar sobre su realidad histórica; es decir, si cuando el redactor de un diploma menciona los prata, pascua, montes, fontes, vineis, pomiferis, terras

De qualquer forma, vê-se na documentação para o nosso mosteiro outras descrições mais precisas, como a doação em testamento de Argemundo Sandines, que incluiu uma várzea com um pomar e vinha, e outra com as suas macieiras. Junta a estas um *ager* no monte de Rodrigo, uma casa com as suas plantações e um horto sob uma torre, igualmente com as suas plantações (LP 86). Junto com o LP 118 e seus quinhões, uma excepção face aos demais é o LP 109, que é, por ser uma demarcação de propriedades compradas a um casal em Sever do Vouga e Quintã, um dos documentos mais descritivos de todo universo documental sobrevivente da Vacariça. Assim, desta forma, podemos ler as mais variadas características e unidades constituintes deste conjunto patrimonial e seus termos, desde casais, casas, vales, pomares, *agri*, arroios, hortos, eiras, moinhos, etc.. Apercebemo-nos, entre outros, da partilha de uma *uilla* (entre outros) junto de uma Dona Matilde e com, provavelmente, o Mosteiro de Sever do Vouga – integrado na “federação” vacariciense – , algo natural considerando os modos de parte significativa das aquisições, dadas as características de transmissão e herança de propriedade, o que resultava na obtenção de parcela a parcela – e não em grande escala –, onde pouco a pouco, retalho a retalho, se poderia alcançar a totalidade da unidade.

Decisivamente agravada com o aparecimento de novas gerações e a consequente partilha de bens, esta partição do território não permitia o estabelecimento de grandes unidades territoriais, o que, por si mesmo, limitava a constituição de unidades de produção com este objectivo específico dentro do domínio. Desta forma, a clara maioria da exploração agrícola ocorreria indirectamente, como já fizemos questão de frisar. Os cereais seriam, logicamente, os produtos agrícolas mais desejados e que mereciam mais investimento tanto pelos monges, como pelos seus dependentes, desde o trigo³⁶⁶, centeio, cevada, aveia e, também, milho³⁶⁷. O registo com maior ou menor frequência dos *agri* ou

calvas...,etcétera, se supone que lo hace de manera mecânica e irreflexiva – al margen de la realidad física concreta que describe – o si, por el contrario, está señalando fielmente los elementos constituyentes de esa propiedad, aunque estos aparezcan sepultados bajo la apariencia de una fórmula diplomática. Creemos que esta segunda posibilidad es, con algunos matices, la que más se aproxima a la realidad. De hecho, es prácticamente imposible encontrar dos descripciones documentales de una propiedad agraria que sean idénticas. Esta situación refleja, a nuestro entender, una cierta capacidad de discriminación del escriba que nos acerca, por tanto, a la realidad material agraria.”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 131.

³⁶⁶ No LP 372, em que Aires Mendes e mulher doam em testamento ao Mosteiro da Vacariça a *uilla* de Marmeleira, que ascendia ao monte de trigo (*mons Tritici*), sendo a relação com este cereal óbvia. Jorge de Alarcão escreve que ou aí se faria o cultivo ou a moagem, certamente por moinhos de vento, vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 63.

³⁶⁷ Este último parece ter sido o mais comum para a região e diocese do Porto, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 263-264. Vide igualmente J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio...op. cit.*, p. 289. Tal, por sua vez, implicava a existência de moinhos, extremamente importantes na dinâmica

campi, leiras, *senras* e até várzeas³⁶⁸ serão, certamente, a evidência documental da plantação cerealífera para a região e possessões do mosteiro³⁶⁹. Outros objectivos agrários como unidades de produção seriam os hortos – com menções regulares nas descrições estereotipadas, mas para o qual temos um registo de doação, em 1047 e ao qual já aludimos em páginas anteriores, entre as doações de Argemundo Sandines –, destinados ao cultivo de legumes ou, até, arboricultura³⁷⁰. As árvores de fruto seriam, certamente, menos exigentes quanto a trabalhos a aplicar, polvilhando frequentemente as possessões³⁷¹, sendo detalhadamente descritas, não raras vezes, como pontos de referência e de divisão de propriedades, como também se observa para as videiras.

Estas últimas teriam uma quota importante na economia dominial³⁷², pois a cultura tornava-se cada vez mais comum na região, como já fizemos questão de frisar. O mesmo ocorreria com o sal – produto de um investimento algo frequente entre casas monásticas³⁷³ –, obtido nas parcelas das salinas detidas nas marinhas tanto da foz do Vouga, como do rio Leça, estando nesta última em associação com a sua dependência localizada nas

senhoria, da formação e consolidação de hierarquias, o que se reflectia na documentação, com abundantes referências sobretudo aos direitos de utilização – ou até disputas judiciais, visível para outra casa monástica da região, Lorrão –, vide *LP*, n.º 91, 93/146, 109, 120, 122, 128 e 130/132, pp. 144, 146/225, 167, 183, 186, 195 e 199/203. Para o caso sublinhado de Lorrão, veja-se a disputa dos moinhos de Forma e a densidade da mesma conforme a notícia existente no seu cartulário, vide *LT*, n.º 71, pp. 700-702.

³⁶⁸ Cujas características das unidades produtivas estão detalhadamente matizadas na obra de dissertação dedicada à diocese bracarense já citada, vide André Evangelista Marques, *op. cit.*, pp. 484-486, 488 e 509.

³⁶⁹ Para os *agri*: *LP* 86 e 109; para as leiras: *LP* 88, 109 e 130/132; para as *senras*: *LP* 109; para as várzeas: *LP* 86, 109, 128 e 142, vide *LP*, n.º 86, 88, 109, 128, 130/132 e 142, pp. 138, 141, 167 e 195. Contudo, o facto muitas destas possessões se encontrarem num espaço fronteiriço não favoreceria as culturas cerealíferas, dados os perigos constantes sobre os quais estes investimentos se encontravam, pois, como escreve Maria Teresa Nobre Veloso – ainda que para um espaço restrito do Entre-Mondego-e-Vouga –, “Esta insegurança, que os diplomas testemunham, condiciona a colonização do território em estudo. O desbravar dos campos é lento e moroso. A produção cerealífera quase não existe, com exclusão de Ançã, já no Campo, onde a referência a um moinho indicia a cultura de cereais. Nos outros lugares os documentos mencionam vagamente pastos, almuinhas, hortas e pomares, fontes águas, montes...”, vide Maria Teresa Nobre Veloso, “A região de Cantanhede segundo os documentos do *Livro Preto* da Sé de Coimbra”, *op. cit.*, p. 177.

³⁷⁰ Vide André Evangelista Marques, *op. cit.*, p. 497.

³⁷¹ Desde pomares, com macieiras, nespereiras, figueiras a castanheiros, em soutos, vide *LP*, n.º 72, 86, 91, 93/146, 109, 118, 120, 121, 122, 123, 128, 130/132 e 135, pp. 119, 138, 144, 146/225, 167, 180, 183, 185, 186, 187, 196, 199 e 207.

³⁷² Além das menções nas ditas menções formulares, tanto na casa-mãe, como dependentes, em que várias incluem as vinhas, há que destacar as doações destas, como é visível no *LP* 92, de 1078, quando Doneb doá à Vacariça duas parcelas de uma vinha em Algeara (hoje no presente concelho de Coimbra) ou o registo de posse de uma destas em Ventosa do Bairro, na sobejamente mencionada listagem de bens entre os rios Mondego e Vouga. Para as dependências, há como exemplo na doação de Aires Mendes e esposa a São Salvadore de Coimbra, com o objectivo de servirem para a redenção de cativos, vide *LP*, n.º 73, 92 e 372, pp. 121, 145 e 526.

³⁷³ “En este sentido, por sus características de elemento imprescindible de subsistencia, geográficamente muy localizado, la sal aparece, en seguida, como un “bien” concreto y definido, cuya posesión se disputarán los grupos de poder, que fácilmente controlan, por elle mismo, su producción.”, vide Reyna Pastor de Togneri *apud* J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio...op. cit.*, p. 282.

margens deste mesmo rio³⁷⁴. Este era, logicamente, um bem precioso, dado seu uso intensivo na preservação dos alimentos, nomeadamente o pescado (do mar ou do rio), fosse no transporte, fosse na conservação que antecedia o seu consumo.

Coincidindo com os trabalhos agrícolas, ter-se-ia garantidamente a presença de gado, que seria fundamental na economia da paisagem rural. Ao mesmo tempo, estes animais eram motivo de discórdias e disputas, derivadas das tendências expansionistas dos senhores e as confrontações por si suscitadas visando a obtenção de mais espaço para os mesmos, embora tal se tenha exponenciado tendencialmente em zonas de baixa densidade populacional e ermas, dadas as dificuldades em conjugá-las entre si³⁷⁵. Embora seja atribuído bastante peso ao gado na região, nomeadamente aos bovinos, tanto histórica como contemporaneamente³⁷⁶, a verdade é que, para o domínio da casa vacariçense tal não é, de todo, uma evidência no que compete à sua representação na documentação sobrevivente. Isto apesar de ser uma modalidade bastante comum para a Península Ibérica setentrional, nomeadamente nas regiões de Castela-a-Velha, Leão e La Rioja, o que é visível no domínio emilianense³⁷⁷. Talvez a menor presença no “eixo” central por nós delimitado em páginas anteriores, mais povoada e onde se centra parte significativa da documentação, seja uma explicação lógica, face às terras, vales e montes a leste (enquadrados na serra do Buçaco) que se constituiriam um espaço mais indicado, pois, apesar de constarem como propriedade da casa tratada – ou sob a sua influência mais directa –, pouco sabemos a respeito das mesmas, nomeadamente as *uillae* de *Stercada* e *Luso*, assim como sobre os mosteiros de Louredo e Trezói³⁷⁸. Além da “disputa” de

³⁷⁴ Em 1057 foram generosamente doadas em testamento por uma família de quatro ao Mosteiro da Vacariça 51 salinas em Esgueira (c. Aveiro) e na foz do rio Leça, inseridas no processo de doação dos mosteiros de Leça e Vermoim ao cenóbio vacariçense por parte de Unisco Mendes, além de outras compradas. Estas foram concedidas em 1045 pelo abade Tudeíldo, ao que tudo indica, à Vacariça para que as controlasse directamente, no processo do pacto efectuado entre o abade e os monges das várias casas monásticas sob o seu domínio. Mesmo enquanto pagamento pode-se encontrar em transacções na *uilla* de Custóias, como quando Froila e esposa venderam os seus bens nesta *uilla* a Ederónio Alvites e mulher por uma vaca preta, quatro moios de milho e quatro moios de sal, vide *LP*, n.ºs 110, 138/150 e 523, pp. 168-169, 214/241-242 e 700-701.

³⁷⁵ Vide Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, pp. 83-97 e J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio...op. cit.*, pp. 260-261.

³⁷⁶ Nomeadamente pelo topónimo em que se localiza o nosso mosteiro, cuja etimologia é usualmente atribuída a uma suposta grande quantidade destes animais, vide “Vacariça”, *Grande Enciclopédia...op. cit.*, p. 652; e pelo peso desta espécie na pecuária na contemporaneidade, vide Aristides de Amorim Girão, *op. cit.*, pp. 142-143. Sobre isto, veja-se a p. 80, no capítulo 1.

³⁷⁷ Vide Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, p. 83 e J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio...op. cit.*, pp. 261-271.

³⁷⁸ Vide *LP*, n.º 73, p. 121. Seria comum nos territórios detidos pelas suas possessões monásticas na zona de Sever do Vouga, dos seus dois dependentes de São Paio das Rocas de Sever e Santo André, pois quando Mendo Luz expulsou Froila Gonçalves destes territórios, além das terras, apreendeu todo o seu gado, “(...)”,

espaço que ocorreria entre pessoas e gado, que remeteria estes para o *saltus*, a própria proximidade face à fronteira também colocaria um conjunto de problemas ao desenvolvimento da actividade, dadas as prováveis facilidades de se conseguir capturar os mais variados animais, o que poderia ser desencorajador para potenciais proprietários, por si só, a que se somaria, certamente, algum alheamento das autoridades leonesas, dado o isolamento face a posições destas. Desta forma, não seria de estranhar que as animálias ficassem remetidas a zonas ermas, longe dos espaços mais populosos e circulados, tendencialmente menos fustigados pelas ofensivas inimigas e que serviriam de refúgio nestes momentos de sobressalto.

Não podemos deixar de notar algumas menções a gado nas cartas conservadas pelo mosteiro, que o usa como forma de pagamento (em géneros) de uma transacção³⁷⁹, mais comum para os espaços a Norte que no Sul³⁸⁰, onde a disponibilidade monetária favorecia outro formato de troca. Outra situação decorre da oferta ao doador com algum bem por parte do receptor, onde o gado foi uma escolha frequente, nomeadamente por esta instituição, como se vê numa doação de uma herdade a Leça, tendo o abade Tudeíldo da Vacariça oferecido uma vaca prenha como agradecimento³⁸¹.

Por último, destacamos o importante papel das igrejas, tanto no seu carácter de elemento organizador do território que as envolvia³⁸², assim como, claro, o local onde se cumpriam os preceitos religiosos expectáveis, como a cura das almas, recolha de rendimentos devidos e a formação e posterior consolidação territorial de uma rede

et presit omnem suum ganatum, simul et omnes suas scripturas que erant de ipso monasterio;”, vide *LP*, n.º 134, p. 206.

³⁷⁹ O *LP* 127 é um exemplo claro, pois apresenta a forma de obtenção de vários bens por Sendamiro Luz na Terra de Santa Maria, posteriormente doados à Vacariça, onde o pagamento é feito através de uma mula, três éguas, um cavalo castrado, vacas e um boi, além da inclusão de moios e soldos. Outro é o *LP* 522, o testamento de um antigo servo de Osoredo Trutesendes – os seus filhos são descritos como *mancipus proprius* deste –, benfeitor do mosteiro vacariçense, que enquadrada na fórmula estereotipada de descrição dos bens “bovos, vaccas, ovelias, capras”, entre outros vários exemplos, vide *LP*, n.ºs 127, 155, 200, 212, 368, 513, 522, 523 e 527, pp. 194, 250, 315, 329, 522, 689, 700, 701 e 706.

³⁸⁰ Mesmo na descrição documental, somente nas latitudes mais elevadas se vê, para a nossa documentação, junto a uma descrição dita estereotipada, uma passagem como no *LP* 147, “(...) equus, mulus, equas, boves, vacas, peccora minuta vel premiscua, (...)”, vide *LP*, n.º 147, p. 230.

³⁸¹ Um outro exemplo é a égua dada por Froila Gonçalves ao diácono Sandino pela profiliação, o que envolvia o Mosteiro de Santo André de Sever, vide *LP*, n.ºs 135 e 190, pp. 208 e 302.

³⁸² Seria a própria *de facto* centro administrativo de forma indiscriminada de todos os bens detidos pela casa-mãe na sua área, mesmo que não dependessem directamente de si *de iure* “(...)”, al frente de la cual puede encontrarse un monje, un sacerdote secular que se ha entregado con sus posesiones al gran monasterio, que lo conserva en su puesto de rector de aquella dependencia, o un laico que, na tural del núcleo afectado por una donación a San Millán, es promovido por la comunidad riojana – cualquiera que sea su extracción social – al grado de administrador de esa parte del dominio.”, vide J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio... op. cit.*, p. 211.

paroquial – problema sobre o qual estamos longe de querer debruçar-nos³⁸³. A integração destas e de mosteiros dependentes – sobre os quais nos debruçaremos no capítulo que se segue – pressupõe-se que tenha ocorrido na sua totalidade por benfeitoria – o uso do conjuntivo decorre do desconhecimento da origem e forma de obtenção de muitas destas, que talvez possam ser de fundação própria –, nomeadamente de famílias e comunidades leigas que as deteriam como donos, patronos ou familiares. A política agressiva de aquisição destas por parte de mosteiros mais organizados e rigorosos na observação de preceitos de regras monásticas, que se manifesta nitidamente em alguns casos do Ocidente peninsular³⁸⁴, sobretudo para o século XI, também deverá ter tido a sua continuidade para este espaço, como veremos mais à frente.

Como apresentámos em forma de gráfico no início deste sub-capítulo dedicado à exploração do domínio, é possível identificar vinte igrejas e nove mosteiros dependentes de São Salvador e São Vicente. Mais uma vez, este número é consideravelmente mais modesto que de outras casas monásticas do Ocidente peninsular. Segundo Andrade Cernadas, ao Mosteiro de Samos pode-se atribuir 80 igrejas sob sua dependência, ao passo que Celanova controla um número muito mais modesto, mas quase o dobro que a Vacariça (36)³⁸⁵.

Quanto à disposição geográfica destas igrejas, nota-se uma clara concentração no Entre-Mondego-e-Vouga, onde as excepções são somente as de São Mamede de Moalde e São Martinho de Aldoar, no actual concelho de Matosinhos. Deslocados da bacia do Vouga, consegue-se somente identificar outras três, Santa Cristina de Mortágua, Santa Eufémia de Montemor-e-Velho e, por último, São Salvador, na cidade de Coimbra, uma excepção, por se tratar da única envolta num meio urbano. Esta facilidade de irradiação não seria alheia, certamente, a uma inexistência de poder religioso capaz de disputá-lo com esta instituição, uma vez que, como é sobejamente conhecido, somente no último quartel do século XI é que um bispo garantiu definitivamente o sólio episcopal na sede conimbricense. Vê-se, assim, que quase 75% (73,7%) destes templos se encontravam na área hidrográfica do Vouga, na porção a Sul da sua margem esquerda.

³⁸³ Sobre este tema, vide José Mattoso, “A história das paróquias em Portugal”, *Portugal Medieval...op. cit.*, pp. 37-56; idem, *Identificação de um Paísop. cit.*, pp. 322-324 e J.A. García de Cortázar, *Historia Rural...op. cit.*, pp. 134-136.

³⁸⁴ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 198-199 e José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 338-342.

³⁸⁵ Vide idem, *ibidem*, pp. 201 e 203.

Como supramencionado, estas detêm bens próprios, como se lê nas mais diversas passagens que mencionam com “cum adjectionibus suis”, fossem os *dextros*, materiais litúrgicos, fossem outras eventuais propriedades que estivessem em seu nome. Em honra do orago São Miguel, o presbitério localizado na *uilla* de Recardães está relativamente bem documentado – o mais mencionado para a região do conjunto que pertencia ao mosteiro –, podendo-se inferir algumas características que se presumem típicas, como os ditos *dextros* (o espaço em torno do templo que lhe é adscrito)³⁸⁶, materiais litúrgicos³⁸⁷ e direitos de posseção privados³⁸⁸, fossem de religiosos ou leigos. Com efeito, na sua dissertação de mestrado³⁸⁹, Gonçalo Matos Ramos debruça-se sobre esta e procura delimitar espacialmente, dadas as informações presentes na documentação, os limites dominiais a partir da igreja, calculando uma área do círculo formada de 111 m², de acordo com os requerimentos mínimos exigidos pela lei canónica, como se lê no LP 123.

Explorámos, então, desta forma e na medida do possível e perante as limitações apresentadas, diversos aspectos sobre a dispersão e exploração do domínio por parte de São Salvador e São Vicente da Vacariça passíveis de serem extraídas da documentação sobre a qual trabalhamos. Contudo, pela natureza de um conjunto restrito de cartas, acreditamos que a divisão se justifica, contrastando a exploração directa e observações genéricas com a exploração indirecta observável. Exploremos, então, na medida do possível, esta e a forma como esta se manifesta na instituição mealhadense.

2.2.2. Os empraçamentos e outros contratos

Como supra-referido, decidiu-se isolar este conjunto documental. Identificámos oito documentos que corresponderão a algum tipo de contrato entre o mosteiro e outra parte, fosse leigo ou eclesiástico, individual ou colectivo, entre os quais as suas dependências institucionais. Todavia, para o actual território português, há que destacar que são poucos os contratos rurais anteriores a 1200, mas que “(...) parecem apontar para rendas menos

³⁸⁶ “(...) et LXXX.^a III.^{or} passales, in toto circuitu ipsius ecclesie, (...)” e “(...), cum omnes suos dextros, quod sunt, in omni giro, LXXX.^a IIII.^{or}, sicut setentia canonica docet.”, vide LP, n.ºs 119 e 123, pp. 182 e 187.

³⁸⁷ “(...), et ganavi libros ecclesiasticos, calices argenteos, cruces, vestimenta ecclesiastica, sirica atque linea. (...)”, vide LP, n.ºs 123, pp. 187.

³⁸⁸ Além do presbítero Salãma, “quod hereditavi et edificavi basilicam Sancti Michaelis”, ou das disputas com o Mosteiro de Lorvão sobre a mesma – a que já aludimos –, há também referência a direitos sobre esta de Recemundo Maureles, transmitidos à Vacariça, que foram do presbítero Ildura e herdade de Tanioi, vide LP, n.ºs 123 e 130/132, pp. 187 e 199/203.

³⁸⁹ Vide Gonçalo Matos Ramos, *Paradigmas de Liminaridade ...op. cit.*, vol. I, pp. 113-114.

pesadas, mas esta diferença pode resultar quer de os cultivadores serem, à partida, homens livres, quer de viverem em áreas menos férteis. (...).³⁹⁰ Por sua vez, estes têm, não raras vezes, disposições pouco claras, pois “Convirá recordar que os contratos agrários da Idade Média portuguesa anteriores às influências romanísticas se configuram como um conjunto de negócios inominados e sem contornos rigorosos. (...).³⁹¹ Além disso, ter-se-á de adicionar o eventual peso da oralidade contractual, impossível de se conhecer com precisão, mas com um provável vigor significativo³⁹².

Considerando que uma localização geográfica distante seria, tendencialmente, um incentivo à exploração indirecta e, como consequência, à elaboração de contratos com outros³⁹³, não se vê, na nossa documentação, uma supremacia de uma região face às demais. Na verdade, apenas três documentos estão dirigidos para as porções mais nortenhas, entre Leça e Anta, dois para a zona de Sever do Vouga, um em Trezói, outro para Montemor-o-Velho e um *sine loco* identificável, pois a única referência que faz à unidade fundiária em questão é que fora, outrora, propriedade de um mestre Gatão³⁹⁴.

³⁹⁰ Vide José Mattoso, “1096-1325”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 199. O mesmo autor escreve, num artigo dedicado aos senhorios monásticos já citado por nós, que “Parece concluir-se daí que os monges beneditinos do Norte de Portugal não parece terem utilizado o poder senhorial que lhes fora concedido pelo rei durante o século XII, para explorarem mais eficazmente os seus domínios e se adaptarem a uma economia de produção. (...). Em qualquer das hipóteses não parece ter havido grandes transformações da estrutura dominial: os hábitos de exploração predominantemente indirecta, de que se encontram bastantes indícios nos séculos XI e XII, devem ter-se mantido. Não parece que os monges tivessem utilizado o poder senhorial para exercerem um papel directivo na economia rural das regiões em que viviam. (...)”, vide idem, “Senhorios monásticos do Norte de Portugal nos séculos XI a XIII”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, p. 208.

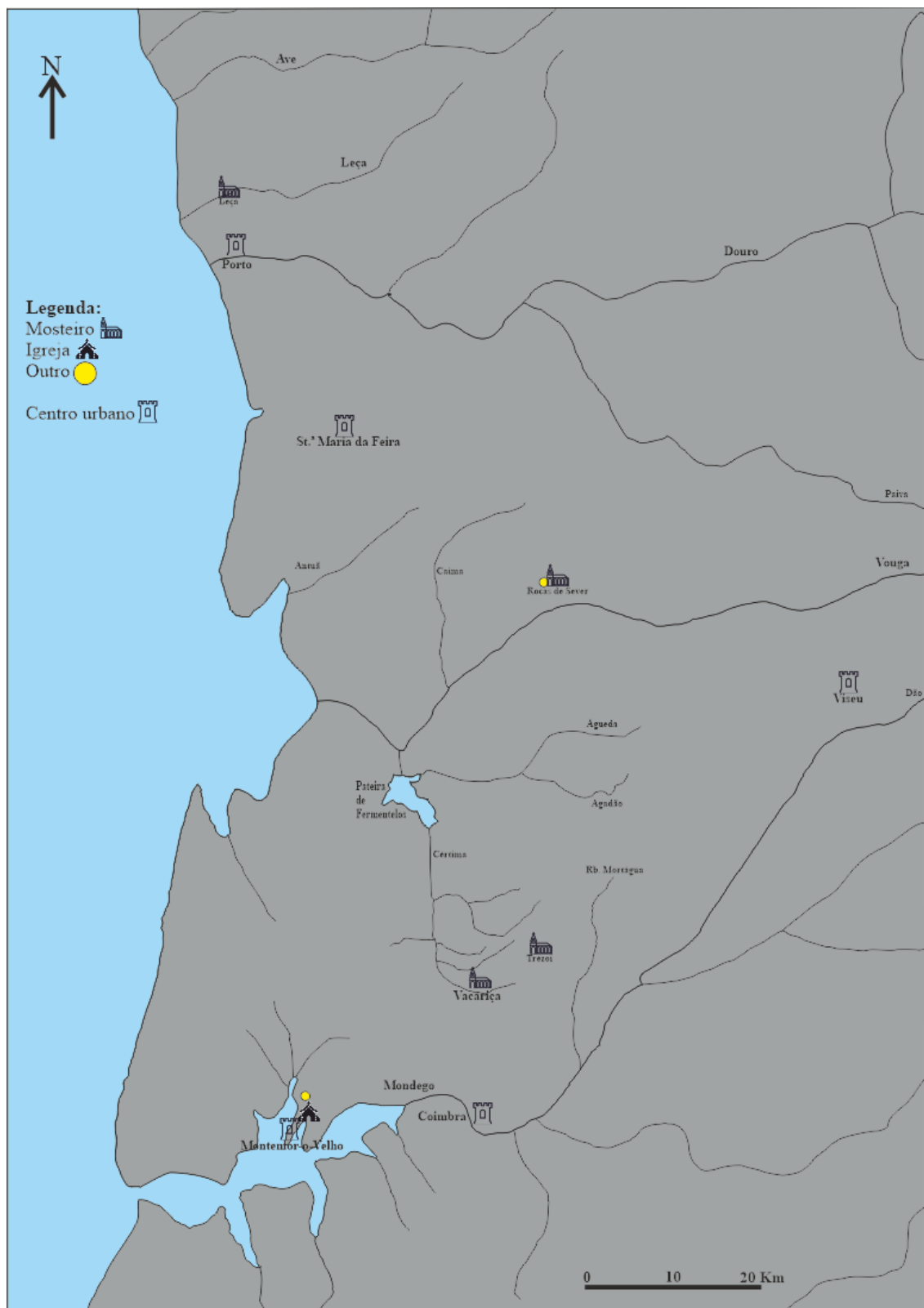
³⁹¹ E “(...) A formação desses negócios ocorreu, como verificámos, de modo espontâneo, pouco a pouco, realizada pelas exigências práticas e não em resultado de prévios conceitos ou modelos definidos pelo legislador. (...)”, vide Mário Júlio de Almeida Costa, *Os Contratos Agrários e a Vida Económica em Portugal na Idade Média*, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1981, separata de *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LV, p. 5.

³⁹² Vide M.L. Ríos Rodriguez *apud* J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, p. 110.

³⁹³ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 344.

³⁹⁴ Contudo, talvez se identifique com a *uilla* de Gatões, actualmente no concelho de Montemor-o-Velho, junto ao castro de Santa Eulália (ou Olaia, nos tempos que decorrem), de acordo com um mapa em apêndice na monumental obra da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho, em que a coloca como fundada no século XI, vide Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média*, 2ª Edição, Coimbra, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, vol. II, p. 961. Isto apesar de existir efectivamente uma possessão entre os bens fundiários da “federação” vacariense com o mesmo nome (em Guifões, c. Matosinhos), embora estive sob a dependência do Mosteiro de Leça, pois a este fora doada em inícios da década de trinta quando estava aí deslocado o abade Tudeíldo. Ainda que tal não fosse impeditivo de uma intervenção da casa-mãe, como outros casos o comprovam, tal parece-nos improvável, pois a forma como se procede a referência ao antigo detentor parece sugerir que a obtenção da propriedade fora próxima temporalmente, o que coincidiria com uma fundação também ela recente, ao invés de uma realidade transcrita tantas décadas após o desenrolar da mesma, tendo necessariamente passado por outras mãos entretanto, dado que foi uma Cristina que a legou.

Mapa 6 – Mapa de empraçamentos e outros contratos do Mosteiro da Vacariça



De todos estes, somente um (LP 104) parece enquadrar-se entre uma categoria, mesmo que algo abstracta, de contratos agrários dirigido a famílias. Todos os demais serão

colectivos ou incidindo sobre a gestão eclesiástica do domínio. Naquela carta, em 1084, Alvito e a sua mulher Composita emprazam um casal, “quod edificemus illum et plantemus”, do mosteiro em honra de São Salvador e São Vicente, o tal que pertencera ao dito mestre supramencionado. Deveriam fazê-lo “pro vestra parte et de vestros fratres”, comprometendo-se a não o retirar do domínio dos monges, pois “habeamus illum vobiscum” com os frades que habitam o mosteiro. Se não cumprissem, teriam de lhes pagar uma compensação que constituísse o dobro do valor do objecto em causa, além de cem soldos.

Em 1098, portanto já depois da doação do cenóbio à sede diocesana, Aires Dias, Paio Dias, Bermudo ‘ibn Ildras e Froila Eanes fazem uma petição ao bispo Crescónio de Coimbra “pro edificare et populare sive et plantare” o Mosteiro de Trezói, presumivelmente abandonado, a que este encaminha para Salomão, o prior daquela instituição ascética, para obter a sua anuência, que lhes é concedida a troco da oitava parte para a Vacariça de tudo que fosse explorado por aqueles homens naquela casa, como censo, além das “decimas et primicias, de quanto fructu in ipso loco laboraverimus sive in nostris hereditatibus habuerimus.”. Junto com a obrigação de pagarem a dízima e primícias, não poderiam transmitir os seus direitos a outrem ou submeterem-se a outro *senior*. O não cumprimento implicaria o pagamento de cem soldos, fosse ao mosteiro, fosse a quem o detivesse, além de outro tanto *ad seniore[m] patrie* (LP 77).

Anteriores a esta, envolvendo igualmente outras dependências, há que destacar as concessões do Mosteiro de Rocas de Sever do Vouga e a Igreja de Santa Eufémia, em Montemor-o-Velho. Grafada aquela no LP 145, um *placitum* de 1034, os presbíteros Froila e Bermudo comprometem-se a habitar o mosteiro sob a autoridade do abade a frades vacaricienses, “(...) in veritate permaneamus in vestra fraternitate, post vestra parte et de fratribus de Vaccariza.”, ficando definido que se alguma das partes romper o acordo unilateralmente, então terá de desembolsar à outra 100 soldos, permanecendo sempre a dependência monástica nas mãos da casa-mãe³⁹⁵. Na segunda metade do século XI, como depreendemos pela menção de Alvito como abade, este e alguns seus frades (João, Cristóvão, Face Boa e Tudeíldo) entregaram ao frade Atão a igreja supramencionada, de

³⁹⁵ Parece também ficar acordado que pagamentos seriam efectuados no dia de São João Baptista (24 de junho), possivelmente colectados por Teoderedo Eitaz, vide a seguinte passagem nas subscrições: “Toderedo Eitaz scientiam facimus pro ad diem Sancti Jhoannis adimpleamus placitum”. Num outro âmbito, nove anos antes, já os presbíteros Gutierre e Bermudo – este último provavelmente o mesmo – tinham feito um acordo com o abade Tudeíldo da Vacariça no que diz respeito a uma casa na mesma localização, ficando acordado um préstamo de metade da mesma, vide LP, n.º 359, pp. 511-512.

modo a que este a recupere, devendo mantê-la para o resto da sua vida (LP 334). Pressupõe-se que estejamos perante um caso de colocação de alguém proximalmente relacionado ao cenóbio em igrejas suas dependentes, para que as gerissem e às demais possessões detidas na mesma zona, como indicado algumas páginas antes por virtude de uma citação a García de Cortázar³⁹⁶.

Por último, neste sub-capítulo, queremos debruçar-nos sobre a complantação e a *incommuniatio* – ou incomuniação –, um fenómeno característico do Ocidente da Península Ibérica³⁹⁷.

Aquele modelo implica a concessão de uma terra por parte de um proprietário a outrem, que depois a cultivava, usualmente com videiras e, depois de um prazo estabelecido, o cultivador ficava com a obrigação de partilhar os frutos e, usualmente, com plenos direitos sobre metade do terreno que inicialmente lhe tinha sido concedido, presumivelmente de forma perpétua e hereditária, ainda que o senhor possuísse um direito de preferência sobre essa parcela³⁹⁸. Esta fórmula tornava-se particularmente atractiva quando existiam dificuldades na fixação populacional, o que implicava a disposição de um modelo mais generoso para atrair novas gentes. Para a nossa documentação, identificámos somente um exemplar, o LP 131, apesar de este divergir em alguns pontos e condições enunciadas³⁹⁹. O prior Salomão da Vacariça faz o dicto contrato *placitum plantationis* com quatro homens (Gonçalo Barones, Diogo Barones, Froila Quadiles e Guizoi Atanes) “(...) ad plantandum de vineis; per talem conventionem ut quantum plantaverimus in ipsas terras de Leza cenobio, demus inde terciam partem de ejus fructu, (...)”. Como vemos, somente um terço do fruto da produção será entregue aos senhores, não podendo também usufruir mais que o mesmo valor na posse plena da terra, pois “(...) non habeamus inde licentia vendendi au testandi, nisi de sola tercia de ipsas vineas;”. Após o óbito destes, as terras trabalhadas deveriam retornar ao mosteiro sob forma de doação, como se lê na seguinte passagem: “Post obitum vero nostrum, integram ad hoc cenobium, pro animabus nostris deserviat (...)”⁴⁰⁰.

³⁹⁶ Vide p. 131, nota 382.

³⁹⁷ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, 1992, p. 228.

³⁹⁸ Vide Mário Júlio de Almeida Costa, *A Complantação no Direito Português. Notas para o seu Estudo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1958, separata de *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXXIV, pp. 13-14.

³⁹⁹ Contudo, estas condições não se verificavam sempre, fosse na quantidade de terreno concedido, seja nas plantas escolhidas, embora fossem garantidamente duradoras, vide idem, *ibidem*, p. 16.

⁴⁰⁰ Vide LP, n.º 131, pp. 200-201. Sobre este documento, também se debruçou Gama Barros, vide H. de Gama Barros, *op. cit.*, tomo VII, p. 135.

Já a *incommuniatio*, por sua vez, corresponde à concessão de parte dos bens possuídos por um autor, usualmente camponeses, a outrem, tendencialmente poderosos, ou seja, uma outra forma de encomendação a um senhor. Entre as razões para tal decisão poderiam estar as dívidas, o pagamento de determinada condenação por algum delito ou a procura de protecção. Esta era, então, mais uma forma pelas quais os senhores, leigos ou eclesiásticos, conseguiam estender os seus “tentáculos” aos pequenos proprietários que ainda não estariam sob a sua dependência⁴⁰¹. Tal é passível de observar-se, para o nosso mosteiro, na doação de Unisco Mendes dos mosteiros de Leça e Vermoim, junto com as suas possessões. Lê-se, entre os bens consignados, as “incommuniations de Gundisalvo Munionis” (LP 147), que seria um dependente desta nobre e de seu filho, Osoredo Trutesendes. As demais ocorrências deste modelo de transmissão de propriedade também ocorrem em latitudes mais setentrionais – ambas na *uilla* de Sevilhães (c. Gondomar) e em documentos separados somente por um ano – e, apesar de não enquadrarem directamente o cenóbio trabalhado, referem-se a senhores com o qual detinha relações de grande proximidade, como o sobejamente conhecido Froila Gonçalves e a mesma Unisco, antes de enviuar de Trutesendo Osoredes, num espaço que décadas mais tarde lhe pertenceria e que, presumivelmente, ainda se manifestaria em descendentes dos incomuniados. O filho de Gonçalo Moniz doa a Leoderigo e mulher o que herdara nesta *uilla*, incluindo metade da herdade de Gosendo e Eio, que a tinham incomuniado a Dona Sarracina, a avó daquele (LP 517). Um ano mais tarde, em 995, é a vez de Sunila e a mulher Gudilo fazerem uma carta de incomunição de uma herdade aos ditos nobres do Entre-Douro-e-Ave, resultado de uma dívida que aqueles tinham por saldar a estes. Contudo, pelo contrato, receberam um colar, uma vaca e um *quinale de sizera* (LP 200).

Vimos, desta forma, alguns elementos sobre os contratos e a exploração indirecta no universo que gravitava em torno do ascetério vacariciense, apesar de os dados apresentados serem muito fragmentários e pouco acrescentarem. Sobre a obtenção de rendimentos, possivelmente deficitária, o carácter indiferenciado da exploração do domínio assim o promoveria, pois, “Probablement, dès qu’ils obtiennent le nécessaire pour assurer les pitances et le renouvellement périodique des habits, [aos monges] peu

⁴⁰¹ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 228-234 e H. de Gama Barros, *op. cit.*, tomo VI, p. 349.

leur importe de tirer de la terre tout ce qu'elle peut donner. Ils contribuent malgré tout à stimuler la vie économique, (...).”⁴⁰².

2.2.3. A evolução dominial

Vejamos, então, no presente capítulo, a evolução de porções do domínio vacariense, desde o período anterior à passagem de determinado bem fundiário à instituição, até aos destinos dados após a sua transferência para a esfera diocesana e a sua dissolução.

Como já frisámos anteriormente, existe uma sobreposição parcial entre possessões laurbanenses do século X e vacarienses do XI, o que até motivou disputas judiciais no fim do século XI. Um exemplo claro disso mesmo são os bens detidos na *uilla* de Recardães, outrora pertença de uma família que beneficiou largamente o Mosteiro de Lorvão, nomeadamente os irmãos Fernando e Soeiro Sandines⁴⁰³. Em finais do século XI e inícios do seguinte, no limite cronológico oposto, são também exemplos outros bens, mas do que parece ser o esvaziamento dos poderes monásticos exercidos sobre estes, na medida em que se vê determinadas propriedades outrora detidas pelo mosteiro nas mãos de outros, usualmente leigos, que as transaccionavam.

Antes de nos debruçarmos sobre estas matérias, centremo-nos nos ritmos e direcções da expansão. Pressupõe-se que o domínio tenha começado pela *uilla* onde se ergueu, na base da Serra do Buçaco. Contudo, os primeiros direitos sobre bens conhecidos estão localizados a uma distância significativa, nos actuais concelhos de Sever do Vouga e São Pedro do Sul, com o Mosteiro de São Paio de Rocas e a *uilla* de Penso, respectivamente (LP 126). Será, todavia, improvável que estes fossem, de facto, as suas primeiras possessões ao invés de na sua área mais imediata. Não será de estranhar, então, que nas duas primeiras décadas do século, contrariando esta primeira tendência, vários dos demais acréscimos de posses se situem em torno do rio Cértima, nomeadamente Recardães⁴⁰⁴ ou Monsarros (LP 72), apesar de a margem Norte do rio Vouga, junto aos mosteiros

⁴⁰² Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 269. O citado excerto sublinha um carácter ascético austero que, todavia, nos parece ser sobrevalorizado, dado que os rendimentos obtidos condicionariam, garantidamente, toda a política expansionista que o cenóbio poderia ter. Desta forma, excedentes seriam necessários caso fosse essa a perspectiva da comunidade, despendendo-os em compras ou nos ditos *renovos*, o que exigia uma disponibilidade de numerário ou em géneros, sobretudo de carácter alimentar, sem que colocasse em causa as actividades aí empreendidas.

⁴⁰³ Para tomar a situação ainda mais confusa, também Paio Gonçalves, filho de Gonçalo Viegas, assume ter direitos sobre metade de Recardães, num inventário das suas possessões, vide DC, n.º 549.

⁴⁰⁴ Vide LP, n.ºs 118, 120, 122, 123 e 124, pp. 180, 183 e 186-189.

adquiridos, continue a ter muita preponderância⁴⁰⁵. Outros bens do mosteiro conhecidos na sua área de implantação são difíceis de localizar temporalmente, por não termos notícias da sua incorporação. Contam-se entre estes as *uillae* de Antes, Arinhos, Barrô, Santa Cristina, Luso, Ventosa do Bairro ou Vimieira, assim como os mosteiros de Trezói e Louredo (LP 73), todos dentro de um raio inferior a 10km da Vacariça.

No dealbar e ao longo da década seguinte ocorreram vários episódios e incorporações que iriam definitivamente mudar a forma de actuar do cenóbio vacaricense. A associação a uma família da nobreza do Entre-Douro-e-Ave, assim como a necessidade do seu abade de abandonar o seu sólio abacial, dada a incerteza vivenciada na região, por virtude das ofensivas islâmicas, assim o condicionaram e encaminharam até ao seu fim como comunidade autónoma e livre⁴⁰⁶. Desta forma, as suas possessões expandem-se largamente a Norte do Douro, onde cria um conjunto muito significativo de bens, controlados de forma directa ou indirecta, por via e com o “auxílio” dos mosteiros que de si dependiam.

Este salto regional, além dos bens localizados entre os dois rios supramencionados, também parece ter possibilitado a investida na margem sul duriense, sendo a inauguração do Mosteiro de Anta, na *uilla* de mesmo nome, pelo abade Tudeíldo, pelos mesmos anos, na primeira metade da década de vinte do século XI, um exemplo evidente disso mesmo (LP 185 e 186). Nos interstícios entre as duas áreas, no Entre-Douro-e-Vouga é possível identificar, a partir desta cronologia, a tendência para a obtenção de bens na Terra de Santa Maria, estando estes localizados nos actuais concelhos de Vale de Cambra, Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira ou Oliveira de Azeméis, entre as décadas de quarenta e cinquenta do século XI⁴⁰⁷. Constituiu-se, assim, um panorama dominial bastante vasto, que se extendia desde a Sul do Mondego, com a incorporação do cenóbio sourense em 1043 (LP 84), até à Terra da Maia.

A *uilla* onde se localizava parece ter-se mantido na sua posse por todo este período e transitado nessa condição à diocese. Presume-se que toda a expansão tenha tido origem nesta e, a partir daí, irradiado. Todavia, décadas após a doação pelos condes Raimundo e Urraca, na segunda metade do século XII, de acordo com uma notícia sobre bens que foram recuperados pelo bispo Miguel Salomão por terem sido usurpados ou desbaratados,

⁴⁰⁵ Vide LP, n.ºs 121, 129/161 e 134, pp. 184-185, 196-197/261-262 e 205-206.

⁴⁰⁶ Vide LP, n.ºs 142 e 147, pp. 220-221 e 226-231.

⁴⁰⁷ Vide LP, n.ºs 127, 130 e 136, pp. 193-195, 198-200/202-204 e 208-210.

é passível de se observar que algumas possessões naquela unidade encontram-se nesta última situação, pois tinham sido vendidos pelo seu antecessor, João Anaia, sem o consentimento dos cônegos da Sé, como se lê no *LP* 3.

As formas de exploração indirectas, nomeadamente a complantação, devem ter deixado a sua marca em muitas das possessões do mosteiro, na medida em que várias *uillae* aparecem fragmentadas posteriormente, apesar de em documentos anteriores serem detidas na íntegra por aquele. A inexistência de documentação impede-nos de afirmar categoricamente que estamos perante tal processo, mas será talvez a fórmula que melhor conjuga os dados extraídos ou, talvez, através de vendas, de pouco interesse para os compiladores da Sé no último terço do século seguinte. Como exemplo, o caso da já sobejamente mencionada *uilla* de Horta, que sabemos que pertencera na íntegra à Vacariça tanto pela listagem de bens do *LP* 73, como pela “doação” de Sesnando Davides (*LP* 101)⁴⁰⁸. Nesta, Godinha Afonso e os seus três filhos – Paio, Adosinda e Gonçalo Gonçalves, estando este último cativo – detinham uma herdade, a qual cedem por acordo à Sé de Coimbra, no ano de 1113 (*LP* 102). Outro exemplo é o caso de Draco e sua mulher Eio Salvador que vendem, no ano de 1158, ao Mosteiro de Santa Cruz um casal na *uilla* Sepins, que corresponderia a 1/9 desta, aceitando 22 morabitinos por ele (*LS* 194). Ora esta *uilla* era, tal como a anterior, detida na totalidade pelos monges vacaricienses em 1064, podendo esta posse plena deste casal decorrer, quase um século mais tarde, da mesma estratégia de exploração.

Antes disso, em inícios do século XII, dá-se uma transação de metade da *uilla* de Morangal, entre Ilduara e filhos com Gonçalo Bermudes e sua esposa (*LP* 347). Contudo, este parece ainda mais problemático, pois apesar de estar sob domínio integral da Vacariça em meados do século XI, a verdade é que, menos de quatro décadas depois, metade está na posse de um leigo. Porventura ter-se-á de considerar o conteúdo do *LP* 101, desde o trabalho de Pradalié considerado como um falso, como um retrato com

⁴⁰⁸ Junto com as *uillae* de Tamengos – também outrora sob domínio integral vacariciense –, Mata e Aguium, estas constituíram um couto outorgado pelo rei Afonso I à diocese coimbrã governada, naquele ano de 1140, pelo bispo Bernardo, vide *LP*, n.º 159, pp. 256-257. “(...) La enorme dimensión social que tenía este ejercicio del poder por parte de las instituciones feudales se materializaba, sobre todo, en la obtención de una renta de él derivada ya sea a través de las propias cartas de coto o a través de los foros, aspectos estos que, tal y como hemos señalado previamente, están estrechamente relacionados. Las cartas de coto suponen, además de la entrega de una propiedad territorial o de la precisa delimitación de una propiedad previamente adquirida, la donación de un conjunto de derechos regios y de tributos que gravitaban sobre los habitantes del espacio acotado y que pasan a pertenecer ahora al monasterio titular del coto. (...)”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Galicie Medieval. Estudios*. N.º 3 – op. cit., p. 177.

algum grau de fiabilidade, nomeadamente quando atesta o apresamento de bens na região, entre os quais do mosteiro, por *fideles* de Sesnando Davides⁴⁰⁹.

O mesmo se estende aos direitos sobre igrejas, havendo o caso da Igreja de São Félix de Antes na *uilla* do mesmo nome. Esta era detida na totalidade pela Vacariça em 1064, mas em 1139 a dita igreja encontrava-se numa herdade doada em testamento por Pedro Eanes e Goda, sua mulher, aos cónegos da Sé de Coimbra, para remissão dos seus pecados (LP 95). Alguns mais tarde, num inventário de bens alienados posterior a 1147 (LP 634) lê-se que ¼ desta *uilla* foi vendida, sem quaisquer outras informações adicionais, apesar de se saber que se recuperaram bens nesta em tempos do bispo Miguel Salomão (LP 3). Não muito diferente daquele caso, em 1139, temos a doação de Telo Mendes aos monges crúzios do que possuía em localizações várias na região coimbrã, nomeadamente Louredo, onde se localizou um mosteiro dependente, como já mencionámos. A esta herdade, também com relação de proximidade face ao mosteiro tratado, juntava-se outra em Santa Cristina (LS 41).

Outros espaços parecem ter sido atribuídos a clérigos da Sé nessa mesma modalidade, como Vila Nova de Monsarros ao cónego João (LP 97), de modo a que os valorizassem, algo visível nesse mesmo documento de atribuição de uma outra *uilla*, a de Carrazedo, em 1124, pois era-lhe exigido o mesmo que tinha feito a aquela – “(...), et pro commutatione illius Ville Nove quam tu populare feceras et jam inde medium partem in hereditate habebas. (...)”. Também ocorre com a Igreja de Santa Eufémia de Montemor-o-Velho (LP 337), concedida vitaliciamente a um presbítero. O mesmo acontece pelo ano de 1137 com a concessão de uma marinha que pertencera a Paio Froilaz e ao monge Diogo ao arcediogo Martinho (LP 263), em Esgueira, onde sabemos que já esta sede diocesana já tinha herdado 51 salinas dos frades vacaricienses (LP 110). Talvez correspondam às mesmas, embora seja impossível de o fazer em asseveração.

Vê-se, igualmente, a crescente propensão para a ascensão de cavaleiros-vilãos na região ou de elites ligadas à autoridade regional do pós-conquista definitiva da região de Coimbra, como veremos mais à frente. Desta forma, vemos o crescimento documental de determinadas famílias regionais na gestão do seu património, surgindo, em alguns desses

⁴⁰⁹ Vide LP, n.º 101, pp. 156. Ainda que isso coloque-nos problemas, nomeadamente quanto à utilidade da listagem de bens desta casa. Porventura uma forma de assentar por escrito algumas propriedades cuja posse ficou em perigo com a conquista da cidade de Coimbra e as transformações sociais e demográficas que daí advieram?

testemunhos, com bens em espaços dominados – ou outrora – pela Vacariça, como o filho de Sulaymān ‘ibn al-‘Aflah, Randulfo Soleimás, e seus descendentes, que junto com a sua filha Maior Randulfes doou na totalidade à grande unidade emergente da região, o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, uma herdade que detinha em Trezói no ano de 1143 (*LS* 45). Outro exemplo é a família dos Rabaldes, de origem franca⁴¹⁰, pois, como membros da mesma, Maria Rabaldes e irmãos transacionaram com este mosteiro agora mencionado vários bens em Murtede e Arazede, entre outros, tendo a Vacariça possuído aí a Igreja de Santa Maria em conjunto com o que lhe pertencia e uma herdade, respectivamente⁴¹¹. Muitos outros da mesma categoria social (e não só) favoreceram as novas potências emergentes pelo término do século XI e primeira metade do XII, a Sé de Coimbra e o Mosteiro de Santa Cruz da mesma cidade, respectivamente.

Apesar da clara fragmentação de bens que foram detidos na totalidade pelo cenóbio, de acordo com testemunhos anteriores, a verdade é que são sobretudo documentos posteriores à doação da Vacariça e, até, à sua provável dissolução dentro do alargado esquema de domínio territorial da diocese conimbricense que nos elucidam sobre esse processo de dispersão. Não é possível discernir, assim, pelo menos em parte significativa destes casos, se estes procedimentos não seriam antes o resultado de uma imposição de outros poderes que não os dos mais directos responsáveis pelo mosteiro e logo independente destes e, se assim foi, interrogar-nos-emos sobre outras potenciais motivações que não simplesmente contratos que previssem a delapidação de património. Todavia, parece-nos complexo apresentar uma hipótese com relativa verosimilhança que retrate minimamente as condições e pressões sobre o domínio vacaricense em finais do século XI e dealbar do XII.

Foi, então, desta forma, que observámos a mutação de algumas porções do domínio vacaricense ao longo da sua existência, assim como, sobretudo, a partir das referências posteriores, procurando responder a algumas perguntas direccionadas a uma cronologia anterior, com o objectivo de produzir algumas hipóteses sob a gestão do património cenobítico.

⁴¹⁰ Sobre esta família, vide Leontina Ventura, “O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes”, *op. cit.*, pp. 89-114.

⁴¹¹ Vide *LS*, n.ºs 16, 125, 126, 131, pp. 134-135, 267-269 e 274.

3. Os mosteiros dependentes

Após um longo capítulo sobre o domínio da casa-mãe, parece-nos lógico que se siga um outro sobre as instituições que dele dependiam. Por não ser o objecto de trabalho primordial, a dimensão deste e a exaustividade da análise não será assinalável, bem pelo contrário, pois, para alguns casos, seria impossível ir além de um número muito reduzido de linhas, que, por sua vez, não seria mais que uma narração do que lê na documentação que lhe corresponde.

Desta forma, optámos por analisar somente dois cenóbios neste capítulo de forma isolada, como já fizemos menção anteriormente, seguindo o critério da inclusão no pacto monástico com o abade Tudeíldo em meados do século XI. Entre estes, além da abadia vacariciense, estão duas dependências: o Mosteiro de São Salvador de Leça e, em menor grau, o Mosteiro de Anta. Começamos por aquele, o que de todos é, claramente, o mais diferenciado e cuja actividade é de tal forma significativa que poderia justificar uma outra abordagem, porventura similar à que fizemos anteriormente com São Salvador e São Vicente.

3.1. O Mosteiro de São Salvador de Leça

Seguindo o exemplo do capítulo anterior, achámos por bem a sistematização da documentação que diz respeito ao cenóbio leceiro. Segue-se, então, uma tabela que incorpora todos os instrumentos diplomáticos considerados para o presente estudo, alguns dos quais coincidentes com exemplares ponderados para o conjunto que lhe antecede ou de outras instituições a observar dentro da esfera vacariciense.

Tabela 8 - Documentos referentes ao domínio do Mosteiro de São Salvador de Leça.

Tabela 8		
Quartel	N. ^{os} documentos	Percentagem (%)
]1000-1025]	3	10,7%
]1025-1050]	13	46,4%
]1050-1075]	7	25%
]1075-1100]	5	17,9%
Total:	28	≈100%

Dispensando as categorizações pelas quais nos pautámos no capítulo 2, pelos motivos supranumerados, poderemos desde já observar o peso do segundo quartel do século XI no conjunto delimitado, ascendendo a quase metade do total. Contudo, a explicação para a diferença avassaladora face ao período que o segue, mas sobretudo para a anterior, é bastante lógica, uma vez percebidas as dinâmicas dentro desta “federação monástica” durante essas duas décadas e meia.

Inicialmente de carácter privado, este mosteiro terá sido fundado no século X⁴¹², sendo adquirido por uma família nobre do Entre-Douro-e-Ave e entre esta permaneceu até à doação ao cenóbio vacariciense, em inícios da década de vinte do século seguinte, por parte da viúva do antigo detentor – Trutesendo Osoredes, falecido entre 995 e 1004 –, Unisco Mendes e o filho destes, Osoredito Trutesendes, que daquele herdaram, como se lê na passagem: “monasterium Leza, cum cunctis adjectionibus suis et prestationibus, secundum quod illum obtinuit pater noster, Truitesindus, (...)” (LP 142). Notícias da sua existência, contudo, só são possíveis de se encontrar após o ano Mil, com o documento LP 191, quando Vigília lhe faz uma doação em testamento de porções várias na *uilla* de Recarei em nome da sua alma, do esposo e filha, embora documentação vária anterior incida sobre espaços dominados por ele ou pelos seus patronos leigos, como nas *uillae* de Custóias⁴¹³, Sevilhães⁴¹⁴ ou Moalde⁴¹⁵.

A protecção do património monástico por aquele grupo familiar deve ter sido levada muito seriamente, como se percebe pela defesa que fazem em seu favor em disputas judiciais, com o caso de 1016 a ser um exemplo claríssimo. Ao haver uma disputa por uma herdade em Pedrouços (que incluía um pomar), na Maia, Osoredito Trutesendes “in voce et de fratribus et de sorores qui cum eo habitabant in monasterio de Leza et de Vermudi” (LP 202) interveio, acabando por os saíões lhes dar razão, pagando os litigantes, tanto em custas com o *iudicatum*, como aos detentores da propriedade, 500 soldos e o dobro do que litigaram, respectivamente. Após o seu desaparecimento físico, todavia, a situação parece complicar-se, dadas as disputas pelo controlo dos mosteiros supracitados entre o abade vacariciense e nobreza local aparentada, que terá chegado a

⁴¹² António Velho de Barbosa fá-lo recuar ao século IX, aos tempos da ocupação de Vímara Peres, durante o reinado de Afonso III das Astúrias. Contudo, o autor não apresenta qualquer dado que sustente a ideia, ou, na verdade, mais do que simples suposições sem qualquer aparato científico, vide António Carvalho Velho de Barbosa, *op. cit.*, p. 8.

⁴¹³ Vide LP, n.ºs 205 e 530, pp. 322 e 709.

⁴¹⁴ Vide LP, n.ºs 200, 368, 515, 517 e 524, pp. 315-316, 521-522, 691, 693-694 e 702.

⁴¹⁵ Vide LP, n.ºs 194 e 206, pp. 306-307 e 323.

ocupar pela força Vermoim e originado um complexo processo, mas, no fim, favorável à casa monástica (*LP* 115/140).

No capítulo que se segue, abordaremos mais a fundo aquela família e as suas relações com a Vacariça e, não menos importante, com o seu abade, Tudeíldo, nomeadamente quanto à suposição de uma eventual correlação entre aquela e este. Entretanto, não podemos deixar de sublinhar a importância da sua passagem para aquele mosteiro mais meridional, no que fora o condado de Coimbra. Somente este facto será um motivo de reflexão válido. A instabilidade verificada na fronteira, a ausência de um poder que o inserisse no reino leonês e, por sua vez, a ofensiva dos vizinhos setentrionais para Sul, a partir daí dominado parcialmente por elites do condado de Portucale, certamente contribuiu para a proximidade.

Afinal, não será muito depois da conquista de Montemor pelo conde Mendo Luz que Unisco Mendes e Osoredo Trutesendes fazem o que se depreende ser a sua primeira doação em testamento ao abade e seus monges vacarienses. Generosamente incluem o Mosteiro de São Salvador de Leça, a *uilla* de São Gens na íntegra, $\frac{1}{2}$ da *uilla* de Recarei, a *uilla* de Quires, Moalde, uma outra *uilla* que se poderá identificar com Pousão (em Vermoim, na Maia), Sevilhães, direitos sobre duas igrejas, entre outros bens, nomeadamente herdades atribuídas a indivíduos identificados pelo seu nome, que poderemos assumir como dependentes daquela família (*LP* 142). Contudo, com a provável relação cada vez mais próxima, fomentada previsivelmente pela deslocação definitiva do abade para o Entre-Douro-e-Ave⁴¹⁶, não admira que a generosidade não tenha ficado por aqui e, pouco mais de uma década mais tarde, como se pressupõe⁴¹⁷, com a expansão da anterior concessão. Assim, muitos outros bens são acrescentados, além de se fazer a sua distribuição entre os três mosteiros, Vacariça, Leça e Vermoim (*LP* 147). Sobre esta listagem, escreve José Mattoso:

“La liste des biens de Leça vers 1035 nous fait connaître son domaine à ses débuts. Il est composé de *villae* et *hereditates* dispersées, jusqu’à une distance de quinze kilomètres de l’abbaye. En certains lieux, comme à Aldoar, Vermoim et St-Mamés d’Infesta, les biens sont plus importantes, et outre les églises situées

⁴¹⁶ Dado o perigo das ofensivas das forças islâmicas, o abade Tudeíldo abandonou São Salvador e São Vicente da Vacariça e fixou-se em Leça – onde se presume que terá permanecido até ao fim da sua vida –, como se lê num diploma de 1040: “Et supervaluerunt gentes hismaelitarum super christianos, et ipse abbas, in amore de fide Christi, fugivit ante ipsas gentes, et perrexit ad ipsos dominos, et ipsos dominos adimpleverunt omnia que ei promiserunt et, quando venit ad ipsum locum, invenit jam domnum Oseredum migratum ab hoc seculo.”, vide *LP*, n.º 115/140, pp. 176-177/217.

⁴¹⁷ Vide o que se escreveu sobre este documento na introdução, nas pp. 50-52.

dans ces *villae*, les patrons en offrent encore deux à st-Mamès du Coronado et à St-Jacques (de Jovim?). Dans l'ensemble donc, la dotation est riche, mais peu romassée.”⁴¹⁸.

Além dos bens concedidos e delimitados pelos patronos, as demais aquisições de propriedade pelo mosteiro ocorrem na sua maioria durante o abadiado de Tudeíldo – com governação *in loco* desde 1026 a meados da década de quarenta do mesmo século –, como é sugerido pela tabela 8 poucas páginas atrás, com um maior número de cartas no segundo quartel do século XI. Entre estas, as doações também estão em maioria, sendo exemplos significativos as concessões de bens de Truitino H̄alaf nas *uillae* de Real e Gondivai – que já mencionámos anteriormente pois, nessa mesma doação, concede-os também à Vacariça, ainda que por via de Leça, pois pretendia que permanecessem, na sua totalidade, nas mãos dos monges vacarienses caso alguma vez os seus congéneres leceiros se autonomizassem daquela casa-mãe (LP 114/154)⁴¹⁹ –, a herdade de Telo em Paranhos por via dos seus cinco filhos (LP 184) ou as várias propriedades da *ancilla Christi* Cristina sob o monte Custóias, concedidas tanto à instituição, aos seus *fratres et sororibus*, como ao abade, não tendo estes autorização para as transacionar. Aquelas teriam obrigatoriamente de ter o fim de apoiar hóspedes, peregrinos, viajantes e órfãos (LP 189). O último exemplo é a doação de Alamiro em 1041, que doa metade dos seus bens (os que possui e que pode vir a possuir), embora não clarificando a localização dos mesmos (LP 512). Vê-se, desta forma, que parte significativa das propriedades doadas nesta janela temporal se localizava nas imediações da instituição favorecida, encontrando-se quase sempre as mesmas referências espaciais como, por exemplo, o “monte de Custóias”.

Durante este período, contudo, o processo de compra-e-venda não parece ter sido muito favorecido, pois somente se conserva um documento que cai nesta categoria. Este diz respeito a uma compra deste abade a Bento e sua mulher de um *corte* das salinas na

⁴¹⁸ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 174.

⁴¹⁹ Cerca de década e meia antes, em 1039, como já fizemos menção no capítulo anterior (p. 95), já um Dom Truitino – que identificamos com este Truitino H̄alaf – fazia uma generosa doação em forma de *benefactum* a Tudeíldo e seus frades, onde incluía muitos bens que foram comprados e herdados nas *uillae* de Real e Gondivai, no actual concelho de Matosinhos, nomeadamente as herdades de Godinha, Godesteo (um dependente dos condes Gonçalo Froilaz e Ermesinda) e metade da de Egas Sarones e sua esposa, Argelo. Ficava também estabelecido que, caso um ou os dois filhos daquele retornassem do cativeiro islâmico, também eles teriam direito a metade destes bens, uma situação já abordada de forma breve na p. 94 (nota 278), vide LP, n.º 198, pp. 312-312. As várias aquisições depois doadas por este homem também sobreviveram no LP e deverão ter passado à casa monástica por altura destas doações, oferecendo, desta forma, um conhecimento prévio sobre as unidades, vide LP, n.ºs 196, 199, 201, 362/511, 513 e 516, pp. 309-310, 314, 316-317, 514-515/686-687, 688-689 e 692.

foz do rio Leça, junto à *uilla* de Matosinhos. Estes possuíam cinco parcelas na dita marinha, mas uma já tinha sido doada a um Dom Angenando e, como tal, somente quatro eram transacionadas. Destas, os monges leceiros teriam ainda de deduzir os direitos de Doniga, a quarta parte. Em troca pela venda, aqueles receberam, entre milho e trigo, “XX moios minus II quartarios”, um valor que estava em dívida. Esta fórmula e o pagamento em bens alimentares significará, muito provavelmente, a mesma situação aludida na primeira parte do capítulo 2 face ao cenóbio vacariciense⁴²⁰, que quando estes pequenos proprietários sentiam dificuldades na sua subsistência e recorriam a estas instituições para auxílio, teriam de fazer concessões do seu próprio património. Contudo, por se encontrar localizado num espaço de maior densidade populacional⁴²¹, implicava uma maior competição pela atracção de benfeitores, dada uma maior presença tanto de senhores laicos como de casas monásticas na região. Como tal, as adições seriam tendencialmente em menor número, de menor dimensão e, eventualmente, mais dispersas.

O culminar da presença deste abade no presente ascetério são os acordos de setembro de 1045, que corresponde, por já se encontrar em final de vida, à definição da sua sucessão – que, para o caso de Leça, ficou determinado que recairia sobre o presbítero Randulfo – e dos limites estruturais da “federação monástica”, como veremos *infra*.

Após este período de maior fulgor, o elã e prestígio adquirido parece esvaziar-se gradualmente. Desta forma, apesar de para as décadas de cinquenta e sessenta ainda existirem significativamente (1/4 do total), são notórias as diferenças. Através de doações diversas, acrescentaram bens na marinha de Leça (LP 188, 192 e 195), na *uilla* de Custóias⁴²², Recarei, Gondivai e Real (LP 209 e 519). Foi, também, durante este período que, com um representante próprio, Randulfo, o sobrinho do abade Tudeildo⁴²³, se fez representar no Concílio de Coyanza, um evento tão importante para o monaquismo

⁴²⁰ Vide pp. 108-109.

⁴²¹ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 176 e 179.

⁴²² Esta generosa doação enquadrava a *uilla* de Custóias, herdada de Godinho e Teodora pelos seus dois filhos que, com os seus respectivos cônjuges, a doam em testamento (junto com outros bens). Todavia ficava a filha com o usufruto vitalício de metade da sua parte da *uilla*, devendo passar aos monges após a sua morte, para remédio das almas dos envolvidos. Desta, anteriormente, também já Alvito Lovegildes tinha doado uma parcela. Mais distante e fora da órbita do actual concelho de Matosinhos, há a doação daquela primeira família, de Godinho e Teodora (assim como outros descendentes) em 1046, com as concessões das *uillae* de Coronado e Rebordões, actualmente circunscritas ao município de Santo Tirso, já a alguma distância da casa à qual foram concedidas – sobretudo a segunda –, considerando o seu pendor mais restrito dadas as suas dimensões mais modestas, vide LP, n.ºs 195, 209 e 369, pp. 307-309, 325-326 e 522-523.

⁴²³ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 115-116.

hispânico, como sublinhámos anteriormente⁴²⁴. Aquele trouxe um dos exemplares sobreviventes desse sínodo para o Ocidente peninsular e, como se lê no documento do *Livro Preto* da Sé de Coimbra n.º 567, identifica-se como frade do ascetério da Vacariça, como se confere na seguinte passagem: “Et adduxit, inde, illud Randulfus, presbiter, de acisterio Vaccariza, pro memoria posteris” (LP 567).

Apesar do esvaziamento daquela “federação monástica”, que alterava a forma de dinâmica e do relacionamento entre estes, a verdade é que Leça continua indubitavelmente a depender da Vacariça, como provam os documentos LP 210 e 160, com o primeiro a referir o abade da Vacariça com o mesmo título em Leça (e a garantir-lhe metade da *uilla* onde este se localizava) e este a consagrar a confirmação – efectuada pelo prior da Vacariça e pelo prepósito de Leça – da subordinação dos monges leceiros aos vacaricienses. E, de facto, mesmo após a doação destes ao bispo Crescónio de Coimbra, também aqueles deverão ter transitado, como sugere uma autorização do dito prelado a Leça (LP 149)⁴²⁵, como já mencionamos no tratamento da documentação, assim como outros titulares na mesma Sé, como é o caso do prior Martinho Simões⁴²⁶. Em 1122, presumivelmente já libertos de obrigações para com o seu congénere meridional, os monges leceiros tinham negociado a sua isenção do censo ao bispo do Porto, Hugo, em troca de algumas propriedades⁴²⁷.

Desta forma, fica difícil de se perceber a modalidade em que se deu a transição de Coimbra para a Ordem de São João de Jerusalém, vulgo Hospitalários. O facto de o documento de doação de Teresa de Portucale que outorgava a instituição à Ordem para que se constituíssem nos seus domínios ter sido perdido⁴²⁸, certamente não ajudará à compreensão, uma vez que presentemente muitas são as interrogações e poucas as respostas.

⁴²⁴ Vide pp. 76-78.

⁴²⁵ Sobre um assunto já abordado anteriormente (pp. 48-49), escreve José Mattoso que com a passagem da Vacariça para a Sé de Coimbra corresponderá à libertação das obrigações de fidelidade de Leça a aquele mosteiro, o que não nos parece verosímil, dada a natureza deste documento identificado, que é posterior à concessão em questão, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 141.

⁴²⁶ Vide LP, n.º 149, p. 240.

⁴²⁷ Vide CCSP, pp. 340-341.

⁴²⁸ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 14. Embora com severos problemas, note-se a primeira parte sobre a Ordem do Hospital e a sua relação com o mosteiro leceiro, de carácter introdutório, na dissertação de licenciatura de António Passos de Gouveia, vide António Paulo Passos de Gouveia, *Subsídio para o estudo da igreja do antigo Mosteiro de Leça do Bailio*. Dissertação em História da Arte para a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1952, pp. 1-29.

Antes disso, nas últimas décadas do século XI e nos últimos anos de São Salvador de Leça, continuou o processo aquisitivo por virtude de doações, nomeadamente nas *uillae* já mencionadas, demonstrando que, não raras vezes, seriam necessárias décadas para preencher todos os interstícios destas unidades. Entre estas estava Recarei, sendo doada uma herdade de Paio, Godinha e dos cinco filhos, outrora adquirida a outra provável família (Aragunte, Ara Sarones e Eilo Sarones), no ano de 1088 (LP 361), assim como Real. Nesta, três anos mais tarde, adicionou-se ao que o cenóbio já detinha 1/5 das possessões de Godinho Sesnandes (LP 365). Quase dois meses depois, Gonçalo Cides faz uma generosa doação ao abade Godinho e mosteiro, no qual se legava 1/5 de todos os seus bens e também aqueles que ainda pudesse vir a adquirir, tanto aquém como além-Douro. Contudo, por não serem explicitados, não podemos conhecer a localização, natureza e dimensão dos mesmos, o que nos limita na percepção do real alcance da mesma (LP 364). Já mencionada supra (LP 149), dá-se o caso da doação do presbítero Gonçalo Aarão da herdade que possui em Recarei, a *uilla* onde se localizava o mosteiro, o que é representativo das condições patrimoniais e cadastrais do espaço em que se inseria. Isto, pois, mesmo em 1095, já com mais de um século de funcionamento, ainda não deteria esta unidade na íntegra. Desta, este parecia deter 1/4, da qual ele legava 3/4, além de dois bois e uma vaca.

Viu-se, então, desta forma breve, algumas características do Mosteiro de Leça enquanto dependente da Vacariça, assim como bens adquiridos ao longo da sua subordinação a esta casa-mãe, como esta se relacionou ou a limitou nas cerca de oito décadas – como margem mínima – em que estiveram associadas. Contudo parece não ter tido, por estas características, as mesmas condições para se expandir e afirmar-se regionalmente ou, até, procurar extravasar largamente estas fronteiras, como fez o seu congénere meridional. A própria situação da localização e densidade da mesma (além de se ter tornado um cenóbio livre) terá condicionado, certamente, e em particular num período em que a associação a famílias nobres lhes permitira outro género de abordagem, constituindo-se, então, como sujeito a desvantagens competitivas face a outras fundações.

3.2. O Mosteiro de São Martinho de Anta

Vejamos, agora, o terceiro mosteiro de alguma forma incluído no chamado pacto de Tudeíldo de 1045. Este, embora seja de muito menores dimensões que os anteriores, a

verdade é que aparece delimitado como um terceiro cenóbio, o que até poderia parecer surpreendente, dada a pouca quantidade de testemunhos que dele subsistem – não mais que meia dúzia. Junta-se ainda o caso de se supor que pouco tempo terá sobrevivido como uma comunidade organizada depois desta acção⁴²⁹.

José Mattoso aponta como provável a sua fundação na janela temporal que vai desde a ofensiva de Mendo Luz à incursão dos abádidas de Sevilha – portanto, entre 1017-1026 (407/408-417). Teria sido fundada pelo abade Tudeíldo e com a participação do leigo Froila Gosendes⁴³⁰, só passando a ser detido pela instituição monástica depois do fim da ocupação islâmica da Terra de Santa Maria, terminada em meados da década de trinta do mesmo século⁴³¹. Vejamos, então, estes limites cronológicos para a fundação de São Martinho de Anta: i) assume-se que foi fundado nessa janela de tempo, pois o *LP* 367 faz remontar ao período em que a Terra de Santa Maria era dominada pelo conde Mendo Luz, quando Froila Gosendes recebe bens que pertenceram a seus pais, confirmados após uma disputa judicial; ii) garantidamente não terá ocorrido antes de 1018, ano em que ascendeu Tudeíldo ao trono abacial da Vacariça e este participou indubitavelmente na constituição desta casa monástica⁴³²; iii) é possível que tenha ocorrido depois da resolução do caso do Mosteiro de Santo André de Sever do Vouga em dezembro de 1019 com os filhos de Fernando Sandines, com os quais seria presumivelmente aparentado o dito Froila Gosendes, aligeirando prováveis dificuldades nas relações entre a casa-mãe, seus representantes e a família. Desta forma, poder-se-ia compreender para os anos entre 1020 e 1026 como possível data de fundação deste ascetério, ainda que de modo algum de forma vinculativa.

De facto, o primeiro documento conhecido envolvendo esta instituição diz respeito à relação com Froila Gosendes, com a doação a ser executada após a sua morte pela sua viúva, Adosinda, e filhos, por requerimento do abade Tudeíldo em concílio⁴³³. Esta

⁴²⁹ Segundo a opinião de José Mattoso, expressa numa tabela que sintetiza características de fundações do século XI, o desaparecimento ter-se-á dado em meados da mesma centúria, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 155.

⁴³⁰ Que José Mattoso propõe ser um filho de Gosendo Soares, descendente dos proprietários do Mosteiro de Santo André de Sever do Vouga e que foi transmitido pelo ramo de Sandino Soares (que seria, desta forma, seu irmão), vide idem, “As famílias condaís portucalenses dos séculos X e XI”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, pp. 99-100.

⁴³¹ Vide idem, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 151.

⁴³² Como se lê na seguinte passagem, com prováveis referências a Froila Gosendes e sua família: “(...), cujus basilica fundatata est in villa quam vocitant Anta, quam fundavit Tudeildus, abbas, una cum fratribus suis, pro remedio anime mee et de illos dominos qui eam ganarunt et pro cujus memoria eam dederunt ad ipsum abbatem jam superius nominatum et a fratribus suis.”, vide *LP*, n.º 185, p. 293.

⁴³³ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 151.

consistia na concessão de duas partes da herdade por eles detida, na *uilla* Pousada (c. Santa Maria da Feira) e leiras na *uilla* de Santa Cruz (c. Espinho), no litoral, para usufruto do abade e seus subordinados (LP 367).

Identificar-se-á com aquela viúva de mesmo nome a supra-referida *ancilla Dei* Adosinda Galindes, que dota o abade Tudeíldo com bens na *uilla* onde este mosteiro se localizava no ano seguinte, em 1038. Em nome da sua alma e de sua mãe Basilissa, doa as herdades que herdou de seus pais na *uilla* de Anta, tanto de *avolengo* como por compra, que correspondiam a 1/3 da mesma, para que os frades as dispusessem para a sua actividade, nomeadamente a sua subsistência, da dos hóspedes e peregrinos. Por sua vez, a *sanctio* pretender-se-ia pesada, que, para este caso, implica o pagamento do quadruplo aos prejudicados e, também, dois talentos de ouro de *iudicum* (LP 185). Exactly no mesmo dia, a mesma autora faz um pacto com o abade e seus monges em que se compromete a não alienar os benefícios e concessões que lhes tinha efectuado pouco antes. Caso não cumprisse, ou tivesse intenções de transmitir aos filhos e netos, teriam de pagar como compensação o dobro, mesmo enquadrando as potenciais melhorias na avaliação do espaço, assim como os dois talentos de ouro (LP 186).

Provavelmente relacionados com esta por via de laços familiares está Gosendo Galindes, que cremos que se pode identificar como irmão de Adosinda Galindes e, talvez, Gonçalo Galindes, que possui bens no vale do Vouga e aparece em documentos do primeiro quartel do século XI para a mesma área (LP 128, 129/161 e 144). Os filhos daquele, Creusa e Gonçalo Gosendes, fazem uma doação das heranças que lhes coube nas mesmas *uillae* enunciadas anteriormente, das possessões que faziam parte da fortuna de Froila Gosendes, mais concretamente Pousada e Santa Cruz. Estes bens, que, segundo a fórmula descritiva, carregava em si muitas valências, teriam como excepção a parte de Múnio Gosendes, provavelmente também irmão daqueles – este detinha uma porção de 1/6 da *uilla* que tinha sido do seu pai. Além deste último, também Argiello se identifica como “*prolis Gundesindi et Eldonza*” nas subscrições e, claro, Bermudo Gosendes, a quem esta oferenda se destinava para salvação da sua alma (LP 521).

Além do abade Tudeíldo, cabeça de toda a “federação” monástica que o cenóbio vacariciense foi acrescentando ao longo de três a quatro décadas, é somente passível de ser identificado um outro líder desta congregação, embora seja somente putativo, dado que a documentação pactual se destinava a formular as relações do espaço nos últimos anos da sua vida, mas, sobretudo, após a sua morte. Assim, fora concedido aos monges

da casa-mãe o ascetério de São Martinho, como se lê na passagem: “E tibi adicimus acisterium Anta, vocábulo Sancti Salvatoris et Sancti Martini episcopi et comitum eorum, cum omnibus adjectionibus et prestationibus suis et villa de Pausada que in nostras scripturas resonat; (...)” (LP 137/148), como também se verifica no LP 150. O presbítero Pedro – “frater electus presbiter” (LP 137/148) –, o clérigo que possivelmente ascendeu ao assento mais elevado desta unidade ascética, assume, junto com outro nomeado para outra instituição, um voto de submissão, obediência e lealdade ao líder do conjunto, o abade Tudeildo (LP 150).

Contudo, como já aludimos, esta solução não parece ter sido duradora, acabando esta fundação – onde se venerava relíquias de São Paio⁴³⁴ – por ser reduzida a uma igreja paroquial dependente do cenóbio leceiro⁴³⁵, como prova documentação posterior. Através do cartulário de um mosteiro nas proximidades, o de São Salvador de Grijó⁴³⁶, já na segunda metade do século que se segue, em 1163, apercebemo-nos da doação de metade da *uilla* de Anta a esta instituição (BF 43), assim como direitos sobre o padroado da igreja – em duas ocasiões (BF 43 e 44) –, por parte de Garcia Gonçalves Neto. Pouco mais de uma década antes, já tinha sido a vez de Godinho Guterres também legar os seus direitos sobre o templo e, não menos importante, a 1/5 parte dos bens na *uilla* (BF 46).

Vimos, assim, o possível sobre São Martinho de Anta, uma das unidades monásticas dependentes existentes para este conjunto, todavia aquém de São Salvador de Leça, não permitindo uma análise mais exaustiva, fosse pela restrição documental e, não menos importante, pelo espaço representado, mais restrito.

3.3. Os demais mosteiros seus dependentes

Nas páginas anteriores fomos apresentando vários mosteiros desta “federação” monástica. Contudo, apesar de algumas menções esporádicas de outras instituições inseridas neste conjunto, a esmagadora maioria concentrou-se na casa-mãe e nas

⁴³⁴ Vide *idem, ibidem*, p. 277.

⁴³⁵ Vide *idem, ibidem*, p. 3.

⁴³⁶ Que foi tratado por Luís Carlos Amaral, embora para uma cronologia bem mais tardia, na segunda metade do século XIV, sendo um importante cenóbio no Entre-Douro-e-Vouga e cuja documentação dos seus primórdios (presente no cartulário Baio-Ferrado) recorremos regularmente em busca de intersecções entre as duas instituições com o património e relações sociais, vide Luís Carlos Amaral, *São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária*, 1.ª edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

dependências mais diferenciadas. Neste sub-capítulo, pelo contrário, queremos focar-nos nessas pequenas residências de religiosos acerca das quais, pelas mais variadas razões, poucas referências chegaram até nós.

Já neste trabalho mencionámos o peso que as instituições religiosas detinham entre as possessões do cenóbio vacariçense, entre os quais os ditos mosteiros, de uma dimensão muito variável – e cuja denominação varia ao longo deste período em alguns casos –, mas, há que sublinhar, igualmente, a importância das igrejas. Estas tinham um peso considerável na organização interna do domínio, tornando-se centros das mais diversas áreas constituintes do mesmo, de alcance mais local e, desta forma, promovendo um contacto mais eficiente, embora executado por via indirecta⁴³⁷.

Retornando à já sobejamente mencionada listagem de bens no Entre-Mondego-e-Vouga, notamos a referência a quatro cenóbios (*LP* 73). Ora, para dois destes, esta é a única referência que se possui da sua existência. São os mosteiros de Louredo e de São Pedro de Montagueime. Já os outros dois, os de Soure e Trezói, têm referências numa outra ocasião, sendo aquele uma carta de doação e este um contrato de aforamento (*LP* 84 e 77, respectivamente). Estes dois últimos testemunhos comprovam a existência de uma comunidade monástica, apesar de exígua, e, por outro lado, que aqueles outros primeiramente aludidos podem deixar dúvidas legítimas sobre a real constituição e projecção no espaço daquelas instituições.

De qualquer forma, em 1043, através da doação do Mosteiro de Soure em testamento ao abade Flórido da Vacariça e seus monges (*LP* 84), percebemos que aquele comportaria quatro religiosos naquele preciso momento – um número modesto, mas que certamente excederia vários outros ascetérios da mesma condição –, colocando-se, desta forma, sobre a dependência de uma casa mais diferenciada⁴³⁸. Se este se insere num período de pujança

⁴³⁷ “Normalmente, como es logico suponer, el marco territorial de estas decanías era de dimensiones reducidas: tierras, derechos diversos esparcidos muy generalmente en varias aldeas, y sobre espacios incultos de los alrededores, pero siempre al alcance de la vigilancia del decano, y situados de tal manera que un hombre a pie pudiera sin esfuerzo visitar en un día los anejos más alejados.”, vide J.A. Garcia de Cortázar, *El Dominio...op. cit.*, p. 211.

⁴³⁸ Reduzido posteriormente a igreja, este espaço corresponderá certamente ao templo em Soure arrasado em 1144 por forças islâmicas e de onde raptaram o presbítero São Martinho de Soure, como testemunha a hagiografia composta para a posterioridade pelos cônegos regantes de Santa Cruz de Coimbra, num plano ideológico muito demarcado, cujos episódios de martirização seriam aspectos valorizados, como se lê na *Vida de São Martinho de Soure*, vide *LS*, n.º 51, pp. 175-183; ou, também, no conjunto hagiográfico oriundo do *scriptorium* destes monges crúzios na segunda metade do século XII, editado por Aires Nascimento, vide Aires A. Nascimento (ed.), “Vida de Martinho de Soure”, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, edição crítica de Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 224-241. Cerca de duas décadas antes temos registo, inclusive, da

do conjunto monástico, embora com uma projecção mais a Norte, o outro cenóbio aparece referido só mais tarde, primeiro em 1064 (LP 73), mas, especialmente, em 1098 (LP 77), já no advento de undecentos e depois da doação da casa-mãe à diocese conimbricense, quando outros quatro indivíduos – e mais alguns não explicitados, “cum ceteris nostris sociis” – requerem ao bispo Crescónio de Coimbra – e, indirectamente, ao abade Salomão da Vacariça – que lhes conceda o usufruto de Trezói, sendo sublinhado a necessidade dos novos locatários o povoassem e valorizassem. Talvez, com isto, se possa supor que se encontrava ao abandono, na marginalidade perante a gestão dominial vacariciense.

Muito antes na cronologia, temos os casos de residências monásticas em Aldoar, Sever do Vouga, Rocas de Sever do Vouga e Vermoim. Todas estas remontam ao século X, ainda que a sua fundação tenha ocorrido por motivações muito diversas. A documentação sobrevivente, por sua vez, também é muito limitada, dizendo sobretudo respeito aos direitos de posse do que propriamente à sua gestão interna e aquisições ou acrescentos de património.

Começamos pela primeira, a portadora das menções mais antigas, apesar de a sua categorização somente oscilar entre igreja e basílica, um provável indicador de exiguidade neste parâmetro⁴³⁹. Em 944, temos notícia que fora edificada, na *uilla* de mesmo nome, a Igreja de São Martinho de Aldoar pelo frade Agion, na herdade que fora de seu pai Zaragauti, também conhecido por Alcetra. Por sua vez, sabemos que este a tinha comprado de Aldieiro – nome que certamente se reflectiu na toponímia. Aproximávamo-nos, desta forma, dos primórdios do estabelecimento dos poderes asturianos e leoneses, o que ajudaria a explicar a antroponímia arabizada destes indivíduos. Era vontade daquele frade que a mesma fosse consagrada pelo bispo Gosendo, ficando depois a abertura para a recepção de “(...) presbiteri, fratres vel sorores qui electus fuerint perseverantes si similiter habeant et possideant omnia quod desursum resonat in ipsa ecclesia.” (LP 526).

Depois disto, não voltaremos a ter menções a esta antes da doação desta por Unisco Mendes e seu filho ao Mosteiro da Vacariça, em 1021 (LP 142), voltando a aparecer

entrega da Igreja de Soure pelo bispo Gonçalo Pais de Paiva de Coimbra ao presbítero Martinho Aires e ao frade Mendo para que a restaurassem, um indicador de um fraco estado de conservação, vide LP, n.º 241, pp. 372-373.

⁴³⁹ Como escreve José Mattoso, “Toujours appelé *ecclesia*, ce petit monastère n’avait probablement plus de moines lorsqu’il fut donné à l’abbé Tudeildus en 1021: (...)”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 2.

definitivamente como igreja na concessão alargada dos mesmos autores, mais tarde, no documento tendencialmente atribuído ao ano de 1035 (*LP* 147). Contudo, dentro da “federação” dependente do cenóbio mealhadense, ficará sob a alçada de Leça.

Pouco mais tarde, em 1041, curiosamente, será disputada pela condessa Ilduara Mendes, esposa do conde de Portucale Nuno Alvites, mas esta acaba por reconhecer a invalidade das suas pretensões face ao abade Tudeíldo, como se lê na narração da forma como este último a obteve⁴⁴⁰ e, de seguida, na confirmação: “Obinde, ego, comitissa, famula Dei, domna Eldura, placuit mihi ut confirmaremus tibi, Tudegildus abba, ipsa ecclesia que supertaxata est, ut abeas et possideas tu ipse et fratribus tuis et qui reliqueris; et accepimus de te, in humilitate, quod mihi bene complacuit: do et dono tibi ipsa ecclesia.” (*LP* 363). Somente três anos depois, Osoredo Trutesendes – não será o mesmo que temos vindo a mencionar junto da mãe – lega em testamento a esta igreja e ao abade Tudeíldo vários bens, como metade de uma leira, junto de outras duas porções de 1/5 na íntegra e parte de uma herdade de Sando (1/15 na íntegra) (*LP* 152). Esta é a última vez que tal unidade religiosa é mencionada durante o período de vigência do mosteiro vacariense.

Um pouco mais a Norte, no que é hoje o concelho da Maia, encontra-se o Mosteiro de São Romão de Vermoim. Este, como já indicámos anteriormente neste capítulo, estava profundamente relacionado com o cenóbio leceiro, sobretudo pela partilha de patronos e por passarem pelo mesmo processo de transição, apesar de parecer ocorrer em momentos diferentes⁴⁴¹. O seu primeiro documento sobrevivente data de 1014, quando Ermengro (a viúva de Rodrigo Gosendes) doa aos ditos protectores de Vermoim o que possuía em Sevilhães, para usufruto dos frades e freiras que nele habitavam, que contaria com a própria família nobre em forma de ascetério privado, assim como dos peregrinos, órfãos e viajantes. Será disputado, tal como o seu “irmão” – a que estava até certo ponto subordinada –, pelos indivíduos que se achavam presumíveis herdeiros de Unisco Mendes e, desta forma, no direito de tomar porções legadas por aquela à Vacariça. Desta forma, processos ocorrerão, sendo o caso de Dona Pala contra o abade Tudeíldo pela posse daqueles um exemplo claro, como já aludimos no início do presente capítulo. Na mesma

⁴⁴⁰ “Et [Unisco e Osoredo] objurgarunt illo loco in suo juri per multos tempus, usquedum testarunt suos monasterios ad Tudegildus, abba, et ad suos fratres, et testarunt ibidem ipsum domum Sancti Martini, cum suis dextros.”, vide *LP*, n.º 363, p. 516.

⁴⁴¹ De facto, o ascetério localizado em Vermoim não aparece identificado na doação feita por Unisco Mendes e Osoredo Trutesendes em 1021 – na qual se inclui Leça –, mas somente no seu semelhante mais alargado e tardio, vide *LP*, n.ºs 142 e 147, pp. 220-221 e 226-231.

situação, está o episódio de 1016, quando toma voz por eles Osoredo, como consequência de uma disputa por bens em Pedrouços.

Tal como a instituição imediatamente anterior, também as últimas menções desta unidade terminam, dentro do universo documental que definimos como base, em meados do século XI, mas, desta vez, associadas aos legados do abade Tudeíldo e respectiva distribuição de prerrogativas pelos seus imediatos, em 1045. Assim, este doa ao abade Flórido da Vacariça, seu sucessor nesta casa mais meridional, metade do ascetério de Vermoim e das suas possessões, que teriam de ser detidos de acordo com o pacto por eles tinham delineado pouco antes, como se lê no documento *LP* 138, que pode ser considerando como a garantia de uma supremacia da sede primordial do conjunto monástico.

Todavia, será reduzido a uma simples igreja paroquial nas décadas de se seguem, como dependente do Mosteiro de Leça⁴⁴².

Seguem-se os mosteiros localizados em Sever do Vouga, amplamente referidos anteriormente neste estudo. Estes estão umbilicalmente ligados, pois estavam proximamente relacionados, tanto geograficamente como quanto ao seu capital humano.

As primeiras notícias surgem em 964 com a concessão por doação em testamento (*textum scripture testamenti et concessionis*) da *uilla* de Sever e da sua *baselica* a Godesteo e Sandino – aos quais se juntavam os seus frades – por parte dos irmãos Sandino e Gosendo Soares (*LP* 139), filhos dos anteriores detentores destes bens, os senhores Soeiro Gosendes e Goldrogodo, dados como falecidos⁴⁴³. Este documento é, por sinal, bastante completo, pois permite-nos saber que já uma estratégia similar tinha ocorrido, quando os pais daqueles concederam a mesma instituição a um outro abade, de seu nome Jacob, que morrera entretanto.

A partir do momento desta acção só temos novas referências para Santo André com o *LP* 135, em 1005, quando o mesmo diácono Sandino faz carta de profiliação dessa casa monástica a Froila Gonçalves, alegando a sua autoridade para tomar tal acção com o facto de a ter herdado em testamento de Sandino, Gosendo e Goldrogodo, como sublinha. Contudo, tal acção será contestada pelos herdeiros destes após a derrota do senhor

⁴⁴² Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 53.

⁴⁴³ Inexistente no presente documento, pode-se identificar o patronímico do pai na obra de José Mattoso dedicada à nobreza medieval portuguesa, vide idem, “As famílias condaís portugalenses dos séculos X e XI”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, p. 99.

descendente dos condes de Coimbra (LP 134), alegando um abuso das prerrogativas por parte daquele clérigo⁴⁴⁴, um episódio a que já aludimos antes por conta dos primórdios do que será a sua casa-mãe. Uma vez recuperado o património, foi devolvido ao mosteiro vacariciense, uma vez que já estava nas suas mãos por concessão do filho de Gonçalo Moniz (LP 129/161).

Entretanto, possuindo o cenóbio dedicado a Santo André, os ditos irmãos clérigos Sandino e Godesteio teriam criado uma outra casa nas proximidades – “monasterio nostro proprio quem ganavimus vel fundamentavimus” –, que o primeiro cedeu em testamento à Vacariça, a primeira referência deste conhecida (LP 126). De nome São Paio de Rocas de Sever do Vouga, este deveria transitar na totalidade para aquela casa após a morte do dito diácono Sandino que, caso não se cumprisse o testamento, nomeadamente por interferência externa, ter-se-ia de se compensar no equivalente ao quadruplo do legado, além do pagamento de cinco talentos de ouro, demonstrativo do significado não só patrimonial e económico, como, presumivelmente, ascético. Em 1005, três anos mais tarde, no mesmo documento supramencionado de profiliação e doação a Froila Gonçalves de Santo André de Sever (LP 135), também é referido, mostrando a pluralidade de bens detidos por estes irmãos religiosos, com as suas “villas et monasteria”. Só quase trinta anos mais tarde, na sua última referência, é que voltaremos a identificar este mosteiro, com o *placitum* entre o abade Tudeildo e seus monges da Vacariça com os presbíteros Froila e Bermudo, de modo a que estes o habitassem sob a autoridade daqueles (LP 145).

Por último, há que destacar o único templo conhecido em meio plenamente urbano sujeito a esta casa, São Salvador de Coimbra. Identificada tanto como *aula* como *ecclesia*, a sua primeira menção (na listagem de bens do LP 73) não indica qualquer modo de obtenção. Isto consagra somente duas hipóteses: i) o Mosteiro da Vacariça já detinha os direitos sobre esta igreja antes da conquista definitiva de Coimbra por Fernando I de Leão, o que nos coloca vários problemas, dada a presumível impossibilidade de existirem estas transacções sob o domínio islâmico – possível caso de permissividade e menor

⁴⁴⁴ Como, de facto, se lê no documento da doação, já citado, “modo vero ratione servata, ut de hac re nichil inde valeatis extraneare, nec ad principem nec ad pontificem nec ad ullum hominem, nisi, ut diximus, habeatis vos et omnis posteritas vestra que viam monasticam deduxerint et fratribus vestris qui in ipsum locum, sub regimine et sub manibus vestris habitare voluerint, firmiter possideant.”. Nesta passagem, os patronos delimitavam a acção dos clérigos que usufruiriam dessa casa, nomeadamente quanto aos seus direitos de transmissão, vide LP, n.º 139, p. 216. Situação esta que Nobre Veloso faz questão de frisar, vide Maria Teresa Nobre Veloso, “Sever do Vouga – Terra de cristãos em tempo de domínio muçulmano – segundo a documentação do Livro preto da Sé de Coimbra”, *op. cit.*, p. 336.

observação dos preceitos jurídicos por parte deste poder?; ii) foi doada pelos conquistadores no curto espaço de tempo que terá mediado entre a conquista e a elaboração do documento, no mesmo ano, no caso de ser efectivamente posterior, pois somente possuímos o ano em que foi lavrado.

Somente mais de uma vintena de anos mais tarde, em 1086, é que voltamos a vislumbrar a uma menção da sua relação com o cenóbio vacariciense, com a doação dirigida a estes por parte de Aires Mendes e esposa, que, adicionalmente, concede-lhe umas vinhas, com vista ao auxílio da causa de redenção de cativos (*LP* 372). A partir da década de noventa do mesmo século, contudo, o seu peso crescente torna-se evidente, com três menções – duas delas doações, *LP* 41 e 174 – em três anos⁴⁴⁵, entre 1093 e 1095. Naquele, dá-se uma doação do extremamente influente e rico senhor local João Gosendes, que lega uma casa a este templo. Neste, Basilissa e herdeiros legam a ermida de São Martinho de Palhais (c. Mealhada), obtida de seus pais, avós e de uma apreensão anterior, já num período em que, de um ponto de vista totalizador, já se inseria na esfera da diocese coimbrã.

Várias décadas mais tarde, posteriormente ao ano de 1133, quando já se implantava e expandia Santa Cruz de Coimbra, dá-se um escambo entre este e São Salvador de Coimbra – que tinha como patronos laicos Alvito Recemundes e Alvito Alvites –, envolvendo duas vinhas com o seu lagar e almuinha em Alkara (c. Coimbra), que foram de Pedro Mendes (um presbítero cónego naquele mosteiro), por um terreno perto dos banhos régios de Coimbra, junto à casa dos monges crúzios e que até aí fora propriedade de São Salvador (*LS* 124).

Vimos, então, nas páginas anteriores, os casos conhecidos de dependências vacaricienses que foram classificadas, em determinado momento, como mosteiros ou, por outro lado, minimamente diferenciadas, detendo património vário, com inclusões reconhecidas documentalmente em vestígios presentemente existentes, neste caso nos cartulários da Sé ou Santa Cruz, ambas da cidade de Coimbra.

⁴⁴⁵ A outra menção trata-se de uma identificação como estando nas proximidades de um bem doado em 1094 por Pedro Eanes e Maria à Sé de Coimbra, vide *LP*, n.º 175, pp. 281.

3.4. Uma concepção federalista do conjunto

Ao longo de todo este capítulo debruçámo-nos sobre as mais diversas dependências de São Salvador e São Vicente da Vacariça, desde ascetérios mais diferenciados e cuja dimensão se poderia até assemelhar à casa-mãe em determinados períodos a pequenos cenóbios, nos quais habitariam um número muito reduzido de religiosos e que se assemelhariam, em muitas características, a simples igrejas ou ermidas – tendo convergido para estas numa evolução algo natural⁴⁴⁶.

No primeiro capítulo do presente estudo, ao pender a nossa atenção para a conjuntura religiosa (mais precisamente do monaquismo hispânico), mencionámos as diversas regras hispânicas, nomeadamente aquelas que terão subsistido à conquista islâmica e à reocupação dos mais variados territórios pelas forças cristãs. Junto destas, seguem-se os preceitos recuperados e readaptados a uma nova realidade que são os séculos IX, X e XI, até serem abandonados progressivamente ao longo da segunda metade do XI – desde Coyanza, em 1055 – e, em alguns casos, ao longo da primeira do seguinte, quando ainda estava em curso o processo que conhecemos como beneditinização, embora associada a outros processos, como a entrada da ordem cluniacense.

Com estas indicações sobre a realidade monástica do Noroeste peninsular, foi possível deixar algumas pistas sobre o mosteiro por nós trabalhado, sobre que traços serão expectáveis e passíveis de se observar na documentação. Vejamos, então, nas páginas que se seguem, diversos indicadores que indiciem uma organização monástica e sua estruturação, nomeadamente quanto às dinâmicas de poder entre o abade e os seus monges.

Além das indicações que já fizemos sobre as questões de dependência e encomendação de outros religiosos ao líder da comunidade, por vezes em forma de “aforamento” – que ignoraremos por agora –, há que absolutamente sublinhar o sobejamente conhecido conjunto documental denominado por “pacto de Tudeíldo” de 21 de setembro de 1045, a que já aludimos anteriormente, nomeadamente no dito sub-capítulo referente à conjuntura político-social no espaço na sua vivência religiosa e monástica. Este mereceu o olhar

⁴⁴⁶ “On ignore si tous les monastères réunis par Tudeildus menaient une vie régulière. Les plus pauvres devinrent probablement très vite des églises paroissiales. Mais trois, au moins, Leça, Vacariça et Anta, continuèrent à abriter des communautés. (...)”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 331. Sobre o binómio igreja-mosteiro, vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, pp. 95-96.

atento do autor norte-americano Charles Julien Bishko, que sublinha a sua singularidade, nomeadamente por ser tão tardio – precede o Concílio de Coyanza em somente uma década – e geograficamente algo distante do espaço tradicionalmente submetido a tais preceitos – o único em território português –, além da inexistência de, até aí, uma real análise e escrutínio⁴⁴⁷.

Um resquício da tradição visigótica, o pacto monástico da *Regula Communis* sobrevive à breve e ténue passagem islâmica pelo Noroeste peninsular, sendo identificada várias outras vezes, não somente por documentos que chegaram até nós classificados dessa forma, mas também pelo cruzamento de referências e menções pontuais noutras cartas⁴⁴⁸. Para o caso sobre o qual nos debruçamos⁴⁴⁹, está-se perante a primeira situação, uma clara minoria.

⁴⁴⁷ Vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, pp. 140-141 e 148. Vide, ainda, José Mattoso, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 13.

⁴⁴⁸ Vide as pp. 72-75, nomeadamente as notas 203 e 204, onde são colocadas as evoluções posições deste último autor ao longo de algumas décadas. “(...) Esta nueva perspectiva fue provocada por Mattoso quien, teniendo en cuenta la pobreza de documentos que recogen el pacto monástico en tierras del actual Portugal, se dedico pacientemente a rastrear los vestígios de esta corriente monástica, poniendo de relieve que, a pesar de no conservarse más que uno – el de Tudeílido – que lo siguiera en su totalidad, había suficientes escrituras en las que estaba presente la impronta de esta tradición monacal (...)”, vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, p. 108. São passíveis de ser identificadas igualmente nesta documentação citações à obra de Santo Isidoro de Sevilha (as *Etimologias*), denotando um conhecimento mais diversificado das tradições visigóticas – junto com a *Lex gothorum*, amplamente citada – e dos preceitos oriundos do Sul da Península, vide LP, n.º 115/140, pp. 176/217 e José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique ...op. cit.*, p. 203.

⁴⁴⁹ “Il y a donc un cas où la tradition wisigothique que est attestée d’une façon exceptionnelle: au monastère de Leça. (...) La plus evidente est le pacte que l’abbé Tudeildus a fait signer en 1045 aux abbés d’Anta et de Leça, au moment de leur laisser ses biens et monastères (DC 342); ce texte reproduit, à quelques omissions près, celui qui suit la *Regula Communis* attribuée à Saint Fructueux. À la lumière de ce document, le groupe d’abbayes constitué par Tudeildus (Leça, Vacariça, Anta, Vermoim et Aldoar), fait penser aux associations de monastères de l’époque wisigothique, prolongées par les congrégations galiciennes des IX^e et X^e siècles, inspirées également de la tradition frutuosiense. On peut voir dans le fait que Leça ouvre ses portes à toutes vocations un autre indice de participation au même courant: en effet saint Fructueux s’opposait fermement aux monastères familiaux. Enfin, une charte rédigée à Leça présente une citation des *Etymologies* de Saint Isidore, et une autre reflète les conceptions littéraires et stylistiques du même auteur”, vide idem, *op. cit.*, pp. 114-115. Este autor sempre sublinhou os contactos evidentes entre instituições da região de Coimbra com as do norte do rio Douro, nomeadamente para o conjunto monástico sobre o qual nos debruçamos: “Em 1971, creio ter provado com testemunhos claros as ligações entre os *scriptoria* da Vacariça, ao sul do Douro, e de Leça, ao norte: há uma *sanctio* que aparece primeiro em Lervão pouco depois de 950; outra que procede de Leça e a seguir se adopta na Vacariça; uma de Moreira da Maia, junto ao Porto, de 1027, surge depois frequentemente na Vacariça desde 1036; (...). As ligações entre mosteiros a sul e a norte do Douro, uns perto do Porto, outros de Coimbra, são, portanto, evidentes. Se não fosse assim, seria concebível que os patronos de Leça oferecessem o seu mosteiro à Vacariça? Que o abade Tudeílido, procedente da mesma região e eventualmente aparentado com esses patronos, como supõe Bishko, tivesse professado na Vacariça e aí fosse eleito abade, antes de regressar a Leça? Onde está, então, a oposição monástica entre Leça e a Vacariça?”, vide idem, “O monaquismo tradicional em Portugal no século XII”, *op. cit.*, p. 171. Vide, ainda, para a sobrevivência das tradições do período hispano-romano-godo, José Orlandis, “Las congregaciones monásticas en la tradición suevo-gótica”, *Estudios ...op. cit.*, pp. 112-115.

Poderemos dividir este pacto em três partes, de acordo com a sugestão de C.J. Bishko para os cinco documentos existentes⁴⁵⁰, embora quatro destes correspondam a duas versões de outras tantas cartas (*LP* 137/148 e 138/150). Intitulados de *Placiti carta* ou *Pacti cartula de Vaccaricia*, estes constituem a apropriação de dependentes pela Vacariça e os outros sucessores⁴⁵¹, como era vontade do abade. Já aquele, muito mais completo e abrangente, vemos com os títulos de *Carta pacti de Leza cum Vaccariza* e *Carta dimissionis ad fratres de Vaccaricia*. O outro (*LP* 153) trata-se do acordo de submissão perante a autoridade da “federação” recém-formada. Contudo, o facto de terem sido somente transmitidos por via de um cartulário, com uma organização algo anárquica, não nos permite perceber como estariam estes documentos originalmente dispostos, sobretudo se tivessem sido grafados num mesmo pergaminho, como sugere aquele autor⁴⁵².

Comecemos pelo *LP* 138/150, que talvez constitua o pináculo de toda esta organização no que compete aos direitos de posseção. Ou seja, tudo isto estava dependente do abade vacaricense e, desta forma, as concessões ao seu sucessor na Vacariça por parte de Tudeíldo constituirão os fundamentos das relações institucionais estabelecidas. Depois dos quase 30 anos que esteve à frente desta casa, nos quais teve a oportunidade de acumular muitos bens, este abade decide concentrar numa última instância todos estes, também debaixo da instituição da qual tinha saído de forma atribulada em meados da década de vinte. Desta forma, conseguia mantê-los de forma coesa, embora consagrando variados e determinados graus de autonomia, mas, *de iure*, conectadas face à casa-mãe por via de uma “federalização”⁴⁵³. No diploma lê-se que:

“Domno nostro Tudeildus, abba, pactum simul et placitum facio vobis, fratribus nostris, Florite, prepositus, et fratribus tuis de cenobio Vaccariza et Petrus et Randulfus, presbiter, et qui hunc nostrum pactum roborare voluerint per scripturam firmitatis, (...), pro parte de acisterio Leza cum ajectionibus suis; et de acisterio Anta cum adjectionibus; et de villa Custodias; et de salinas focae de Leza; et de medietate de acisterio de Vermudi cum adjectionibus suis, quas habeatis et possideatis illos de nostro dato, sicut in testamento resonat, sicut canonica sententia docet. (...)”⁴⁵⁴.

⁴⁵⁰ Vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, pp. 147-148.

⁴⁵¹ Note-se que no *LP* estes dois documentos, que correspondem ao mesmo acto, estão datados diferentemente. Ainda que do mesmo dia, um é do ano de 1045 (*LP* 150), tal como os restantes, e o outro de 1053 (*LP* 138). Podemos assim depreender que este está mal datado e, inclusive, incompleto, pois não inclui o Mosteiro de Anta, ao contrário daquele, vide *LP*, n.º 138/150, pp. 214/241-242.

⁴⁵² Vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 149.

⁴⁵³ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique... op. cit.*, p. 331.

⁴⁵⁴ Vide *LP*, n.º 150, pp. 241-242.

Vemos na passagem supracitada a enumeração de bens partilhados pela comunidade, nomeadamente os mosteiros de Leça, Anta e Vermoim. Como é passível de se ver com a fórmula *fratribus nostris* ou *meis*⁴⁵⁵, dirigida aos monges vacaricienses (sob a autoridade do *praepositus* Flórido) e a outros das demais casas, o superior de todos estes procura criar um conjunto coerente por via de testamento, ainda que não se reflectisse necessariamente no domínio útil das possessões. Muito mais sucinto que os restantes diplomas (que em seguida abordaremos), este parece procurar fazer a conexão entre a Vacariça, o ascetério de onde o abade tinha saído décadas antes, mas, porventura, algo distante do centro de decisão dos superiores e, sobretudo, da cabeça da congregação, e as suas dependências, que seriam destacadas e elevadas nestes acordos pactuais.

Vejamos então o LP 137/148, que constituirá, dentro do pacto, o que diz respeito à sucessão em Leça, sua organização e à sua submissão à Vacariça, sem, todavia, a reduzir a uma mera dependência sem um lugar destacado. Dirigindo-se nominalmente a um número restrito de membros da congregação – identifica os seus nomes, mas, todavia, notamos algumas diferenças significativas entre as duas versões disponíveis –, com o consenso de todos os demais (*fratres et sorores*) que roborarem o documento, o abade Tudeildo afirma a concessão de um pacto – “(...), concedimus ad istos nominatos (...), et quantuscumque in meum pactum roboraverint; (...)”. Determina que:

“(...) post obitum meum, eligimus in patrono iste Randulfus presbiter inquit bonus fuerit et in vita sancta perseveraverit: in suo juro impendat arbitrio; et omnia quanta in testamento priore resonat vel deserviat sive istum accisterium Leza, cum ajectionibus suis, sive quod agimus et quod cum Dei adjutorio, augmentare potuerimus, usque ad obitum nostrum, omnem nostram rem vobis concedimus; e tibi elegimus in post obitum ipsius Radulfi elegimus electus in patrono, si bonus fuerit et in vita sancta perseveverit, in suo arbitrio deserviat, et pro consensu de abbate et de fratribus de Vaccariza. (...). Concedimus vobis omnem rem nostram, sicut sursum taxatum est: post partem vestram sit graditum atque concessum, ut ad servorum vel ancillarum Dei, advenam, pupillum, hospitem et peregrinis, vel ibi in vita sancta perseveraverint, habeant et possideant, (...)”⁴⁵⁶.

Como vemos, fica definido que o seu sucessor no cenóbio leceiro – onde este abade residia há duas décadas e, como tal, tinha todo o interesse em assegurar um lugar de destaque para a sua congregação – seria o presbítero Randulfo, o seu sobrinho, ficando encarregue de todas as suas possessões sem, contudo, afrontar o abade e frades

⁴⁵⁵ Algo visível tanto na arenga como na *validatio* do escatocolo do LP 138/150.

⁴⁵⁶ Vide LP, n.º 137/148, pp. 211/236-237.

vacaricienses, uma vez que necessitaria da “bênção” destes⁴⁵⁷. Tal como o anterior, também considera os bens doados pelo abade – os mesmos que figuram na citação da página anterior, junto de outros doados por Unisco e Osoredo –, cujo usufruto estaria condicionado pelo conteúdo da última frase, além das impossibilidades de transacção. Junta-se, ainda, uma provisão para que se caso os monges com origem no Mosteiro de Lervão os procurarem para aí habitarem, que procedam ao acolhimento, de acordo com a lei canónica⁴⁵⁸.

Este documento é também importante dada a grande quantidade de subscritores, que é, para um dos exemplares, mais extensa e com uma outra organização (LP 148)⁴⁵⁹, parecendo agrupar um determinado grupo de clérigos nas mesmas linhas, o que poderá constituir pistas para a reconstituição da congregação ou das relações com as comunidades leigas envolventes, algo sobre o qual nos debruçaremos no capítulo que se segue.

Sobre o último documento há ainda que destacar o LP 153, o que corresponderia ao *pactum monachorum*, mais explícito nas dinâmicas entre os líderes de cada mosteiro que os anteriores e, por sinal, muito rico em citações bíblicas. Tomam voz nestes os já citados frades Randulfo e Pedro, os sucessores em Leça e Anta, respectivamente, como defende José Mattoso quanto a este último⁴⁶⁰, no qual se lê:

“(…). Pro hac divino ardore accessit ecce nos omnes, qui subter notati sumus, pactum vel placitum facimus Deo et tibi, patre nostro Tudeildus, abba, ut secundum editum apostolorum et regulam martirii, secuti sancta patrum precedentium sanxit auctoritas, uno in cenobio, Christo nos precedente, habitemos; et quicquid, pro salute animarum nostrarum, annunciare, docere, arguere, increpere, imperare, excommunicare vel emendare volueris, humili

⁴⁵⁷ Escreve C.J. Bishko que “By the *pactum monachorum* the Vacariça community in effect acknowledged that Tudeildus was still its canonical governor, although clearly his term of office would have been envisaged as of only brief duration; and this acknowledgement was given in return for an acceptance of the juridical truth that in canon and secular law Leça was still subordinate to the suzerainty of the mother abbey despite the fact that it retained the right to its own patronus and the inalienability of its temporal. Vacariça thus regained *sub modo* long unexercised authority over her Minhotan dependency; Tudeildus secured for Leça, so long his principal base, guarantees of its relative independence and patrimonial security”, vide C.J. Bishko, “Portuguese practical monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 149.

⁴⁵⁸ “Et si venerit de fratribus de Laurbano ad habitandum, habeant vobiscum regulam, sicut lex canonica docet”, vide LP, n.º 137/148, pp. 212/237.

⁴⁵⁹ Embora os dois tenham um número bastante generoso de confirmantes ou testemunhas, o LP 137 tem somente 44 subscricções, face às 59 do LP 148.

⁴⁶⁰ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 334. “(…). Em 1045, pouco antes de morrer, Tudeildo reconhece como sucessor na Vacariça o abade Flórido, designa para lhe suceder em Leça o presbítero Randulfo, e provavelmente para Anta, o monge Pedro. (...)”, vide idem, “Sobrevivência do monaquismo frutuosiense em Portugal durante a Reconquista”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 15.

cordis et intenta mente, desiderio ardente, divina gratia opitulante, inexcusabiliter Domino facere omnia adimpleamus. Quod si aliquis ex nobis contra regulam et tuum preceptum murmurans, sussurrans, contumax, inobediens vel calumniator fuerit, tunc habeas potestatem omnes in unum congregare et, lecta coram omnibus regula, popluare, publice probare et flagellare vel excommunicare, secundum intuitum culpe nostre, unusquisque nostrum reatui suo conjunctus suscipiat. Promittamus etiam Deo et tibi, patri nostro Tudeildo, abbati, ut ex nobis aliquis, sine benedictione de fratribus aut tuo imperio pervintium ad aliqua loca, ad habitandum, transire voluerit, habeatis potestatem incautam ejus persequi voluntatem qui hoc temptaverit, et cimprehensum ad regule sesum reduceret. Et si aliquis devendere voluerit eum, presbiter aut monachus aut quislibet et laicis, et vestram munitionem viderit vel auderit, et ita alterius apud se eum retinere voluerit, communicatio illius irrita sit a diabolo, et participio illius cum Juda traditore sit in inferno, et in presenti seculo excommunicatus permeat ab omni cetu christianorum qui hoc fecerit. (...), adprehenditer sine benedictione abbatis vel sancta commune regule, habeas potestatem super nos in unumquemque qui hoc temptaverit, pro regulari disciplina corripere et acerrime flagellare, ut nos tibi discipuli et ad hoc tibi filii humiles obedientes in omnibus recognoscas, et Christo sine macula nos offeras. (...).”⁴⁶¹.

Ora esta porção não é mais que, *grosso modo*, o *pactum*, com partes com maior ou menor fidelidade ao texto do século VII⁴⁶², mas com a inclusão no seu seio de elementos do próprio caso que celebravam, como o nome do abade. Desta forma, desde o seu início (no preâmbulo, não citado), possuímos neste documento duas porções fiéis à origem – o citado está compreendido entre “et quidquid, (...)” e “(...) conjunctus suscipiat.” –, onde as maiores diferenças ocorrem no latim, a que se junta uma outra fracção, onde as diferenças são notórias, assim como a sua inspiração no texto fundamental. Esta, no início da última frase, tem uma menção explícita à *Regula Communis* (“sancta commune regule”). Ora esta última porção do excerto foi isolada por C.J. Bishko, no seu artigo já amplamente citado neste trabalho, onde a confronta com três outros. O primeiro corresponde a uma porção do próprio *pactum* da *Regula Communis* e os outros dois *pacta* de origem castelhana (um de meados do século IX e o outro do primeiro terço do X). A referência directa à regra não se encontra no texto original, mas somente nos demais, entre eles o de 1045⁴⁶³. É visível, assim, o conhecimento desta e uma possível vitalidade que ainda teria em meados do século XI em determinados meios ao ponto de ditar a organização comunitária não só de um mosteiro, mas daquilo que parece ser uma

⁴⁶¹ Vide LP, n.º 153, pp. 245-246.

⁴⁶² Vide “Reglas monásticas de la España Visigoda”, *Santos Padres Españoles...* op. cit., pp. 208-211.

⁴⁶³ Vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvadore da Vacariça”, *op. cit.*, pp. 150-151.

constituição “federada” de vários cenóbios, sendo o Mosteiro da Vacariça tido como a casa-mãe⁴⁶⁴, embora com um foco de estruturação algo regional.

Fora do texto genérico e estereotipado do *pactum*, é perfeitamente passível de ser observado, no início do texto sob forma de um discurso directo a interpelação por parte dos monges ao seu abade, as dinâmicas de poder, ou não estivéssemos perante a submissão ao máximo superior monástico. O uso de pronomes possessivos é demonstrativo disso mesmo, nomeadamente na segunda pessoa do plural (*noster*, *-tra*, *-trum*), em passagens como “patre nostro”, sublinhando o carácter desta figura central. Prevê, assim, nas linhas que se seguem (um excerto retirado do modelo que deteriam para usufruto da comunidade), diversos castigos para os subordinados que se insurgissem contra este ou a regra que seguem, que iam desde as punições corporais até à excomunhão.

Contudo, o ambicioso projecto “federalista” do abade Tudeildo – que estaria certamente às portas da morte⁴⁶⁵ –, onde parecia desejar uma putativa equiparação de pelo menos parte dos cenóbios dentro do conjunto, parece não constituir uma realidade que se prolongará no futuro, como se percebe no excerto que se segue:

“La tentative de Tudeildus fut sans lendemain. Anta disparut comme monastère peu après 1045. Leça et Vacariça restaient encore sur pied d’égalité en 1055, comme il apparaît à une donation faite conjointement à leurs deux abbés (DC 393 [LP 114/154]). Mais en 1075 on dut juger un conflit entre Leça et Pelagius Gutierrez, et la possession de la moitié des biens disputés fut reconnue à Alvitus, abbé de Vacariça [LP 210]; (...).

Le sort de la «congrégation» réunie par Tudeildus montre le déclin des traditions fédératives pendant la deuxième moitié du XI^e s. La généralisation du régime de l’*Eigenkirche* empêchait de concevoir d’autres rapports juridiques entre abbayes que celui de la soumission fondée sur la propriété. Cette

⁴⁶⁴ Poderemos perguntar-nos em como esta mudança poderá ter mudado as estruturas internas do Mosteiro da Vacariça, da relação com as suas dependências e a presença dos superiores num lugar diferente – mais densamente povoado, menos vulnerável à ameaça inimiga e com a possível prevalência envolvente de um monaquismo com outras valências tradicionalistas – que poderão ter provocado alguma apreensão na casa-mãe e, quiçá, o requerimento de um pacto devido à condição pouco usual em que se encontravam. Escreve José Mattoso que “(...) nesta região o apego à tradição local devia ser muito grande, porque algumas das suas instituições mais características resistiram ainda muito para além da morte do santo [São Rosendo]. A tentativa de restauração de um grupo monástico pactual na Vacariça e em Leça, feito pelo abade Tudeildo em 1025-1045, pode considerar-se uma manifestação clara deste apego. (...)”, vide José Mattoso, “São Rosendo e as correntes monásticas da sua época”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 9 – *op. cit.*, p. 34. Já C.J. Bishko é de outra opinião, considerando que tais acordos decorrem somente da necessidade que Tudeildo terá sentido em assegurar a posição do cenóbio mais setentrional dentro do conjunto “federado”, não se podendo, como tal, associar São Salvadore São Vicente ao tradicionalismo monástico que seguia a *Regula Communis*, vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvadore de Vacariça”, *op. cit.*, pp. 153-154.

⁴⁶⁵ A última menção ao abade data de Agosto do ano seguinte, 1046, quando se dá a doação de Godinho, Teodora e seus descendentes, vide *LP*, n.º 369, pp. 522-523.

conception juridique étant déjà ancrée au début du XI^e s., l'essai de Tudeildus s'avérait être une restauration artificielle et vouée à l'échec"⁴⁶⁶.

De facto, as tendências religiosas e monásticas da época, as ambições dos novos protagonistas, entre outros aspectos, terão certamente encaminhado este acordo para outros termos⁴⁶⁷.

Retomando a citação da obra *Le Monachisme Ibérique et Cluny*, apercebemo-nos da menção ao caso que envolveu o Mosteiro de Leça e Paio Guterres em 1075, mais concretamente no que correspondia a uma disputa pela posse da *uilla* de Recarei e que se saldou pela divisão dos bens (LP 210). Por parte daquele, contudo, tomou voz como líder daquela casa o abade Alvito da Vacariça. Ora, isto não quer dizer mais que o líder da abadia mais meridional “tomou as rédeas” da instituição setentrional, o que constitui numa clara disposição dos poderes na “federação” diferente da proposta trinta anos antes.

O mesmo se pode dizer sobre o expresso num documento cerca de década e meia mais tarde, quando, em 1091, o prior Salomão do Mosteiro da Vacariça e o prepósito Godinho de Leça parecem confirmar esta tradição pactualista entre os dois cenóbios recuando ao passado, mas, ao mesmo tempo, com uma clara ideia de subordinação deste a aquele. Lê-se que “Id autem sepe statutum fuit inter preteritos priores Vaccarice et prepositos Leze” e que “(...), et ut ipse prior [da Vacariça] jam dictus illud monasterium Leza a manu istius prepositi nominati, (...)”. É igualmente expresso o costume do pagamento indiscriminado de metade dos rendimentos leceiros à casa-mãe, vide “(...) sciendum est ut hic prepositus nominatus medietatem de omni quod ad prestitum fuerit abitum vel ganatum ubicumque potest fieri, (...)” (LP 160). Este documento demonstra a existência da lealdade dos superiores de Leça face aos da Vacariça que, ao longo de décadas, parece vigorar de forma clara.

Estes envolver-se-ão, igualmente, como elemento principal em outros actos em latitudes usualmente ou efectivamente dominadas pelo cenóbio leceiro, como o *placitum plantationis* de 1093 com Gonçalo Barones e outros em terras possuídas por aquele (LP

⁴⁶⁶ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 332.

⁴⁶⁷ “(...). Mais après lui [Randulfo], la «congrégation» se désagrègea rapidement: Aldoar, Vermoim et Anta se transformèrent en églises paroissiales et Vacariça fit valoir ses droits sur Leça pour s'imposer comme abbaye propriétaire. (...)”, pois “Ainsi donc, lorsque les patrons d'un monastère pauvre le soumettent à un autre, on peut être sûr que ses jours sont comptés: si tant est que la communauté existe encore, elle est fort réduite et disparaîtra bien vite. On le comprend: la maison propriétaire recevait d'autant plus de revenus qu'il y avait moins des moines dans la dépendance; elle n'avait donc pas intérêt à maintenir la vie régulière dans le monastère dépendant.”, vide idem, *ibidem*, pp. 140-141 e 334, respectivamente.

131) ou, seis anos mais tarde, a venda de Odório Ediles ao abade da Vacariça de uma herdade em Aldoar (*LP* 125), uma transacção que teria sido expectável que tivesse sido praticada pela dependência, dada a disposição dos domínios de ambos. Ora, parece-nos claro que tudo isto se trata de uma demonstração de dominância de um sobre o outro, novamente confirmada pelo envolvimento do bispo Crescónio numa concessão ao Mosteiro de Leça (*LP* 149), mesmo após a Vacariça e todos os seus bens terem sido doados à diocese coimbrã, como tantas vezes já aludimos.

Desta forma, abordámos ao longo deste capítulo as diversas instituições de carácter cenobítico – ou pelo menos que assim o foram em algum momento da sua história – que dependeram da Vacariça, independentemente dos graus de dependência ou cronologia em que parecem ter estado nesta situação. Depois desta disposição, com uma variável – o enfoque propositado em instituições mais diferenciadas como terão sido Anta e, sobretudo, Leça –, deu-se o debruçar sobre o pacto, um elemento ímpar para estas latitudes e cronologia, envolvendo a casa-mãe e as instituições que, nesse momento, mais se destacariam – ou cuja localização geográfica mais se aproximava da área circundante ao rio Douro –, mas que, por outro lado, falha em incluir todos os outros que, por esses anos também daquele dependeriam. Tal, no nosso prisma, seria uma demonstração de um foco regional e algo restritivo, que poderá não corresponder a mais que uma fórmula de tentar resolver a distância que distava entre estes ou a criação de uma identidade por virtude da permanência do líder da congregação por longos anos entre os monges leceiros.

4. Os protagonistas

Finalmente, como temos vindo a remeter em páginas passadas, o presente capítulo procura debruçar-se sobre as pessoas relacionadas com o mosteiro, independentemente da profundidade dos laços. Ou seja, consideraremos os religiosos que nele habitavam, desde o abade, seus monges e outros dependentes, assim como elementos externos, como os benfeitores – nos seus diversos graus – ou como as comunidades da região onde este cenóbio se localizava, enquadrando a evolução social e cultural adjacente à instituição.

A presente organização prende-se com uma visão do topo para a base, primeiro dentro de portas, ou seja, caracterizando desde o abade aos habitantes menos considerados de um mosteiro, às relações com as comunidades envolventes dentro de uma organização social, começando pelos benfeitores até aos habitantes comuns das suas *uillae* e outros espaços nas redondezas.

4.1. Os abades

Sobre os abades vacaricienses, há que notar a existência de um estudo algo exaustivo sobre os mesmos por Mário de Gouveia intitulado “Abaciológico do mosteiro de S. Vicente de Vacariça (séc. XI)”⁴⁶⁸, no qual se incluem todas as referências a qualquer abade ou superior do cenóbio. A verdade é que, face ao conteúdo dos documentos e sua crítica, pouco mais poderemos acrescentar.

Como enfatizámos abundantemente ao longo deste trabalho, a maioria dos documentos – e, como tal, também a maioria das referências documentais – ocorrem no âmbito de transacções de património (sobretudo fundiário), o que nos limita, em muito, na aproximação de um ponto de vista ascético à comunidade, nomeadamente às relações de poder entre os mais variados membros desta, da religiosidade ou das penitências aplicadas (junto com eventuais processos). A grande excepção é, claro está, o pacto promovido pelo abade Tudeíldo, em meados do século XI. Não obstante, o conteúdo daí adquirido, ainda que da máxima relevância, acaba somente por se circunscrever ao período que

⁴⁶⁸ Vide Mário de Gouveia, “Abaciológico do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *op. cit.*, pp. 55-78.

imediatamente se segue e, rapidamente, nos coloca de novo na obscuridão em muitos pontos, como, por exemplo, na ascensão ao assento abacial.

Se aquele promove a sucessão por nomeação, a verdade é que para qualquer um dos demais não temos notícias, sob qualquer forma, o que deixa em aberto o carácter da ascensão ao lugar mais destacado da comunidade⁴⁶⁹. Se, pelo menos para a maior parte da sua história, este cenóbio foi de carácter livre, poder-se-á assumir que, em conformidade, tais desígnios tenham decorrido entre a nomeação directa pelo antecessor ou a eleição. Aquela decorreria certamente de uma percepção por parte do abade de que ele, com este cargo, possuía os direitos dominiais da instituição, o que o levava a escolher um sucessor de forma a legar esta⁴⁷⁰.

Somente para este mosteiro, Mário de Gouveia identifica, com um elevado grau de certeza, sete abades, mas apresenta a possibilidade, embora com reservas, de também João ter desempenhado as funções abaciais, ainda que de forma interina⁴⁷¹.

De seu nome André, o primeiro abade conhecido é mencionado naquele que é também o primeiro diploma conhecido do mosteiro que regia (*LP* 126). Além deste, que corresponde à doação do diácono Sandino, somente mais três documentos o mencionam, com um deles a ser um mal datado (*LP* 91, de 1020), pois no ano apresentado já a instituição se encontrava regida por outro superior. A real extensão do seu governo, como tal, deixa-nos interrogações, na medida em que o seu provável sucessor só é mencionado dez anos depois da sua última alusão segura, em 1006⁴⁷².

De nome Emiliano, o segundo abade conhecido não terá permanecido mais que uma década no assento abacial, na mais generosa das hipóteses, pois temos a garantia que terá falecido – ou sido substituído – em janeiro de 1018, entre os dias 13 e 30 desse mês,

⁴⁶⁹ “Les règles monastiques anciennes se préoccupent toujours de l’élection abbatiale, en vue de garantir, autant que possible, le meilleur choix. Mais il arrive souvent que les circonstances imposent aux moines des systèmes très différents de ceux que les règles prévoient. Dans la Péninsule, c’est la désignation par la communauté, l’évêque, l’abbé prédécesseur ou les patrons; parfois, seuls les moines appartenant à la famille patronale peuvent être candidats. Dans le diocèse de Porto, comme nous le verrons, les patrons tiennent le rôle prépondérant.”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 195-196.

⁴⁷⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 199.

⁴⁷¹ “Aqueles que desempenharam esta função e que se encontram historicamente documentados são, por ordem cronológica de outorga do diploma que atesta pela primeira vez essa condição: André (1002)7, Emílio (1016), Tudeildo (1018), Flórido (1036), Alvito (1047), Ramiro (1086) e Salomão (1090). Todos estes abades surgem na documentação conservada no *LP* da Sé de Coimbra como superiores hierárquicos da comunidade monástica. O único caso que suscita reservas é o de João (1047).”, vide Mário de Gouveia, “Abaciologia do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *op. cit.*, pp. 59-60 e 74-75.

⁴⁷² Vide as menções aos abades: André no *LP* 72(1006), 91(?-1016), 126(1002) e 135(1005); o sucessor, Emiliano, no *LP* 122(1018), 123(1018) e 124(1016). Como se pode ver, existe um hiato na significativo nos documentos com menções aos superiores vacarienses, dificultando a delimitação dos abaciados, vide *LP*, n.ºs 72, 91, 122, 123, 124, 126 e 135, pp. 119, 144-145, 186-189, 191-193 e 207-208.

quando é identificado pela primeira vez à frente da congregação o abade Tudeíldo (*LP* 129/161).

Ora, será este o grande nome do mosteiro e das suas dependências para as próximas décadas, com quase três decénios de um abaciado no qual promoveu de forma muito significativa a expansão fundiária, com as novas influências sociais que consegue aproximar e promover. Além do lado patrimonial, as relações monásticas e ascéticas entre os cenóbios sobre o qual exercia domínio também são de ressaltar, certamente resultado da sua transferência do Entre-Mondego-e-Vouga para a região da Maia, por virtude do perigo provocado pelas incursões islâmicas⁴⁷³, como já tantas vezes aludimos.

Assim, devido à distância face aos “seus frades”, não admira que outro nome tenha surgido para se constituir como o superior da Vacariça, todavia sob a dependência daquele. Este foi Flórido⁴⁷⁴, que aparece já em 1036 intitulado por abade, mas que conjuga com a forma “prepósito” ao longo do seu governo⁴⁷⁵. Mesmo o sucessor de Tudeíldo em Leça, o presbítero Randulfo, somente uma vez aparece designado como abade após a morte do seu tio e antecessor no cenóbio mais setentrional (*LP* 188), apesar de ser mencionado em seis documentos enquanto superior desta comunidade⁴⁷⁶.

Desta forma, cremos que esta forma de tratamento no documento em questão reflete uma ideia da dinâmica organizativa da “federação”, na medida em que remete o portador, em termos práticos, para uma restrição das suas prerrogativas em matérias não só temporais, nomeadamente na gestão do património, como, sobretudo, espirituais, que estaria sempre, pelo menos até à sua morte, nas mãos de Tudeíldo.

⁴⁷³ Por outro lado, poderemos interrogar-nos sobre o real papel deste abade na Vacariça após o seu abandono para outra possessão. De facto, a sua interferência nos documentos vacarienses estando deslocado é muito reduzida ou inexistente, como alerta C.J. Bishko no artigo sobejamente citado, vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 145.

⁴⁷⁴ Que se deve identificar com o frade Flórido que confirma o documento *LP* 142 de 1021, vide *LP*, n.º 142, p. 221.

⁴⁷⁵ Talvez por se tratar de um documento em que está patente o carácter de submissão face a Tudeíldo – claro com a inclusão daquele entre os “fratribus meis” –, o líder de toda a “federação”, aquele apareça com uma intitulação mais modesta, vide *LP*, n.º 138/150, pp. 214/241. Este cargo tem uma tradição própria, que advinha das antigas normas monásticas, desde a *Regula Benedicti* às de tradição frutuosiana (*Regula Monachorum* e *Regula Communis*). Embora diferindo muito pouco das prováveis origens dos preceitos sobreviventes até ao século XI, estes parecem acentuar uma especialização do cargo, sobretudo em matérias de gestão humana e patrimonial dos bens, face à dimensão de índole espiritual do abade, todavia respondendo sempre perante este último. O caso mais paradigmático desta situação para a nossa cronologia é o caso de São Salvador de Celanova e o seu prepósito Crescónio, vide J.M. Andrade Cernadas, *Aproximación a la figura... op. cit.*, pp. 280-282, o que poderá servir de modelo para o caso vacariense, ainda que o tivéssemos de o considerar numa forma muito menos diferenciada.

⁴⁷⁶ A ser usado um, o título mais comum continua a ser o de presbítero, vide *LP*, n.ºs 114/154, 188, 195, 209, 519 e 567, pp. 175-176, 247-249, 298-299, 309, 325-326, 696 e 557.

Contudo, esta dinâmica não deve ter perdurado muito tempo, dado que a morte do superior da federação deve ter ocorrido pouco depois de o *pactum* ter sido firmado, como mencionámos no capítulo anterior quando nos debruçámos sobre este diploma organizativo da comunidade.

O próprio abade Flórido também deverá ter tido um abaciado algo curto, pelo menos quando comparado com o seu antecessor e, igualmente, o sucessor. A última referência a este ocorre em 1057, aquando o seu envolvimento na aquisição de salinas em Esgueira (LP 110), quando quem lhe sucede já tinha sido várias vezes mencionado como líder da congregação. O dito autor Mário de Gouveia resolve isto propondo retirar uma década à data atribuída no diploma, o que colocaria a última menção a 19 de novembro de 1047⁴⁷⁷. Esta hipótese obrigaria à atribuição da sua morte ao período que decorre entre esta data e 20 de dezembro, quando aparece, com alguma margem de segurança, outro nome à frente da comunidade, Dom João (LP 86)⁴⁷⁸. Com outro nível de incerteza – pois implica acrescentar um ano à datação originalmente grafada no *Livro Preto* (de 1046 para 1047) –, há, por sugestão do mesmo autor, a hipótese de o sucessor Alvito ter ascendido ao sólio abacial por se assumir como tal, num outro documento, nesse mesmo dia⁴⁷⁹. Em 1082, governando este, por virtude do sobejamente mencionado litígio entre a Vacariça e João Justes, recua-se a Flórido para mencionar que testou a herdade de Monsarros ao mosteiro que dirigiu (LP 53).

Aparecendo designado este Alvito como o líder vacariciense ainda na década de quarenta, percebemos que terá sido o abade com maior longevidade desta instituição – além de estender claramente os seus poderes às outras comunidades, como se verifica com a intitulação de abade de Leça (LP 210) –, pois o seu abaciado poderia ir desde Dezembro de 1047 (LP 88) – de acordo com o autor que temos vindo a seguir – até, pelo menos, 25 de março de 1086 (LP 101)⁴⁸⁰. Contudo, como tantas vezes já fizemos questão

⁴⁷⁷ Vide Mário de Gouveia, “Abaciológico do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *op. cit.*, p. 69.

⁴⁷⁸ Como já aludimos anteriormente, possivelmente sob a forma de governo interino até que um outro membro assumisse definitivamente a sucessão. Este Dom João talvez se identificasse com o João Mides que grafa e confirma o LP 189 de 1032, quando são doadas algumas propriedades a Tudeíldo e ao Mosteiro de Leça, como sugere aquele autor, vide *idem, ibidem*, p. 75. Na documentação vacariciense e dos seus dependentes, o nome João vai aparecendo com alguma regularidade. É igualmente possível que se identificasse com este religioso o presbítero do mesmo nome que confirma, dita ou lava os documentos LP 134, 185 e 190, respectivamente, entre 1019 e 1038, vide LP, n.ºs 134, 185 e 190, pp. 206, 294 e 303.

⁴⁷⁹ Vide LP, n.º 141, p. 219. Ele aparece em outubro do mesmo ano como presbítero e prepósito do abade Flórido da Vacariça, o que sugere uma relação de proximidade em termos de responsabilidades assumidas perante o seu líder religioso, vide LP, n.º 130/132, pp. 199/203.

⁴⁸⁰ Ou seja, quase quatro décadas como líder desta congregação – ainda que sem grande reflexão na documentação persistente – e, supõe-se, como líder máximo da “federação” monástica ou, pelo menos, do que sobraria dela.

de mencionar, tal diploma deixa muitas dúvidas acerca da sua autenticidade⁴⁸¹. De qualquer forma, existem garantias da sua sobrevivência além do processo que envolveu o seu cenóbio e João Justes (*LP* 53 e 75), como aludimos supra. Sabemos igualmente que no dia 11 de agosto daquele ano já encabeçava a congregação Ramiro (*LP* 372), o que possivelmente colocaria a sua morte entre os cinco meses que medeiam estas duas datas.

Entra-se, assim, nos últimos anos de São Salvador e São Vicente da Vacariça, não só como comunidade livre, mas, também, como uma instituição monástica em funcionamento. São igualmente contemporâneos de grandes mutações nas estruturas monásticas da *Hispania* cristã, potencialmente visíveis em alguns diplomas vacarienses mais tardios⁴⁸². Por exemplo, Alvito, o antepenúltimo líder conhecido, assistiu enquanto governava o cenóbio, a estas transformações, desde regionais às peninsulares, como Coyanza, a expansão no Ocidente de Fernando I de Leão (incluindo a conquista definitiva de Coimbra), o governo de Sesnando Davides, a restauração da diocese coimbrã ou, até, o Concílio de Burgos, em 1080, que consagrou a substituição do rito hispânico pelo romano no *Imperium* de Afonso VI de Leão e Castela.

Foi, por exemplo, com Ramiro que começam a disseminar-se designações e intitulações alternativas a “abade”, sendo a mais célebre e comum a de “prior”⁴⁸³, ocorrendo para o nosso caso pelas primeiras vezes em 1087 e 1088, nos *LP* 33 e 398, respectivamente.

Contudo, o abade Ramiro não deverá ter permanecido muito tempo à frente da congregação, embora seja difícil a definição da janela temporal do seu governo, sobretudo quanto ao seu término. O último diploma em que este participa data de julho de 1093 (*LP* 131), mas o seu sucessor já aparece como líder da Vacariça em agosto de 1090 (*LP*

⁴⁸¹ Todavia, pode não implicar a colocação de todo o documento em causa, nomeadamente a datação, caso assumamos que existe um pré-existente.

⁴⁸² “Com Alvito, Ramiro e Salomão – ou seja, os três abades que antecederam a extinção do mosteiro de Vacariça –, o abade é também identificado como clérigo, mais concretamente como um presbítero ou, mais tarde, como um prior. O número de abades que desempenharam funções como clérigos foi, pois, menos significativo do que o relacionado exclusivamente com o desempenho de funções abaciais: verifica-se na documentação vacaricense uma clara primazia do exercício da função abacial sobre a função clerical. Este facto, conjugado com a cronologia tardia das referências documentais, sugere uma maior proximidade de Ramiro e Salomão, os dois últimos abades do Mosteiro de Vacariça, às directrizes da reforma religiosa ocorrida na Hispânia cristã nos finais do século XI, que passou a preconizar o alargamento das funções clericais no seio das congregações religiosas tradicionais à figura abacial.”, vide Mário de Gouveia, “Abaciologia do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *op. cit.*, p. 61.

⁴⁸³ Para o Ocidente peninsular, para outras latitudes, a sua ocorrência parece ser também coeva, mesmo para as maiores casas monásticas, vide J.M. Andrade Cernadas, *Aproximación a la figura...op. cit.*, pp. 286-287. Para este assunto, vide José Mattoso, “O monaquismo tradicional em Portugal no século XII”, *op. cit.*, pp. 174-181.

255)⁴⁸⁴. Dada a ocorrência de quatro documentos nos quais Salomão toma o lugar mais alto naquele cenóbio antes daquela data, o mais provável passará por um erro de datação do LP 131, que deveria ter ocorrido anos antes do atribuído.

Foi com este último superior que se deu a transferência para a esfera diocesana, permanecendo como dependente do bispo, primeiro de Crescónio e, depois, Maurício Burdino. Tal relação de dependência é visível em vários documentos que sucedem a 1094, desde à casa-mãe, até a dependentes como Leça, como já tantas vezes aludimos.

Segundo Mário de Gouveia, no mesmo artigo que temos vindo a citar extensivamente, o nome deste abade Salomão aparece nas subscrições de dois documentos do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, no cartulário *Livro Santo* (LS 166 e 167). Estes dois diplomas são de 1137, o que se torna problemático, dada a falta de evidência de persistência do mosteiro vacariense para meados do século XII, assim como a inexistência de quaisquer referências para esta personagem durante quase quatro décadas, para voltar a emergir como testemunha na documentação de outra comunidade religiosa. Creio que poderemos pensar na possibilidade de se tratar de uma outra pessoa e estar-se perante um caso de erro na atribuição da identidade

Vejamos, então, *infra*, um tabelamento dos líderes monásticos em questão, sistematizando alguns dos dados e informações dadas sobre estes indivíduos, embora de forma indiscriminada.

Tabela 9 – Abades do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça.

Tabela 9			
Abade	Governo	Dignidade	Fonte – Documento (Ano)
André	1002-[1006-1016]	Abade: 91; 126; 135.	LP – 72(1006); 91(1020); 126(1002); 135(1005).
Emiliano	[1006-1016]-1018	Abade: 122; 123; 124.	LP – 122(1018); 123(1018); 124(1016).
Tudeíldo	1018-1046	Abade: 109; 115/140; 120; 121; 129/161; 134; 137/148; 138/150; 142; 143; 144; 145; 147; 152; 153; 157; 184; 185; 186; 189; 190; 192; 198; 353; 359; 362/511; 363; 367; 369; 516; 520; 521.	LP – 109(s.d.); 115/140(1040); 120(1018); 121(1019); 129/161(1018); 134(1019); 137/148(1045); 138/150(1053/1045); 142(1021); 143(s.d.); 144(1023); 145(1034); 147([1027-1037]); 152(1044); 153(1045);

⁴⁸⁴ O mesmo acontece em 1091, 1092 e em fevereiro de 1093, nos documentos 160, 550 e 41, respectivamente, vide LP, n.ºs 41, 160 e 550, pp. 72, 259 e 734.

			157(1032); 184(1035); 185(1038); 186(1038); 189(1032); 190(1034); 192(1045); 198(1039); 353(1032); 359(1025); 362/511(1037); 363(1041); 367(1037); 369(1046); 512(1041); 516(1035); 520(1046); 521(1043).
Flório	1036(?) - 1046 - 1047	Abade: 84; 93/146; 110; 127; 130/132; 146. Prepósito: 138/150. Frade: 142.	<i>LP</i> – 53(1082)(?); 84(1043); 93/146(1036); 110(1057); 127(1041); 130/132(1047); 138/150(1053/1045); 142(1021).
Alvito	1047-[1082-1086]	Abade: 53; 75); 88; 101; 104; 114/154; 136; 141; 210; 334; 542. Presbítero: 130/132. Prepósito 130/132.	<i>LP</i> – 53(1082); 75(1082); 88(1057); 101(1086); 104(1084); 114/154(1055); 130/132(1047); 136(1053(?)); 141(1046); 210(1075); 334(s.d.). <i>DC</i> – 542 (1077).
Ramiro	[1082-1086]- [1090?]	Abade: 131; 372. Prior: 33; 398. <i>Ducator</i> : 131.	<i>LP</i> – 33(1087); 119[1087-1091]; 131(1093); 372(1086); 398(1088).
Salomão	1090-[1099-?]	Abade: 125; 174; 255. Prior: 41; 160; 550. Presbítero: 160; 173. Reitor: 173.	<i>LP</i> – 41(1093); 77(1098); 108(1099); 125(1099); 160(1091); 173(1094); 174(1095); 255(1090); 550(1092).

Como tínhamos vindo a adiantar, as referências, menções e envolvimento dos abades na comunidade que os rodeia é notoriamente mais visível no abaciado de Tudeílido, que enquadra a esmagadora maioria das alusões documentais, apesar de nem ter tido o governo mais longo de todos os superiores. Isto decorrerá, sobretudo, de um laborioso projecto pessoal e não necessariamente de uma tendência de diferenciação da congregação ou da sua organização com o avançar dos anos e décadas (sucendo-se, na verdade, o inverso nos anos que lhe seguem), como se verifica noutros casos, reflectindo-se numa maior disponibilidade documental.

Observa-se, igualmente, a diversificação das dignidades pelas quais os superiores do mosteiro se intitulavam, demonstrando, provavelmente, uma maior abertura a influências externas – e não necessariamente uma filiação ou aceitação total destas –, nomeadamente fruto dos contactos com as novas tendências religiosas no Ocidente da Península Ibérica,

assim como, paralelamente, a possibilidade de se ver elementos da comunidade a escalarem a hierarquia interna.

4.2. Os monges

4.2.1. A organização monacal

A comunidade como uma unidade jurídica responsável, definida e estratificada encontra-se em formação ao longo do período sobre o qual nos debruçamos, só se encontrando maturada, para estas latitudes, num período bem mais tardio. Como tal, indícios desta consciência unitária não são comuns (ou inexistentes) de se identificar na documentação⁴⁸⁵. Estamos perante, ainda, uma concepção de poder estreitamente ligada à pessoa do abade, como líder temporal e espiritual do cenóbio, estando os monges a ele estreitamente submetidos, embora, para finais do século XI, já se denotem alguns indícios de transição⁴⁸⁶.

Esta comunidade enquadrava um número indeterminado de indivíduos⁴⁸⁷, que, logicamente, não estariam todos numa mesma categoria de envolvimento ascético, com

⁴⁸⁵ “Au début de la Reconquête on employait souvent le terme *collatio* pour désigner la communauté, surtout lorsqu’elle se réunissait en assemblée. Il exprimait la reunion des frères, plutôt que le groupe comme entité responsable. On trouve le même mot et ses synonymes dans les documents de Leça: *congregatio*, *collegio*; ils y sont toujours employés avec un déterminatif: *fratrum*, *monachorum*, etc.

Vers la fin du XI^e s. et au début du XII^e, la communauté est désignée par des expressions comme *omnes fratres* ou l’énumération des diverses catégories de moines qui la composent. Les mots qui désignent l’ensemble sont ceux-là même qui désignent l’habitation des moines: *monasterium*, *cenobium*, *acisterium*, etc. Lorsqu’on se réfère à une entité responsable, on nomme le saint auquel l’autel est dédié. Les coutumes clunisiennes introduites à cette époque ne semblent pas avoir eu d’influence dans ce domaine.”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 209-210. Encontramos referências na documentação do universo vacariense à comunidade como um conjunto no LP 110: “(...), quod serviant integras ad monasterium et vos, domine et pater Floride abba et presbiteros et fratres et congregatio cenobii Vaccarize, (...)”; LP 115/140: “(...), ut fecissent testamentum vel confirmationem ad ipsum locum predictum Vaccariza et ad ipsum pater, (...), et ad collegium monachorum fratrum suorum, (...)” e “(...), nisi ipse abba solum, cum collegio monachorum et fratrum, (...)”; LP 124: “(...), vobis, Emiliano abbati, et collationi monasterii Vaccarize qui in vita sancta perseveraverint, (...)”; LP 136: “Damus vobis, Alvito abbati, et omni congregationi cenobii Vaccarice, (...)”; LP 147: “(...) elegere de uemos arcisterium, in uilla nuncupata Leza, qui iam olim in die rebus norma deducit cum sibi modico commiso congregationi, (...)”; LP 153: “(...), tunc habeas potestatem omnes in unum congregare (...)”, vide LP, n.ºs 82, 110, 115/140, 124, 136, 147 e 153, pp. 168, 176-177/217-218, 188-189, 209, 227 e 246.

⁴⁸⁶ “Le remplacement du vocable *abbas* par celui de prior après 1085 est le premier signe d’un changement de mentalité. Dans le supérieur on ne voit plus tellement le «père», responsable du salut éternel des disciples et chargé de pourvoir à tous leurs besoins temporels, mais plutôt le «premier», le plus digne, le plus «ancien». Dans les chartes où l’abbé intervient comme auteur ou garant d’une action juridique, il fait figure de représentant des moines ou de l’abbaye, et non plus d’une personne agissant seule et de son propre mouvement. La généralisation du sacerdoce monastique aura sans doute contribué au changement. Les coutumes de Sahagún adoptées dans les monastères portugais prévoient que le commentaire de la Règle et les conférences spirituelles pourront être faits par un simple moine: l’abbé partageait ainsi avec des subordonnés son rôle d’initier les disciples à la vie spirituelle.”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 204 e 209-211.

⁴⁸⁷ Nas comunidades mais rigoristas, todavia, o número de doze monges tendia a ser o preferido numa fase inicial, no que compete aos membros desta na sua plenitude, podendo-se conjecturar que, em tempos de

as mesmas responsabilidades hierárquicas, senioridade ou até do mesmo sexo, de acordo com as próprias características de um cenóbio hispânico da Alta Idade Média e Idade Média Central. Desta forma, encontraríamos clérigos, mas também os *pueri oblati*, os *confessi* e, provavelmente, os *conuersi*, entre outros, compondo a *familia*, em forma de *familiaritas*⁴⁸⁸.

Por virtude do estudo do domínio vacariense, várias já foram as aproximações aos indivíduos caracterizados pelos termos supramencionados, nomeadamente no que diz respeito à obtenção de bens legados à casa monástica, de acordo com iniciativas de leigos. Além da índole espiritual que os compelia a fazer doações direccionadas às instituições religiosas para salvação da sua alma ou dos seus entes mais próximos, assim como de outras motivações com uma dimensão temporal, há que destacar aqueles que se submetiam à *uita sancta* no cenóbio, fosse por motivos penitenciais para absolvição das faltas, fosse por uma extrema devoção. Estes constituiriam parte significativa da congregação – embora seja difícil identificá-los –, como veremos de seguida, à medida que se fizer a descida na hierarquia desta casa.

Como já abordámos de forma breve em páginas anteriores⁴⁸⁹, seguindo ao abade do ponto de vista hierárquico, aparecem tendencialmente os prepósitos ou prebostes (*praepositus*). Se em algumas regras, as figuras do abade e do prepósito quase se confundem nas suas funções, noutras têm as tarefas melhor definidas, o que parece ser efectivamente o caso das *Regulae* tradicionais do Noroeste peninsular⁴⁹⁰. O cargo denota carregar um peso sobretudo administrativo, dentro e fora das paredes do mosteiro, podendo inclusive coexistir com outros de igual intitulação. Tal é visível para as fundações mais diferenciadas da península (como Celanova), especialmente na transição do século X para o XI, e, cada um deles, possivelmente, com tarefas distintas ou com diferentes territórios consignados⁴⁹¹. Contudo, para casos com o quais o nosso mosteiro mais se assemelhariam, como Samos, são menos as referências e parecem estar,

São Rosendo, o poderoso Mosteiro de Celanova teria em torno de trinta monges, vide J.M. Andrade Cernadas, *Monxes e Mosteiros na Galicia Medieval*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1995, pp. 41 e 43.

⁴⁸⁸ Sobre estas relações, vide José Orlandis, “«*Traditio corporis et animae*». Laicos y monasterios en la Alta Edad Media española”, *Estudios...op. cit.*, pp. 219-378.

⁴⁸⁹ Vide p. 171, nomeadamente a nota 475.

⁴⁹⁰ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Aproximación a la figura...op. cit.*, pp. 280-282.

⁴⁹¹ Vide idem, *ibidem*, pp. 285-286.

sobretudo, na mesma linha do termo “prior”, isto é, o primeiro entre os monges e o legado abacial⁴⁹².

Este parece estar em conformidade com as informações existentes da Vacariça, que tem Flório a assumir esse papel enquanto vive o superior máximo da “federação” de que faz parte (LP 138/150), para logo depois assumir as responsabilidades abaciais, algo que *de facto* já ocorreria neste cenóbio em específico, tal como sugere um documento anterior a este, onde já tomava a dignidade (LP 93/146). O mesmo acontece com o seu sucessor, o presbítero Alvito, “preposito vestro” (LP 130/132), posteriormente abade. Vê-se, desta forma, que, pelo menos em dois casos consecutivos, o anterior subalterno do superior da comunidade lhe sucede no cargo. Contudo, há carestia de dados, sobretudo em cronologia mais avançada, para poder afirmar que esta estratégia de sucessão para o lugar mais elevado da congregação era a norma e não somente uma exceção.

Depois destes, há que destacar os detentores de “ordens maiores”, nomeadamente de sacerdócio – os monges presbíteros (*presbiter*) –, cada vez com um papel mais relevante, dada a evolução, diferenciação e maturação de casas monásticas como a que aqui tratamos, assim como um indício de influências externas⁴⁹³.

Seria possivelmente deste grupo que saíam os mestres (*magister*), talvez os responsáveis pelo ensino dos *oblato*, que, em princípio, se destinariam à vida monástica. Sem qualquer ofício comunitário específico, de acordo com preceitos posteriores, estavam, então, encarregados de ensinar os jovens que pululavam pelo claustro do cenóbio⁴⁹⁴. Exemplos destes são os mestres Guizoi (LP 72), Ramiro (LP 135), Dulcídio

⁴⁹² Vide *idem*, *Textos Penitenciales y Penitencia en el Noroeste de la Peninsula Ibérica*, [s.l.], Turnhout, 2002, separata de *Latin Culture in the Eleventh Century. Proceedings of the Third International Conference on Medieval Latin Studies*, pp. 32-34.

⁴⁹³ “Le choix de ce mot suggère que les frères promus au sacerdoce sont aussi ceux qui ont atteint la perfection de la vie monastique”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 213. À diferenciação em ordens num mosteiro também corresponderia uma divisão de tarefas, dependendo do número de habitantes e das necessidades da casa cenobítica, podendo ir desde ao labor espiritual, ao *scriptorium* – onde se fabricaria qualquer documento ou utensílio escrito necessário –, à botica, à *schola*, à assistência social ou, também, a gestão do património, vide J.M. Andrade Cernadas, *La vida cotidiana en un monasterio medieval*, [s.l.], Universidade de Santiago de Compostela, 1996, separata de *Las religiones en la historia de Galicia*, pp. 295-305.

⁴⁹⁴ Como se lê no *Costumeiro de Pombeiro*, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 215-216 e 225-226. Com estas possibilidades, os maiores mosteiros tinham a capacidade de formar monges muito mais capazes para celebrar os ofícios divinos que os clérigos responsáveis pelos mais indiferenciados, não raras vezes sem grande formação, vide *idem*, *ibidem*, p. 200. Eram, todavia, cada vez mais raros, dada a expansão das maiores casas. Embora não pareça ser o caso presente, algumas instituições possuíam uma escola, como é o caso de Celanova, onde a instrução de jovens poderia ser mais generalizada, vide José Orlandis, “Notas sobre la «oblato puerorum» en los siglos XI y XII”, *Estudios...op. cit.*, pp. 206-207 e J.M. Andrade Cernadas, *Galicia Medieval. Estudios*. N.º 3 – *op. cit.*, pp. 228-229.

(LP 142), Guterre (LP 142) e talvez Lovegildo (LP 126). Ora estes aparecem todos nas primeiras décadas de registos vacarienses, por vezes com os mesmos a apresentarem outras dignidades associadas noutras ocasiões⁴⁹⁵, o que demonstrará uma provável rotação destas tarefas ou a ascensão dentro da estrutura comunitária.

É difícil identificar, salvo algumas excepções, membros da congregação. A documentação é, na maioria das vezes, bastante estéril, tomando o líder desta quase sempre a dianteira, ocultando os demais habitantes da instituição. Assim, estes são incluídos em fórmulas genéricas que remetem para um singular colectivo sem os mencionar. Exemplos disso são as já mencionadas referências à *congregatio* ou à *collatio*. Mais comuns são as constantes menções aos “seus frades” ou “monges”, quando o autor jurídico se dirige ao superior. Contudo, alguns diplomas são mais generosos, sobretudo em subscrições, agrupando um conjunto de nomes que poderemos identificar como membros da comunidade ou, em alguns casos, de forma expressa, embora ocorra muito raramente. Um exemplo claro para São Salvador e São Vicente é o LP 142, quando Unisco Mendes e seu filho terão feito a primeira doação, onde legam um número muito significativo e diversificado de bens a Tudeíldo. Nas subscrições, por sua vez, cinco nomes aparecem depois de “Et de fratribus de illo abbate: (...)”⁴⁹⁶. Como se trata da primeira doação desta senhora, quando o cenóbio vacariense recebe como dependente Leça e pré-fuga do abade para Norte, podemos assumir com totais certezas que todos estes nomes correspondem, naquele preciso momento, a habitantes na Vacariça.

Noutros documentos vê-se, como nos de carácter jurídico, uma maior variedade de nomes, como por exemplo o LP 89, quando quatro membros testemunham favoravelmente numa disputa judicial envolvendo a sua casa e o homólogo vizinho

⁴⁹⁵ Ramiro, que talvez se identificasse com o presbítero do mesmo nome que surge quatro décadas mais tarde – embora em documentos da Terra da Maia, o que implicaria que o mesmo tivesse migrado, talvez junto do seu abade –, nos LP 137/148 e 152; Dulcídio, presbítero em 1019 (LP 134), mestre em 1021 (LP 142), frade em 1025 e, por duas vezes, em 1045 (LP 359, 148 e 192, respectivamente), que provavelmente seguiu os mesmos passos que o anterior e seu líder, pois nos três diplomas onde figura entre 1019 e 1025 encontra-se em territórios meridionais e nos demais a Norte, em Leça; já Guterre, que aparece como mestre em 1021, talvez corresponda ao quase-presbítero do mesmo nome que nos aparece como notário de dois documentos de meados da década de quarenta (LP 86 e 141); quanto ao caso de Lovegildo, cremos que será muito mais complexo, na medida em que talvez se identifique com o abade do mesmo nome que aparece na lista de propriedades LP 73, o que implicaria que este, líder de uma pequena comunidade em Monsarros, ao cedê-la à Vacariça (LP 53) – tal significaria que este mosteiro poderia ter adquirido, *de facto*, bens antes do primeiro registo actualmente conhecido, em 1002 –, se teria transferido para esta onde tinha desempenhado outro tipo de funções, vide LP, n.ºs 53, 73, 86, 134, 137/148, 141, 152, 192 e 359, pp. 89, 121, 138, 206, 212/238, 219, 238, 244, 305 e 512.

⁴⁹⁶ São eles o frade Flórido – que possivelmente será o mesmo que ascenderá a abade –, frade Mauro, frade Pedro, mestre Dulcídio e o mestre Guterre, vide LP, n.º 142, p. 221.

Mosteiro de Lorvão – “Nos, fratres de cenobio Sancti Vicenti, (...)”, que são os frades Cristóvão e Sinila, assim como os presbíteros Face Boa e João. Em data indeterminada, exceptuando este último e acrescentando um Tudeíldo, os mesmos indivíduos aparecem mandatados pelo abade Alvito para delinear o acordo entre a congregação e o frade Atão, a quem entregariam vitaliciamente a Igreja de Santa Eufémia de Montemor-o-Velho, para que este a recuperasse (“sacavi illa de mato et edificavi illa quantum potui”) (LP 334). Poderemos assumir, talvez, que isto significaria que estes membros com dignidades ascéticas mais elevadas seriam, muito provavelmente, os imediatos do abade quando este era Alvito, possivelmente na década de oitenta.

Contudo, a dispersão destes por várias casas da “federação” também tornam difícil a identificação e atribuição destes nomes, pois raramente aparecem com a associação ao seu mosteiro⁴⁹⁷. Assim, mesmo que seja perceptível a sua relação com o abade Tudeíldo, o caso mais paradigmático (dadas as conexões evidentes que possui com várias casas), a verdade é que é, em alguns casos, associá-los a uma destas em específico seria extremamente complexo, até pela circulação que ocorreria entre as mesmas, pelas mais variadas razões⁴⁹⁸.

Noutro nível de menor profundidade de envolvimento em responsabilidades ascéticas para com a casa monástica estavam os *confessi*, que supra mencionámos, cuja presença se notaria em algumas outras instituições em terras ocidentais e também para a Vacariça, embora não de forma expressa, mas por dedução e interpretação de alguns indícios, até

⁴⁹⁷ De facto, documentos como o LP 137/148 enquadram nas suas subscrições um elevado número de indivíduos com dignidades religiosas (11/18), uns certamente sem qualquer relação ao cenóbio, mas outros sim, embora sem especificação, vide LP, n.ºs 137/148, pp. 212-213/238.

⁴⁹⁸ Contudo, há alguns casos para os quais é possível fazê-lo, como se lê na seguinte passagem: “(...) Then Tudeildus, acting with the assent of the *fratres* of Vacariça, and in atonement for the sins of himself and his unnamed *parentes*, directs his act to the monk Petrus, the presbyters Electus, Tudeildus and Arias, to Lucidus and Randulfus the Presbyter, and to all subscribers to his pactum. Since the individuals named can all be identified as monks of Leça, while the anticipated subscribers to the pactum can only be monks of Vacariça, once again two abbeys are conjoined.”, vide C.J. Bishko, “Portuguese pactal monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 147. Mesmo nas confirmações observamos o uso de “confrater” para identificar alguns nomes, que seriam também monges leceiros, vide LP, n.ºs 148, p. 238. Quanto às transferências de religiosos, há também a fundação ou absorção de outras comunidades, mas “La incorporación de una iglesia o monasterio particular a una abadía no implica siempre que algunos monjes de la comunidad principal pasaran a establecerse en la nueva casa, como vimos sucedía en algún caso. Muchas veces aquella continuaba teniendo una vida hasta cierto punto autónoma bajo la superior potestad de la autoridad abacial, en calidad de *decanía* o dependencia del monasterio. Estas decanías, pequeñas iglesias, o eremitorios a veces muy distantes de la abadía, los monjes las encomendaban a menudo a clérigos seculares, que atendían al culto y servicio divino y podían estar vinculados a la comunidad por una relación de familiaritas. Esta práctica explica la facilidad con que los monasterios concedían a los clérigos donantes de sus iglesias la facultad de continuar al frente de ellas hasta la muerte, sujetos a la autoridad regular.”, vide José Orlandis, “Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media”, *Estudios...op. cit.*, pp. 159-160.

porque uma instituição ascética desta dimensão e convívio com a tradição teria de contar, certamente, com estes elementos. Junto destes, até por questões de possível sinonímia⁴⁹⁹, os *conuersi*, os que se juntavam ao mosteiro na idade adulta, pelas mais variadas razões. Conseguimos encontrar, com totais certezas, ainda que não para o sujeito do nosso estudo, mas um seu dependente, um caso que demonstra esta situação (LP 209). Alvito Lovegildes doa a Randulfo e São Salvador de Leça o que tinha herdado em Recarei, Gondivai, Custóias e Real, acrescentando “et si venero ad vestram casam, que coliatis me in vestro servitio et in mea hereditate in mea vita;”. Observa-se, assim, neste diploma, uma previsão de entrada do autor jurídico do diploma e a forma como se procederia à passagem da posse dos bens para o cenóbio e as condições necessárias para que ocorresse, nomeadamente o repto para que não as alienassem a outros⁵⁰⁰.

Muitos dos leigos estão envolvidos de alguma forma mais aprofundada com o mosteiro, como já frisámos no capítulo 2 quando nos debruçámos sobre o estatuto social dos autores das doações, em que classificámos parte como “religiosos” e outros como “nobres”. Dada a mais que provável polissemia dos termos pelos quais aqueles aparecem designados⁵⁰¹, é complicado descortinar o seu real papel na comunidade. Isto é, se ocorreria somente como *benefactoria*, com maior ou menor grau de envolvimento, ou se, por outro lado, enquadrava uma sua submissão mais profunda aos preceitos religiosos⁵⁰². Se há casos em que esta situação é evidente⁵⁰³, noutros casos não é tão líquida a

⁴⁹⁹ Há que notar, contudo, os problemas que decorrem do uso do conceito, sobretudo para parte significativa do século XI e sua assimilação a *conuersus*. Mesmo a associação daqueles com a dignidade *monachus* pode ser considerada para a nossa cronologia, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 213-215. A distinção entre os *fratres* e *monachi* é evidente na documentação, como por exemplo na passagem, entre outras, “(...) fratres et monachos ibi persistentes ad ipsum locum sanctorum servitio” (LP 88), embora esta dignidade também apareça associada a um presbítero num mesmo documento em finais do século XI (LP 149), vide LP, n.ºs 88 e 149, pp. 141 e 240. Sobre a origem e transposição para este período, vide igualmente José Orlandis, “«Traditio corporis et animae». Laicos y monasterios en la Alta Edad Media española”, *Estudios...op. cit.*, pp. 245-246.

⁵⁰⁰ José Mattoso identifica este caso (LP 209=DC 395) como exemplo de *traditio* e protecção em forma de *benefactoria*, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 230.

⁵⁰¹ Como se lê na nota 1, “La signification des titres *famulus(a) Dei* et *Famulus(a) Christi* n’est pas claire: on ne sait pas s’ils représentent une simple manifestation de piété ou s’ils correspondent à une condition spéciale, comme celle de *traditus*. (...)”, vide idem, *ibidem*, p. 229 e, também, José Orlandis, “«Traditio corporis et animae». Laicos y monasterios en la Alta Edad Media española”, *Estudios...op. cit.*, pp. 246-250.

⁵⁰² Há casos como o LP 147, entre outros, parecem deixar bem claro o seu lugar entre os que devem beneficiar dos bens aí legados: “Adicimus ad eos locos sanctos vel ad ipsos monasterios (...), cum Dei adiutorio, augmentare potuerimus in vita nostra, post parte ipsius monasterii sit traditum atque concessum, ut ad servorum vel ancillarum Dei, advenam, pupillum, pauperam, hospitem et peregrinum, vel qui ibi in vita sancta perseveraverint, habeant et possideant, (...)”, vide LP, n.º 147, pp. 229-230.

⁵⁰³ Os casos de Unisco Mendes e filho são evidentes para Leça, que o detinham, além de se ler num dos documentos do *pactum*: “Et si aliquis devendere voluerit eum, presbiter aut monachus aut quislibet et laicus, (...)”, vide LP, n.ºs 147 e 153, pp. 227-230 e 246, respectivamente.

associação⁵⁰⁴. De qualquer forma, registámos um número algo expressivo de vinte e quatro referências a estes leigos enquadrando estas fórmulas de tratamento, entre as formas no masculino e feminino, como *famulus/seruus Dei*, *famulus seruorum Dei* ou *Deouotus*. Se, por um lado, é extremamente improvável que todos estes tivessem uma relação mais aprofundada com a instituição ao ponto de a ela – ou aos seus dependentes – se terem recolhido, também nos parece inverosímil a assumpção de que, salvo os casos já isolados, era somente uma afirmação de modéstia, remetendo antes para uma diferenciação de graus de proximidade entre estes e aquela de um ponto de vista estatutário⁵⁰⁵.

Por virtude destas relações, centremo-nos agora na duplicidade dos mosteiros, uma situação algo comum para o Ocidente peninsular para parte da cronologia sobre a qual nos debruçamos, que verificamos também para o Mosteiro da Vacariça e dependências⁵⁰⁶. Comuns, sobretudo, como mosteiros particulares de um núcleo familiar, tendencialmente de dimensões reduzidas, também se alastrou para cenóbios livres e enquadrou-se com o sistema pactual, como seria previsto nas origens, em tempos de São Frutuoso⁵⁰⁷, embora não fosse totalmente coincidente, dadas as mais variadas mutações que ocorreram entre o período visigótico e a “Idade Média Central”⁵⁰⁸.

Várias vezes, ao ler-se os documentos identificados, apercebemo-nos do uso da expressão “fratres vel sorores” ou derivados, demonstrando a provável coexistência naquela casa entre homens e mulheres sob, possivelmente, um certo grau de normativas regulares⁵⁰⁹. Na sua maioria, estas adviriam certamente das relações por elas construídas com determinada casa ou de famílias de benfeitores que se associavam de uma forma

⁵⁰⁴ Como caso de Matilde por transparecer o *benefactum* e pelo qualitativo muito enfático “*famula vestra vel ancilla vestra vel ancillarum Domini ancilla*” (LP 121); Sendamiro Luz é mencionado como “*famulus Dei*” e, ainda mais sugestivamente, “*Domino Deo votum*”, tal como a esposa, que se assume como “*famula*”; Recemundo Maureles sugerido pelo “*Famulus Dei*” ou “*Famulus tuus*” e pela oração relativa “*qui pollicitus sum in plebe Domino Deo votum*” (LP 124 e 130/132); encontra-se outro excerto sugestivo no testamento de Godo Soares, com as devidas reservas caso ainda tivesse descendência, “*(...) pro velamine servorum vel ancillarum Deo de servitio, medicamenta de ecclesia, (...)*” (LP 136), vide LP, n.ºs 121, 124, 127, 130/132, 136 e 153, pp. 184, 188, 193-194, 198/202 e 209.

⁵⁰⁵ Vide José Orlandis, “Sobre la eleccion de sepultura en la España medieval”, *op. cit.*, p. 36.

⁵⁰⁶ Notamos a sua presença em quase uma dezena de documentos, vide LP, n.ºs 101, 147, 189, 191, 195, 197, 519, 521 e 526, pp. 157, 227, 300, 304, 308, 311, 695, 699 e 705.

⁵⁰⁷ Vide José Orlandis, “Los monasterios duplices españoles en la Alta Edad Media”, *Estudios... op. cit.*, pp. 187-193. Contudo, há que assumir que ficaria por aqui a associação entre os dois sexos na comunidade dada a provável visão extremamente negativa sobre as comunidades mistas ou a *tuitio* e a progressiva tendência para as casas de carácter familiar se associarem às maiores instituições.

⁵⁰⁸ Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique... op. cit.*, p. 219.

⁵⁰⁹ Contudo, há que considerar que, acima de tudo, é uma fórmula estereotipada, que não permite mais que observações algo limitadas, vide *idem, ibidem*, pp. 216-221. Vide também Maria Alegria Marques, “Evolução do monaquismo feminino, até ao séc. XIII, na região de Entre Douro e Tejo – Notas para uma investigação”, *op. cit.*, pp. 9-27.

mais estreita ao mosteiro, uma situação que já abordámos anteriormente⁵¹⁰. A profundidade do envolvimento além da habitação poderia variar, pois conhece-se para a península cristã casos de abadessas, governando sozinhas ou lado a lado com um abade⁵¹¹. Para o nosso caso, parece claro que existiria uma clara submissão das *sorores* – se é que as podemos rotular desta forma –, embora exista uma menção isolada a uma abadessa no LP 147 – “(...) sub manu abbatis vel abatisse dicens tramitem invenimus salutare consilium communem axem rerum nostrarum, (...)”. Pode dar-se o caso de ser somente a superiora ou a representante entre aquelas, embora sem assumir um papel ascético e jurídico, estando antes na total dependência do abade de Leça. Isto prende-se com a questão levantada por Mattoso na obra amplamente citada por nós nas últimas páginas: seriam religiosas como *sorores*, ligadas à comunidade – e se sim, que papel em mosteiros masculinos? –, *deuotae* ou, por outro lado, somente *confessae*, num papel análogo aos homens que enveredavam por esta via, integrando-se assim na *familia*⁵¹².

Além desta aproximação, há que considerar as tais intitulações e dignidades que eram associadas a mulheres que se relacionavam de alguma forma com o mosteiro, mesmo que pudessem não estar envolvidas directamente com a comunidade. Como supra mencionámos, esta perspectiva também será problemática, dada a sempre presente polissemia da terminologia. De qualquer forma, encontramos as *deuotae* (LP 93 e 203), *famulae* (LP 93, 121 e 127) e *ancillae* (LP 121, 136 e 147) para o conjunto documental da “federação”. Notamos, contudo, a ausência de outros epítetos como *moniales* ou *uirgines*, identificados em algumas instituições do território da diocese portuense sobre a qual se debruçou Mattoso, assim como as *confessae*, que seriam as penitentes⁵¹³, mas que não conseguimos discernir por via de menções directas.

Independentemente disso, encontramos menções a *sorores* no universo vacariense até no LP 101, a tal célebre doação de carácter duvidoso de Sesnando Davides, datada da década de oitenta do século XI e, muito provavelmente, retocada ou forjada anos mais tarde. No entanto, notamos que a clara maioria dos diplomas onde se lê estas fórmulas

⁵¹⁰ Um exemplo disso mesmo, mas para o outro grande ascetério da região, o de Lervão, na primeira metade do século X, é a doação de Susana e Gondemiro, em que acordam com o abade Mestálio que o cônjuge sobrevivente entraria na instituição (LT 4). Noutros casos, “(...) La incorporación de las iglesias propias va unida muchas veces a la *traditio* de sus propietarios, que podían ser también mujeres. Pasan éstas a ser *sorores* de la comunidad y todos son recibidos en sociedad e en la forma acostumbrada.”, vide José Orlandis, “«Traditio corporis et animae». Laicos y monasterios en la Alta Edad Media española”, *Estudios...op. cit.*, pp. 351-352.

⁵¹¹ Vide idem, “Los monasterios duplices españoles en la Alta Edad Media”, *Estudios...op. cit.*, p. 193.

⁵¹² Vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, pp. 219-221.

⁵¹³ Vide idem, *ibidem*, p. 220.

correspondem a instituições dependentes da Vacariça e não à casa-mãe. Tal decorreria, talvez, do desuso de determinadas fórmulas para esta cronologia em determinados meios face a outros ou a possíveis prevalências regionais.

Contudo, o período por nós analisado e o cenóbio no qual nos focamos não nos permite ter uma visão sobre estas relações no século XI, quando se começam a demarcar para estas latitudes, dadas as influências e pressões “forasteiras”. Mais claramente, os contactos com Cluny, a criação de fundações femininas ou a transição de cenóbios dúplices ou masculinos para femininos, no qual Arouca é um exemplo claro para o Entre-Douro-e-Vouga⁵¹⁴.

Como já indicámos anteriormente, os *pueri oblati* eram um elemento central de toda a casa monástica⁵¹⁵, pois além de formar os religiosos do futuro, também era uma forma de aproximar a instituição aos leigos que aí confiavam a educação dos filhos, particularmente quando também estes a ela se recolhiam – embora existissem diferenças no processo entre os mosteiros livres e os privados⁵¹⁶. Apesar de não existir qualquer menção a uma escola que os educasse, a expectativa para um cenóbio desta dimensão e o significativo número de menções a *pupilli* obrigam-nos a reconhecer definitivamente a sua existência⁵¹⁷, podendo-se ler em passagens como, entre outras, embora de origem leceira: “(...), pupillos vel presbiteros, fratres, sorores que in ipso loco perseveraverint in vita sancta, (...)” (*LP* 191).

São, assim, vários os diplomas onde estes são mencionados, usualmente numa fórmula algo estereotipada, junto dos pobres, peregrinos, hóspedes, cativos, entre outros considerados como alvos de acções caritativas e da fábrica social por parte de benfeitores. Desta forma, o cenóbio também contaria regularmente com forasteiros nas suas instalações, às suas expensas, cumprindo com as obras piedosas exigidas tanto pela

⁵¹⁴ Vide idem, *ibidem*, p. 221. Para Arouca, vide Maria Helena Cruz Coelho, *op. cit.*, pp. 49-53.

⁵¹⁵ Sobre estes, veja-se o artigo de José Orlandis a eles dedicado, vide José Orlandis, “Notas sobre la «Oblatio puerorum» en los siglos XI y XII”, *Estudios...op. cit.*, pp. 205-215.

⁵¹⁶ “Il est donc fréquent de rencontrer des abbés instruits. Leur culture dénote qu’ils étaient généralement d’anciens *pueri oblati* et non des *conversi*, catégorie de moines que leur rusticité empêchait même de prendre part aux offices divins.

Quant à leur origine sociale, c’étaient des fils de patrons ou bien des *traditi*. Le premier cas est sans doute le plus commun. On peut tirer argument du titre de *domnus* porté par des parents de plusieurs abbés: (...)”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 200. A entrega destas por parte dos seus progenitores também concebia diversas prerrogativas que os beneficiariam, com compensações que iriam desde direitos de sepultura a *rationes*, vide José Orlandis, “Notas sobre la «Oblatio puerorum» en los siglos XI y XII”, *Estudios...op. cit.*, pp. 210.

⁵¹⁷ Poder-se-ia considerar estes como órfãos a cargo do mosteiro, mas a coexistência num mesmo documento e, até, na mesma fórmula de um termo para estes últimos (*orphani*) insinua que não são a mesma coisa, vide *LP*, n.ºs 110, 127, 130/132 e 136, pp. 168, 194, 199/203 e 210. São mencionados os *pupilli* dentro da “federação”, para além dos agora citados, nos *LP* 137/148, 147, 189, 191 e 197.

tradição da organização comunitária, como pelos reptos daqueles que outrora lhes legaram, que regularmente as exigiam e colocavam como condição ou, até, fim de muitos dos bens doados – caso do *LP* 372 para os cativos.

Além destes, há que mencionar outros dependentes ou associados que faziam parte da *familia* monasterial, que mencionámos pontualmente ao longo do capítulo dedicado ao domínio, quando se justificava, que iam desde os *traditi* que a tantas vezes já aludimos, os *vicarii* (como subordinados que zelavam pela gestão do mosteiro, como a colecta das rendas, por exemplo) e a base de toda a organização fundiária da instituição, os rendeiros (praticamente invisíveis para a nossa cronologia) ou, até, os servos e escravos.

Para a manutenção de um funcionamento saudável e harmonia entre toda esta gente, os preceitos definidos teriam de ser bem observados pelas autoridades do mosteiro. Como tal, a justiça teria de ser aplicada para o castigo e correcção das faltas. Desta forma, a punição da conducta imprópria de monges e outros habitantes era imperativa, vendo-se vários apelos aos religiosos que persigam os faltosos de muitos crimes morais em actas conciliares como a de Coyanza⁵¹⁸, com as penitências subsequentes, inclusive ainda públicas, que poderiam atingir a expulsão da igreja⁵¹⁹.

Num dos diplomas onde foi lavrado parte do pacto – num excerto por nós já citado –, onde o frade Pedro e o presbítero Randulfo se submetem ao abade, lê-se sobre as punições a aplicar aos incumpridores da regra que regeria a comunidade, a *regula communis*, com faltas que incluíam actos conspirativos, desobediência e calúnias, assim que deliberada a culpa dos faltosos em assembleia. Entre aquelas, a flagelação e excomunhão, de magnitude variável, proporcional ao crime e ao comportamento do indivíduo julgado, como previam as ditas normas monásticas que seguiam⁵²⁰. A própria lei visigótica ainda estaria presente, tanto que foi amplamente citada nos documentos da Vacariça e relacionados⁵²¹, demonstrando um carácter algo conservador e tradicional⁵²².

⁵¹⁸ Vide *LP*, n.º 567, pp. 755-757.

⁵¹⁹ Vide J.M. Andrade Cernadas, *Textos Penitenciales y Penitencia ...op. cit.*, pp. 36-37.

⁵²⁰ Vide *LP*, n.º 153, p. 246 e “Reglas monásticas de la España Visigoda”, *Santos Padres Españoles ...op. cit.*, p. 210.

⁵²¹ Vide *LP*, n.º 84, 115/140, 137/148, 147, 189, 197, 512 e 528, pp. 136, 177/218, 212/237, 230, 300, 311, 687 e 707.

⁵²² “(...) la práctica penitencial no sólo aparece mezclada com determinados ámbitos del poder, llamemose así, jurisdiccional – como, por otra parte, puede también verse en algunas disposiciones de la *lex visigoda* – sino que, además, está concebida com una finalidad ejemplarizante, precisamente, por su alcance y dimensión pública.”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Textos Penitenciales y Penitencia ...op. cit.*, p. 38.

Vimos, desta forma, nas páginas anteriores, diversos apontamentos sobre a vida monástica no Mosteiro de São Salvador e São Vicente, recorrendo também a algumas pistas decorrentes da relação com outras instituições dependentes constituintes da dita “federação”. O retrato possível da comunidade ficou severamente limitado nas suas mais diversas vertentes e matizes, pois a exígua disponibilidade documental e tendencialmente relacionada com processos de obtenção de património oriundo de leigos tende a enfatizar o papel destes últimos face à instituição, sendo a vivência interna somente visível numa clara minoria dos diplomas. Isto enquanto os habitantes e religiosos do ascetério são tendencialmente relegados para um segundo plano, usualmente em subscrições, caso ocorram, destacando-se somente os superiores ou os benfeitores cujo grau de envolvimento é de maior profundidade, conseguindo-se descortinar a sua adopção da *uita sancta* e recolhimento à fundação.

Por sua vez, as variações cronológicas nas concessões, dado que corresponde a parte significativa do espólio documental, limita-nos em muito a ilustração da situação institucional, pois não implica necessariamente uma menor pujança ascética e de agregação religiosa de leigos, onde a mesma poderia experienciar dificuldades de subsistência ou manutenção de determinada dimensão, mas pode somente significar que a sua capacidade de expansão tinha chegado a um limite, não sendo adoptada como uma prioridade as políticas agressivas de atracção ou aquisição de bens que se verificam para outros períodos.

4.3. Os benfeitores

4.3.1. As fases

Como é sobejamente conhecido, até pelas constantes menções no presente trabalho, o cenóbio vacariense foi de carácter livre durante a maior parte da sua existência, significando isto que não era detido por nenhum senhor, leigo ou eclesiástico, que não o seu abade. No entanto, é possível que nem sempre tenha sido assim e, desta forma, que determinados indivíduos tivessem uma relação com a instituição que fosse além do que se consideraria como *defensio*, i.e., a defesa, tutela, protecção ou auxílio, como explana o autor galego Amancio Isla Frez⁵²³.

⁵²³ Vide Amancio Isla Frez, *op. cit.*, 124.

Por sinal, encontramos algumas evidências de que, de facto, tal terá ocorrido com São Salvador e São Vicente. Como já mencionámos tantas vezes ao longo do presente trabalho, o conde Froila Gonçalves deteve uma relação de grande proximidade com este cenóbio, relacionando-se com este em moldes similares ao caso laurbanense face aos seus ascendentes. Embora as motivações possam ter sido várias, desde a necessidade a uma opção deliberada, a verdade é que essa decisão terá mudado por completo as dinâmicas monásticas na região e a sua intersecção com o poder temporal. Com isto, o mosteiro vacariciense parece crescer e tornar-se pujante, enquanto o seu homólogo regional definha, encolhendo-se entre as montanhas e vales de Penacova.

Esta fase foi determinante nas primeiras duas décadas e, tendo durado até à expulsão do conde pela ofensiva de Mendo Luz, em nome do monarca leonês, parece ter definido parte significativa da identidade e memória da instituição. Pois, além do conde, também outros dependentes deste favoreceram os monges vacaricienses, como é o caso do colaborante diácono Sandino. Desta forma, parte significativa do património obtido nos primeiros anos estava, de uma forma ou de outra, sob a dependência deste nobre.

Com a queda do poder do conde e a sua provável morte parece ditar, ao mesmo tempo ou pouco antes do que parece ser uma sucessão de abade, uma mudança quiçá algo radical na aproximação e relação do cenóbio a outros indivíduos de grupos sociais elevados. Se, antes deste evento, a maioria dos documentos (incidindo sobre este grupo social mais elevado) estava com aquele relacionado – sendo a única excepção do que parece ser um senhor local, Recemundo Maureles⁵²⁴, mas que uma relação com o conde talvez não seja de excluir –, a verdade é que depois disto os horizontes parecem abrir-se, pois além da resolução de um conflito com prejudicados pela acção predatória de Froila Gonçalves (com os lesados a acabarem por beneficiar a Vacariça), assim como a grande abertura ao norte do Douro. Esta está umbilicalmente ligada à especial relação que a comunidade e, mais precisamente, o abade irá desenvolver com uma senhora da região do Entre-Douro-e-Ave, Unisco Mendes, que doa, junto com o seu filho, uma quantidade muito significativa de bens logo a abrir a década seguinte, permitindo uma adição de património tão significativa que, colocando sob a sua dependência dois mosteiros (em Leça e

⁵²⁴ Vários são os bens doados, sobretudo nas próximas do rio Vouga e na Terra de Santa Maria, que além de fundiários e imóveis, também incluíam objectos para a celebração eucarística, como um cálice, uma patena, uma vestimenta sacerdotal, além de livros e outros, todos importantes para a vivência quotidiana nestas instituições, vide *LP*, n.º 124 e 130/132, pp. 188-189 e 198-200/202-204.

Vermoin) outrora privados e, quiçá, familiares⁵²⁵, criava um outro grande pólo de concentração dominial que, desta forma, passava a atrair a atenção e, como consequência, os benefícios concedidos pela população local.

Com a fuga do abade Tudeíldo para Leça, pois temia as destruições que as investidas islâmicas à região pudessem causar, a proximidade com esta família nobre, que aparenta estar reduzida em grande parte à sua matriarca, a supramencionada Unisco, solidifica-se. A relação parece ser ainda mais reforçada com uma extensão àquela primeira doação⁵²⁶, à qual se acrescenta cerca de duas dezenas de outros bens, favorecendo, desta forma, não só a casa-mãe, de localização mais meridional, mas, sobretudo, as dependências de Leça e Vermoin. Presume-se que tal acto possa ter ocorrido em meados da década de trinta do mesmo século, merecendo, inclusive, a confirmação do monarca Bermudo III de Leão e de alguns dos seus *fideles*, que estariam de passagem pela zona.

Esta ligação parece figurar-se de tal forma próxima que o abade Tudeíldo e Unisco Mendes enfrentam litígios juntos contra outras instituições e pessoas com dignidades importantes (LP 353) e, inclusive, C.J. Bishko chega a colocar a hipótese de estarmos,

⁵²⁵ Estas concessões e proximidades tornavam-se cada vez mais populares pois “La donación por los propietarios de sus iglesias privadas a una abadía regular o sede episcopal se considera como acto meritorio, incluso en una época en que la fundación de una iglesia o monasterio de tal naturaleza se estimaba también obra piadosa y digna de premio eterno.”, considerando que “La condición en que venían a quedar las personas que cedían sus iglesias o monasterios particulares a una abadía regular varió mucho según los casos. Los propietarios laicos que se veían estimulados en su generosidad por las tendencias eclesiásticas y reales contrarias a la institución de la *iglesia propia*, obtuvieron con el derecho de patronato el reconocimiento de unos beneficios limitados, los únicos que la disciplina canónica les confiere en compensación de sus antiguos poderes dominicales. (...)”, vide José Orlandis, “Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media”, *Estudios...op. cit.*, pp. 146 e 156, respectivamente.

⁵²⁶ “(...) Dum ad eandem cenobio perveniremus deservientibus nobis villas vel vllis, vel omnem rem nostram elegi fieri testamentum, ut dictum est, omnem possessionem fundorum, prediorum, opidorum, auri, argenti, pullei, superlectiles sirgo vestibus preciosis, saltem ut quantum in vita nostra possidentes fuimus, vel juris nostri tenere potuimus. (...)”, vide LP, n.º 147, p. 227. Com o excerto citado, percebemos da dimensão e da heterogeneidade da doação, que incluía desde o património fundiário, metais preciosos, vestes, livros, entre outros, demonstrativo da riqueza dos autores do benefício e, também, da sua generosidade face ao cenóbio vacariense e seu abade. Estas dotações diversificadas não eram incomuns, pois “As famílias fundadoras [entre outras, que manifestassem interesse em relacionarem-se com determinada casa monástica] non pensan só en dotar ós seus mosteiros com propiedades territoriais. O seu celo lévaas a subministrar ós cenobios os bens mobles precisos para realizaren estes as actividades litúrxicas propias de calquera centro eclesiástico, é dicir, todo o imprescindible como servicio de mesa da comunidade, roupas e enxoval necesario para as celas e, en fin, as cabezas de gando que virían completar unha riqueza fundacional mais que estimable.” e “(...)”, pode dicirse que se aprecia ás claras un intento de configurar casas monásticas que, dende a súa propia apertura, partan dunha situación de privilexio no económico e no social – teñamos presente neste sendo o anseio de autosuficiencia de tódolos grandes patrimonios señoriais altomedievais –; do punto de vista relixioso e da vida cotiá da comunidade, nada ficaba á improvisación nin á sorte do devir de cada abadía, contando estas dende os seus primeiros tempos contódolos bens necesarios para o alimento material e espiritual dos monxes de xeito que a adicación destes quedase exclusivamente orientada ó ensalzamento do Todopoderoso e á lembranza eterna nas oracións, polos séculos dos séculos, de quen tan xenerosa e ricamente os dotaran.”, vide J.M. Andrade Cernadas, *Monxes e Mosteiros...op. cit.*, pp. 25 e 29, respectivamente.

efectivamente, perante o caso destes dois indivíduos serem aparentados⁵²⁷. Esta ideia que parece ter-se fixado e aclara parcialmente, possivelmente, a nossa visão quanto a alguns processos, como a provável mudança da política monástica com a subida à dignidade abacial daquele – que, desta forma, se convertia num clérigo de origem nortenha a liderar uma comunidade de fronteira –, as doações generosas daquela quando muito pouco o faria prever nos anos que se antecederam às mesmas e o local escolhido como destino da fuga, embora esta decisão talvez se possa atribuir na sua totalidade ao facto de estas possessões já serem detidas em parte pelo cenóbio e comunidade vacariciense⁵²⁸.

De facto, além destes dois indivíduos de estirpe nobre não parece existir qualquer outro indivíduo deste grupo social (independentemente da sua caracterização mais específica) a ter uma relação de proximidade tão evidente. Não será improvável que, após as mortes destes, a comunidade tenha visto como mais proveitosa uma relação menos privilegiada com um grupo tão restrito de indivíduos e visto benefícios em liberar, salvo a expressão, como uma abadia de carácter livre que era, as relações com outras pessoas, independentemente do grupo social.

Embora a anterior situação nunca tenha impedido o contacto com outros indivíduos, nomeadamente de escalões sociais mais baixos – que, não raramente, precisariam dele para sobreviver, como resultado da sua maior susceptibilidade de terem complicações em contornarem infortúnios –, a verdade é que após o falecimento daquela poderosa senhora da região da Maia – que motiva acesas confrontações pela sua herança – encontramos mais nomes que inserir-se-iam como exemplos de “infanções” ou de uma camada de proprietários com bens significativos, como Sendamiro Luz (*LP* 127), Goda Soares (*LP* 136), Truitino Halaf (*LP* 114/154) ou até o mesmo Recemundo Maureles (*LP* 124 e 130/132), que só volta a aparecer após a morte de Unisco Mendes, ao passo que em vida desta, somente a família e descendentes de Froila Gosendes parecem criar laços de

⁵²⁷ Vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, 145. E, entre outros, José Mattoso, “O monaquismo tradicional em Portugal no século XII”, *op. cit.*, p. 171.

⁵²⁸ “Two things may be conjectured: some degree of blood relationship between the abbot and the line of Trutesindo Osoredos, and the possible trans-Douran provenance of Tudeildus himself. If these suspicions could be verified they would help explain the donation of 1021 and clarify why, when Tudeildus left Vacariça ca. 1026 and sought asylum from a Muslim invasion of the Baixo Mondego, he took shelter at São Salvador de Leça and remained there as its abbot during the last twenty years of his life.”, vide C.J. Bishko, “Portuguese pactual monasticism in the eleventh century: the case of São Salvador de Vacariça”, *op. cit.*, p. 145.

alguma profundidade com o abade Tudeíldo (*LP* 185, 186 e 367), mas noutro espaço e quanto a outra casa monástica, o Mosteiro de Anta.

Com efeito, como mencionámos supra, os indivíduos mais indiferenciados nunca deixaram de beneficiar o mosteiro, embora tal ocorresse como necessidade e como resultado de contrapartidas, como explanámos na parte dedicada às doações do segundo capítulo do presente trabalho. A mesma coisa ocorria com os religiosos – ou detentores de bens deste carácter, mesmo que leigos⁵²⁹ –, que pelos mais variados motivos, também escolhiam beneficiar as maiores casas religiosas, monásticas ou seculares – ou delas receberem benefícios –, de uma forma algo constante. Usualmente, estes detentores de espaços humildes de muito reduzidas dimensões acabavam por preferir outro tipo de encargos, tanto por questões temporais, como espirituais, com maior segurança ou, não menos importante derivado, da paulatina mudança de mentalidades que, com o desenrolar daquele século, ia marcando a diferença⁵³⁰.

Nas últimas décadas do século XI, contudo, a menor quantidade de documentos será possivelmente o reflexo de um estabelecimento já algo maturado dentro do quadro

⁵²⁹ Como escreve José Orlandis, “(...) abundan más los documentos en que el mismo clérigo regente de la iglesia o monasterio figuraba también como dueño, y es quien otorga la donación. Cesiones de iglesias hechas por sus diversos copropietarios fueron también fructuantes, y en tal caso, si alguno de ellos era clérigo, podía quedar más estrechamente ligado que los demás a la casa o comunidad favorecida.”, vide José Orlandis, “Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media”, *Estudios...op. cit.*, p. 153. Esta percepção por parte de indivíduos coevos parece verificar-se para a nossa documentação na relação entre o diácono Sandino e o conde Froila Gonçalves, nomeadamente com a obtenção do Mosteiro de Santo André de Sever de Vouga por este através daquele, que, contudo, será desfeita mais tarde, considerando a ilegalidade da acção, vide *LP*, n.º 135, pp. 207-208. Potencialmente, também o caso da Igreja de São Miguel de Recardães, doada à Vacariça em parte pelo presbítero Salãma no ano de 1018 e, quase três décadas mais tarde, por Recemundo Maureles, embora seja difícil de perceber se as partes coincidiam ou não, mas poder-se-á estar perante um caso de sobreposição, vide *LP*, n.ºs 123 e 130/132, pp. 187-188 e 199/203.

⁵³⁰ “(...) Los clérigos titulares de iglesias propias se entregan muchas veces con ellas a los monasterios regulares, y se testimonia, igualmente, la progresiva absorción por éstos de las pequeñas comunidades surgidas por doquier, y que a la sombra de un gran cenobio buscarían la continuidad y la garantía de una fiel observancia que por sí mismos eran incapaces de asegurarse. (...)”, vide José Orlandis, “«Traditio corporis et animae». Laicos y monasterios en la Alta Edad Media española”, *Estudios sobre Instituciones Monásticas Medievales*, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1971, pp. 353-354. Também “Incorporados a las grandes abadías por espontánea iniciativa de sus propietarios, estimulados por las tendencias del Poder eclesiástico y real, los donantes se ligaron más o menos íntimamente a la comunidad de aquéllas y recibieron el hábito monástico o al menos los beneficios espirituales de la fraternitas. El régimen de patronato ofreció, entre otros derechos, la posibilidad de mantener una cierta vinculación de las iglesias cedidas a la stirpe que antes las había poseído y que quizá había constituido en ellas un pequeño cenobio doméstico de rasgos gentilicios.”, vide José Orlandis, “Los monasterios familiares en España durante la Alta Edad Media”, *Estudios...op. cit.*, p. 164. Há ainda que considerar que, após 1055, com a realização do Concílio de Coyanza, a posse plena ou repartição de direitos destas instituições religiosas e igrejas passou a ser condenada, o que impõe mudanças algo significativas na dinâmica da relação entre os proprietários destas e as respectivas casas, que transitaria para a posterioridade sob a forma de patronato, vide idem, *ibidem*, p. 154.

regional, além de uma maior concorrência institucional a que estaria sujeito, nomeadamente pelo gradual renascimento do Mosteiro de Lorvão, mas, sobretudo, da restauração da diocese, que absorveu muito do potencial de crescimento, concentrando em si a atenção de muitos particulares na hora de legar ou vender bens.

Vê-se a aproximação, contudo, de alguns membros da elite local ao mosteiro, aparecendo com alguma regularidade a relacionarem-se de forma directa, mas, acima de tudo, de forma indirecta, com as subscrições que fazem nos mais variados diplomas. Exemplos do primeiro caso são João Justes (*LP* 53/75 e 83), João Gosendes (*LP* 41) e, mesmo que parcialmente de forma improvável, Sesnando Davides (*LP* 101 e 108)⁵³¹ – de qualquer forma, verificamos a sua presença e/ou dos seus *fideles* noutros documentos vacarienses, nomeadamente naqueles que envolvem algum tipo de conflito judicial⁵³². Esta última fase anterior à doação à diocese conimbricense pelos condes galegos talvez se aproxime e associe (embora possivelmente com conflitos pelo meio) às vicissitudes do governo local pelo alvazir Sesnando Davides, desde a recuperação pelos cristãos da cidade de Coimbra e parte significativa da sua área envolvente, que, indubitavelmente, estimulou o crescimento de uma cultura local muito específica como resultado de sincretismo entre os pólos de poder dominantes, o islâmico, a Sul, e o cristão, a Norte.

Depois destas aportações relativamente ao património e às relações sociais, o papel do mosteiro face à sociedade que o envolve torna-se cada vez mais obscuro – quando anteriormente também não pautava por clareza –, até eventualmente se desvanecer nas décadas que se seguem sem deixar rasto.

⁵³¹ Perante um processo judicial sobre uma herdade em Araze de, nas proximidades de Montemor-o-Velho, o abade Salomão e o Mosteiro da Vacariça alegam ter recebido em testamento esse mesmo bem de Sesnando Davides, mas o documento não chegou até nós, contudo, pelo que só por via indirecta possuímos conhecimento desta acção, o que, por sua vez, dado o carácter complexo da situação, ter-se-á, sempre, de a considerar algo duvidosa. O que se tornaria ainda mais suspeito com a questão de, aparentemente, a *uilla* de mesmo nome onde se situaria a herdade ter sido transmitida à filha deste, Elvira Sesnandes, pelo mesmo alvazil, em 1087, como se lê no *LP* 19/78. Todavia, com o *LP* 53 notamos a existência de uma decisão favorável em forma de confirmação ao mosteiro por aquele em 1082, no dito conflito contra o saião João Justes (por ele mandatado) – “Et per tale accio, obinde ego, alvazil domnus Sisnandus, placitum vel dimissionem facimus vobis, domno Alvito abbati, pro parte de illa hereditate, (...), por parte que non calumpniemus vos, pro ill hereditate, de hodie vel tempore seculorum, non per me non per sagionem, non per potestatem, non per ulla arte imittente, non pro ullaque actio, non nos, non filli, non posteritas nostra non ullus homo pro nullaque actio.” –, vide *LP*, n.ºs 19/78, 53 e 108, pp. 39/126, 90 e 165.

⁵³² Outros exemplos destes indivíduos com relação com a Vacariça são: o alvazil Mendo Baldemires (confirmante no *LP* 82); Belido Justes (envolvido em processo no *LP* 53); há ainda o caso do conflito com Paio Soares (*LP* 108), alcaide em nome do conde Henrique da Borgonha, vide *LP*, n.ºs 53, 82 e 108, pp. 89-90, 132-134 e 165-166.

4.3.2. Os estratos sociais

A exposição anterior de fases de convivência de São Salvador e São Vicente com a sociedade de fronteira do século XI apresentou, inegavelmente, um enfoque nos grupos mais privilegiados, pois os traços para a sua identificação e definição são, apesar de tudo, verificáveis com maior clareza. Desta forma, também infligiam pressões mais expressivas e determinadas na forma como uma comunidade regular abordaria a sua relação com o século pois, enquanto benfeitores e membros leigos influentes da *familia* monasterial, a sua transposição para a o universo documental e arquivístico ficava facilitada.

Seguindo os critérios anotados na parte dedicada às doações no segundo capítulo do presente trabalho⁵³³, que consideram como grupos a nobreza – com um cargo ou título diferenciador (eventualmente, quando possível, será também feita a conexão por ligações familiares), incluindo a elite local na equação –, o clero e os pequenos ou livres proprietários, vejamos a listagem em forma de prosopografia no volume II⁵³⁴, contabilizando todas as menções dos indivíduos relacionados nos mais variados graus ao mosteiro, onde se isola os títulos, cargos ou dignidades detidas pelos indivíduos, funcionando como forma de identificação da sua posição social, independentemente da natureza do diploma e do seu papel neste (autor ou receptor jurídico, confirmante ou testemunha, além de simples menções isoladas).

Embora os elementos dos grupos mais diferenciados socialmente como a nobreza e a clerezia sejam muito numerosos, a verdade é que a maioria dos nomes mencionados parece corresponder ao que designaríamos de pequenos proprietários livres, englobando todos os seus matizes, embora este mesmo grupo possa ser, também ele, bastante heterogéneo, sendo bastante difícil de discernir estes últimos de qualquer um dos outros caso quando não sejam identificados pelas suas dignidades ou elementos de distinção, o que aconteceria recorrentemente.

Imediatamente anterior à presente subdivisão, ao tratar das fases das relações entre privados, a comunidade e as respectivas possessões, tal como já fizéramos anteriormente, com profundidade variável, a respeito da *familia* monasterial, do domínio do mosteiro e

⁵³³ Vide pp. 100-101.

⁵³⁴ Tendo como critérios os apresentados entre as pp. 8-13 do segundo volume da presente dissertação.

das suas dependências⁵³⁵, acabámos por já nos debruçar sobre os ritmos de expansão ou recuo da influência das camadas mais prósperas e influentes dentro desta esfera.

Não obstante, parece-nos importante a focagem nas comunidades em torno da instituição de uma forma mais abrangente, sobretudo para um período da história regional tão crítico e pródigo em continuidades ou rupturas sociais, motivadas pela guerra e migrações, pelo confronto com influências externas, mas que necessitaríamos de aprofundar quanto à forma pela qual se manifesta, ou não, na casa que trabalhamos.

4.4. O mosteiro e as comunidades

Já muitos apontamentos sobre a sociedade do condado coimbrão foram de alguma forma explorados ao longo das páginas anteriores. Todavia, o envolvimento do cenóbio com a população da região, além de uma visão centrada na obtenção de bens e dividendos vários, numa lógica de gestão e controlo territorial, parece-nos ser algo limitado.

Entre os documentos por nós isolados e delimitados dizendo respeito a terceiros, mas lavrados na casa-mãe, não encontramos qualquer exemplar, ou, pelo menos, um que subentenda sem margem para dúvidas essa realidade, ao invés do caso de Lorvão e do seu *LT*, mas, sobretudo, e ainda mais claramente, da dependência de Leça, onde se terão conservado muitas cartas envolvendo outros na sua área de implantação desde meados do século X⁵³⁶. Não encontramos, também, qualquer notícia específica, de carácter histórico e memorialístico da fundação, assim como documentos com maior pendor descritivo são uma clara excepção e, pela sua natureza intrínseca, naturalmente ou tendencialmente suspeitos, pois os interesses superiores do ascetério assim o exigiriam. Por outro lado, não nos chegou nenhum outro documento dirigido à Vacariça por parte de outra instituição que não sua dependente ou que a domine, o que significa que temos somente uma fonte, salvo excepções – que por si só é, como seria apanágio, muito problemático –, não se podendo fazer uma confrontação directa a partir de elementos de outra precedência.

⁵³⁵ Para esta matéria, vide o presente capítulo e os dois que o antecedem.

⁵³⁶ Vide *LP*, n.ºs 193(1009), 194(994), 196(1037), 199(1047), 200(995), 201(1040), 203(1025), 204(1008), 205(973), 206(s.d.), 207(1008), 208(989), 211(1010), 362/511 (1037), 366(990), 368(957), 513(1040), 515(691), 516(1035), 517(994), 518(1006), 522(1001), 523(1008), 524(982), 527(1010), 528(1039), 529(1009) e 530(967), pp. 306-307, 309-310, 314-317, 319-325, 327-328, 514-515/686-687, 519, 521-522, 688-689, 691-695, 699-702 e 705-709.

A sua localização numa região fronteiriça, que levou a que fosse mudando regularmente de mãos, e o momento atribuído de fundação se, por um lado, se convertia numa situação vantajosa, por outro restringia o seu potencial de crescimento, dada a instabilidade que adviria para o indivíduo comum, o que se reflectia, evidentemente, no menor povoamento e domínio útil da terra para grande parte desta centúria, entre outras limitações⁵³⁷. Somando tudo isto, apercebemo-nos da dificuldade que é tentar mapear muitas destas estratégias e relações que seriam desenvolvidas naquele espaço e tempo.

Como já aludimos anteriormente, contudo, a *sanctio* dos documentos não raras vezes remete (como beneficiários de uma quebra do contratualizado, em forma de *iudicatum*) para as autoridades seculares locais (como os juízes ou saíões), regionais ou, até, régias, mesmo em períodos de grande indefinição sócio-política neste espaço⁵³⁸.

Associados às comunidades urbanas ou ajuntamentos populacionais minimamente organizados vemos os juízes, que em determinados meios eram magistrados cumprindo “magistraturas” como resultado de deliberações de *concilia* ou assembleias⁵³⁹, de carácter

⁵³⁷ “(...). Esta razão [menor fertilidade dos solos] e também a proximidade do mar, onde pairavam ainda a omnipresente ameaça muçulmana, explicam que o primitivo povoamento tenha ocorrido grosso modo nas zonas mais férteis e protegidas, ou seja, o Campo, os solos argilosos – Barrios – isto é, a Bairrada e nos calcários onde o fácil acesso à água o permitia.”, vide Maria Teresa Nobre Veloso, “A região de Cantanhede segundo os documentos do *Livro Preto* da Sé de Coimbra”, *op. cit.*, p. 172.

⁵³⁸ Entre outros, são exemplos os documentos: *LP* 72, que remete para o rei, com alguma surpresa, dado o ano de elaboração (1006), note-se; *LP* 91, 129/161 e 141, de 1020, 1018 e 1046, respectivamente, onde se lê que “(...) et post parte regi vel qui terram imperaverit, duo auri libras vel temas.”, apresentando estes dois poderes seculares como possibilidade; *LP* 93 e 144, “(...) post parte potestate, qui illam terram imperaverit (...)” o mesmo que o mosteiro vacariçense teria direito, o sétimo do valor doado e o triplo do vendido, respectivamente; já nos *LP* 110, 127, 130/132 e 136 faz-se menção ao juiz, “(...), qui illam terram imperaverit, (...)”; no *LP* 108, mais tardio (no ano de 1099), envolvendo uma disputa judicial entre São Salvador e São Vicente e um indivíduo de ascendente social tão importante como Paio Soares de Grijó (alcaide em nome de Henrique de Borgonha), lê-se sobre o envolvimento do juiz Odório Martins na resolução e aplicação da sentença, a menção a cinco homens-bons, assim como a referência aos cargos “(...) saloni aut maiorinum aut potestas qui illam terram imperaverit;” na *sanctio*. Vide *LP*, n.ºs 72, 91, 93, 108, 110, 127, 129/161, 130/132, 136, 141 e 144, pp. 119, 144, 147, 166, 169, 195, 197/261, 200/204, 210, 219 e 223. Vemos, desta forma, uma tendência para a formação de determinados modelos na elaboração da *sanctio* e, mais especificamente, do *iudicatum*, com uma consistência nas menções aos poderes leigos da região.

⁵³⁹ “En asemblea o concilio realiza variada actividad jurídica de las cuales hay numerosas alusiones. Y es posible que eligieran un «judex», quien juzgaba los delitos de los moradores. Otras veces, el concilio estaba presidido por el conde o el potestad en representación del rey.”, vide Claudio Sánchez-Albornoz *apud* Reyna Pastor de Togneri, *op. cit.*, p. 53. De facto, num período mais tardio como o último quartel do século XI, ainda pré-foral da cidade de Coimbra de 1111, encontramos a figura do alvazil Sesnando Davides a dirigir ou a supervisionar estes concílios deliberativos, a quem recorriam indivíduos ou instituições que desejassem ver determinados direitos reconhecidos ou contestados. Vemos tais situações em documentos como o *LP* 53 e 119, lendo-se nestes: “Et devenimus inde ad concilium sive ad iudicium, in sede Colimbriense, pro ad iudicio facere super illa hereditate de Muzarros integra, (...)” e “Et [as comunidades de Lervão e Vacariça] pervenerunt inde ante domnum Sisnandum, consulem Colimbrie, et ostendit ei domnus Ramirus suas scripturas, et ille jussit eos ire com Pelagio Cartimiriz, qui erat judex Colimbrie et cum aliis testibus idoneis. (...). Et fuerunt ibi Tedom Alvitiz et Jhoannes Alvitiz qui, per jussionem consulis, ipsum

deliberativo e que detectamos algumas vezes no nosso conjunto documental, nomeadamente em conflitos que envolvem o cenóbio e outros. Aquelas, realizadas com a participação dos *boni homines*, constituía um elemento central da organização local e, para alguns casos mais diferenciados, regional. De facto, tal é visível em 1099 para o já mencionado documento LP 108 – “(...) et viderunt bene illud concilium totum de Monte Maiore, ubi erant multorum filiorum bene natorum;” –, onde são citados cinco homens-bons envolvidos como testemunhas na deliberação do conflito entre a casa monástica vacariçense e o alcaide Paio Soares sobre uma herdade em Arazede. São estes João Godins, Olid Belides, Sulaymān Lovegildes, Bermudo Tuines e Paio Fromarigues, que juraram com o abade Salomão da Vacariça sobre a posse daquela propriedade perante uma assembleia reunida na Igreja de São Miguel de Montemor-o-Velho, levando ao reconhecimento por parte do litigante que, de facto, o bem em questão não seria reguengo, mas monástico, como alegavam ter sido legado em testamento por Sesnando.

Retornando aos juízes, vê-se uma extensa disposição destes na documentação da Vacariça e seus dependentes, fosse somente em menções remetendo ao indivíduo como entidade pessoal (com as suas possessões), ao subscritor ou, expectavelmente, em matérias de carácter judicial. Como membros de uma elite local, não surpreenderá, certamente, que se comportem como qualquer outro da mesma ordem social, possuindo bens significativos e subcrevendo documentos como indivíduos influentes da comunidade que eram, como se pode ver no documento de doação do Mosteiro da Vacariça à Sé de Coimbra (LP 82), com o caso do juiz Ramiro, que nesse mesmo ano

territorium mandabat, et dominus Atan, qui erat iudex Vaugae, et Zoleima, archidiaconus, et alii multi homines idonei. (...)”, vide LP, n.ºs 53 e 119, pp. 89-90 e 182. Para outras latitudes, num espaço mais setentrional e com uma sociedade diferentemente organizada face ao Sul – onde, por sua vez, em 1040, o peso das camadas superiores era mais evidente –, verificamos um modelo distinto aos enunciados, pois dependeriam do senhor como intermediário entre este e as comunidades, notando-se a presença do conde Mendo Nunes de Portucale, presidindo ao *concilium*, com a participação dos juízes Mendo Vímares, Paio Sesnandes e Soeiro Galindes num processo que opôs o abade Tudeíldo a nobres que se considerariam herdeiros de Unisco Mendes, desejando apropriar-se de bens que esta senhora tinha deixado à congregação vacariçense, nomeadamente os mosteiros de Leça e Vermoim. Contudo, estes indivíduos e instituições de carácter deliberativo não eram, logicamente, os únicos meios pelo qual o cenóbio vacariçense procurava certificar as suas posses e reivindicar outras, o que explica que muitas indefinições tenham sido analisadas por outros elementos, como foi o caso dos documentos LP 133 e 83, deliberados pelos condes Henrique (por indicação directa do seu monarca, Afonso VI) e Teresa, respectivamente, vide LP, n.ºs 53, 83, 115/140, 119 e 133, pp. 89-90, 134-135, 176-178, 181-182 e 204-205. Sobre os juízes, vide José Mattoso, *Identificação de um País... op. cit.*, pp. 295-296, 504, 506 e 681. Com efeito, no que diz respeito à autoridade de Sesnando sobre eles, estes *concilia* primitivos nunca colocaram em causa os poderes condaís, mas de coexistência ou colaboração, em forma conciliatória, quando não existe uma dependência clara, cujas excepções adviriam do vazio de poder que se poderia verificar, vide J.M. Monsalvo Antón *apud* José Mattoso, “Grupos sociais na fronteira portuguesa (séculos X a XIII)”, *Naquele Tempo. Ensaios de História Medieval*, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2014, p. 369.

também aparece referenciado com a mesma posição numa doação à diocese (*LP* 175). Cerca de uma década antes, certamente identificando-se com aquele – confrontação possível dado o *LS* 59 de 1095 –, já um Ramiro Osório tinha estado envolvido com o dito mosteiro, quando testemunhou a confirmação da posse de uma herdade em Monsarros após o tão sobejamente explanado processo, que envolveu o saião João Justes (*LP* 53).

Outro caso significativo, também supramencionado, é o de Odório Martins, presumivelmente de Montemor-o-Velho, para o caso já tão aludido nas páginas que a esta antecedem (*LP* 108). A mesma coisa se passa no *LP* 119, quando, perante as disputas entre os cenóbios de Lorvão e Vacariça sobre direitos na *uilla* de Recardães, nos apercebemos da participação de um juiz conimbricense chamado Paio Cartemires⁵⁴⁰, que, junto com um Trutesendo Trutesendes – possivelmente um indivíduo com funções análogas –, assim como Tedão e João Alvites, que controlariam parte do território em nome do alvazil, além de um Dom Atão, “juiz do Vouga”, entre outros, procedendo todos a uma perambulação sobre os espaços disputados de modo a verificar a veracidade das escrituras, como de facto certificaram, pelo menos para parte, dada a impossibilidade de se confirmar alguns casais, consideradas as destruições provocadas pela acção militar agressiva do sul muçulmano.

Notamos também a presença de juízes na documentação a norte do rio Douro num espaço associado sobretudo às dependências vacarienses. Aqui é provável que a “magistratura” fosse de um carácter completamente diverso, como mencionámos anteriormente, assemelhando-se ao que poderíamos classificar como senhorial e, até, privado, mais acentuado, ao ponto de se poder confundir com o mordomo, como administrador de terras⁵⁴¹, ao passo que para a realidade mais meridional, sobretudo nos meios rurais, o serviço público, salvo a expressão, estaria mais demarcado. De qualquer forma, quando inseridos num contexto além de referências isoladas ou subscrições, percebemos que, para a nossa documentação, se assemelhariam aos demais, nomeadamente na administração da justiça, dados os elementos que possuímos, embora, muito provavelmente, não fossem eleitos pelas comunidades locais, mas nomeados, pelo menos em alguns casos, para determinadas ocasiões isoladas.

⁵⁴⁰ Indivíduo esse que encontramos com as mesmas funções noutros dois documentos do mesmo período, pela segunda metade da década de oitenta do século XI, nos *LP* 21 e 170, vide *LP*, n.ºs 21 e 170, pp. 42 e 272.

⁵⁴¹ Vide José Mattoso, *Identificação de um País...op. cit.*, pp. 277 e 296.

Assim, são várias as menções a estes para estas latitudes, nomeadamente os juízes Eita Fortunes (*LP* 147 de 1028-1037), Mendo Saseriques (*LP* 210 de 1075), Atão Cristóvão, Ederónio Crescones, Gosendo ‘ibn Izila, mestre Evenando (tenente em nome do conde Mendo Gonçalves na região) e mestre Fávila (*LP* 212 de 1004), a que se juntam Crescónio Atanes, Fernando Vizois, Vilifonso Rodrigues, Adolfo Silones aos dois primeiros destes, além de *filiis bene natorum hominum*, para deliberar sobre outro caso doze anos mais tarde, igualmente envolvendo a família de Unisco Mendes e seu filho Osoredó Trutesendes (*LP* 202 de 1016). Estas mesmas funções eram, assim, responsabilidade de vários indivíduos diferenciados dentro da região, vendo-se isso mesmo novamente com o caso da emancipação das filhas do servo de Unisco Mendes, Crescónio, movido por um processo de ofensa que lhe fora dirigida por Rodrigo Guimires e este acabou censurado por, entre outros juízes, o próprio filho da senhora citada (*LP* 203 de 1025).

Sob a dependência régia, vê-se os maiorinos (ou meirinhos), uns *ministeriales* particularmente presentes no reinado de Fernando I de Leão, quando os condes viram o seu poder esvaziar-se a favor de nobres de camadas inferiores, os denominados infanções, com um poder muito mais restrito que aqueles em termos territoriais e em autonomia, mas que vão materializando com o tempo e a sua acção uma clara ascendência social⁵⁴². Entre estes com aquela dignidade, vemos na nossa documentação para a região a norte do rio Douro, na intersecção com a chamada “federação” vacariçense, o caso de Gonçalo Raupares. Ele próprio um patrono e *defensor* do Mosteiro de Rio Tinto, dele descendem os senhores de Cete e Urrô⁵⁴³, também aparecerá a confirmar o *pactum* feito entre o abade Tudeíldo e os seus dependentes de várias comunidades por ele controladas. Ora, lê-se nessa confirmação que “Gundisalvus Raupariz, maiorinus regis domni Fernandi qui pro jussione ipsius abbatis assignavi et confirmavi ipso acisterio, cum cunctis adjectionibus suis, post parte ipsius Randulfi, presbiteri.” (*LP* 137/148). O seu pai, Raupário Jeremias, por sua vez, aparece cerca de uma década antes (*LP* 147), durante o reinado de Bermudo III, confirmando a derradeira doação de Unisco Mendes ao Mosteiro da Vacariça e seus satélites, na presença do monarca e seus *fideles* – garantidamente, os condes Paio Moniz, Múnio Afonso, Guterre Afonso e Vasco Almeluz –, quando estes passariam pela região.

⁵⁴² Vide idem, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 89.

⁵⁴³ A sua filha Elvira foi criada pela condessa Ilduara de Portucale e casará com um Gonçalo Guterres, da família patronal de Moreira da Maia, tendo o seu neto casado com a patrona de Cete, vide idem, *Identificação de um País...op. cit.*, p. 174; idem, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 218; idem, “A nobreza rural portuense nos séculos XI e XII”, *Obras Completas. José Mattoso*, vol. 7 – *op. cit.*, pp. 185-186.

Várias décadas mais tarde, durante o consulado de Sesnando Davides, voltamos a encontrar a mesma dignidade, mas para a região mais meridional no Ocidente peninsular sob o domínio cristão. Nas subscrições do *LP* 307, lavrado no ano de 1088, é testemunha um tal Gontonizi que se intitula “(...) maiorinus maior et i[m]perabat illam terram de Monte Maior usque in foce de Vauga”, ou seja, um meirinho-mor que sob a sua autoridade detinha a terra de Montemor até à foz do rio Vouga. No mesmo espaço, pelo mesmo período (entre finais da década de oitenta e inícios da de noventa no mesmo século), notamos a presença de Tedão Alvites e João Alvites, muito provavelmente irmãos, que por poder do cônsul, naquele território mandavam (“per iussionem consulis, ipsum territorium mandabant”), como se lê no *LP* 119. Precisamente neste documento na passagem enunciada vemos a emanção hierárquica de poder (*iussio*)⁵⁴⁴ da autoridade máxima no Entre-Mondego-e-Douro para uns seus dependentes.

Algo similar quanto à posição exercida, vemos com o caso de Tedão Galindes, no *LP* 127, datado do ano de 1041. Neste documento faz-se menção a este indivíduo, pois a ele e à sua esposa (Dona Lelolia) Sendamiro Luz tinha comprado uma *uilla*, tendo sido aqueles *imperatores* da cidade de Santa Maria, na terra de mesmo nome. Desta forma, teriam garantidamente o controlo local da povoação e do seu termo, certamente sob a dependência de um *magnate*.

Estávamos, então, num período de clara expansão dos poderes senhoriais, tanto laicos como religiosos, individuais ou institucionais, que ocorria indubitavelmente à custa dos livres e pequenos proprietários, como já explorámos anteriormente, que por sua vez promovia o aparecimento destas posições intermediárias, de contacto com o espaço local. Esta actividade predatória das elites refletir-se-ia na organização social das comunidades e suas liberdades, pois depreendia-se a passagem daqueles à dependência dos mais poderosos.

A Sul, na região de Coimbra, todavia, estes processos são tendencialmente mais tardios, dado o quadro geral do povoamento ser menos denso e o habitat, como consequência, estar menos antropizado, mas também pela formulação de uma organização também algo diferente do ocorrido no Entre-Douro-e-Minho, com um enfoque importante na solução concelhia, garantido um peso significativo para uma elite municipal. A menor definição daí decorrente, certamente também se manifestará na

⁵⁴⁴ Vide idem, “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...* op. cit., p. 547.

volatilidade das dignidades ou na concepção das terras e territórios, que variam constantemente nos diplomas do cenóbio por nós estudado, como já aludimos anteriormente. De qualquer forma, para as regiões mais densas, como em torno ao rio Cértima e parte significativa da restante bacia do Vouga na sua vertente sul – contrastando com a larga faixa a Ocidente, até à costa⁵⁴⁵ –, instituições como os mosteiros de Lorvão e Vacariça para os séculos X e XI, respectivamente, já se tinham expandido de uma forma bastante acentuada, sendo sucedidos nisto, em grande escala, pela Sé⁵⁴⁶. Assim,

“A maré senhorial destrói quase por completo a capacidade de escolha dos representantes da comunidade – mordomos e juízes –, retira-lhes o livre uso e a administração dos pastos e terrenos comuns, impede-os de construírem moinhos, eiras e lagares e de venderem livremente os seus produtos. Fá-lo sobretudo nas terras baixas e nas colinas, mas só parcialmente nas zonas montanhosas, onde as comunidades são mais sólidas e os interesses dos senhores menores. (...)”⁵⁴⁷.

A estas comunidades submetidas ao regime apresentado já nos referimos anteriormente, por virtude de uma aproximação ao domínio vacariciense. Assim, o cenóbio teria como habitantes vários dependentes no seu largo número de possessões, tanto no espaço de exploração directa, na reserva, como indirecta, que constituía a forma à qual estaria submetida a clara maioria das unidades detidas por uma instituição desta dimensão⁵⁴⁸. Possuímos, assim, para a região, aquilo que parecem ser indícios de vilares, casas e *vici* onde viveriam estas pessoas, como supõe Jorge de Alarcão⁵⁴⁹, os quais sabemos que existiam em zonas como, entre outras, Ventosa do Bairro e Recardães (*LP* 119, 120, 130/132, 142 e 148; *LT* 27 e 30). As bulas papais da primeira metade do século XII dirigidas à diocese coimbrã que mencionam de forma breve a doação da Vacariça e seus bens mencionam as “coloniis” do conjunto doado, a partir deste momento sob

⁵⁴⁵ “O povoamento desta região processou-se, de forma sistemática, só a partir da segunda metade do século XI, isto é, depois da segurança que a reconquista definitiva de Coimbra proporciona. Documenta esta afirmação a notável e total ausência de hagiopónimos (em especial de santos do calendário visigótico-moçárabe) que são sempre, como explica o Prof. Avelino de Jesus da Costa, testemunho de antiguidade e logo de sobrevivência de presença humana. Além disso a falta, por vezes, de pormenorizada delimitação dos prédios sem recorrer aos nomes dos seus proprietários testemunha, segundo Sanchez-Albornoz, a inexistência de antigos colonizadores”, vide Maria Teresa Nobre Veloso, “A região de Cantanhede segundo os documentos do *Livro Preto* da Sé de Coimbra”, *op. cit.*, p. 175.

⁵⁴⁶ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 34.

⁵⁴⁷ Vide José Mattoso, *Identificação de um País...* *op. cit.*, p. 322.

⁵⁴⁸ Conhecemos, inclusive, alguns exemplos de fórmulas de submissão ou aproximação expressos na documentação sobre a “federação”, incidindo maioritariamente sobre estas estratégias de obtenção de rendimentos por via indirecta no seu património fundiário, como são aqueles consignados como contratos de complantação ou incomuniação, como fomos mencionando ao longo do capítulo dedicado ao domínio.

⁵⁴⁹ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 51.

jurisdição dos bispos, demonstrando a existência destes grupos populacionais para a *uilla* onde o mosteiro tinha outrora proliferado⁵⁵⁰.

A região foi, então, certamente, povoada em números muito expressivos durante o governo de Sesnando Davides, considerando o conjunto significativo de povoações que se passam a documentar a partir da tomada cristã da cidade de Coimbra em 1064/456⁵⁵¹, o que pode ter beneficiado a acção dos monges vacaricienses no termo de Montemor-o-Velho, onde tinham interesses – como a Igreja de Santa Eufémia de Montemor-o-Velho, Arazede e, possivelmente, Gatões – e que, certamente, a conquista veio a favorecer em aspectos relacionados com a segurança (LP 104, 108 e 334)⁵⁵².

Sobre a população que habitava esta zona do Ocidente peninsular, já muito se escreveu, nomeadamente quanto à questão “moçárabe”. Pouco poderemos aportar nesse campo, não sendo também, de todo, a nossa intenção debruçarmo-nos sobre o mesmo. No entanto, não podemos deixar de frisar algumas questões.

De facto, em matéria de onomástica, vários são os nomes arabizados que se encontram na documentação vacariciense, envolvendo desde indivíduos ligados estreitamente à comunidade, como clérigos⁵⁵³, a benfeitores, “colaboradores” e outros com os quais o mosteiro transaccionou bens⁵⁵⁴, a simples menções quanto a confrontações de

⁵⁵⁰ “Villam quoque Vacariciam, cum ecclesiis et coloniis ac prediis suis, (...)”, vide LP, n.ºs 592/621, 593 e 594, pp. 796/834, 798 e 801.

⁵⁵¹ Contudo, sem revolucionar o povoamento regional, pois parece ter havido uma grande continuidade em termos populacionais, vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, pp. 30-31 e 34.

⁵⁵² De qualquer forma, não se pode olvidar os perigos a que estas populações e bens estavam expostos, nomeadamente por ataques vindos do mar, que condições naturais como a maior navegabilidade do Mondego os favorecia. Além dos muçulmanos que enveredariam por estas estratégias, há que considerar que os normandos ainda tinham constituído uma ameaça relevante até poucas décadas antes, sendo exemplo disso mesmo a expedição que entrou pelos rios Douro e Ave na segunda década do século XI – devastando uma região em que o Mosteiro da Vacariça entraria em força poucos anos depois, o que não deixa de ser sugestivo –, como vemos no AUC, mç. 194, fls. 200r.-200v.. Neste diploma lê-se sobre as diligências de Amarelo Mestales para resgatar três filhas tomadas em cativo por estes invasores, pois apesar de se ter submetido perante um contrato de incomunicação com a senhora Loba Alvites, teve de vender parte do seu património de modo a ter meios para as resgatar, conforme o estudado por Ruy de Azevedo, vide Ruy de Azevedo, “A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16”, *op. cit.*, pp. 85-93.

⁵⁵³ Caso do abade Salomão, cujo nome alguns documentos apresentam com uma grafia mais arabizada, como *Soleima*, vide LP, n.ºs 108, 125, 160 e 550, pp. 165, 190, 259 e 734. Constituem outros exemplos o presbítero Salāma e o presbítero Sulaymān, um número algo modesto, vide LP, n.ºs 91 e 137/148, pp. 145 e 212/238

⁵⁵⁴ Casos de Bermudo ‘ibn Ildras (LP 77), frade Salāma de Soure (LP 84), Sulaymān Lovegildes (LP 108), Truitino Ḥalaf (LP 114/154 e 198), presbítero Salāma (LP 123), Citelo ‘ibn al-‘Azāt (LP 143 e 144) e Salāma Teles (LP 184), vide LP, n.ºs 77, 84, 108, 114/154, 123, 143, 144, 184 e 198, pp. 124, 135, 165, 174-176/247-248, 180, 222-223, 292 e 312/313.

propriedades⁵⁵⁵, assim como, mais comumente, subscritores dos diplomas⁵⁵⁶. Contudo, constituem uma claríssima minoria face à antroponímia geral identificada nas cartas lavradas ou dirigidas ao cenóbio e sua “federação”, onde os nomes “cristãos” latinizados são uma evidente maioria, compreendendo sobretudo de origem germânica, latina ou grega, com uma preponderância do modelo patronímico, quando identificados por filiação⁵⁵⁷.

Curiosamente, notando-se que poderá não ser de todo inocente, o documento com mais envolvimento de nomes arabizados ou, quiçá, da comunidade “moçárabe”, se a podemos classificar deste modo, é o problemático e sobejamente mencionado *LP* 101, que trata da célebre doação da *uilla* de Horta pelo alvazil Sesnando Davides à abadia da Vacariça. Além desta personagem tão importante, que assume a autoria da carta de doação, há que destacar a presença do bispo Paterno de Coimbra, cujo apego ao tradicionalismo hispânico e a rejeição das novas tendências forasteiras é inquestionável, assim como outros dois bispos (Domingos e Julião) que seriam certamente bispos moçárabes de dioceses meridionais, presentemente ali deslocados⁵⁵⁸.

Com um total de quinze nomes a subscrever esta acção, seis apresentam, ainda, alguma forma de arabização, estando o *nasab* (نسب) presente em todos menos um (Cid David, que

⁵⁵⁵ É demonstrativo a existência de pelo menos três indivíduos diferentes de nome Marwān (um deles com o patronímico Alvites) na zona de Custóias e Recarei (c. Matosinhos) entre o século X e finais do XI, possivelmente todos da mesma família (*LP* 361); Sandino Abogades (*LP* 152) e Moḥib (محب) (*LP* 118) são outros exemplos, vide *LP*, n.ºs 118, 152 e 361, pp. 180, 244 e 513.

⁵⁵⁶ São exemplos, entre outros, Mufariğ (*LP* 53), Gosendo ‘ibn Olit (*LP* 72), frade Salāma de Lorvão (*LP* 84), André ‘ibn André (*LP* 86 e 141), Zacoī ‘ibn Belido (*LP* 93/146), Zacoī ‘ibn Zacoī (*LP* 93), ‘Abd Allah Argeriques (*LP* 93), Dom Salāma Pais (*LP* 108), Dom Auns Albo ‘ibn Egas (*LP* 110), Godinho ‘ibn Egas (*LP* 115/140), Alvito Brafeme (*LP* 124), João ‘ibn Salomão (*LP* 124), Paio ‘ibn Egas (*LP* 126), Gonçalo ‘ibn Egas (*LP* 126), Cid Justes (*LP* 126), Zitariania (*LP* 126), Adolfo ‘ibn Zaīd (*LP* 127), João ‘ibn Selete (*LP* 134), Froila Ḥalaf (*LP* 137/148), Aires ‘ibn Aires (*LP* 137/148), ‘Ayyūb (أيوب) (*LP* 139), ‘Ibrāhim (*LP* 139), João ‘ibn ‘Īsa (*LP* 141), Vímara Alvazir (*LP* 141), Ederónio ‘ibn Izila (*LP* 195), Garcia ‘ibn Egas (*LP* 195), ‘Abū ‘l-Fidā (أبو الفداء) (*LP* 203), Salāma (*LP* 334), Pedro ‘ibn Egas (*LP* 367) e Pantaleão ‘ibn Mendo (*LP* 367), vide *LP*, n.ºs 53, 72, 84, 86, 93/146, 108, 110, 115/140, 124, 126, 127, 134, 137/148, 139, 141, 195, 203, 334 e 367, pp. 90, 119, 137, 147/226, 166, 178/218, 189, 193, 195, 206, 212/238, 216, 219, 309, 320, 481 e 521.

⁵⁵⁷ Como se pode observar no volume II, numa prosopografia que inclui quase dois milhares de indivíduos (1948) identificados na documentação.

⁵⁵⁸ Note-se, igualmente, o caso do bispo Afonso, que confirma o documento *LP* 123, em 1018, não se conhecendo para a época qualquer prelado para a Sé de Coimbra. Por sua vez, décadas mais tarde, em 1089, já no fim da centúria, um bispo Julião doa em testamento bens que possuía em Seia à Sé de Coimbra (*LP* 447). Além dos enunciados, possuímos ainda o caso do bispo João, que faz aquisições nas proximidades de Montemor-o-Velho nos primeiros anos da década de noventa do século XI. No ano de 1091, este eclesiástico compra a ‘Īsa Alvanne e sua filha Justa uma vinha e outros quinhões em Areal. Dois anos mais tarde, o filho e irmão destes, respectivamente, de seu nome João ‘ibn ‘Īsa vende igualmente uma parcela de vinha que herdara no mesmo local, sendo o comprador o sobrinho daquele bispo, com o mesmo nome que o tio e com a dignidade de presbítero, vide *LP*, n.ºs 26, 335 e 336, pp. 48 e 482-483.

talvez se identifique com um futuro prior de Leça)⁵⁵⁹. Dois desses são, por sinal, os principais sujeitos da notícia sobre os moinhos de Forma presente no *Liber Testamentorum* de Lorvão, quando dois primos chamados Sulaymān ‘ibn al-‘Aflaḥ (سليمان ابن الأفلح) e Paio ‘ibn Ḥalaf disputam a posse daquelas unidades de transformação com a instituição monástica, pois, outrora, ao avô de ambos, chamado ‘Azraq (أزرق) de Condeixa, os mesmos foram-lhe concedidos pelos serviços prestados aos poderes islâmicos⁵⁶⁰. Aquele Sulaymān parece, por sua vez, constituir-se como um indivíduo com uma clara ascensão social durante este período pós-conquista cristã de Coimbra⁵⁶¹, com os seus filhos a constituírem-se como claros membros de uma aristocracia local, nomeadamente Randulfo Soleimás, que será alcaide de Coimbra, e filhos deste, como Pedro, Toda, Maior, Gonçalo e Ilduara Randulfes, cruzando-se alguns destes em matrimónio com membros de outras famílias importantes da zona, como os Anaia⁵⁶². Talvez sejam também filhos daquele – dada a existência contemporânea de um Sulaymān Godins, colocando dúvidas no estabelecimento de uma relação com base no patronímico –, Pedro, Sesnando, Fernando, João e Múnia Soleimás, com esta a casar-se com Martinho ‘ibn al-Tuhmet (*LP* 87), outra personagem activa e importante pelo fim do século XI. Esta família, com vastos bens entre os rios Vouga e Mondego, também deterá uma herdade posteriormente doada a Santa Cruz de Coimbra em Trezói, o local onde, como sabemos, se situara o Mosteiro de Trezói, uma dependência vacariciense.

Quanto aos demais nomes apresentados na nota 559, talvez possamos associar Zacarias ‘ibn David ao alvazir Dom Zacarias, identificado nas últimas décadas do século XI e, certamente, um vassalo de Sesnando, assim como o provável irmão Mido ‘ibn David, igualmente subscritor do dito documento e que também se poderá identificar como o alvazir Dom Mido, que reconhecemos em documentação coeva.

Desta forma, consegue-se a associação destes indivíduos de alto reconhecimento social, com uma tradição arabizada, ao cenóbio vacariciense, embora, tal aconteça com uma fonte documental de carácter duvidoso, possivelmente manipulada com esta mesma intenção. Contrastaria, assim, com as demais relações que a casa monástica, ao longo de parte considerável da sua existência foi fomentando, em graus muito significativos, com

⁵⁵⁹ ‘Azraq ‘ibn Sulaymān (أزرق ابن سليمان), Paio ‘ibn Ḥalaf, Mido ‘ibn David, Zacarias ‘ibn David, Sulaymān ‘ibn al-‘Aflaḥ e Cid David, vide *LP*, n.º 101, p. 157.

⁵⁶⁰ Vide *LT*, n.º 71, p. 702.

⁵⁶¹ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 56.

⁵⁶² Vide Leontina Ventura, “Apêndices biográficos”, *Livro Santo...op. cit.*, pp. 46-48 e 61.

a nobreza regional de tradição leonesa e proprietários da região da bacia do rio Vouga, onde estas influências “moçárabes” são identificadas com maior dificuldade e irregularidade, assim como para a Terra de Santa Maria, mas, sobretudo, no espaço que constituía o condado de Portucale.

Independentemente destas características regionais aludidas, poderemos “(...) supor que o governo de Coimbra por condes de famílias do Norte não tenha constituído obstáculo a que a região de Coimbra se tornasse um claro bastião de mozarabismo, que triunfa durante a efectiva ocupação islâmica de 997 a 1064, mas se prolonga também durante mais meio século, sob o governo cristão de Sisnando.”⁵⁶³. Note-se igualmente a ideia de repovoamento com recurso a moçárabes e *muwalladūn* (مولدون) após a ocupação islâmica do tempo de al-Manşūr, como já aludimos anteriormente⁵⁶⁴. Contudo, parece prevalecer uma certa continuidade em termos de povoamento para o grosso da região, uma posição defendida por Jorge de Alarcão, por nós mencionada poucas páginas antes⁵⁶⁵.

A disposição fronteiriça do espaço promovia, por sua vez, uma concepção algo aberta dos estratos sociais, constituindo uma área de oportunidades e criação de algum grau de riqueza, o que, por sua vez, em casos excepcionais, facilitaria uma ascensão social e, inclusive, a nobilitação, embora esta última ocorra fora do nosso período cronológico⁵⁶⁶. Este aspecto do quadro da vivência sócio-económica parece-nos essencial nas relações com as instituições monásticas como é o caso da Vacariça, dada a importância que estes grupos tinham na reocupação ou reordenamento do espaço, assim como a possibilidade de se envolverem na economia da guerra, permitindo-lhes a obtenção de bens e recursos a que dificilmente teriam acesso no Norte cristão. Designados por cavaleiros-vilãos, os constituintes desta elite concelhia e, como consequência, em alguns casos, regional, face

⁵⁶³ Vide José Mattoso, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 23. Etimologicamente, este conceito de “moçárabes” deriva do árabe *must'aribūn* (مستعربون), um particípio passado que significa, literalmente, “arabizados”. No entanto, há que considerar aspectos como a língua, a cultura, a observação do rito hispânico (também conhecido por moçárabe/isidoriano/visigótico) ou, até, o requerimento de submissão a um soberano muçulmano, pois qualquer uma destas variáveis nos poderá dar respostas diversificadas face à validade do epíteto “moçárabe” para qualificar indivíduos ou grupos populacionais. Vide Maria Filomena Lopes de Barros, “Moçárabes”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. III – J-P. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, 246-249 e José Mattoso, “Os Moçárabes”, *Fragmentos...op. cit.*, 19-34.

⁵⁶⁴ Vide p. 59, nota 147.

⁵⁶⁵ Vide pp. 59 e 60, nota 147.

⁵⁶⁶ Vide José Mattoso, “A nobreza e os cavaleiros-vilãos na Península Ibérica (séculos X a XIV)”, *Naquele Tempo...op. cit.*, pp. 360-361 e idem, *Ricos-homens...op. cit.*, p. 186.

a esta conjuntura, olhariam com agrado para esta estratégia rápida de obtenção de recursos, que, posteriormente, lhes permitia investir estes dividendos em terras, com as quais procurariam sustentar a sua ascensão na sociedade⁵⁶⁷.

A relação com os poderes islâmicos a que esteve submetido (ou nas suas proximidades) também é notoriamente desconhecida, pois também são inexistentes as menções a autoridades ou indivíduos com dignidades que pudessem dar algumas pistas, mesmo que mínimas. Não obstante, apercebemo-nos da existência da Igreja de São Salvador de Coimbra na listagem de bens no Entre-Mondego-e-Vouga de 1064, o que provavelmente indica que este cenóbio, ao ter direitos sobre um templo dentro das antigas muralhas, provavelmente também teria algum tipo de influência sobre a comunidade cristã que aí viveria, o que não poderá ser ignorado.

Quanto às minorias religiosas, embora não encontremos grandes indícios na documentação vacariciense sobre muçulmanos, alguma toponímia ou documentos da região, inclusive de pessoas próximas ao mosteiro, confirmam a sua presença ou, pelo menos, a sua marca. Partindo com a *uilla* de Recardães, na qual o cenóbio detinha muitos interesses e bens, estava o Curro de Mouros. Já Citelo ‘ibn al-‘Azāt e sua esposa acordam com um nobre da região, Gonçalo Galindes, o resgate do filho daqueles através de uma venda para compensá-lo pela perda de um cativo mouro de Seia que tinha capturado (*LP* 128). Já quanto aos judeus, notamos a sua presença em documentos vacaricienses, particularmente num em que parece que desempenham o papel de alfaqueques, que pelas subscrições, poderemos estar certos de que Crescente Hebreu seria um deles, assim como possivelmente Elias (*LP* 122).

Em suma, procedemos à elaboração alguns apontamentos sobre as comunidades envolventes do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça, assim como a sua composição e organização. Encontrámos vários elementos que demonstram uma associação aos herdeiros dos poderes condaís (e não só) do período asturiano-leonês pré-reocupação islâmica de uma porção do condado coimbrão e a transladação de parte importante da sua influência para o Entre-o-Douro-e-Ave durante uma janela temporal significativa no século XI. Todavia, é muito difícil de descortinar uma relação segura de grande proximidade às elites municipais conimbricenses (os cavaleiros-vilãos) após a

⁵⁶⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 195 e “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal...op. cit.*, p. 549.

conquista definitiva da cidade – exceptuando os casos de disputas e querelas em que tenham recorrido à justiça, por eles controlada –, o que nos leva a interrogar-nos sobre a real posição face às tensões que iam emergindo neste espaço para as duas últimas décadas desta centúria – difícil de descortinar com base numa documentação escassa e de crítica complexa –, nomeadamente quanto ao epíteto tradicionalmente a ele atribuído de “moçárabe”.

A verdade é que, como cremos que demonstrámos no presente capítulo, o número de indivíduos com nomes arabizados na documentação⁵⁶⁸ é, independentemente do seu papel face à casa monástica, manifestamente reduzido. O pendor para as relações com a nobreza de origem leonesa, condal ou infanções com poder em regiões mais setentrionais – incluindo, inclusive, a participação do rei num documento – ou até a participação de um membro da “federação” no Concílio de Coyanza parece conferir-lhe um carácter de típico mosteiro da Hispânia cristã para grande parte do século XI, que, contudo, esteve dependente de fases, da conjuntura sócio-política da região onde se encontrava, que, por sua vez, era variável e, até, imprevisível. Desta forma, seria abusivo proceder, na nossa óptica, a uma rotulação definitiva e categórica, quando estamos perante um caso cheio de matizes, dada a sensibilidade social e cultural do espaço.

⁵⁶⁸ Cujas “arabizações” do indivíduo portador desse *ism* (اسم) – nome – ou *nasab* pode perfeitamente não ir além de marcas onomásticas, até por vários serem originários ou estarem presentes a norte do rio Douro, onde as influências já se sentiriam de forma bastante ténue.

5. O Fim

5.1. As mutações regionais

Como já aludimos anteriormente, desde o reinado de Fernando I de Leão que se assistia a uma progressiva aproximação a Cluny, que seria somente o início de uma ligação de grande proximidade que o seu filho Afonso VI de Leão e Castela irá promover, sendo ele o derradeiro vencedor da disputa entre irmãos e, desta forma, o sucessor na totalidade dos domínios que tinham sido outrora detidos pelo pai. Com a retoma de um poder papal influente foi, sobretudo para as margens da *Res publica christiana*, também, neste período que se deu a aproximação à Santa Sé. Juntando à tendência de regeneração de contactos entre diversos pontos do Ocidente europeu, que paulatinamente se tornava cada vez mais clara, culturalmente, nomeadamente na expressão religiosa – caso das peregrinações a Santiago de Compostela –, tal permitiu a circulação de gentes e ideias que despoletarão nas décadas seguintes marcos importantes, culminando no Concílio de Burgos para a Península Ibérica, no ano de 1080, onde se determina a substituição do rito hispânico pelo romano.

A cidade de Coimbra e parte significativa dos territórios que a rodeavam estavam, desde o ano de 1064, nas mãos de forças cristãs, tendo sido atribuído o governo da área compreendida entre o rio Douro e, *grosso modo*, a “linha defensiva” meridional que tinha o rio Mondego como elemento central a Sernando Davides, um homem extremamente influenciado pelo mundo islâmico meridional, no reino de Sevilha, onde tinha passado parte significativa da sua vida. Apesar de o mosteiro vacariense estar desde há décadas enquadrado com os poderes leoneses, a verdade é que a libertação pelas forças cristãs do único centro urbano de uma dimensão significativa nas suas proximidades, nas mãos de um poder associado aos muçulmanos do Sul desde o final do século anterior, deverá ter tido um impacto que não poderá ser ignorado, embora não necessariamente visível ou que transparecesse documentalmente, dada a inverosimilhança que seria conceber uma realidade em que tal não se reflectisse⁵⁶⁹.

⁵⁶⁹ O autor João Pedro Ribeiro diz que foi o Mosteiro da Vacariça a prestar auxílio ao rei Fernando I de Leão, em vez do Lorvão, na conquista de Coimbra de 1064, vide João Pedro Ribeiro, *op. cit.*, p. 43. Esta ideia de um auxílio de um mosteiro às forças cristãs que sitiavam a cidade de Coimbra, ajudando à vitória final destes após um custoso empreendimento (nomeadamente com o fornecimento de informações sobre as defesas da cidade e víveres em momentos de capital importância para a manutenção do cerco), advém de um documento laurbanense falso, muito posterior, cuja crítica não deixa margem para dúvidas. Já imbuídos de um espírito puramente beneditino e assumindo incondicionalmente a reforma gregoriana, os

Já vimos, anteriormente, o aparecimento de determinados nomes importantes local e regionalmente, o que, todavia, poderá não significar muito. Não seria expectável que alguns dos principais e mais importantes indivíduos do espaço não se relacionassem nunca com aquela que foi a mais importante casa monástica ao longo das décadas anteriores e cujo prestígio parecia ainda não esmorecer ou, pelo menos, de forma acentuada. Não obstante, os laços entre eles poderiam ser bastante ténues, nem necessariamente teriam de reflectir posições comuns em matérias relacionadas com a vivência religiosa, mas, mais notoriamente, obrigações com base em interesses patrimoniais.

Com efeito, como vimos no capítulo dedicado ao domínio do cenóbio, os ritmos de emissão documental abrandaram a partir da década de sessenta daquela centúria, coincidindo com a reocupação da cidade mondegua, especialmente em matéria de aquisição de bens. Talvez isto decorra de uma maior dificuldade na relação com a nova autoridade⁵⁷⁰ ou, por outro lado, menos provável (dada a restante documentação presente no *LP*), o inverso e tais informações terem sido saneadas mais tarde, dadas as características de conservação e transmissão documental por nós já tão sublinhada.

De qualquer forma, parece-nos claro que a relação entre o poder temporal e espiritual esteve em sintonia durante o consulado de Sesnando e do governo do bispo Paterno de Coimbra, que foi o primeiro bispo após a restauração da diocese, até à sua morte. Assim, não admira que tenha sido a Sé a ser a principal beneficiada a partir daquele momento, tanto para as elites como para os pequenos proprietários⁵⁷¹, o que poderia efectivamente criar anti-corpos numa casa que parecia dominar sem grandes dificuldades a região neste campo da atracção de benfeitores. Abre-se, inclusive, a possibilidade da adopção da regra beneditina durante este período – condição com a qual os monges vacarienses deveriam estar bem familiarizados, dado o conhecimento que teriam das resoluções do concílio de Coyanza em 1055, no qual participou Randulfo –, que poderia ser argumentado pelo uso

monges laurbanenses do século XII certamente olhariam para a memória histórica do cenóbio como um conjunto de acontecimentos que não favoreceriam a instituição, necessitando, desta forma, de o dotar de uma forma mais apropriada quanto ao seu legado histórico, vide Cyrille Aillet, “El Monasterio de Lervão y los Confines de la Beira (Siglos IX-XII). Apuntes sobre la Memoria Histórica de un Espacio de Contacto”, *op. cit.*, pp. 90-92.

⁵⁷⁰ Vide as hipóteses quanto ao *LP* 101, descritas na nota 305, localizada na página 103, no segundo capítulo, onde se coloca a hipótese de terem existido relações complicadas entre o alvazil e o mosteiro, considerando a possibilidade de ter ocorrido uma actividade predatória daquele e dos seus dependentes na região após a tomada definitiva de Coimbra.

⁵⁷¹ Vide Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 34.

de determinados títulos e ou nomes de dignidades, como é o caso de “prior” para os abades Ramiro e Salomão⁵⁷², mas que, pela inconsistência e pela possibilidade de serem influências exteriores aceites sem grande profundidade ou justificação ascética, não se constituem como conclusivos⁵⁷³.

Após a morte de Paterno, foi eleito como sucessor um antigo membro do clero catedralício, Martinho Simões, que, todavia, não foi sagrado nesta posição, mantendo-se como bispo eleito até à morte de Sesnando Davides, que resistira às influências e imposições do arcebispo de Toledo, o francês Bernardo de Sédillac, o maior promotor da reforma gregoriana em Leão e Castela nas últimas duas décadas do século XI. Desta forma, aquele remeter-se-á, até à sua morte, a ser o líder do cabido, com uma posição por vezes desafiante face ao prelado que lideraria a diocese.

Após aquele acontecimento, ocorre a nomeação de Crescónio de Tui, favorável à transição religiosa que se vinha a manifestar, mas que falhava em ganhar adeptos em muitas populações nas franjas do *Imperium*, nomeadamente na região de Coimbra, onde a conjuntura histórica e social favorecia o tradicionalismo hispânico. Por sua vez, veriam cada vez mais estrangeiros entre si, particularmente de origem francesa, nas suas comunidades e meios que partilhavam, enquanto assumiam lugares de relevo, sobretudo dentro da estrutura eclesiástica em lugares superiores e diferenciados. Estes, oriundos de uma realidade completamente diferente, onde os requerimentos religiosos que impunham já eram uma realidade incontestável, iam ajudando à transição, cuja resistência dos autóctones culmina, mais tarde, em inícios do século XII, quando assumiu o sólio episcopal o bispo Gonçalo Pais de Paiva, que tinha adoptado as directrizes e procurou de forma assertiva a imposição das novas práticas⁵⁷⁴. Entre estas, a continuação de uma apropriação de direitos sobre as casas monásticas e igrejas na região, tal como década e meia antes tinha ocorrido com São Salvador e São Vicente da Vacariça, neste caso com a abadia laurbanense.

Vemos, com efeito, que as percepções que poderemos ter não passam de uma conjectura, com as quais jamais nos poderemos comprometer por completo.

⁵⁷² Como vemos para aquele, nos documentos LP 33 (1087) e 398 (1088) e, para este, LP 41 (1093), 160 (1091) e 550 (1092), intercalados com outras formas, nomeadamente a mais usada previamente, a de “abade”, vide LP, n.ºs 33, 41, 160, 398 e 550, pp. 62, 72, 259, 557 e 734.

⁵⁷³ Como abordámos na p. 79, no primeiro capítulo, mormente na nota 225.

⁵⁷⁴ Vide Maria de Lurdes Rosa, “A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes e Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”, *op. cit.*, pp. 433-440.

Considerando os argumentos apresentados, parece-nos claro que a apresentação do cenóbio como sendo “moçárabe”, quando a própria natureza da relação com os poderes leigos regionais ou com a Sé que dominava o espaço em que se inseria era bastante dúbia, nos parece bastante abusiva.

5.2. A doação à Sé de Coimbra

Perante os acontecimentos decorrentes das dificuldades na imposição destes preceitos religiosos, não será de estranhar uma política agressiva por parte dos “reformistas”, que imprimiam, desta forma, na região mais influência, com novos focos de emanção, mas dentro dos limites que lhes eram impostos por uma estrutura cada vez mais diferenciada⁵⁷⁵. É o que parece acontecer com São Salvador e São Vicente da Vacariça em novembro de 1094 (LP 82), quando Raimundo e Urraca ao deslocarem-se a Coimbra – quando estes ainda dominavam em nome do imperador Afonso VI todo o território compreendido entre as posições mais setentrionais na Galiza e o rio Tejo –, perante a alegação que a Sé necessitava de uma base patrimonial mais sólida, considerando as dificuldades de subsistência – “(…), quod paterentur multis necessitatibus et non habent ullum adjutorium ab aliquo hominum collatum.” (LP 82)–, decidem conceder-lhes aquele mosteiro, assim como todos os bens, pois este passava, ao tratar-se de uma instituição livre, a estar, em última instância, sob a dependência da maior autoridade secular: o rei⁵⁷⁶.

Certamente que nunca saberemos a posição dos superiores e monges vacaricienses, assim como de toda a *familia* monástica que em torno dele subsistiria. Não se conhece, contudo, qualquer forma de resistência, o que não será de estranhar, dada a forma como a documentação desta casa chegou até nós. Independentemente da posição da comunidade, é indiscutível, todavia, que isto terá representado uma grande vitória para os reformistas, mais especificamente o bispo Crescónio e os seus dependentes directos da diocese, estando o diploma de doação de tal forma blindado que as mais importantes

⁵⁷⁵ “(…). Quant à l’évêque, après une période d’impuissance résultant des circonstances, le concile de Coyanza et plus tard les princes grégoriens lui restituent des pouvoirs importants mais limités par le droit; il n’en profite pas pour intervenir abusivement dans la vie interne des abbayes.”, vide José Mattoso, *Le Monachisme Ibérique...op. cit.*, p. 206.

⁵⁷⁶ Vide idem, *ibidem*, p. 63.

autoridades leigas não poderiam posteriormente intervir sem censura, sendo enumerados entre estas o rei e o conde.

5.3. O pós-doação e desaparecimento

Com a doação, o Mosteiro da Vacariça passou a estar, logicamente, debaixo da alçada do bispo. São sete os diplomas do conjunto documental identificado que são posteriores à doação e, desta forma, é passível de se ver a dinâmica de poder entre o prelado secular máximo da diocese e o superior, com a respectiva congregação, tanto quanto à casa-mãe, como às suas dependências. A todos eles já nos referimos anteriormente, mas debruçemo-nos, no presente sub-capítulo, somente sobre a relação que aparenta existir entre o bispo e o líder vacariciense. Daquele número referido, apenas duas cartas não contêm qualquer menção ou envolvimento do líder da igreja conimbricense. São estes os *LP* 108 e 125, correspondendo aquele a uma querela, cujo não-envolvimento daquela autoridade talvez se revele surpreendente, dada a natureza da disputa e a notoriedade dos envolvidos, e uma venda em Aldoar, nas proximidades da foz do rio Leça.

Os restantes demonstram uma relativa autonomia, mas, ao mesmo tempo, a prova que necessitariam de uma autorização do bispo para a recepção de bens ou que, caso alguém quisesse contactar com o mosteiro, teriam primeiro de se dirigir ao pontífice para que este, caso aprovasse, remetesse determinada proposta ao representante da comunidade monástica. É exemplo deste último caso a concessão para habitação do Mosteiro de Trezói, quando Aires Dias, Paio Dias, Bermudo ‘ibn Ildras e Froila Eanes procuraram inicialmente Crescónio de Coimbra por desejarem ocupar aquela casa, que remeteu, por sua vez, para o prior Salomão da Vacariça, que tinha aquele edifício sob a sua alçada, tendo este aceitado a petição e acordado as condições com os seus autores (*LP* 77).

Quanto à obtenção de novos bens, vemos o caso de uma doação do presbítero Gonçalo Aarão ao Mosteiro de Leça (*LP* 149), dependente da Vacariça e, por esta via, dependente do bispo conimbricense. Assim, não surpreende que seja Crescónio o primeiro a subscrever, sem antes afirmar que aceitava a presente doação, sendo seguido pelo prior Martinho Simões, junto de outros nomes da estrutura clerical da Sé. O mesmo é expresso no *LP* 174, de 1095, quando a doação é feita “(...) sub consensu episcopi domni Cresconii Colimbriensis et dominante Salomone abbate cenobii Vaccarize, (...)”.

Perante uma disputa do bispo de Coimbra – que desconhecemos qual será, uma vez que a carta não está datada – com D. Cipriano pela *uilla* de Gulpilhares, apelou-se ao monarca Afonso VI por uma decisão sobre a posse da mesma (LP 133). Um aludia ao facto de a *uilla* ser “(...) sub testamento de suo monasterio Vaccariza, (...)”, ao passo que outro dizia ter recebido daquele soberano a dita unidade, mas de tal situação este não se recordava, completando que a ser do mosteiro, não autorizaria que a outorgassem a outro. Todavia, por ser esta uma simples missiva entre o Imperador e o seu genro, Henrique de Borgonha, na qual aquele remetia para este a decisão da resolução de tal querela da forma que achasse mais justa, não conhecemos o derradeiro veredicto.

Desta forma, parece-nos que as relações entre o prelado e o líder da congregação existiam e que estes comunicavam e colaboravam entre si, embora isso pudesse ocorrer com algumas reservas e desconfiança de parte a parte, que pode justificar a ausência naqueles dois casos aludidos.

Nota-se, contudo, de forma evidente, a contribuição que este cenóbio terá tido no aumento dos horizontes da estrutura diocesana, caso consideremos as notórias diferenças nos ritmos e espaços de expansão, com a provável osmose de influência em determinadas latitudes de uma instituição para a outra. Desta forma, é inevitável mencionar a política expansionista da Sé de Coimbra para a região em torno do rio Douro e, sobretudo, Terra de Santa Maria, o que só ocorre depois da recepção no seu senhorio da abadia da Vacariça e dos seus bens, que se estendiam para além do Douro e a sul do Mondego, o que é, inegavelmente, sinal das influências e continuidades que aquela tomou desta. Como mencionámos no início do presente trabalho⁵⁷⁷, esta dimensão tornar-se-á imensuravelmente valiosa num período mais tardio, no qual a diocese irá disputar ardentemente as terras a Norte do Antuã com a Sé portuense, restaurada nos primeiros anos do século XII, justificando, desta forma, o claro destaque que dispõe dentro do cartulário diocesano coimbrão.

Não se sabe ao certo quando é que o mosteiro terá desaparecido no seu carácter ascético, sendo reduzido, neste processo, a uma simples igreja paroquial⁵⁷⁸. Contudo, terá

⁵⁷⁷ Vide pp. 42-43.

⁵⁷⁸ Embora com sugestões muito controversas ou, até, erradas, escreve Augusto Soares de Sousa Baptista que “A Vacariça, depois da sua entrega ao bispo de Coimbra, cai rapidamente. Não sei se alguns frades beneditinos lá ficaram, mas é aceitável que ficassem, como ficaram em Lervão. Os novos priores eram nomeados pelo bispo. Salomão da Vacariça e Martinho de Leça eram clérigos da Sé, onde confirmaram muitos documentos desta.

possivelmente ocorrido entre a segunda e a terceira década do século XII, tendo como base o documento *LP* 83, cujos editores do cartulário dataram, por virtude de uma inexistência de uma data, para um período entre os anos 1112 e 1128, que acreditamos que pode ser consideravelmente reduzida para um intervalo de 1112 a 1117⁵⁷⁹. Apesar da menção à instituição como detentora (junto com a Sé de Coimbra) de uma porção de uma *uilla*, não podemos deixar de notar a ausência de qualquer autoridade com ela relacionada – ou pelo menos identificada como tal – num diploma de tal importância que a envolvia, contrastando com outras cartas emitidas anos antes. É possível que por aqueles anos, entre o balizamento de duas datas, já se tivesse verificado o fim da comunidade organizada, tendo ficado somente a memória histórica da mesma, da qual os prelados conimbricenses poderiam usufruir a seu bel-prazer de modo a marcar a sua posição ou reivindicar a posse de direitos.

Ao contrário do seu homólogo de Lorvão, que também teve o mesmo destino que a Vacariça em 1109 (*LP* 59), contudo restituído sete anos mais tarde (*LP* 61), embora sob a jurisdição episcopal, São Salvador e São Vicente não teve a “sorte” de passar pelo mesmo processo. Muito provavelmente, por estes anos, a comunidade já nem existiria ou estaria de tal forma atrofiada face às cerca de duas décadas de submissão aos bispos conimbricenses que não seria exequível a sua recuperação, o que não ocorreria com o cenóbio dedicado a São Mamede e São Paio. Talvez a própria pujança que a casa vacariçense parece alcançar pelo século XI tenha constituído um obstáculo à sua afirmação posterior num mundo em mudança, especialmente no que diz respeito às tendências religiosas, no geral, e ascéticas, no particular, pelo que seria prudente por parte das autoridades episcopais a não disposição de um foco que poderia ser muito problemático – uma hipótese que teria particular sentido caso esta casa subscrevesse às tendências “tradicionalistas” de parte da comunidade da região, o que não é, de todo, certo ou, até, o mais provável.

Ao princípio as doações ainda eram feitas à Sé e ao Mosteiro da Vacariça, declarando-se no documento que a doação se fazia *sub consensu episcopi*, mas esta prática pouco durou. Este nome acabou por ser definitivamente eliminado.

Os bispos com o decorrer do tempo foram desmembrando o rico património do mosteiro, demolindo e construindo novas igrejas nas suas vilas, chamando a si directamente as suas rendas e a nomeação dos seus párocos. Deste modo foram criadas freguesias novas em vários domínios da Vacariça e de Lorvão.”, vide Augusto Soares de Sousa Baptista, *Mosteiro da Vacariça ...op. cit.*, p. 11.

⁵⁷⁹ Vide nota 320, na p. 113.

O hiato temporal existente de quase quarenta anos entre 1099 e 1137, assim como a inexistência de qualquer menção à afiliação institucional, levam-nos a desconsiderar o apontamento de Mário de Gouveia sobre a testemunha dos *LS* 166 e 167 de nome *Zoleima* – que toma igualmente a dignidade de abade – ser o abade Salomão, o último superior conhecido de São Salvador e São Vicente⁵⁸⁰.

Em inícios e meados do século XII, bulas papais confirmavam a posse do mosteiro por parte da diocese, com a primeira delas (*Apostolicae Sedis*) a ser emitida durante o pontificado de Pascoal II, em março de 1101 – portanto, somente pouco mais de seis anos depois da doação –, na qual se lê: “Villam quoque Vacariciam, cum ecclesiis et coloniis ac prediis suis, sub jure proprio episcoporum Colimbriensium confirmamus, sicut ab egregio comite Raimundo, Colinbriensi ecclesie donata est, scriptorum testimoniis, oblata est.” (*LP* 592/621). Numa outra passagem (um pouco mais reduzida) vê-se a mesma confirmação noutras bulas dirigidas ao prelado conimbricense pelos sumo-pontífices Honório II (*Aequitatis et iustitiae*, de fevereiro de 1025) e Inocêncio II (*Officii nostri*, de maio de 1135)⁵⁸¹. Em qualquer uma destas, lê-se sobre as igrejas na *uilla* da Vacariça, entre outros bens e pessoas, mas tal, a nosso ver, não constituirá uma prova convincente para demonstrar o fim da comunidade, pelo menos quanto ao primeiro diploma, dada a distância e falta de conhecimento concreto sobre a realidade em Roma. Outros indicadores, talvez com mais substância, prendem-se pelo uso extensivo da forma *ecclesia* para designar casas religiosas, como acontece com a própria Sé ou, principalmente, o Mosteiro de São Mamede de Lorvão, que aparece nos dois últimos documentos aludidos com aquela designação, quando era claro que a sua comunidade estava mergulhada numa missão ascética para as décadas de vinte e trinta. Desta forma, não nos parece que seja passível de se fazer uma interpretação literal.

Algumas décadas mais tarde, na *Karta Libertatis Michaelis Colimbriensis Episcopi et Canonorum Sedis Sancte Marie de Monasterio Sancte Crucis*, que se pode ler no *LS* 1 e na qual se assegura as liberdades do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra pelo bispo Miguel Salomão de Coimbra (e antigo cónego-regrante desta instituição), datado de março de 1162 (e portanto já algo distante), vê-se nas subscrições um número muito significativo de leigos e eclesiásticos de relevo na região e do reino, entre os quais muitos

⁵⁸⁰ Vide Mário de Gouveia, “Abaciológico do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *op. cit.*, p. 77 e *LS*, n.ºs 166 e 167, pp. 306-307.

⁵⁸¹ Vide *LP*, n.ºs 593 e 594, pp. 798 e 801, respectivamente.

abades ou portadores de outras dignidades monásticas de vários cenóbios portugueses, mas não se encontra qualquer subscritor que se identifique com um superior vacariense, outro qualquer representante ou um singelo vestígio mínimo de persistência⁵⁸².

Em finais da centúria (1192-1200), terá sido lavrado em Lorvão um pergaminho que expõe por escrito a memória da depredação e usurpação que os monges laurbanenses de um período mais tardio sentiam ter sido alvos pela Sé de Coimbra, mais notavelmente na pessoa de seus bispos. Escrevem que, por virtude do mau estado de muitas destas possessões e das igrejas, reorganizadas ou destruídas e não necessariamente reconstruídas pela abadia, entre as quais a de Pampilhosa e São Martinho de *Frexeneda*, ao ponto de os fiéis se terem de deslocar à Vacariça – naquele tempo, garantidamente, uma simples paróquia –, como se lê na passagem: “Cogunt quoque homines de Panpilosa nostros uenire Uacarizam et fecerunt similiter aliam contra sanctum Martinum de ipsa Freixeneda.”⁵⁸³, ocorrendo isto muito provavelmente em tempos do bispo Gonçalo Pais de Paiva ou, talvez, Bernardo, dada a presumível disposição cronológica das queixas no documento. Só deste modo estas gentes poderiam assistir às celebrações eucarísticas e receber sacramentos, ainda que para tal tivessem de se deslocar uma distância significativa – cerca de uma dezena de quilómetros.

Por último, de modo a percepcionarmos a evolução paroquial refletida nesta unidade, observamos que, na listagem dos templos cristãos existentes no reino nos anos de 1320-1321, a igreja paroquial de São Vicente da Vacariça aparece no arcediagado do Vouga (um dos três da diocese de Coimbra), à qual se taxou em 125 libras⁵⁸⁴, números algo modestos, porventura, quando considerados os prováveis rendimentos que outrora ali seriam gerados e geridos.

⁵⁸² Vide *LS*, n.º 1, pp. 100-101.

⁵⁸³ Vide Ruy de Azevedo, “O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *op. cit.*, doc. XXI, pp. 238-239. Vide, igualmente, Jorge de Alarcão, *Trabalhos de Arqueologia*, n.º 38 – *op. cit.*, p. 51.

⁵⁸⁴ Vide Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, Barcelos, Livraria Civilização, Companhia Editora do Minho, 1971, vol. IV, p. 124.

6. Conclusão

Ao contrário de muitos outros, a fundação do Mosteiro de São Salvador e São Vicente da Vacariça não está associada ao processo de presúria e de colonização por grupos populacionais do Norte asturiano. Na verdade, estes processos foram iniciados pouco mais de um século antes do estabelecimento daquele na região. Ao invés, tal terá ocorrido num período de grande instabilidade, sujeito às depredações de forças islâmicas e à associação de poderes cristãos a estas em forma de caudilhismo de fronteira, num território que, todavia, já estaria minimamente organizado, mas desta forma submetido a novas aportações.

Contudo, dadas estas mesmas condicionantes políticas e sociais em finais do século X, típicas de uma região de fronteira, há que frisar uma evolução heterogénea no tempo e, igualmente, no espaço. Assim, refletia-se nos seus bens, nomeadamente imóveis, e, por sua vez, no estender da sua influência para diversos pontos do Ocidente peninsular, constituindo um esparso domínio, onde as possessões mais meridionais e setentrionais conhecidas distavam quase uma centena e meia de quilómetros entre si, como era o caso do Mosteiro de Soure face aos bens obtidos no actual município da Maia, os extremos Sul e Norte do património acumulado pelo cenóbio vacariciense, respectivamente.

Para o estudo do domínio de um cenóbio da dita Idade Média “Central”, auxiliámo-nos, também, em outras obras estabelecidas e, até, modelares, sobre instituições coevas para suportar alguns aspectos fundamentais da vivência monástica, nomeadamente no que diz respeito à exploração daquele. Para o caso de um cenóbio de fronteira de dimensões significativas, aludimos diversamente a uma fundação como San Millán de la Cogolla, para a qual há que mais uma vez mencionar a obra de García de Cortázar, *El Dominio del Monasterio de San Millan de Cogolla: siglos X a XIII. Introducción a la Historia Rural de Castilla Altomedieval*. Condensando de forma breve os domínios de uma região ocidental da península, mas, ao mesmo tempo, com as respectivas estruturas mais enraizadas e estabilizadas, tomámos como barómetro *El Monacato Benedictino y la Sociedad de la Galicia Medieval (Siglos X al XIII)*. Por sua vez, para o actual território português, para um espaço bem conhecido e conectado ao mosteiro trabalhado, *Le Monachisme Ibérique et Cluny. Les Monastères du Diocèse de Porto de l’An Mille à 1200*, que supria algumas falhas documentais existentes e interpretativas da nossa parte, permitindo aproximações ou demarcações, quando se justificava.

Pudemos notar que, na documentação estudada, as referências à exploração directa ou indirecta das suas possessões são muito escassas. A clara maioria dos diplomas remete para a obtenção dos mesmos bens, sobretudo por doação, mas, também, por compra-e-venda, ou, por outro lado, a defesa da posse destas propriedades, quando foi necessário afrontar contendores que contestavam os direitos ou a forma pela qual o cenóbio os tinha incorporado. Dada a natureza do cartulário, assim como a cultura escrita e notarial do século XI (e particularmente para esta região tão periférica), seria difícil que fosse diferente, pois as mutações neste campo da disposição da gestão interna do domínio são, tendencialmente, bem mais tardias. Contudo, algumas pistas são passíveis de ser identificadas, fosse pela sua enunciação em forma expressa, fosse por análise dedutiva. Entre aquelas, há que notar a menção às quintãs e, entre estas, ao usufruto vitalício de bens doados, emprazamentos, incomunicações ou a menção a um oficial monástico responsável pela colecta de rendimentos.

Constituem-se relações de variável profundidade entre o mosteiro e as populações, independentemente do seu estatuto social, com flutuações quanto ao grau de envolvimento ao longo da sua existência. Como cremos que demonstrámos, as relações internas e externas do cenóbio transformam-se de forma radical após as duas primeiras décadas, que nos parecem altamente associadas a um carácter regional, desempenhando um papel de centro simbólico do poder de Froila Gonçalves, descendente dos condes de Coimbra, mas associado, em determinado momento, aos poderes islâmicos do Sul. Esta situação parece decorrer de uma tentativa de estabelecer uma alternativa a Lorvão, embora sem corresponder necessariamente a uma promoção de uma antiga dependência deste, como indicaram alguns autores, mas, na nossa óptica, antes uma nova criação resultante do redireccionamento geográfico e estratégico que pretendia ser um suporte ao novo poder político, por virtude da reordenação da estrutura anterior deste. Como tal, contrasta cabalmente com a profunda aproximação que ocorre um pouco mais tarde face a famílias do condado de Portucale, mais precisamente do espaço compreendido no Entre-Douro-e-Ave, que se deu a partir daquele período explicitado, ao qual não podemos dissociar o abaciado de Tudeſlido, porventura o nome mais determinante de todo este processo.

Desta forma, os religiosos dividiram algum do seu protagonismo com indivíduos laicos durante parte significativa da existência do mosteiro, desde os presumíveis habitantes enquadrados nesta esfera, mas, sobretudo, em forma de relações de benfeitoria,

particularmente importantes na primeira metade do século XI, o período em que mais beneficiaram o cenóbio, no que diz respeito à nobreza, e, por sua vez, algo que também é verdade para os membros do clero.

Foi com aquele abade mencionado que se deu um dos aspectos mais diferenciadores (pelo menos no que diz respeito à documentação existente quanto ao território actualmente português) do monaquismo da Idade Média “Central” no Ocidente hispânico, que foi o pacto, que surpreende pelo seu carácter tardio (em meados do século XI) e pela latitude, que envolve, de certa forma, um cenóbio da região mais meridional das submetidas ao rei leonês. Com aquele documento, procurou delimitar prerrogativas e atribuir instituições aos sucessores, regulando as relações entre a casa-mãe e algumas das suas dependências em forma de “federação”. Este foi, todavia, um projecto datado e que não terá persistido por muito tempo, confirmada por uma inegável supremacia da Vacariça sobre os dependentes nos decénios que se seguem. Independentemente disto, demonstra uma certa ideia de continuidade e influência entre espaços de condados diferentes, o de Coimbra e de Portucale, quando aquele era notoriamente de fronteira – de controlo superficial e instável –, enquanto o último estava inegavelmente inserido com segurança no esquema de poderes do reino leonês.

Com efeito, dadas as enunciadas condicionantes, parece-nos desapropriado a tendencial rotulação estática e definitiva que se verifica em muitos autores quanto à natureza desta casa. Ao longo dos quase cem anos em que temos notícias do cenóbio, considerando os diversos elementos da *familia* do mosteiro, as vicissitudes são notórias, manifestando-se sob fases e formas muito diversas, exigindo diferentes respostas por parte dos indivíduos que vivenciaram tal realidade. Assim, há que considerar as diferentes formas e protagonistas que o governo do território conheceu, ou seja de cristãos com ligações vassálicas aos poderes islâmicos, destes últimos de forma directa, dos senhores do Norte leais a Leão e, por último, o controlo por parte de dignitários cujas prerrogativas do poder emanavam do rei cristão, mas, por outro lado, executado por personagens singulares que se imbuíam como portadores das vicissitudes regionais, procurando a sua manutenção e promoção. Muitos autores identificaram este último período como caso de moçarabismo, conceito que, conjugando o seu carácter polissémico, foi transposto para instituições cenobíticas da região de forma algo acrítica, nomeadamente São Salvador e São Vicente.

Todavia, como exprimimos anteriormente, estas relações e seus indícios têm de ser muito bem ponderadas, pois se existem, por um lado, testemunhos documentais que atestam – ou procuram fazê-lo – a relação entre Sesnando Davides e a Vacariça há, por outro, diplomas que demonstram que essa mesma convivência parece ter sido complexa durante largos períodos e, até, conflituosa. De facto, o período menos fértil de documentação vacariciense ocorre nos decénios que se seguem à definitiva conquista da cidade de Coimbra no ano de 1064, só retomando alguma regularidade quase vinte anos depois.

Em suma, vê-se que a expansão da influência do cenóbio ocorre por fases muito distintas entre si, de acordo com os estímulos internos ou externos a que estava sujeito. Durante parte muito significativa da sua existência, as relações mais profundas deram-se e prosperaram com a associação a elementos e pessoas ditas do Norte, contrastando com uma presença cronológica islâmica mais restrita, de forma directa ou indirecta, possivelmente inferior a um quarto de século. Por sua vez, o avanço dominial ocorre tendencialmente para Norte – o número de possessões a Sul da casa monástica é muito restrito –, mesmo que o mosteiro tenha estado num limite meridional do controlo cristão por um largo período, demonstrando também que tal decorria de acordo com condicionantes nem sempre controláveis ou previstas pela instituição como era, para este caso, a fronteira política.

Outras perguntas impor-se-iam (assim como um desenvolvimento mais profundo das presentes respostas), mas as restrições a que tantas vezes aludimos assim nos limitam, ficando nós, muito provavelmente, com uma visão muito limitada da realidade histórica, o que, por sua vez, não é mais que um dos atributos desta disciplina, a História.

Fontes e bibliografia

Fontes:

Fontes primárias

Manuscritas:

AN/TT, Sé de Coimbra, mç. 1, docs. 7, 10, 11 14, 29 e 38.

Impressas:

Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice Membranáceo existente na Biblioteca do Porto, introdução por João Grave, Porto, Imprensa Portuguesa, 1924.

Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XI^e-XIII^e siècles). Introdução e notas de Robert Durand, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1971.

Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 581-717.

Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra, Edição crítica, texto integral, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII, Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990.

Portugaliae Monumenta Historica. A Saeculo Octavo post Christum Usque ad Quintumdecimum, t. III – *Diplomata et Chartae*, vol. I, fascs. I-IV, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1868.

Fontes secundárias

Impressas:

“Annales Portucalenses Veteres”, *Études Historiques sur la Galice et le Portugal. Du VI^e au XII^e Siècle*, edição de Pierre David, Coimbra, Livraria Portugália Editora, Société d’Édition «Les Belles Lettres», 1947.

Cronica del Moro Rasis. Versión del ajbar muluk al-Andalus de Ahmad ibn Muhammad ibn Musà al-Razi, 889-955; romanizada para el rey Don Dionís de Portugal hacia 1300 por Mahomad, alarife, y Gil Pérez, clérigo de Don Perianes Porçel, Edição crítica pluritextual por Diego Catalán e Maria Soledad de Andrés com a colaboração de Margarita Estarellas, Mercedes García Arsenal y Paloma Montero no Seminario Menéndez Pidal, Madrid, Editorial Gredos, 1975.

Textos. Vol. XXX – Historia Silense, edição, crítica e Introdução por Justo Pérez de Urbel e Atilano Gonzalez Ruiz-Zorrilla, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas – Escuela de Estudios Medievales, 1959.

Bibliografia:

AILLET, Cyrille

“El Monasterio de Lorvão y los Confines de la Beira (Siglos IX-XII). Apuntes sobre la Memoria Histórica de un Espacio de Contacto”, *Studia Historica. Historia Medieval*, n.º 27, 2009, pp. 71-95.

“Entre Chrétiens et Musulmans. Le monastère de Lorvão et les Marges du Mondego (878-1064)”, *Revue Mabillon. Revue Internationale d’histoire et de littératures religieuses*, n.º 15 (76), 2004, pp. 27-49.

Les Mozarabes. Christianisme, Islamisation et Arabisation en Péninsule Ibérique (IX^e-XII^e siècle), Casa de Velázquez, Madrid, 2010.

AILLET, Cyrille, PENELAS, Mayte e ROISSE, Philippe (ed.)

Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de al-Andalus. Estudos reunidos por Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, Madrid, Casa de Velázquez, 2008.

ALARCÃO, Jorge de

Coimbra. A Montagem do Cenário Urbano, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

As Origens de Coimbra. Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1979, separata das *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*.

Os Problemas da Origem e da Sobrevivência das Villae Romanas no Norte do País, Guimarães, Companhia Editora do Minho, 1980, separata das *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*.

Trabalhos de Arqueologia, n.º 38 – *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembrados) do Mondego*. Coordenação de António Marques de Faria, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia, Ministério da Cultura, 2004.

ALBERTO, Paulo Farmhouse e FURTADO, Rodrigo (coord.)

Quando Portugal era Reino de Leão: Estudos sobre Cultura e Identidade antes de D. Afonso Henriques = Cuando Portugal era Reino de León. Estudios sobre Cultura e Identidad antes de Alfonso Enríquez, León, Universidade de León, 2011.

ALBERTO, Paulo Farmhouse e NASCIMENTO, Aires A.

“Aspectos lexicais de expressão do espaço (delimitação e localização) no cartulário de Lorvão”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 397-416.

ALMEIDA, Fortunato de

História da Igreja em Portugal. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, IV volumes, Barcelos, Livraria Civilização, Companhia Editora do Minho, 1971.

AMARAL, Luís Carlos

São Salvador de Grijó na Segunda Metade do Século XIV. Estudo de Gestão Agrária, 1.ª edição, Lisboa, Edições Cosmos, 1994.

ANDRADE, Amélia Aguiar

“L’organisation de l’espace dans le Nord du Portugal au Moyen Âge”, *L’espace rural au Moyen Âge. Portugal, Espagne, France (XII^e-XIV^e siècle), Mélanges en l’honneur de Robert Durand*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2002, pp. 89-112.

“Portugal na Idade Média: um território em construção”, *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, pp. 13-23.

ANDRADE CERNADAS, José Miguel

Aproximación a la figura del prepósito monástico en el monacato galego medieval: siglos X al XI, [s.l.], 1995, separata de *Estudios Mindonienses*, n.º 11.

En torno a la benedictinización del Monacato gallego, [s.l.], 2000, separata de *Compostellanum*, vol. XLV, n.ºs 3 e 4.

Galicia Medieval. Estudios. N.º 3 – El Monacato Benedictino y la Sociedad de la Galicia Medieval (Siglos X al XIII). Publicações do Seminario de Estudos Galegos, A Coruña, Edicios do Castro, 1997.

La Vida Cotidiana en un Monasterio Medieval, [s.l.], Universidade de Santiago de Compostela, 1996, separata de *Las religiones en la historia de Galicia*.

Los Modelos Monásticos en Galicia hasta el Siglo XI, [s.l.], 2005, separata de *Archivo Ibero-Americano*, n.º LXV/252.

Monxes e Mosteiros na Galicia Medieval, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 1995.

Textos Penitenciales y Penitencia en el Noroeste de la Peninsula Ibérica, [s.l.], Turnhout, 2002, separata de *Latin Culture in the Eleventh Century. Proceedings of the Third International Conference on Medieval Latin Studies*.

AZEVEDO, Ruy de

“A expedição de Almançor a Santiago de Compostela em 997, e a de piratas normandos à Galiza em 1015-16”, *Revista Portuguesa de História*. T. XIV – *Homenagem ao Professor Paulo Merêa*. Vol. III, Coimbra, Oficinas Atlântida Editora, 1973, pp. 73-93.

“O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã”, *Arquivo Histórico de Portugal*. Direcção de José da Cunha Saraiva e António Machado de Faria, vol. I, fasc. 1, Lisboa, 1932, pp. 183-239.

“Período de formação territorial: expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento. As terras doadas. Agentes colonizadores.”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Direcção de António Baião, Hernani Cidade e Manuel Múrias, vol. I., Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.

BAPTISTA, Augusto Soares de Sousa

Mosteiro da Vacariça, Aveiro, Coimbra Editora, 1954, separata do *Arquivo Distrital de Aveiro*, vol. XX.

O Mosteiro de Sever, Aveiro, Coimbra Editora, 1953, separata do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIX.

Senhores do Marnel, Aveiro, [s.n.], 1947, separata de *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIII.

BARBOSA, António Carvalho Velho de

Memoria Historica da Antiguidade do Mosteiro de Leça chamado do Balio. Da Ordem a que pertenceu, das diferentes alterações, que teve, dos primeiros povos, que por estes sítios habitaram, Porto, Na Casa de Ignacio Corrêa, Editor e Livreiro, 1852.

BARROCA, Mário

Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII). Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.

“O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*. Coordenação de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina F. Fernandes, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 111-126.

“Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)”, *Revista de História das Ideias. Publicação Anual do Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. 19 – *A Cultura da Nobreza*, Águeda, 1997, pp. 39-103.

BARROS, Henrique da Gama

Historia da Administração Pública em Portugal nos seculos XII a XV por Henrique da Gama Barros. 2.^a edição dirigida por Torquato de Sousa Soares, XI tomos, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1945.

BARROS, Maria Filomena Lopes de

“Moçárabes”, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. III – J-P. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2001, pp. 246-249.

BEIRANTE, Maria Ângela

“O resgate de cativos nos reinos de Portugal e Algarve (séculos XII a XIV)”, *Actas das III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia – Câmara Municipal de Loulé – III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*. Actas, Loulé, 1989, pp. 273-282.

BISHKO, Charles Julian

“Episcopus sub regula or Episcopi sub regula? St. Fructuosus and the monasticized episcopate in the peninsular West”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 63-64.

Spanish and Portuguese Monastic History. 600-1300, Londres, Variorum Reprints, 1984.

BLANCO LOZANO, Pilar

“La intervención de Fernando I en la zona galaico-portuguesa”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. I – O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 335-356.

BLUTEAU, Rafael, P.º Dom

Diccionario da Lingua Portugueza Composto pelo Padre D. Raphael Bluteau, Reformado, e Accrescentado por Antonio de Moraes Silva Natural do Rio de Janeiro. 2 tomos, Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

BONASSIE, Pierre

“Du Rhône à la Galice: genèse et modalités du régime féodal”, *Structures Féodales et Féodalisme dans l’Occident Méditerranéen (X^e-XIII^e siècles). Bilan et Perspectives de*

Recherches. Colloque International organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et l'École Française de Rome, Roma, École Française de Rome, 1980, pp. 17-56.

BORGES, Nelson Correia

Arte Monástica em Lorvão. Sombras e Realidades. Das Origens a 1737, 2 volumes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2002.

Lucêncio, bispo de Conímbriga, e as origens do mosteiro de Lorvão, Coimbra, Gráfica de Coimbra, Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras, 1984, separata de *Conimbriga*, XXIII, pp. 143-158.

BOUCHARD, Constance B.

“Monastic Cartularies: Organizing Eternity”, *Charters, Cartulaires and Archives. The Preservation and Transmission of Documents in the Medieval West*, edição de Adam Kosto e Anders Winroth, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, pp. 22-32.

BRANCO, Maria João

“Beira Litoral”, *Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões*, 2.^a ed., Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010, pp. 275-319.

“Reis, condes, mosteiros e poderes: O Mosteiro de Lorvão no contexto político do reino de Leão (secs. IX-XII)”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 27-80.

BRITO, Bernardo de, Frei e BRANDÃO, António, Frei

Monarquia Lusitana, introdução de A. da Silva Rego e notas de A.A. Banha de Andrade e M. dos Santos Alves (partes 1 e 2), notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos (parte 3), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973.

BRITO, Raquel Soeiro de (Dir.)

Portugal. Perfil Geográfico, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

CAMPOS RUIZ, Julio e ROCA MELIA, Ismael (ed.)

Santos Padres Españoles. Reglas Monásticas de la España Visigoda, Los Tres Libros de las «Sentencias», Introduções, versão e notas de Julio Campos Ruiz e Ismael Roca Melia, Madrid, Editorial Católica, 1971.

CAPÃO, António Tavares Simões

“Tentativa de identifições toponímicas”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 363-396.

CARRIEDO TEJEDO, Manuel

“Los episcopologios portugueses en los siglos IX y X, a través de dos obispos de Oporto, Froarengo (890-918) y Hermogio (923-937), y su situación a comienzos del siglo XI”, *Bracara Augusta. Revista Cultural de Regionalismo e História da Câmara Municipal de Braga*, vol. XLVIII, n.ºs 101-102(114-115), 1998/99, pp. 311-401.

CASTRO, Armando de

“A sociedade portugalense na segunda metade do século XI”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. I – O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 357-364.

CHRISTYS, Ann

Christians in al-Andalus. 711-1000, Nova Iorque, Routledge, 2002.

CLANCHY, M.T.

From Memory to Written Record. England 1066-1307, 3ª edição, Nova Deli, Wiley-Blackwell, 2013.

COCHERIL, Maur

“Le monachisme hispanique des origines au XIIe siècle”, *Études sur le monachisme en Espagne et au Portugal*. Roma, Société d’Editions «Les Belles Lettres», Livraria Bertrand, 1966, pp. 13-156.

COELHO, Maria Helena da Cruz

“Nos alvares da história de Coimbra – D. Sesnando e a Sé Velha”, *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura – Ciclo de Conferências*, 2003, Coimbra. Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2005, pp. 11-39.

O Baixo Mondego nos Finais da Idade Média, 2 vols., Coimbra, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989.

O Mosteiro de Arouca. Do Século X ao Século XIII, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1977.

COLLINS, Roger

Early Medieval Spain. Unity in Diversity, 400-1000. New Studies in Medieval History, Londres, The Macmillan Press, 1983.

COROMINAS, Joan

Breve Diccionario Etimológico de la Lengua Castellana, 3.^a edição, Madrid, Editorial Gredos, 1994.

COROMINAS, Joan e PASCUAL, José A.

Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico, 6 vols., Madrid, Editorial Gredos, 1980.

COSTA, Américo

Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular. Hydrographico. Historico. Orographico. Biographico. Archeologico. Heraldico. Etymologico, com prefácio de José Joaquim Nunes, XII volumes, Porto, Livraria Civilização, 1929-1949.

COSTA, Avelino Jesus da

“A restauração da diocese de Braga em 1070”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, t. I, Lisboa, 1956, pp. 17-28.

COSTA, Mário Júlio Brito de Almeida

A Complantação no Direito Português. Notas para o seu Estudo, Coimbra, Coimbra Editora, 1958, separata de *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. XXXIV.

Origem da Enfiteuse no Direito Português. Dissertação de Doutoramento em Ciências Histórico-jurídicas, apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, Coimbra Editora, 1957.

Os Contratos Agrários e a Vida Económica em Portugal na Idade Média, Coimbra, Gráfica de Coimbra, 1981, separata de *Boletim da Faculdade de Direito*, vol. LV.

DAVID, Pierre

Études Historiques sur la Galice et le Portugal. Du VI^e au XII^e Siècle, Coimbra, Livraria Portugália Editora, Société d'Édition «Les Belles Lettres», 1947.

“Les Saints Patrons d'églises entre Minho et Mondego jusqu'à la fin du XI^e siècle”, *Revista Portuguesa de História*, t. II, Coimbra, 1943, pp. 221-254.

“Regula Sancti Augustini”, *Revista Portuguesa de História*, t. III, Coimbra, 1947, pp. 27-39.

“Sur l'église de São Pedro de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, t. XII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. I, Coimbra, 1969, pp. 121-124.

DÍAZ DE BUSTAMANTE, José Manuel

“De mozas y novicios: nota acerca de la convivencia de clero y pueblo en el reino de León (siglos X-XI)”, *Quando Portugal era Reino de Leão: Estudos sobre Cultura e Identidade antes de D. Afonso Henriques = Cuando Portugal era Reino de León. Estudios sobre Cultura e Identidad antes de Alfonso Enríquez*, León, Universidade de León, 2011, pp. 113-123.

DÍAZ Y DÍAZ, Manuel C.

“Codices y fragmentos de codices”, *Memoria Ecclesiae III. Iglesia y Cultura en las Edades Media y Moderna. Santoral Hispano-mozarabe en España*, Actas del Congresso celebrado en Burgos (27 al 29 de julio de 1990), edición dirigida y preparada por Augustín Hervia Ballina, Oviedo, Asociación de Archiveros de la Iglesia en España, Casa de la Iglesia, 1992, pp. 31-44.

“El primer testimonio sobre la vita Frutuosi”, *Revista Portuguesa de História*, t. XII: *Homenagem ao Doutor Paulo Merêa*, vol. II, Coimbra, 1971, pp. 145-153.

“La circulation des manuscrits dans la Péninsule Ibérique du VIII^e au XI^e siècle”, *Cahiers de Civilisation Médiévale. X^e-XII^e siècles*, ano XII, n.º 3, Julho-Setembro de 1969, pp. 219-241.

“Los mozárabes. Una minoría combativa”, *Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de al-Andalus*. Estudos reunidos por Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, Madrid, Casa de Velázquez, 2008, pp. 1-8.

“Notas para uma cronologia de Frutuoso de Braga”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 215-223.

DURAND, Robert

“Communautés villageoises et seigneurie au Portugal (X^e-XIII^e s.)”, *Estudos de História de Portugal. Homenagem a A.H. de Oliveira Marques*, vol. I: Sécs X-XV. Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 119-136.

“La seigneurie portugaise (XI^e-XIII^e): anomalies et conformité”, *Histoire du Portugal. Histoire Européenne. Actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 19-25.

“La vigne et le vin dans le bassin du Mondego au Moyen Âge (XII^e-XIII^e siècles)”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. V, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, pp. 13-37.

Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XII^e et XIII^e Siècles. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.

EMILIANO, António

“Latin or Romance? Graphemic variation and scripto-linguistic change in medieval Spain”, *Latin and Romance languages in the Early Middle Ages*. Ed. Roger Wright, [s.l.], The Pennsylvania State University Press, 1996, pp. 233-247.

“O estudo dos documentos notariais latino-portugueses e a História da Língua Portuguesa”, *SIGNO. Revista de Historia de La Cultura Escrita*, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares, 2003, pp. 77-126.

FERNANDES, A. de Almeida

“Oposição toponímica à doutrina do despovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII-X”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. Vol. I – *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 225-282.

Portugal no Período Vimaranense (868-1128), Guimarães, Companhia Editora do Minho, 1973, separata da *Revista de Guimarães*.

FERNANDES, Hermenegildo e REI, António

“Islam and Mozarabs”, *The Historiography of Medieval Portugal (c.1950-2010)*. Direcção de José Mattoso. Edição de Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011.

FERNANDES, Isabel (coord.),

Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): actas do Simpósio Internacional sobre Castelos, Lisboa, Colibri, 2002.

FERNÁNDEZ CATÓN, José María

“La documentation del monasterio de Lorvão hasta la muerte del abad Eusebio (1118). Relación de documentos, aportaciones históricas y problemas cronológicos”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 453-579.

GARCÍA ALVARÉZ, M. Rúben

“A reconquista de Braga e a repoboación do País”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXIII, n.º 55 (67), Janeiro-Junho de 1969, pp. 51-69.

“Las diócesis galaico-portuguesas y la política de Almanzor”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 38-54.

GARCÍA DE CORTÁZAR, José Angel

El Domínio del Monasterio de San Millan de Cogolla: siglos X a XIII. Introducción a la Historia Rural de Castilla Altomedieval, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1969.

Historia Rural Medieval, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.

“La Reconquista en el Siglo XI: Geográfica o Cultural?”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. I – O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 689-715.

GARCÍA GALLO, A.

“El Concílio de Coyanza”, *Anuario de Historia del Derecho Español*. 1.^a série, t. XX, n.º 1, Madrid, 1950, pp. 275-633.

GIRÃO, Aristides de Amorim

Bacia do Vouga. Estudo Geográfico, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1922.

GOMES, Rita Costa,

“A construção das fronteiras”, *A Memória da Nação*. Direcção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 1.^a edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, pp. 357-382.

GONÇALVES, Iria

“Linhas mestras da antroponímia medieval portuguesa”, *Media Aetas. Cadernos de Estudos Medievais – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, A Cidade e o Campo entre os finais da Idade Média e os alvares da Modernidade* (2.^a parte). *Actas do Colóquio*, II série, vol. 4, Ponta Delgada, 2009/2010, pp. 93-113.

“O Corpo e o Nome – o Nome e o Gesto”, *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*. Actas do Encontro (11-13 de Novembro de 2003). Coordenação de Ana Isabel Buescu, João Silva de Sousa e Maria Adelaide Miranda, Lisboa, Edições Colibri, Núcleo Científico e Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais, 2005, p. 39-56.

GOODY, Jack

A Lógica da Escrita e a Organização da Sociedade, tradução de Teresa Louro Pérez, Lisboa, Edições 70, 1987.

GOUVEIA, António Paulo Passos de

Subsídio para o estudo da igreja do antigo Mosteiro de Leça do Bailio. Dissertação em História da Arte para a licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1952.

GOUVEIA, Mário de

“Abaciológico do Mosteiro de S. Vicente da Vacariça (séc. XI)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 12, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, Universidade de Coimbra, 2012, pp. 55-78.

“As Mãos na Cultura Letrada das Sociedades de Fronteira da Alta Idade Média Hispânica: Expressões Diplomáticas de Funcionalidade e Ritualidade”, *O Corpo e o Gesto na Civilização Medieval*, Lisboa, Edições Colibri, Núcleo Científico de Estudos Medievais/Instituto de Estudos Medievais, 2005, pp. 139-156.

“Hermenegildo Guterres e a presúria de Coimbra (séc. IX-X)”, *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, direcção de Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus. Coordenação de Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, pp. 279-292.

“Inventário de referências a livros litúrgicos na documentação asturiano-leonesa relativa ao Entre-Minho-e-Mondego (sé. IX-XI)”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, t. XXXI – *Vivências Religiosas Femininas Medievais*, Lisboa, Janeiro-Junho de 2015, pp. 167-196.

“O essencial sobre a analística monástica portugalense (séc. XI-XII)”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, t. XXV – *A Expansão do Religioso: Dinâmicas, Idealizações e Expectativas (Séculos XVI-XX)*, Lisboa, Janeiro-Junho de 2012, pp. 183-226.

O limiar da tradição no moçarabismo conimbricense. Os Anais do Lorrvão e a memória monástica do território de fronteira (séc. IX-XII), Dissertação de Mestrado em

História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.

“Os Moçárabes de Coimbra na frente de resistência à Monarquia Leonesa (séc. XI-XII)”, *Xarajīb. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes*, n.º 7, Silves, 2009, pp. 35-48.

GRÉGOIRE, Réginald

“Valeurs ascétiques et spirituelles de la Regula Monachorum et de la Regula Communis”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 328-345.

GUERRA, António Joaquim Ribeiro

Os Diplomas Privados em Portugal dos Séculos IX a XII: Gestos e Atitudes de Rotina dos seus Autores Materiais, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

HERRERO DE LA FUENTE, Marta

“El «Liber Testamentorum» de Lervão y sus tipos documentales, en el contexto de los cartularios de los reinos hispánicos occidentales”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 243-304.

ISLA FREZ, Amancio

La Sociedad Gallega en la Alta Edad Media, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.

JORGE, Ana Maria

“Do Império Romano ao Reino Asturiano-Leonês”, *História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*. Coordenação de Ana Maria C.M. Jorge e Ana Maria S.A. Rodrigues, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 137-142.

KRUS, Luís

A Produção do Passado nas Comunidades Letradas do Entre Minho e Mondego nos Séculos XI e XII. As Origens da Analística Portuguesa, Lição síntese de História Cultural

e das Mentalidades para provas de agregação, apresentadas à Universidade Nova de Lisboa, 1998.

“O tema das origens da nobreza portugalense no relato fundacional da linhagem dos senhores da Maia (finais do século XIII)”, *A Memória da Nação*. Direcção de Francisco Bethencourt e Diogo Ramada Curto, 1ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, pp. 71-79.

KOSTO, Adam e WINROTH, Anders (ed.)

Charters, Cartulaires and Archives. The Preservation and Transmission of Documents in the Medieval West, edição de Adam Kosto e Anders Winroth, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002.

LAVAJO, Joaquim Chorão

“Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*. Coordenação de Ana Maria C.M. Jorge e Ana Maria S.A. Rodrigues, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 91-133.

LINAGE CONDE, Antonio

“El monacato en torno a Braga hasta la benedictinización”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*. Vol. I – *O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 717-734.

“En torno de la *Regula Monachorum* y sus Relaciones com otras Reglas Monásticas”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXI, tomo I, n.ºs 47-50 (59-62), Janeiro-Dezembro de 1967, pp. 123-163.

Las Orígenes del Monacato Benedictino en la Península Ibérica, 3 volumes, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.ºs 9, 10 e 11, Leão, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1973.

LOPES, Luís Seabra

Itinerários da Estrada Olisipo-Bracara. Contributo para o Estudo da Hispânia de Ptolomeu, Lisboa, 1995-1997, separata de *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. 13/15, pp. 313-346.

“O Problema da Localização de Talábriga”, *Munda. Revistado Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*, nº 34, Coimbra, 1997, pp. 57-60.

“Talábriga: Situação e Limites Aproximados”, *Portvgalia. Revista do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Nova série, vol. XVI, Instituto de Arqueologia, Porto, 1995, pp. 331-343.

LOSA, António

“A moeda entre os moçárabes nos séculos X e XI (segundo o *Liber testamentorum* de Lorvão)”, *Revista de Guimarães. Notícias de Actividade Cultural*, vol. XCIII, Janeiro-Dezembro de 1983, pp. 219-229.

“Moçárabes em território português nos séculos X e XI. Contribuição para o estudo da antroponímia no *Liber testamentorum* de Lorvão”, *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos*. Editado por Adel Sidarus, Évora, Universidade de Évora, 1986, pp. 273-289.

LOUREIRO, José Pinto

“Origem e evolução de Coimbra até à reconquista cristã”, *Arquivo Coimbrão. Boletim da Biblioteca Municipal*, vol. XIII, Coimbra, 1955, pp. 282-299.

MANSILLA, Demetrio

“Obispados y metrópolis del Occidente peninsular hasta el s. X”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXII, tomo II, n.ºs 51-54 (63-66), Janeiro-Dezembro de 1968, pp. 11-40.

MANTAS, Vasco Gil

As Vias Romanas da Lusitânia, Mérida, Artes Gráficas Rejas, 2012.

MARQUES, André Evangelista

Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Ensaio metodológico. Dissertação de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2012.

MARQUES, José

“O monacato bracarense em fase de mudança (séculos X-XII)”, *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas. Vol. I – O Bispo D. Pedro e o Ambiente Político-Religioso do Século XI*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Tipografia Barbosa & Xavier, 1990, pp. 319-333.

“Braga e Coimbra no tempo do reino de Leão”, *Quando Portugal era Reino de Leão: Estudos sobre Cultura e Identidade antes de D. Afonso Henriques = Cuando Portugal era Reino de León. Estudios sobre Cultura e Identidad antes de Alfonso Enríquez*, León, Universidade de León, 2011, pp. 53-84.

MARQUES, Maria Alegria

“Evolução do monaquismo feminino, até ao séc. XIII, na região de Entre e Tejo”, *Estudos sobre a ordem de Cister em Portugal*, 2ª edição, Lisboa, Edições Colibri, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 9-27.

MARQUES, Maria Alegria, e RODRIGUES, Alice Godinho

Concelho da Mealhada. Terras de Verde e de Ouro, Paredes, Reviver Editora, Câmara Municipal da Mealhada, 2002.

MARTINS, Armando

O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

MARTINS, Mário

“A Vida Económica dos Monges de S. Fructuoso”, *Brotéria. Revista Contemporânea de Cultura*, vol. XXVI, fasc. V, Lisboa, 1947.

“O monacato de S. Frutuoso de Braga”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, Coimbra, 1950, pp. 315-412.

MATTOSO, José

“1096-1325”, *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. II – *A Monarquia Feudal (1096-1480)*. Coordenação de José Mattoso, [s.l.], Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309.

“Condições económicas e sociais da circulação de códices na Península Ibérica”, *Coloquio sobre Circulación de Codices y Escritos entre Europa y la Península en los Siglos VIII-XIII. Actas*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 1988, pp. 135-155.

Fragmentos de uma Composição Medieval. 2ª Edição, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

Identificação de um País. Oposição, Composição. Ensaio sobre as Origens de Portugal. 1096-1325, 1ª edição, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2015.

Le Monachisme Ibérique et Chuny. Les Monastères du Diocèse de Porto de l’An Mille à 1200. Dissertação de doutoramento em Ciências Históricas, apresentada à Université de Louvain, Lovaina, 1968.

Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval, 2ª edição, Lisboa, Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2014.

“Nota Histórica”, *Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico*. Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 29-31.

Obras Completas. José Mattoso, vol. 7 – *A Nobreza Medieval Portuguesa. A Família e o Poder*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2001.

Obras Completas. José Mattoso, vol. 9 – *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2002.

Portugal Medieval. Novas Interpretações, 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

“Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. I – *Antes de Portugal*. Coordenação de José Mattoso, [s.l.], Círculo de Leitores, 1992, pp. 438-565.

“Portugal no reino de Leão. Temas e problemas”, *Quando Portugal era Reino de Leão: Estudos sobre Cultura e Identidade antes de D. Afonso Henriques = Cuando Portugal era Reino de León. Estudios sobre Cultura e Identidad antes de Alfonso Enríquez*, León, Universidade de León, 2011, pp. 31-51.

Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros. A Nobreza Medieval Portuguesa nos Séculos XI e XII, 2ª edição, Lisboa, Guimarães Editores, 1985.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e BELO, Duarte

Portugal. O Sabor da Terra. Um Retrato Histórico e Geográfico por Regiões, 2.ª ed., Lisboa, Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2010.

MATTOSO, José, KRUS, Luís e ANDRADE, Amélia Aguiar

O Castelo e a Feira. A Terra de Santa Maria nos Séculos XI a XIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1989.

MEDEIROS, Carlos Alberto

Geografia de Portugal. Ambiente Natural e Ocupação Humana. Uma Introdução, 6.ª edição, Lisboa, Editorial Estampa, 2009.

MERÊA, Paulo

Administração da Terra Portugalense no Reinado de Fernando Magno, Porto, Marânus, 1940, separata de *Portvcale*, vol. XIII, pp. 41-45.

“Administração de Coimbra anteriormente ao governo do conde D. Henrique”, *Sobre as Antigas Instituições Coimbrãs*, Coimbra, Coimbra Editora, 1964.

“Sobre as origens do concelho de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, t. I, Coimbra, 1941, pp. 49-69.

MERÊA, Paulo e GIRÃO, Amorim

“Territórios portugueses no século XI”, *Revista Portuguesa de História*, t. II, Coimbra, 1943, pp. 255-263.

MOLÉNAT, Jean-Pierre

“La fin des chrétiens arabisés d’al-Andalus. Mozarabes de Tolède et du Gharb au XIIe siècle”, *Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de*

al-Andalus. Estudos reunidos por Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, Madrid, Casa de Velázquez, 2008, pp. 287-297.

MORALA, José R.

“La lengua del cartulário de Lorvão en el marco de los romances del Noroeste hispánico”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 417-451.

MOREIRA, P.º Domingos A.

Miscelânea de Antropo-toponímia Germânica na Galiza e Norte de Portugal, Porto, Edições Maranus, 1969, separata do “*Boletim Cultural*” da Câmara Municipal do Porto, vol. XXXII, fascs. 3-4.

MORUJÃO, Maria do Rosário Barbosa

“A prelazia de Coimbra no contexto de afirmação de um reino (1080-1318)”, *Sé Velha de Coimbra. Culto e Cultura – Ciclo de Conferências*, 2003, Coimbra. Coimbra, Catedral de Santa Maria de Coimbra, Gráfica de Coimbra, 2005, pp. 193-223.

A Sé de Coimbra. A Instituição e a Chancelaria (1080-1318), Lousã, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010.

“O Livro Preto da Sé de Coimbra. Estudo do cartulário”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, n.º 8, Coimbra, Palimage, 2008, pp. 7-43.

MOXÓ, Salvador de

Repoblacion y Sociedad en la España Cristiana Medieval. Madrid, Ediciones Rialp, 1979.

NASCIMENTO, Aires Augusto

“Dificuldades e problemas de onomástica. Alguns mapas para a toponímia”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 345-361.

“Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis [Lisboa, ANTT, Lorrão, Liv. 49 (C.F. 92)]. Descrição codicológica”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 157-192.

“Mosteiro de Lorrão: A História possível dos seus tempos antigos”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 81-156.

“Vida de Martinho de Soure”, *Hagiografia de Santa Cruz de Coimbra. Vida de D. Telo, Vida de D. Teotónio, Vida de Martinho de Soure*, edição crítica de Aires A. Nascimento, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 224-241.

OLIVEIRA, Miguel de

As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua Origem e Formação, Lisboa, União Gráfica, 1950.

História Eclesiástica de Portugal, Edição revista e actualizada, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1994.

“Os territórios diocesanos”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Eclesiástica*, t. I, Lisboa, 1956, pp. 29-50.

ORLANDIS, José

Estudios sobre Instituciones Monásticas Medievales, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1971.

La Iglesia en la España Visigótica y Medieval, Pamplona, Ediciones Universidad de Navarra, 1976.

“Sobre la eleccion de sepultura en la España medieval”, *Anuario de Historia del Derecho Español*. 1.ª série, tomo XX, n.º 1, Madrid, 1950, pp. 5-49.

OROZ-RETA, José

“San Agustín y san Fructuoso. Coincidencias o influencia agustiniana?”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXII, t. II, n.ºs 51-54 (63-66), Janeiro-Dezembro de 1968, pp. 92-102.

PALOMEQUE TORRES, Antonio

Episcopologio de las Sedes el Reino de León, León, Centro de Estudios e Investigacion «San Isidoro», Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1966.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna

Resistencia y Luchas Campesinas en la Época del Crecimiento y Consolidación de la Formación Feudal. Castilla y León, Siglos X-XIII, Madrid, Siglo Veintiuno Editores, 1980.

“Sur l’articulation des formations económico-sociales: communautés villageoises et seigneuries au nord de la Péninsule ibérique (X^e-XIII^e)”, *Structures Féodales et Féodalisme dans l’Occident Méditerranéen (X^e-XIII^e siècles). Bilan et Perspectives de Recherches. Colloque International organisé par le Centre National de la Recherche Scientifique et l’École Française de Rome*, Roma, École Française de Rome, 1980, pp. 193-216.

PENSADO, Carmen

“How was Leonese Vulgar Latin read?”, *Latin and Romance languages in the Early Middle Ages*. Ed. Roger Wright, [s.l.], The Pennsylvania State University Press, 1996, pp. 190-204.

PÉREZ DE URBEL, Justo

“Carácter y supervivencia del Pacto de San Fructuoso”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXII, tomo II, n.ºs 51-54 (63-66), Janeiro-Dezembro de 1968, pp. 226-242.

“La ley del trabajo en los escritorios monásticos de la Alta Edad Media Española”, *Yermo. Cuadernos de historia y de espiritualidad monásticas*, vol. 13, n.ºs 1-2, 1975, pp. 103-140.

Los Monjes Españoles en la Edad Media, 2ª Edição, Madrid, Ediciones Ancla, 1945.

“Vida y caminos del Pacto de San Fructuoso”, *Revista Portuguesa de História*, t. VII, Coimbra, 1963, pp. 377-397.

PÉREZ DE URBEL, Justo e DEL ARCO Y GARAY, Ricardo

Historia de España. Dirigida por Ramón Menéndez Pidal, tomo VI – *España Cristiana. Comienzo de la Reconquista (711-1037)*. Introdução de Ramón Menéndez Pidal, 4ª Edição, Madrid, Espasa-Calpe, 1982.

PÉREZ RODRÍGUEZ, Estrella

“Las relaciones de Fernando I de León y el territorio portugués según la *Historia Silense* y las crónicas leonesas y castellanas posteriores”, *Quando Portugal era Reino de Leão: Estudos sobre Cultura e Identidade antes de D. Afonso Henriques = Cuando Portugal era Reino de León. Estudios sobre Cultura e Identidad antes de Alfonso Enríquez*, León, Universidade de León, 2011, pp. 85-98.

PICARD, Christophe

Le Portugal Musúlmán (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'Al-Andalus sous Domination Islamique, Paris, Maisonneuve & Larose, 2000.

PIEL, Joseph-Maria

“Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XXV, Coimbra, 1949, pp. 287-353.

“Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XXVI, Coimbra, 1950, pp. 281-314.

“Sobre a origem do nome do mosteiro de Lorvão”, *Estudos de Linguística Histórica Galego-portuguesa*. [s.l.], Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1989, pp. 33-35.

PINELL PONS, Jorge

“San Fructuoso de Braga y su influjo en la formación del oficio monacal hispânico”, *Bracara Augusta. Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga*, vol. XXII, tomo II, n.ºs 51-54 (63-66), Janeiro-Dezembro de 1968, pp. 127-140.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz,

Terra de Santa Maria. Terra-Mãe do Primeiro Portuga. Estudo de Direito Medieval Hispânico sobre a Independência de Portugal (1096-1179). Vol. 1 – “A História” e vol. 2 – “O Direito”. 1ª ed., Santa Maria da Feira, Comissão de Vigilância do Castelo de Santa Maria da Feira, 2005.

PINTO, Sérgio da Silva

“Breves notas sobre presúrias do século IX na terra portuguesa. A respeito de Vímara Peres”, *Cale. Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. I, Porto, 1966, pp. 293-306.

“O problema de Portucale. Novas teorias, novas conclusões”, *Revista de Guimarães. Notícias de Actividade Cultural*, vol. LXXIV, n.ºs 3-4, Julho-Dezembro de 1964, pp. 281-289.

PRADALIÉ, Gerard

“Du Portugal mozárabe au Portugal romanisé: l'exemple de Coïmbre”, *Histoire du Portugal. Histoire Européenne. Actes du colloque*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, 1987, pp. 15-17.

“Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbre au début du XIIe siècle”, *Mélanges de la Casa de Velásquez*, 10, 1974, pp. 77-97.

QUIROGA, Jorge L. e LOVELLE, Mónica R.

“Reflexiones sobre la evolución de la organización territorial diocesana y parroquial en el Norte de Portugal (s. IV-VIII)”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXI, vol. 2, 1996, pp. 19-63.

RAMOS, Deniz de

Subsídios para a história da vinha na Bairrada (séculos X ao XII), Anadia, Associação de Jornalistas e Escritores da Bairrada, “Biblioteca de autores bairradinos”, 1991.

RAMOS, Gonçalo Matos

“Horizontes mentais demarcatórios - análise terminológica aos corpora dos Mosteiros de S. Mamede de Lorvão e de S. Vicente da Vacariça (1002-1116)”, *Incipit 3. Workshop de Estudos Medievais da Universidade do Porto*. Coord. de Diogo Faria e Filipa Lopes, Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Biblioteca Digital, pp. 23-33.

Paradigmas de Liminalidade no Entre-Douro-e-Tejo: Um Interface Arqueológico de Poderes (987-1131). Dissertação de Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2 volumes, Lisboa, 2004. Exemplar policopiado.

RAU, Virgínia

“Presúrias e sesmos no povoamento de Portugal até ao século XIII”, *Estudos de História Medieval*, 1.^a edição, Lisboa, Editorial Presença, 1986, pp. 91-95.

REAL, Manuel Luís

“Os Moçárabes no *Gharb* português”, *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo* (coordenação científica de Santiago Macias e Cláudio Torres), Lisboa, Ministério da Cultura – Instituto Português de Museus – Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 17-68.

“Os moçárabes entre a convivência e a intolerância: resistências, apostasias, dissimulações e ambiguidades”. *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Bases Ideológicas e Doutrinárias de um Confronto (séculos X-XIV)*. Coordenação de Carlos de Ayala Martínez e Isabel Cristina F. Fernandes, Lisboa, Edições Colibri, 2015, pp. 39-73.

“Reflexões sobre o moçarabismo no *Gharb al-Andalus*”, *Entre Roma e o Islão. O Sudoeste Peninsular*. Coordenação de Susana Gómez, Santiago Macias e Virgílio Lopes, [s.l.], Campo Arqueológico de Mértola, 2014, pp. 244-333.

RIBEIRO, João Pedro

Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal, 2.^a edição, tomo IV, parte I, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1867.

RIBEIRO, Orlando

Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de Relações Geográficas, 7.^a edição revista e ampliada, Viseu, Livraria Sá da Costa Editora, 1998.

RIBEIRO, Orlando e LAUTENSACH, Hermann

Geografia de Portugal, organização, comentários e actualização de Suzanne Daveau, vol. I: *A posição geográfica e o território*, vol. II: *O ritmo climático e a paisagem*, vol. III: *O povo português* e vol. IV: *A vida económica e social*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1987-1991.

RODRIGUES, Manuel Augusto

“Breves Notas sobre os santos André e Cristóvão, patronos do cenóbio de Sever do Vouga”, *Stvdivm Dilectvm. Colectânea de Homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida pelo seu 50.º Aniversário de Actividade Científica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, pp. 233-249.

“Cartulários portugueses”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 305-342.

“Introdução”, *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Edição crítica, texto integral, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1999.

RODRÍGUEZ, Justiniano

“Gonzalo Muñoz, «dux de terra portugalense»”, *Actas das II Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*. 1.ª Edição, vol. 1, Porto, Centro de História da Universidade do Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987, pp. 111-121.

ROSA, Maria de Lurdes

“A força dos ritos na identificação comunitária: os moçárabes e Coimbra e a introdução da liturgia romana (1064-1116)”, *História Religiosa de Portugal*. Direcção de Carlos Moreira de Azevedo, vol. I – *Formação e Limites da Cristandade*. Coordenação de Ana Maria C.M. Jorge e Ana Maria S.A. Rodrigues, Rio de Mouro, Círculo de Leitores, 2000, pp. 433-440.

“A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida”, *Lusitânia Sacra. Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*, 2ª série, t. 13-14 – *A Historiografia Religiosa Medieval Hoje: Temas e Problemas*, Lisboa, 2001-2002, pp. 369-450.

RUBENSON, Samuel

“Asceticism and monasticism, I: Eastern”, *The Cambridge History of Christianity*. Edição de Augustine Casiday e Frederick W. Norris, vol. II – *Constantine to c. 600*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2014, pp. 637-668.

RUIZ ASECIO, José Manuel

“Los copistas del *Liber Testamentorum*, sus escripturas y notas sobre el *scriptorium* de Lorvão para la confección de documentos”, *Liber Testamentorum Coenobii Laurbanensis. Estudios*, Direcção de José María Fernández Catón, *Fuentes y Estudios de Historia Leonesa*, n.º 125. León, Centro de Estudios e Investigación “San Isidoro”, Caja España de Inversiones, Archivo Histórico Diocesano, 2008, pp. 193-242.

SÁEZ, Emilio

Los Ascendientes de San Rosendo. Notas para el Estudio de la Monarquía Astur-leonesa durante los Siglos IX y X, [s.l.], Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Jerónimo Zurita, [s.d.], Separata de *Hispania. Revista Española de Historia*, n.º XXX.

SAMPAIO, Alberto

Estudos Históricas e Económicos. Vol. I: *As Vilas do Norte de Portugal*. Prefácio de Maria José Trindade, Lisboa, Editorial Vega, 1979.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio

Historia de España. Fundada por Ramón Menéndez Pidal, tomo VII, vol. I – *La España Cristiana de los Siglos VIII al XI. El Reino Astur-Leonés (722-1037)*, *Sociedad, Economía, Gobierno, Cultura y Vida*. Direcção de José María Jover Zamora, Madrid, Espasa-Calpe, 1980.

SÁNCHEZ CANDEIRA, Alfonso

Monografías de Ciencia Moderna. Vol. 27 - *El “Regnum-imperium” Leones hasta 1037*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Escuela de Estudios Medievales, 1951.

SANTOS, Maria José Azevedo

Os “clérigos-notários” em Portugal (séculos XI-XII), [s.l.], Universidade de León, 1998, separata de *Actas II Congreso Hispánico de Latín Medieval*, vol. I.

SARAIVA, José

“A data nos documentos medievais portugueses e asturo-leoneses”, *Revista Portuguesa de História*, t. II, 1943, pp. 231-258.

SÉNAC, Philippe

Al-Mansur. Le Fléau de l’an Mil, Paris, Perrin, 2006.

SERRA, Pedro da Cunha

Contribuição Topo-antroponímica para o Estudo do Povoamento no Noroeste Peninsular. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1967.

SIMÕES, António Augusto da Costa

Historia do Mosteiro da Vacariça e da Cerca do Bussaco, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1855, pp. 3-14.

SIMONET, Francisco Javier

Historia de los Mozárabes de España. Deducida de los Mejores y Más Auténticos Testemonios de los Escritores Christianos y Arabes, Amesterdão, Oriental Press, 1967.

SOARES, Torquato de Sousa

“Carácter e limites do Condado Portugalense (1096-1128)”, *Papel das Áreas Regionais na Formação Histórica de Portugal. Actas do colóquio*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, MCMLXXV, pp. 9-21.

“Despovoamento e repovoamento do Norte de Portugal nos séculos VIII ao XI”, *Revista Portuguesa de História*, t. XIX, Coimbra, 1981, pp. 1-13.

“Notas para o Estudo das instituições municipais da Reconquista”, *Revista Portuguesa de História*, t. 1, Coimbra, 1941, pp. 71-92 e 264-291.

“O repovoamento do Norte de Portugal no século IX”, *Biblos. Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. XVIII, t. I, Coimbra, 1942, pp. 187-208.

Vímara Peres Restaurador da Cidade do Portugale (Porto) e Fundador da Terra Portugalense, Porto, Edições Marânus, 1952, separata do “*Boletim Cultural*” da Câmara Municipal do Porto, vol. XV, fascs. 1-2.

SOUSA, Bernardo de Vasconcelos e (dir.)

Ordens Religiosas em Portugal: das Origens a Trento: Guia Histórico. Lisboa, Livros Horizonte, 2005.

SOUSA, José Alexandre Ribeiro de

In Finibus Gallecie. A Reconquista no Actual Território Português. O Contexto de um Processo Dinâmico, 868-1064. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

STROUMSA, Guy G.

“Religious memory, between orality and writing”, *Memory Studies*, vol. 9(3), Sagepub, 2006, pp. 332-340.

TEIXEIRA, Ricardo

“Castelos e organização dos territórios nas duas margens do curso médio do Douro (séculos IX-XIV)”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (Coordenação de Isabel Cristina Ferreira Fernandes), Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 463-476.

S. TOMÁS, Frei Leão de

Benedictina Lusitana, notas críticas de José Mattoso, 2 tomos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1974.

“Vacariça”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Vol. 33, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, [s.d.], pp. 652-657.

VALLVÉ, Joaquín

La División Territorial de la España Musulmana, 1.^a edição, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1986.

VASCONCELLOS, Miguel Ribeiro de

Notícia Histórica do Mosteiro da Vacariça doado á Sé de Coimbra em 1094 e da Serie Chronologica dos Bispos desta Cidade desde 1064 em que foi Tomada aos Mouros, Lisboa, Typographia da Academia das Ciências de Lisboa, 1857.

VASCONCELOS, António Garcia Ribeiro de

“A Catedral de Santa Maria colimbriense ao principiar o século XI – Mozarabismo desta região em tempos posteriores”, *Revista Portuguesa de História*, t. I, Coimbra, 1941, pp. 113-140.

VEIGA, A. Botelho da Costa

“Solução do problema cronológico da segunda reconquista cristã de Coimbra”, *Brotéria*. Vol. XXVI, fasc. V, Lisboa, Maio de 1938, pp. 557-560.

VELOSO, Maria Teresa Nobre

“A região de Cantanhede segundo os documentos do *Livro Preto* da Sé de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, t. XXXV, Coimbra, 2001-2002, pp. 171-193.

“O culto de Santa Comba e o (re)povoamento do Vale do Dão (sécs. X-XI)”, *Revista Portuguesa de História*, t. XL, Coimbra, 2008-2009, pp. 251-271.

“Reconquista e fomento agrário na região da Bairrada (séculos IX-XII), segundo a documentação do *Livro Preto* da Sé de Coimbra: alguns aspectos”, *Olhares sobre a História. Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, direcção de Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus. Coordenação de Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes e João Luís Fontes, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2009, p. 667-672.

“Sever do Vouga – Terra de cristãos em tempo de domínio muçulmano – segundo a documentação do *Livro preto* da Sé de Coimbra”, *Stvdivm Dilectvm. Colectânea de Homenagem ao Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida pelo seu 50.º Aniversário de Actividade Científica*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1999, pp. 333-339.

VENTURA, Leontina

“As Cortes ou a Instalação em Coimbra dos *fideles* de D. Sesnando”, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, vol. III, Porto, Universidade do Porto, 2006, pp. 37-52.

“Introdução”, *Livro Santo de Santa Cruz de Coimbra. Cartulário do Século XII*, Edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 1990, pp. 9-44.

“O cavaleiro João Gondesendes: sua trajetória político-social e económica (1083-1116)”, *Revista de História Económica e Social*, n.º 15, Lisboa, Janeiro-Junho, 1985, pp. 31-69.

“O elemento franco na Coimbra do século XII: a família dos Rabaldes”, *Revista Portuguesa de História*. T. XXXVI: *Homenagem aos Professores Manuel Ferrand de Almeida e António de Oliveira*. Vol. 1, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Instituto de História Económica e Social, 2002-2003, pp. 89-114.

“Soure na sua história: algumas reflexões”, *Locus. Revista da Associação de Investigação do Território*, n.º 1, 2.º semestre de 1986, pp. 39-49.

VIGUERA MOLINS, Maria Jesús

“Apuntes sobre Mozárabes y Cristianos Andalusíes”, *Xarajib. Revista do Centro de Estudos Luso-Árabes*, n.º 7, Silves, 2009, pp. 9-19.

“«Existe una identidad mozárabe?» A modo de conclusión”, *Existe una Identidad Mozárabe? Historia, Lengua y Cultura de los Cristianos de al-Andalus*. Estudos reunidos por Cyrille Aillet, Mayte Penelas e Philippe Roisse, Madrid, Casa de Velázquez, 2008, pp. 299-314.

Los Reinos de Taifas y las Invasiones Magrebíes. Al-Andalus del XI al XIII, Madrid, Ediciones Mapfre, 1992.